**Fundo para Sustentabilidade Financeira da Fundação**

**(em caso de uma eventual inviabilidade de manutenção da Filantropia ou perda da condição de filantrópica)**

**Material atualizado de julho de 2014 a novembro de 2017.**

**ATA Nº 470/2014 REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

**Data:** quinze dias do mês de julho de dois mil e quatorze, às 19h30min, na sala 305

**Presenças:** Sra. Cristina Toniolo Pozzobon - Presidente, Sr. Afosno Mossry Sperb - Vice-Presidente, Sr. Blair Costa D'Ávila - Diretor Jurídico, Profa. Anelori Lange - Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação.

**Principais temas, decisões e deliberações discutidos na reunião:**

1. Salientou que as duas pautas seriam muito importantes. Uma delas, a **Filantropia**, foi muito trabalhada e debatida nas reuniões da Diretoria Executiva, antes de trazer para debate nesse fórum. A **proposta é iniciar um grande debate com os conselheiros para dar ciência da situação e trazer informações acerca da alteração da Lei da Filantropia.** Por ser um tema novo e complexo, não há pretensão de esgotar o assunto nesse primeiro encontro, devendo ser marcadas outras reuniões para dar continuidade. Para tanto, solicitou que fosse marcado um teto de horário máximo para término da assembleia. Foi acordado pelo grupo o término das discussões às 22horas.
2. **Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária Nº 469/14**, sobre a qual no item Pedagógico foi solicitada a retirada a frase *“A única possibilidade de exceder o número de vagas por turma será no caso de reprovação, observando o limite de mais 1 reprovado por turma”*, e acertado que o tema será submetido a discussão em nova assembleia. A ata foi submetida à votação e foi aprovada, com o ajuste solicitado, por unanimidade pelos Conselheiros presentes.
3. **Fundação, Conselho Deliberante e o Papel do Conselheiro**, a Presidente explicou a constituição da Fundação Educacional João XXIII, a estrutura administrativa de cada instância da instituição, as suas competências e suas responsabilidades. Destacou que a instância máxima da Fundação é o Conselho Deliberante, que tem o caráter resolutivo e que delibera toda a gestão administrativa e financeira da instituição. O Conselho discute questões de cunho estratégico, de pensar o desenvolvimento da instituição hoje e o de projetar o futuro da escola. Seu trabalho ocorre em sintonia com a Diretoria Executiva da Fundação, que gerencia a parte administrativa e financeira, e com a Direção Pedagógica. A Diretoria Executiva e a Direção pedagógica se reúnem, semanalmente, para discutir questões do dia a dia da escola. Apesar de trabalhar em conjunto, a relação é distinta, entre as duas Diretorias. Destacou que a Direção Pedagógica e a equipe técnica é o primeiro canal para tratar as questões político-pedagógicas da Escola e que o Conselho não delibera sobre o pedagógico. Sobre o papel dos Conselheiros, destacou a sua importância na definição do orçamento, dos gastos e das prioridades de investimentos para melhorias nas áreas de estrutura da física escola, tais como reformas, ampliações de espaços, compras de equipamentos, etc. Foram esclarecidas dúvidas referente ao processo de funcionamento da escola e do projeto político pedagógico, bem como estabelecido que o tema poderá ser aprofundado no espaço pedagógico, em duas outras reuniões futuras.
4. **Filantropia**, a Diretoria da Fundação apresentou um histórico desde que o João XXIII se tornou filantrópico e as mudanças que ocorreram na legislação, em 2013. Iniciou o debate reafirmando a preocupação da Diretoria em informar os Conselheiros, pois qualquer decisão que venha a ser tomada será de grande responsabilidade. Ficou definido que será chamada uma reunião extraordinária, em agosto/14, para dar continuidade ao assunto e, provavelmente, outras reuniões sejam necessárias e somente após o Conselho Deliberante deverá tomar uma decisão sobre o futuro da Filantropia e traçar o futuro da escola, para tanto, esse grupo precisa estar preparado e consciente para escolher a melhor opção para a instituição. Em função disso, a Diretoria apresentou, a luz da Lei 12.101/09, um texto explicativo, fazendo um breve histórico da filantropia praticada pela Fundação e seu enquadramento legal; bem como uma demonstração da aplicação da Lei 12.101/09. Após, apresentou as Simulações da Filantropia – 2015 a 2027 – mantendo a base 4; a variação do número de turmas; o percentual de ocupação de vagas; a análise de ocupação de vagas; a **simulação 1 -** mantendo a filantropia, com 15% para o ensino e 5% para o programa a alunos bolsistas; e a **simulação 2** - sem manter a filantropia, mas ofertando bolsas voluntárias para os atuais bolsistas, que vão saindo regularmente até 2027 e com pagamento 25,50% de cota patronal. Ficou acordado que essas planilhas serão disponibilizadas no espaço do Conselheiro, juntamente as cópias das legislações, em vigor, para subsidiar a análise dos Conselheiros. Após ampla discussão e não tendo sido esgotado o assunto nessa reunião o Conselho decidiu realizar nova assembleia extraordinária, agendada para o dia 12 de agosto de 2014, para dar seguimento à discussão sobre a Filantropia.
5. **Assuntos Gerais**, no que se refere à **Vacinação contra Gripe**, foi encaminhado e-mail aos pais e responsáveis no dia 14/7/2014, informando a parceria com Imune Clínica de Vacinação, no valor de R$ 60,00 por vacina, no período de 14 a 31/7/14 ou conforme disponibilidade de estoque, mediante a apresentação da carteirinha Biblioteca, nos seguintes locais Imune do Shopping Iguatemi ou do BarraShopping, nos horários de segunda a sábado, das 10 às 22h, ou Domingo, das 14h às 20h. Com relação à **Área restrita do Conselheiro no site do João XXIII**, foi entregue pela Secretária da Fundação uma correspondência com o login e a senha para acesso, onde foi disponibilizada cópia do Estatuto, do Regimento Interno e a relação de Conselheiros com os e e-mails de contato.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Sra. Cristina Pozzobon, encerrou a reunião.

**Cristina Toniolo Pozzobon** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 471/2014 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

**Data:** doze dias do mês de agosto de dois mil e quatorze, às 19h30min, na sala

**Presenças:** membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Cristina Toniolo Pozzobon - Presidente, Sr. Afosno Mossry Sperb - Vice-Presidente, Sr. Edgar Aristimunho - Diretor de Comunicação e Sr. Luis Alexandre Neis - Diretor Financeiro, Profa. Anelori Lange - Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice Diretora, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação.

**Principais temas, decisões e deliberações discutidos na reunião extraordinária – pauta única: Filantropia**

1. Ressaltou que será dada continuidade à discussão da **Filantropia** iniciada na assembleia anterior e que em função de sua complexidade, nesta reunião, não serão feitas deliberações sobre o tema. Salientou que a Diretoria da Fundação está trazendo mais subsídios para o debate, para agregar ao material já disponibilizado no espaço do Conselheiro para análise.
2. A seguir, respondendo ao Conselheiro Sr. Fábio Pfeiff, informou que a convocação foi expedida por e-mail, na semana anterior, divulgada na capa do site, disponibilizada cópia no espaço do Conselheiro e colocada em cartaz na Portaria da Escola; bem como lembrou que nas reuniões extraordinárias a falta não é computada. Salientou que foi consenso na reunião anterior à data de 12/08/2014 para realização da reunião extraordinária e ratificou que as reuniões ordinárias ocorrem sempre na última terça-feira do mês, a exceção de julho e de dezembro, que ocorrem última terça-feira da primeira quinzena do mês. Será realizada análise do sistema de envios de e-mails a fim de corrigir possíveis problemas.
3. Retomou o assunto discutido na reunião passada a fim de esclarecer dúvidas existentes sobre a parte legal e sobre o texto já distribuídos. Iniciou reapresentando a planilha de ocupação de vagas 2015/2027 - Base 4, com detalhamento do número de turmas, de vagas por turma e do total de vagas, disponibilizada na área do Conselheiro. Após, apresentou o resumo da planilha com a variação do número de turmas, de 47 em 2015 até chegar 52 em 2022, mantendo-se daí para frente o enquadramento na Base 4, sendo 4 turmas até o 5º ano do Ensino Fundamental e 3 turmas do 6º ano ao Ensino Médio, considerando um percentual de ocupação de 92,68% de 1337 vagas.
4. Simulações: **simulação 1**, a projeção é mantendo filantropia, com 15% para ensino e 5% para programa a alunos bolsistas, que é o limite da lei. Hoje, são praticados 16,58% para ensino, e 2,07% para programa a 145 alunos bolsistas; a partir de 2015 foram considerados 15,64% para ensino, e 4,36% para programa a 134 alunos bolsistas, em 2027 foram projetados 15,66% para ensino, e 4,34% para programa a 150 alunos bolsistas. Salientou que a única variável aplicada foi o crescimento ou diminuição do número de turmas. Já na **simulação 2**, a projeção é sem manter a filantropia, mas ofertando bolsas voluntárias para os atuais bolsistas que vão saindo regularmente até 2027 e com pagamento da cota patronal. Se resolver deixar a filantropia os bolsistas que temos hoje permaneceriam e não entrariam mais novos bolsistas. Na **simulação 3**, projeção mantendo filantropia, com 17% de bolsas no ensino e 3% aplicado em programas a alunos bolsistas, que é mais ou menos a situação atual, reduzindo o desencaixe, mas com menor receita. Sendo que o valor da gratuidade dos programas a alunos só poderá ser aplicado para bolsistas 100%, excluindo os demais programas sociais. O conselheiro Luciano, sugeriu que fosse demonstrada uma simulação, cortando a filantropia e sem bolsistas em 2015, para que o conselho tenha todos os cenários para análise; bem como qual o impacto de cada proposta para as famílias. Apresentado o **Orçamento, simulação 1**, sem reajuste de receita e de salário, trabalhado somente com a variação anual do número de turmas, considerando a base 4 e a ocupação, sem pagamento da cota patronal, mantendo a filantropia, com 15% para ensino e 5% para programa a alunos bolsistas. Apresentado, também, o saldo de caixa projetado para cada ano. No **Orçamento, simulação 2**, sem optar pela filantropia oficial, mantidas as bolsas atualmente concedidas na Fundação (bolsas voluntárias - 2015 a 2027), o cálculo apresenta pagamento da cota patronal a partir de 2015, excluídos os investimentos em programas sociais, só contabilizando o valor referente às bolsas de estudo. No **Orçamento, simulação 3,** mantendo a filantropia, com 17% para ensino e 3% para programa a alunos bolsistas, gasto com filantropia e sem gasto com cota patronal, se verifica o saldo de caixa projetado para cada ano.
5. Não tendo sido esgotado o assunto nessa reunião, o Conselho decidiu realizar nova assembleia extraordinária, agendada para o dia 16 de setembro de 2014, devendo ser apresentada uma síntese de todas as propostas, incluindo a simulação sem filantropia e sem bolsistas a partir de 2015, bem como apresentar um parecer técnico com a indicação da posição da área pedagógica, da questão social, do ponto de vista econômico-financeiro listando os prós e contras em manter a filantropia.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Sra. Cristina Pozzobon, encerrou a reunião.

**Cristina Toniolo Pozzobon** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 473/2014 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

**Data:** 16/09/2014, às 19h30min, na sala 305

**Presenças:** membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada, Sra. Cristina Toniolo Pozzobon - Presidente, Sr. Afonso Mossry Sperb - Vice-Presidente, Sr. Edgar Aristimunho - Diretor de Comunicação, Sr. Luís Alexandre Neis - Diretor Financeiro e Sr. Blair Costa D'Ávila - Diretor Jurídico, Profa. Anelori Lange - Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação.

**Principais decisões e deliberações discutidas na reunião extraordinária, com pauta única - Filantropia:**

1. **Filantropia.** Dandocontinuidade às discussões realizadas nas assembleias anteriores sobre o tema, a profa. Anelori que apresentou uma avaliação da posição da Escola sob o aspecto Pedagógico, atendendo à solicitação do Conselheiro Régis Padoa, com o relato da Direção Geral sobre os trabalhos que vem sendo realizados com os alunos bolsistas presentes na escola. Salientou que, na próxima reunião, serão retomadas as questões financeiras, mais práticas que já vinham sendo discutidas nas assembleias passadas. A Profa. Anelori apresentou dados da área pedagógica, detalhado com base nas atuais 145 bolsas de estudos. Salientou que desses 145 alunos bolsistas, 85 tem aproveitamento satisfatório e 60 tem aproveitamento regular e não satisfatório. Destacou que desses 60 alunos, 36 tem famílias com dificuldades de acompanhar o processo escolar. Na avaliação da equipe pedagógica, quando o número de bolsas estava em torno de 80 a 90, a Escola realizava um acompanhamento mais efetivo dos alunos bolsistas para resultando em um melhor aproveitamento, hoje, com número de 145 bolsistas, a preocupação da equipe técnica é de poder dar um suporte mais intensivo para esses alunos, bem como para suas famílias. Com o crescimento do número de bolsas, para atender as exigências da lei, a Direção Geral sinalizou as seguintes preocupações: número elevado de bolsistas por turma e uma demanda de atendimento nas áreas cognitiva, relacional e familiar. Como recomendação, dentro desse cenário, foi sugerida pela área Pedagógica a criação de um Programa de apoio e acompanhamento para alunos bolsistas para atuar como interface junto a equipe pedagógica. Destacou que, em permanecendo na filantropia, é importante que se faça um planejamento do trabalho na área pedagógica no sentido de possibilitar uma estrutura para melhor atender as demandas decorrentes da filantropia. Os conselheiros manifestaram a necessidade de medidas para melhorar o processo de captação de alunos para ocuparem as bolsas ofertadas e melhorar a estrutura de atendimento aos bolsistas. A Sra. Cristina informou que a Diretoria apresentará todas as possibilidades para serem debatidas na próxima reunião. Destacou que a responsabilidade pela decisão de manter ou não a filantropia será do Conselho e que em qualquer uma das opções exigirá muito planejamento e trabalho para a instituição. Disse que está bem satisfeita com o andamento das discussões nas assembleias e salientou o trabalho que o Sr. Afonso, Sr. Blair e Sr. Luis Alexandre vem realizando, nas áreas Jurídica e Financeira, e que dessa forma a discussão poderá avançar no próximo encontro. Ficou acordado que, na reunião ordinária de setembro, serão apresentadas as propostas de cenário analisadas e caso o conselho se sinta à vontade para votar sobre o assunto será encaminhado para votação, caso contrário será encaminhado para votação na reunião ordinária de outubro.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Sra. Cristina Pozzobon, encerrou a reunião.

**Cristina Toniolo Pozzobon** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 474/2014 REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

**Data:** trinta dias do mês de setembro de dois mil e quatorze, às 19h30min, na sala 305

**Presenças:** membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Cristina Toniolo Pozzobon - Presidente, Sr. Afonso Mossry Sperb - Vice-Presidente, Sr. Edgar Aristimunho - Diretor de Comunicação e Sr. Luis Alexandre Neis - Diretor Financeiro, Profa. Anelori Lange – Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação.

**Principais temas, decisões e deliberações discutidos na reunião:**

1. **Leitura e Aprovação das Atas nº 472/14 de 26/08/2014 e nº 473/14 de 16/09/2014**, as atas foram submetidas à votação e foram aprovadas por unanimidade dos presentes.
2. **Relato sobre o Plano Diretor,** a Sra. Cristina fez um breve relato sobre o andamento da seleção dos Escritórios de Arquitetura para o desenvolvimento do estudo preliminar para elaboração do Plano Diretor e Anteprojetos de edificações futuras da Escola. Destacou que a Comissão Organizadora do Concurso, com a assessoria técnica da Arquiteta Nívea Maria Oppermann Peixoto, selecionou três escritórios para participar da primeira etapa do concurso. Informou que os representantes desses escritórios, o arquiteto Sr. Felipe Pacheco, do escritório Felipe Pacheco Arquitetos + Reis, Almeida, Allgayer Arquitetura e Urbanismo, e a arquiteta Sra. Claudia Dall’Igna Rodrigues, do escritório 76A Arquitetura, Urbanismo, Masterplan e Sustentabilidade, confirmaram a participação na primeira etapa do processo, e o Arquiteto Sr. Júlio Ramos Collares, do escritório Júlio Ramos Collares, Dalton Bernardes Arquitetura SS, declinou da participação da empresa no concurso. Informou que a previsão no orçamento de 2014 para o Plano Diretor, aprovado pelo Conselho, foi de R$ 90.000,00 (noventa mil reais). Com a finalidade de balizar esse valor com o praticado no mercado, a Diretoria submeteu à apreciação do Conselho a proposta de ratificação do reajuste desse valor para R$ 100.000,00 (cem mil reais), que serão pagos em duas parcelas, uma de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) quando da contratação do escritório vencedor e outra de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) quando da entrega do projeto pelo escritório e aceite da proposta pela Fundação. Destacou que esse valor não abrange projeto(s) executivo(s) de construções propostas e tampouco projetos complementares. Salientou que de posse do Plano Diretor a Escola poderá pleitear o financiamento junto aos órgãos competentes. A proposta foi ratificada e aprovada por unanimidade dos presentes.
3. **Filantropia,** o Sr Afonso lembra que esta reunião dá sequência ao debate sobre a Filantropia.Conforme combinado na assembleia anterior, apresentou por meio de simulações as projeções orçamentárias da Escola com e sem filantropia, destacando o impacto de cada uma das opções para o futuro da instituição. **Simulação 1**, m*antendo a filantropia, com 17% de bolsistas e 3% de gastos para programa a alunos bolsistas, de 2015 à 2027.* **Simulação 2**, *projeção sem manter a filantropia, mas ofertando bolsas voluntárias para os atuais bolsistas até 2027 (quando finalizaria o tempo de permanência regular dos bolsistas na Escola) e com pagamento da cota patronal*. Após breve debate sobre os dados expostos, o Sr. Afonso apresentou a propostaque a Diretoria entende como sendo a mais adequada, atendendo à legislação em vigor e baseando-se na análise dos cenários apresentados ao Conselho, no parecer técnico da área pedagógica, na questão social e no ponto de vista econômico-financeiro. A **Proposta da Diretoria** é de manter a filantropia obedecendo os critérios legais nos percentuais de 17% e 3% e sem pagar a cota patronal. A Diretoria sugere que a Escola deve se preparar financeiramente para no caso de não conseguir cumprir o critério, definido por lei, de 1 aluno bolsista para cada 5 alunos pagantes, ou, no caso de optar por sair da filantropia. As três propostas apresentaram aumento real das mensalidades para os próximos três anos. Na **proposta 1**, com projeção de aumento real de 8%, sendo aplicado 2% em 2015, 3% em 2016 e 3% em 2017. Dessa forma, a instituição terá condições de pagar 3 anos da cota patronal, mantendo seu equilíbrio financeiro. Na **proposta 2**, com projeção de aumento real de 7%, sendo aplicado 2% em 2015, 2,5% em 2016 e 2,5% em 2017. Na **proposta 3**, com projeção de aumento real de 6%, sendo aplicado 2% em 2015, 2% em 2016 e 2% em 2017. Os valores gerados pelo aumento real de cada proposta, ficará sob responsabilidade do Conselho. Salientou que são várias alternativas, porém a base da proposta da Diretoria permanece a mesma. Destacou que para termos a capacidade financeira plena para decidir se optaremos por manter ou não a filantropia, vai depender de quanto tempo e de qual o percentual que será aplicado anualmente sobre a mensalidade. Após ampla discussão sobre o assunto, a Presidente colocou em votação dois encaminhamentos: dar continuidade à discussão e encaminhar as propostas à votação ainda nesta assembleia ou dar o prazo de 30 dias para análise dos dados apresentados e encaminhar as propostas à votação na próxima assembleia. Com 11 (onze) votos favoráveis a votação nesta assembleia, 24 (vinte e quatro) votos contrários e 06 (seis) abstenções, foi aprovado o encaminhamento da votação na próxima reunião ordinária do Conselho, no dia 28 de outubro de 2014. Ficou acordado que as planilhas serão disponibilizadas no espaço do Conselheiro, juntamente com os demais documentos já apresentados, para subsidiar a análise e decisão dos Conselheiros. A Conselheira Joice solicitou que fosse colocado na área do Conselheiro um resumo esquematizado (tipo um fluxograma) do que será votado. O Conselheiro Sergei sugeriu que fosse eleita uma comissão de captação e seleção para trabalhar no processo de Bolsas para 2015. O Sr. Afonso informou que deverá ser estudada a profissionalização de uma comissão de captação e seleção, não devendo ficar a cargo de um conselho de pais essa atividade.
4. **Assuntos Gerais**, o Sr. Edgar, Diretor de Comunicação, solicitou ajuda dos Conselheiros para que levem aos demais pais e responsáveis as importantes decisões sobre o assunto, que estão sendo encaminhadas no Conselho.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Sra. Cristina Pozzobon, encerrou a reunião.

**Cristina Toniolo Pozzobon** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 475/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

**Data:** 28/10/2014, às 19h30min, na sala 305.

**Presenças:** membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada, Sra. Cristina Toniolo Pozzobon - Presidente, Sr. Afonso Mossry Sperb - Vice-Presidente, Sr. Pedro Chaves Barcellos Filho - Diretor de Obras e Patrimônio, Sr. Edgar Aristimunho - Diretor de Comunicação, Sr. Luís Alexandre Neis - Diretor Financeiro, Profa. Anelori Lange – Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação.

**Principais temas, decisões e deliberações discutidos na reunião:**

1. Aprovação da Ata nº 474/14 de 30/09/2014;
2. Filantropia - votação das propostas, conforme pauta pré-estabelecida, nesta reunião será encaminhada a votação quanto à permanência ou não da Fundação como entidade filantrópica, sendo que, caso o Conselho opte por permanecer na filantropia, será realizado o encaminhamento da votação das propostas que visam a formação de um Fundo de Reservapara sustentabilidade financeira da Fundação no caso de uma eventual inviabilidade de manutenção da filantropia ou perda da condição de filantrópica. Foi acordado entre os presentes que o primeiro momento da reunião será utilizado para reapresentação das propostas em análise e para esclarecimento das dúvidas remanescentes sobre as mesmas. O Vice-Presidente, Sr. Afonso, ratificou que a Proposta da Diretoria é de manter a filantropia obedecendo os critérios legais, nos percentuais de 17% e 3% e a criação de um Fundo de Reserva para sustentabilidade financeira da Fundação no caso de uma eventual inviabilidade da manutenção da filantropia ou perda da condição de filantrópica, definido por lei, de 1 aluno bolsista para cada 5 alunos pagantes. Após discussão sobre o assunto, a Presidente, primeiramente, colocou em votação a permanência ou não na filantropia, foi aprovada, pelo maior número de votos, a permanência na filantropia. Após, o Vice-Presidente colocou em votação criação do Fundo de Reserva ou não, foi aprovada, pelo maior número de votos, a criação do Fundo. Em seguida, colocou em votação as propostas para a composição do Fundo: ***Proposta 1 -* apresentada pelo Conselheiro José Carlos Monteiro da Conceição que consiste na definição do índice de reajuste das mensalidades no orçamento de 2015, com base na projeção do dissídio da categoria, mais o reajuste real para os professores já aprovado pelo Conselho e pela Fundação, devendo ser destinado ao Fundo de Reserva o valor resultado da diferença entre o aumento efetivamente concedido e a projeção anterior do dissídio. A proposta ainda determina que em 2015 se definirá os percentuais para compor os 8% de aumento real proposto em até 2018.** *Proposta 2* - o Conselheiro Fábio Pfeiff, solicitou a inclusão da proposta para que se forme o Fundo com o valor equivalente a 5 milhões, até 2019. *Proposta 3* - a Diretoria ratificou a proposta de aumento real de 8% nas mensalidades, sendo aplicados os percentuais de aumento de 2% em 2015, 3% em 2016 e 3% em 2017, com cobrança até 2020. *Proposta 4* - a Conselheira Angélica Carvalho da Silva Armani, solicitou a inclusão da proposta mais prolongada de aplicação do aumento real de 8% nas mensalidades, sendo 2% em 2015, 2% em 2016, 2% em 2017 e 2% em 2018, com cobrança até 2020. Foi aprovado pelo Conselho que deverão ser incorporadas as regras para utilização do Fundo de Reserva, em todas as propostas apresentadas, e que deverão ser obrigatoriamente aprovadas na reunião do Conselho Deliberante de dezembro. **Após lançadas as propostas, foi feito o encaminhamento para votação e foi aprovada, pelo maior número de votos, a *Proposta 1*.** Ficou acordado que em 2015 serão definidos os percentuais para atingir os 8% de aumento real proposto, em até 4 anos. Em 2020, o Conselho deverá definir sobre a continuidade da cobrança;
3. Apresentação do status das obras realizadas quando da constituição do Fundo de Investimento 2015. Apresentadasas obras necessárias para 2015 e aprovadas as obras prioritárias que serão realizadas com fundo de investimento de 2015. Ficou acordado, ainda, que caso reste algum saldo no Fundo de Investimento, essa verba poderá ser utilizada em outras obras menores. As demais obras serão avaliadas pelo Conselho Deliberante, após o recebimento do Plano Diretor;
4. Apresentado o Calendário Geral de 2015;
5. Assuntos Gerais: Informado que está sendo elaborado um mural com fotos dos conselheiros de 2014, ano em a escola completou 50 anos, para fazer parte dos registros históricos da instituição.

Nada mais havendo a ser discutido a Presidente, Sra. Cristina, encerrou a reunião.

**Cristina Toniolo Pozzobon** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 477/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

**Data:** nove dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às 19h30min, na sala 305.

**Presenças:** membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada, Sra. Cristina Toniolo Pozzobon - Presidente e Sr. Afonso Mossry Sperb - Vice-Presidente, Profa. Anelori Lange – Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação.

**Principais temas, decisões e deliberações discutidos na reunião:**

1. Aprovação da Ata nº 476/14 de 25 de novembro de 2014;
2. Filantropia, a Sra. Cristina apresentou a definição das regras do Fundo de Reserva para provisão de recurso financeiro no caso de eventual inviabilidade da manutenção da filantropia Após análise e incorporação de adendos feitos pelos membros do Conselho a Presidente, Sra. Cristina, encaminhou à aprovação do colegiado a **proposta com as *Regras do Fundo de Reserva para sustentabilidade da Fundação no caso de eventual inviabilidade da manutenção da filantropia ou perda da condição de entidade filantrópica,* que foram aprovadas pela unanimidade dos presentes.** Foi feita a ressalva de que a proposta aprovada deverá ser anexada a esta ata de reunião e de que a redação final do texto será aprovada *ad referendum* na reunião de março de 2015;
3. Assuntos Gerais, Comissão Eleitoral, o Vice-Presidente relembrou que em maio/15 será realizada a eleição para reposição parcial do Conselho Deliberante e ressaltou a importância da Comissão Eleitoral. Controle de Qualidade dos Serviços prestados pela Direção da Escola, a Presidente informou que a Diretoria da Fundação se reúne, semanalmente, com a Direção Pedagógica e a equipe Administrativa para discutir e tomar ciência de todas as questões da Escola. Ressaltou que cabe à Diretoria Pedagógica, através dos seus mecanismos e instâncias, CTAP e Coordenações, a avaliação técnica dos indicadores e dos processos avaliativos dos serviços prestados pela área pedagógica como um todo, de acordo com o projeto político-pedagógico da escola, e que os resultados obtidos nessas avaliações são repassados sistematicamente para apreciação da Diretoria Executiva e, oportunamente, apresentados ao Conselho Deliberante. Aproveitou para agradecer e parabenizar pelo trabalho prestado à escola ao longo do ano, bem como desejar a todos Conselheiros e seus familiares boas festas e boas férias.

Nada mais havendo a ser discutido a Presidente, Sra. Cristina, encerrou a reunião.

**Cristina Toniolo Pozzobon** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

****

**FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

**Conselho Deliberante**

**ANEXO DA ATA Nº 477/14 – de 09 de dezembro de 2014**

**REGRAS DO FUNDO DE RESERVA**

Considerando:

1. As alterações na legislação atinente à filantropia, que modificam os percentuais e forma de cálculo das contrapartidas pela Escola;
2. Os riscos de que novas alterações na legislação ou na interpretação da legislação vigente possam gerar perda, total ou parcial, da condição de filantropia;
3. O impacto financeiro que a eventual inviabilidade da manutenção da filantropia ou perda da condição de entidade filantrópica podem acarretar;
4. O compromisso do Conselho Deliberante em vigiar e preservar o bom nome, o patrimônio e saúde financeira do Colégio;
5. A necessidade de orientar as futuras Diretorias e Conselhos Deliberantes da Fundação quanto aos motivos, objetivos e propósitos do Fundo de Reserva;
6. Que o Conselho Deliberante decidiu pela manutenção da sua condição de filantrópica, na forma da lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Decidiu-se também pela criação do Fundo de Reserva para sustentabilidade financeira da Fundação. Para tanto, estabelece-se o presente Regulamento:

1. A provisão se destina, exclusivamente:
2. A dotar a Fundação de recursos financeiros para se houver eventual inviabilidade da manutenção da filantropia ou perda da condição de entidade filantrópica a partir de 2021;
3. A fazer frente aos pagamentos da cota patronal do INSS, caso venha a perder a condição de filantropia antes de2021.

2 - A composição desse Fundo se dará conforme as regras estabelecidas na assembleia nº475/2014, de 28 de outubro de 2014, sintetizadas a seguir:

*A proposta aprovada pelo Conselho, pelo maior número de votos, para composição do Fundo, consiste na definição do índice de reajuste das mensalidades no orçamento de 2015, com base na projeção do dissídio da categoria, mais o reajuste real para os professores já aprovado pelo Conselho e pela Fundação, devendo ser destinado ao Fundo o valor resultante da diferença entre o aumento efetivamente concedido e a projeção anterior do dissídio. A proposta determina, ainda, que em 2015 serão definidos os percentuais para atingir os 8% de aumento real proposto, em até 4 anos, e que em 2020 o Conselho deverá definir sobre a continuidade da cobrança.*

 3 - A quantia provisionada deverá ser depositada em aplicação financeira e somente poderá ser utilizada para destino diverso por decisão de maioria absoluta (metade mais um do número total de conselheiros) do Conselho Deliberante.

1. Salvo utilização para cobertura dos valores relativos à perda da condição de filantrópica, 50% do saldo deste Fundo deverá ser mantido como Fundo de Reserva, que poderá ser utilizado mediante autorização do Conselho Deliberante, para projetos especiais, desde que estabelecida a forma de sua restituição ao Fundo.

 4 - Em 2020, quando da análise pela Fundação da continuidade de seu programa de bolsas para não pagamento de cota patronal, também decidirá sobre a continuidade do provisionamento e, consequentemente, seu destino.

5- Apresentar a pauta da reunião sobre tema Filantropia com antecedência 10 dias.

6- Para alteração desse regulamento será necessária a maioria absoluta (metade mais um do número total de conselheiros) do Conselho Deliberante.

**Cristina Toniolo Pozzobon** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 479/2015 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

**Data:** vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e quinze, às 19h30min, na sala 305

**Presenças:** membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional Joao XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Cristina Toniolo Pozzobon - Presidente, Sr. Afonso Mossry Sperb - Vice-Presidente e Sr. Luís Alexandre Neis - Diretor Financeiro e Sr. Edgar Aristimunho - Diretor de Comunicação, Profa. Anelori Lange – Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger – Gerente Administrativo-Financeira e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação.

**Principais temas, decisões e deliberações discutidos na reunião:**

1. **Aprovada a Ata nº 478, de 31 de março de 2015** por unanimidade dos presentes.
2. **Ratificação do Orçamento 2015,** a Sra. Cristina apresentou as *Premissas Orçamentárias de 2015*, fazendo um comparativo entre o orçado e o realizado: no número de alunos, salientou que no realizado em 2015 teve uma redução, ficando o total de alunos em 1094 (-38), desses 949 (-30) são pagantes e 145 (-8) são bolsistas, aumentou número de cancelamentos para 98 (+51), teve um aumento no número de alunos novos ficando em 160 (+16) e o número de turmas se manteve em 48. O reajuste das mensalidades foi de 11,0% para todas as etapas. A inadimplência de 4% linear e recuperação de 1%. Joãozinho Legal – 4 modalidades, reajuste 11% - orçado 84 e realizado 78 alunos. Centro de Idiomas - orçado 62 e realizado 43 alunos. Campanha de antecipação – foram realizadas 49 antecipações. Dissídio da categoria e aumento real – o dissídio previsto é de 7,5% (INPC de 6,8% e ganho real 0,7%) e aumento real do valor hora (2ª parcela, definida pelo João XXIII, de R$ 0,65, R$ 0,65 e R$ 1,15, respectivamente, para de P1 e P2 e P3). Sra. Fátima relatou que as rodadas de negociações para definição do acordo coletivo junto ao Sinepe, Simpro e Sintae e salientou que não foram concluídas, bem como o percentual do dissídio ainda não foi homologado, possivelmente sairá no início da próxima semana. Reajustes de outras despesas contratuais – 7,5%. Provisão do Sistema “S” – foi revertido o valor de R$ 63.890,00 e provisionado para 2015 R$ 68.876,00. Fundo de Investimento – o orçado foi de R$ 326.659,00 e o realizado R$ 353.375,00, sendo que em dezembro 2014, foi utilizado o valor de R$ 45.570,00, para iniciar as obras aprovadas no Conselho Deliberante, portanto o saldo transferido para 2015 foi de R$ 8.280,00. O Investimento realizado em infraestrutura - R$ 314.402,48; em Informática, equipamento e móveis - R$ 148.8143 e no Plano Diretor - R$ 105.000,00. Passou a palavra para Sra. Fatima que fez apresentação do *Orçamento*, realizado 2015 comparando com orçado em novembro 2014. O total das receitas ficou em R$ 13.142.795 com redução de R$ 404.000, referente a redução do número de alunos para 1092. O total das despesas ficou em R$ 12.759.907 com redução de R$ 146.000. No resultado operacional, em Receitas Operacionais Outras salientou um pequeno incremento em função das recuperações judicias. Nos investimentos destacou que teve diferença a maior em função do Plano Diretor, que não foi realizado em 2014 e foi transferido o saldo para 2015. No fundo de investimentos - destinação da verba permanece os R$ 326.000, porém ainda não foram realizados os projetos de sistema de alarmes e da acessibilidade, no valor de R$ 120.000, que foram autorizados pelo Conselho Deliberante em outubro 2014. A provisão do Sistema S e o Parcelamento do INSS se mantem. Reserva da filantropia - 1% no valor de 179.539. O orçamento fechou com o valor de R$ (-) 351.926. Seguiu apresentando o *Fluxo de Caixa* de março de 2015. O saldo inicial de março é de R$ (-) 128.202, tivemos um total de entradas de R$ 12.744.052 e total de saídas R$ (-) 12.197.349. Os Investimentos e o Fundo de Investimentos R$ (-) 581.336. Com a amortização do empréstimo última parcela, R$ (-) 19.501; a provisão do Sistema S de R$ (-) 137.754 e a Reserva de Filantropia de R$ (-) 179.539, terminaremos o ano com um déficit de R$ (-) 499.628. Salientou que esse valor negativo é contábil, pois temos na reserva, em separado, os valores de Fundo de Investimento R$ 280.000 + Provisão Sistema S R$ 68.878 + Reserva da Filantropia R$ 179.539. A Diretoria da Fundação abriu espaço para os questionamentos e esclareceu as dúvidas remanescentes sobre a peça orçamentária e as ações que a instituição está realizando para minimizar esse déficit. A Diretoria da Fundação encaminhou para apreciação da assembleia a proposta de reverter o recurso de R$ 120.000 do Fundo de Investimento, referente as obras de instalação do sistema de alarmes (R$ 70.000) e de acessibilidade - elevador (R$ 50.000), aprovados pelo Conselho Deliberante em outubro/14, que não foram realizadas até o momento, para custear o pagamento das obras de infraestrutura realizadas em janeiro/15, com verba do orçamento 2015. A seguir a Presidente solicitou o **Parecer do Conselho Fiscal** sobre a ratificação do Orçamento 2015. O Conselheiro Tuchaua representando o Conselho Fiscal informou que o *Parecer do Conselho* é favorável à aprovação do Orçamento 2015, com a formação de um grupo de trabalho, composto pela Diretoria da Fundação, Diretoria Pedagógica e Conselho Fiscal para fazer acompanhamento, análise e diagnóstico com a finalidade de buscar soluções para aumentar a receita da instituição. Foi encaminhado para votação do Conselho Deliberante a autorização para o uso do recurso do fundo de investimento, no valor de R$ 120.000, para custear os valores a gastos a maior nas obras estruturais realizadas: Secretaria do 6º ano Ensino Fundamental ao Ensino Médio, Sala da Direção e Grêmio Estudantil, Doca de Resíduos e Depósito do Ginásio e Sala dos 3º anos do Ensino Médio. A execução das obras não realizadas será a partir de agosto/15 com a arrecadação do Fundo de Investimento de 2016. Do total de 25 (vinte e cinco) conselheiros, estavam 3 (três) conselheiros suplentes sem direito a voto e 4 (quatro) conselheiros saíram antes da votação. Na contagem dos votos válidos obtivemos: 18 (dezoito) votos a favor da aprovação; nenhum voto contra e nenhuma abstenção. Após, a Presidente submeteu a *Ratificação do Orçamento 2015* à aprovação do Conselho Deliberante, que foi aprovado, sem alterações, por unanimidade dos presentes. Após, a Presidente colocou em pauta o **agendamento da reunião extraordinária para definir os índices de aumento para 2016, 2017 e 2018 para compor o Fundo para provisão de recurso financeiro no caso de perda ou desistência voluntária da condição de entidade filantrópica.** Ficou acordado para o dia 12 de maio de 2015, terça-feira, às 19h30min.
3. **Eleições 2015**, a Coordenadora da Comissão Eleitoral, Conselheira Maria Luiza Pont fez um breve relato sobre o empenho da equipe nas atividades realizadas na Feira do Livro para captação de candidatos, sobre os objetivos propostos pela Comissão para estimular os pais, tanto a votarem como a se candidatarem para participar do Conselho Deliberante, e sobre a meta proposta pela Comissão Eleitoral que era receber pelo menos uma inscrição para as turmas com cargos com vacância.
4. **Assuntos Gerais**, o Vice-Presidente, Sr. Afonso comunicou que a Escola ganhou em segunda instância a ação popular que havia sido ajuizada para derrubar o Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS. Nada mais havendo a tratar encerrou a reunião.

**Cristina Toniolo Pozzobon** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 480/2015 - REUNIÃO EXTRORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

**Data:** 12/05/2015, às 19h30min, na sala 305.

**Presenças:** membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, e os membros da Diretoria da Fundação, representada por Sra. Cristina Toniolo Pozzobon - Presidente, Sr. Afonso Mossry Sperb - Vice-Presidente e Sr. Luís Alexandre Neis - Diretor Financeiro, à exceção do Sr. Blair Costa D'Ávila - Diretor Jurídico, do Sr. Pedro Chaves Barcellos Filho - Diretor de Obras e Patrimônio e do Sr. Edgar Aristimunho - Diretor de Comunicação, cujas ausências foram previamente justificadas. Estiveram presentes, também, Profa. Anelori Lange – Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação.

**Principais temas, decisões e deliberações discutidos na reunião:**

1. Comunicação sobre a abertura do Edital nº 9 - Processo Seletivo de Bolsa Filantropia, para preenchimento de 12 vagas, para ingresso em junho de 2015.
2. Aprovação, pela maioria dos votos, dos índices de aumento real nas mensalidades de 2% em 2016, de 2% em 2017 e de 2% em 2018 para compor o **Fundo de Reserva para Sustentabilidade,** aprovado na assembleia nº475/14, de 28 de outubro de 2014.
3. Discussão sobre o acesso ao estacionamento, sugerido pelo Conselheiro Fábio Pfeiff, ficou acordado que deverá ser reencaminhada para pauta da próxima reunião ordinária.

Nada mais havendo a tratar a Presidente da Fundação, Sra. Cristina Pozzobon, encerrou a reunião.

**Cristina Toniolo Pozzobon** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 488/2015 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

**Data:** 24/11/2015, às 19h30min, na sala 305.

**Presenças:** membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Cristina Toniolo Pozzobon - Presidente e Sr. Afonso Mossry Sperb - Vice-Presidente, Sr. Luís Alexandre Neis - Diretor Financeiro, Sr. Pedro Chaves Barcellos Filho - Diretor de Obras e Patrimônio, Sr. Edgar Aristimunho - Diretor de Comunicação, Profa. Anelori Lange – Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação.

**Principais temas, decisões e deliberações discutidos na reunião:**

1. Aprovação das Atas das Reuniões Ordinária nº 486/15 e Extraordinária nº 487/15 – Eleição da Diretoria Executiva, de 27 de outubro de 2015, sem ressalvas, por unanimidade dos presentes;
2. Apresentação do histórico de fatos, ações realizadas e decisões importantes deliberadas, nos últimos 5 anos, pelo Conselho Deliberante da Fundação, que definiram as condições atuais da Fundação. Destaque para a importância da participação dos Conselheiros e da comunidade escolar para o futuro da Escola.
3. Aprovação do **Orçamento para 2016**, com percentual de reajuste de 14,5% nas mensalidades em todas as etapas, aplicado a partir de março de 2016, sendo 12,5% para suprir o reajuste salarial e demais despesas ordinárias, bem como provisões e investimentos contemplados dentro do orçamento, e 2,0% para a Reserva de Sustentabilidade, com percentual de reajuste de 12,5% para o Joãozinho Legal e o Centro de Idiomas, e com oferta de desconto de 7,0% somente na modalidade anual (12 parcelas), foi aprovado pela maioria dos votos dos presentes.
4. Assuntos Gerais: definida a data da próxima e última reunião do ano para o dia 08 de dezembro de 2015.

Nada mais havendo a tratar a Presidente da Fundação, Sra. Cristina Pozzobon, encerrou a reunião.

**Cristina Toniolo Pozzobon** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 490/2016 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Data: vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezesseis, às 19h30min, na sala 305

Presenças: membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva - Presidente, Sr. Tuchaua Pereira Rodrigues - Vice-Presidente, Sr. Edgar Aristimunho - Diretor de Comunicação, Sr. José Alencar Lummertz – Diretor Financeiro, Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo - Diretora Jurídica, Profa. Anelori Lange - Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira, Sr. Roberto da Silva Medeiros – Contador da Patrimonial Assessoria Contábil Ltda., Sr. Alexandre dos Santos Valente e Sr. Vinicius Scherer – Auditores Independentes da JUENEMANN & ASSOCIADOS Auditores e Consultores, Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação.

**Principais temas, decisões e deliberações discutidos na reunião:**

1. **Ata da Reunião Ordinária nº 489/15, de 08 de dezembro de 2015**, com a proposta de ajuste na redação, encaminhado pelo Conselheiro José Carlos Monteiro da Conceição, na pauta **Proposta de readequação do espaço da Lojinha da Top Sul**, onde se lê “...*nas despesas de construção no valor de R$ 70.000,00 por conta da Top Sul;*...” leia-se “...*nas despesas de construção, por ora estimadas em R$ 70.000,00, serão de total responsabilidade da Top Sul;*...”. O ajuste foi aceito pelo Conselho e a ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Com relação à sugestão de inclusão do ponto de pauta *“Formação do Grupo de Trabalho da Lojinha Top Sul”*, nesta reunião de 29 de março de 2016, solicitado pelo Conselheiro José Carlos Monteiro da Conceição, foi definido pelo conselho que o tema será pautado na próxima reunião, em abril.
2. Em seguida, o Sr. Roberto da Silva Medeiros, Contador da Patrimonial Assessoria Contábil Ltda. apresentou a análise detalhada do **Balanço Patrimonial 2015**, fazendo um comparativo entre 2015 e 2014, das Demonstrações Contábeis com as respectivas Notas Explicativas de encerramento do exercício de 2015, cujo material foi previamente disponibilizado no espaço dos Conselheiros para apreciação. Durante a apresentação das demonstrações contábeis e das respectivas notas explicativas foram esclarecidas as questões levantadas pelos membros do Colegiado.
3. Em continuidade, o Sr. Alexandre dos Santos Valente, Auditor Independente, apresentou o **Parecer da Auditoria do exercício de 2015**, emitido pela JUENEMANN & ASSOCIADOS - Auditores e Consultores, em 16 de março de 2016, referente ao exame das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2015, a revisão dos controles internos, aspectos fiscais, legais e societários e a avaliação dos riscos e contingências, informando que “*as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Educacional João XXIII, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil*”. Aproveitou para elogiar os processos e controles do João XXIII, destacando que a gestão financeira está sendo muito bem administrada pela Sra. Fátima Eschberger, Gerente Administrativa e Financeira, e sua equipe. Destacou que o resultado desse trabalho resultou em um relatório de auditoria limpo e sem ressalvas. Ressaltou que o Relatório da LS Auditoria e Consultoria Contábil S/S Ltda. sobre as Demonstrações Contábeis do exercício de 2014, datado de 13 de março de 2015, também foi emitido sem ressalvas. A Presidente da Fundação, Sra. Laura Maria da C. E. Silva, solicitou ao Conselho Fiscal que emitisse seu parecer sobre as peças contábeis apresentadas ao Conselho Deliberante. Os Conselheiros, Sr. Telmo Morsch dos Reis, Sr. Martin Brack e Sr. Ronaldo Sajonc Genta, membros do Conselho Fiscal, comentaram a análise realizada nos dados apresentados e emitiram o parecer unanime do Conselho Fiscal recomendando ao Conselho Deliberante a aprovação plena do conjunto das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas apuradas em 31 de dezembro de 2015 e do Parecer da Auditoria do exercício de 2015, conforme Parecer do Conselho Fiscal datado de 23 de março de 2016. Após análise dos documentos apresentados, a Presidente da Fundação submeteuà votação do Conselho Deliberante a aprovação das Demonstrações Contábeis e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício de 2015, sem ressalvas. *Foram aprovados o Balanço Patrimonial e o Parecer da Auditoria, do exercício de 2015, por unanimidade dos votos.* A Gerente Administrativo-Financeira agradeceu, em nome da Fundação, ao Sr. Roberto da Silva Medeiros – Contador da Patrimonial Assessoria Contábil Ltda., aos Srs. Alexandre dos Santos Valente e Vinicius Scherer – Auditores Independentes da JUENEMANN & ASSOCIADOS - Auditores e Consultores pela presença e pelo trabalho realizado. O Conselheiro Silvio Luiz Braga e Silva solicitou o registro em ata do agradecimento do Conselho Deliberante ao excelente trabalho realizado pela Sra. Fátima Eschberger. O Conselheiro Daniel S. Baptista questionou se os processos de gerenciamento contábil e fiscal da Escola estão alinhados e “andando por conta própria”, o Auditor, Sr. Alexandre Valente ratificou que os processos já definidos foram testados e estão adequados ao porte e ao volume da demanda.
4. **Plano de Ação da Diretoria Executiva para ano de 2016,** da gestão 2016-2017, dando continuidade ao trabalho em andamento na gestão anterior, abordando os seguintes eixos Planejamento Estratégico, Plano Diretor e Filantropia. Com relação ao ***Planejamento Estratégico***, apresentou as discussões prioritárias: Sustentabilidade Econômico-Financeira da Fundação; Manutenção da Proposta Pedagógica e Valorização dos empregados, modernização e adaptação da estrutura física. Informou que este processo de elaboração do Planejamento deverá resultar de uma discussão conjunta com o Conselho e as demais áreas da comunidade escolar. Apresentou, ainda, um resumo das 4 (quatro) propostas de trabalho recebidas das empresas de Consultoria: Dextron Management Consulting, Beringer Consulting, Focus - Assessoria Empresarial e Educacional Ltda. (parceria com SINEPE) e Quantum Consultores Associados, com prazos, preços e forma de pagamento e propôs a formação de um Grupo de Trabalho para realizar, previamente, o estudo detalhado das propostas para apresentação ao Conselho, na reunião de abril ou de maio, de forma mais elaborada. Destacou que o prazo médio inicial é de projetar os próximos 5 anos, podendo ser estendido caso tenha necessidade. Ficou estabelecido que o material sobre o Planejamento Estratégico entregue às empresas de Consultoria será disponibilizado no espaço do Conselheiro para consulta e análise. *Encaminhada a criação do Grupo de Trabalho do Planejamento Estratégico composto por: LAURA MARIA DA CONCEIÇÃO EIFLER SILVA - Presidente / COORDENADORA; JOSE ALENCAR LUMMERTZ - Diretor Financeiro; ALEXANDRE OZORIO KLOPPEMBURG – Conselheiro; ANDREA TABAJARA BICHINHO TRAJANO - Conselheira; DANIEL JULIANO DOEDERLEIN SOARES – Conselheiro; DANIEL SOUZA BAPTISTA – Conselheiro; JOÃO BATISTA SANTAFÉ AGUIAR – Conselheiro e JOSÉ CARLOS MONTEIRO DA CONCEIÇÃO – Conselheiro*. A seguir, passou a palavra ao Vice-Presidente tratou sobre a a segunda prioridade, qual seja, “obras”. O vice-presidente informou que, norteados pelo ***Plano Diretor***, a proposta é de discutir a implementação da 1ª fase do Plano, o que representa buscar fontes de financiamento e a elaboração do projeto executivo para a 1º fase das Obras do Plano Diretor, que implica, inclusive, na construção das 3 salas de aula para atender a demanda de alunos em 2019; e tratar sobre a questão da capacidade de utilização da energia elétrica em função da necessidade de ampliação da carga da subestação que está chegando ao seu limite e medidas de economia, como a troca de lâmpadas. *Encaminhada a criação do Grupo de Trabalho da Elétrica e das Salas composto por: DEMETRIO LUIS GUADAGNIN - Diretor de Obras e Patrimônio / COORDENADOR; TUCHAUA PEREIRA RODRIGUES - Vice-Presidente; ALEXANDRE OZORIO KLOPPEMBURG – Conselheiro; DANIEL SOUZA BAPTISTA – Conselheiro; MARTIN BRACK - Conselheiro; RONALDO SAJONC GENTA – Conselheiro e SILVIO LUIZ BRAGA E SILVA - Conselheiro.* Com relação à ***Filantropia***, a Diretora Jurídica propôs retomar as reuniões da Comissão Permanente de Filantropia com objetivo de encontrar alternativas que atendam aos critérios estabelecidos na nova legislação (1 bolsista para cada 5 alunos pagantes) e que não onerem o desenvolvimento pedagógico. Comentou sobre a situação atual das bolsas, número total de bolsistas em 2016 e sobre o edital de reposição de bolsas do processo em andamento. *Encaminhada a recomposição da Comissão Permanente de Filantropia composta por: CANDICE ORLANDIN PREMAOR GULLO - Diretora Jurídica / COORDENADORA; LAURA MARIA DA CONCEIÇÃO EIFLER SILVA – Presidente; TUCHAUA PEREIRA RODRIGUES - Vice-Presidente; ANELORI LANGE - Diretora Geral; MARIA TEREZA COELHO - Vice-Diretora; FÁTIMA ESCHBERGER - Gerente Administrativo-Financeira; IVANA TRES DEPAOLI - Coordenadora Financeiro e Tesouraria; FERNANDA VENCATO RADAJERSKI - Secretária de Ensino; DANIEL JULIANO DOEDERLEIN SOARES – Conselheiro; ELAINE MARIA VOEGELI ANELE – Conselheira; PAULO ROBINSON DA SILVA SAMUEL – Conselheiro; TELMO MORSCH DOS REIS – Conselheiro; AFONSO MOSSRY SPERB - Ex-Vice-Presidente; BLAIR COSTA D'AVILA - Ex-Diretor Jurídico.* A Secretária da Fundação passará aos grupos os dados de e-mail e telefones para contato de seus integrantes.
5. **Eleições para Conselheiros** a Coordenadora da Comissão Eleitoral, Conselheira Maria Luiza Pont, informou que a partir do dia 30 de março de 2016 a Fundação dará início ao processo de eleições para renovação parcial dos membros do Conselho Deliberante. As inscrições das candidaturas ocorrerão de 20/04 a 02/05/2016, através da ficha de inscrição que será disponibilizada na Portaria e no site da Escola ([www.joaoxxiii.com.br](http://www.joaoxxiii.com.br)) ou através do registro de interesse pelo e-mail [eleicoes@joaoxxiii.com](mailto:eleicoes@joaoxxiii.com), constando nome do candidato, telefone, nome do aluno e turma. Para mais informações contatar com os membros da Comissão Eleitoral e/ou com a Secretária da Fundação através do e-mail [secretaria.fundacao@joaoxxiii.com](mailto:secretaria.fundacao@joaoxxiii.com).
6. **Recomposição da Comissão Eleitoral** o pai da Escola, Sr. MARCUS VINICIUS KSSESINSKI, que participou como ouvinte da assembleia, se disponibilizou para participar da Comissão Eleitoral preenchendo a vaga de suplente em aberta.
7. **Recomposição do Conselho Fiscal** será realizada na próxima reunião do Conselho Deliberante.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva, encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 491/2016 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Data: vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às 19h30min, na sala 305

Presenças: membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sr. Tuchaua Pereira Rodrigues - Vice-Presidente, Sr. Demétrio Luís Guadagnin – Diretor de Obras e Patrimônio, Sr. José Alencar Lummertz – Diretor Financeiro, Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo - Diretora Jurídica, Profa. Anelori Lange - Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira, Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação.

**Principais temas, decisões e deliberações discutidos na reunião:**

1. Antes de dar início a assembleia o Vice-Presidente, Sr. Tuchaua Rodrigues, comunicou que por motivo de saúde a Presidente da Fundação não se fez presente e que ele conduziria a assembleia.
2. **Ata nº 490/16 de 29 de março de 2016**, que foi aprovada sem ressalvas pela unanimidade dos presentes.
3. **Ratificação do Orçamento 2016**, conforme material enviado aos Conselheiros para análise prévia. Nas *Premissas Orçamentárias 2016*, fez um comparativo entre o orçado e o realizado em 2016: total de 1.104 alunos; 942 alunos pagantes (incremento de 19 alunos); 162 alunos bolsistas (diminuição de 2 alunos e previsão de ingresso de 4 alunos bolsistas no processo seleção em andamento do Edital nº3/2016); 61 cancelamentos (aumento de 1 cancelamento face ao previsto); 129 alunos novos (incremento de 25 alunos) e 48 turmas se mantiveram. A inadimplência linear de 4,8% (em 2015 foi de 3,46%) e recuperação de 1%. Na receita, o reajuste foi de 14,50% nas mensalidades de todas as etapas. O dissídio da categoria previsto foi de 10,5% (INPC de 10,5%) e o INPC realizado foi de 11,08%, destacou que a diferença já foi prevista no orçamento. Ratificou que a antecipação do reajuste salarial de 10,5% foi creditada na Folha de Pagamento do mês de março 2016, conforme aprovado no Conselho Deliberante, e que a diferença será paga após a homologação do acordo coletivo, prevista para o dia 30 de maio de 2016. Comentou que as demais Escolas seguiram a orientação do sindicato patronal de antecipar, em março, somente 6,0% do INPC. Após discussão e esclarecimentos aos Conselheiros, o Vice-Presidente, Sr. Tuchaua Rodrigues, encaminhou à votação a proposta do Conselheiro José Carlos Monteiro da Conceição de antecipar a integralidade do reajuste de 11,08%, na Folha de Pagamento do mês de abril. Dos 26 (vinte e seis) Conselheiros, 22 (vinte e dois) estavam aptos para votar, 4 (quatro) eram suplentes sem direito a voto e 1 (um) saiu antes da votação. *Com 3 (três) votos a favor da antecipação de 11,08%, 18 (dezoito) votos contrários a antecipação de 11,08% e nenhuma abstenção, foi deliberado que seja mantido somente o pagamento da antecipação de 10,5%, em abril, e que o pagamento da integralidade do reajuste homologado do dissídio pelo Sindicato Patronal, e as diferenças retroativas à 1º de março de 2016 sejam pagas em maio de 2016.* O Joaozinho Legal, nas 4 modalidades, teve o reajuste de 12,5% e uma diminuição do número de alunos, ficando em 59 alunos inscritos, sendo que 12 alunos passaram para o 5º ano e até o momento estas vagas não foram preenchidas. O Centro de Idiomas, também, teve o reajuste de R$ 12,5%, mas teve um acréscimo de 13 alunos. A Campanha de antecipação de anuidades se manteve na média de anos anteriores com 49 adesões. O reajuste de Outras Despesas Contratuais foi em média de 10%. A provisão do Sistema “S” em 2015/2016 foi de R$ 68.876,20 e provisionado para 2016 em R$ 77.621,67. Valor da reversão final 2015/2016 foi de R$ -68.876,20. No Fundo de Investimento, aprovado em setembro de 2015 pelo Conselho Deliberante, o orçado foi de R$ 276.000,00 e o realizado foi de R$ 282.600,00. Na destinação da verba, informou que a parte aprovada do PPCI – alarme de incêndio, sistema de hidrantes e plano de emergência já foram concluídas as obras; já a acessibilidade – elevador mais infraestrutura física, está em fase de conclusão; elétrica – início da ampliação da subestação e QGTB - em estudos pelo respectivo Grupo de Trabalho. O Fundo de Sustentabilidade, em 31/03/2016, tinha saldo de R$ 252.953,00. No Orçamento, apresentou a comparação do realizado de 2015 com o realizado até outubro mais orçado até dezembro de 2015. O total das receitas ficou em R$ 13.103.905,00 com redução de R$ 22.056,00 e das despesas ficou em R$ 12.471.303,00 com redução de R$ 226.684,00, em função de despesas autorizadas e não realizadas em 2015. No resultado operacional, em Receitas Operacionais Outras salientou um pequeno incremento em função das recuperações judicias. A provisão do Sistema S e o Parcelamento do INSS se mantiveram. A Reserva de Sustentabilidade Total no valor de 166.500,00. O orçamento fechou com o saldo final após reversão do Sistema “S” (reversão 2015) e transferência saldo Fundo 2015 para 2016 no valor de R$ 131.063,00. Após, apresentou a comparação do orçado de novembro de 2016 com o realizado até março mais orçado até dezembro 2016. A Receita Total ficou em R$ 14.845.874,00 com aumento de R$ 305.058,00, em função do incremento de 19 alunos pagantes. A Despesa Total ficou em R$ 13.956.561,00 com uma redução de R$ 6.323,00. Destacou que na rubrica Pedagógico a redução de R$ 5.113,00 foi na rubricado Conselho de Alunos por alinhamento de saldo no final de 2015, na rubrica Joãozinho Legal a redução de R$ 35.020,00 foi em função da diminuição do número de alunos e na rubrica Administrativo com o aumento de R$ 35.000,00 relativo a um muro de divisa entre o João XXIII e o COR, avariado em fevereiro de 2016 e que acordamos dividir as despesas de manutenção entre as duas instituições. Resultando uma diferença na Despesa Total de R$ 6.323,00 a menor, no realizado de março mais orçado de 2016. No resultado operacional, as Receitas Operacionais Outras se mantiveram praticamente inalteradas. Na rubrica de Investimentos houve o incremento de R$ 40.000,00, para atender adequações no PPCI, em função das mudanças exigidas na Lei em 2015 e conhecidas somente em fevereiro de 2016. A provisão do Sistema S e o Parcelamento do INSS se mantiveram. A Reserva de Sustentabilidade Total se manteve inalterada no valor de R$ 411.060,00. O orçamento fechou com o saldo final após receita não operacional, investimentos e provisão realizada até março mais orçada até dezembro de 2016 ficou em R$ 310.254,00. Seguiu apresentando o Fluxo de Caixa fazendo a comparação do realizado de 2015 com o realizado até outubro mais orçado até dezembro de 2015. No realizado de 2015, o saldo inicial foi de R$ (-) 128.202,00, o total de entradas de contribuições e de contribuições antecipadas foi de R$ 12.765.029,00, teve um incremento de R$ 78.597,00 e o total de saídas foi de R$ (-) 11.935.941,00, com uma redução nas despesas, por rubricas não utilizadas no valor de R$ 200.545,00. O total de saídas de Investimentos foi de R$ (-) 460.666,00, com diminuição de R$ 9.255,00. Com a amortização do empréstimo última parcela de R$ (-) 19.501,00; a provisão do Sistema S (provisões e parcelamentos) de R$ (-) 138.042,00 e a Reserva de Sustentabilidade de R$ (-) 166.500,00, terminamos o ano com um déficit de R$ (-) 16.640,00, em 31/12/2015, com redução do saldo negativo em R$ 286,260,00. Após, apresentou o Fluxo de Caixa 2016, fazendo a comparação de novembro de 2016 com o realizado até março mais orçado até dezembro 2016. No realizado até março mais orçado até dezembro de 2016, o saldo inicial foi de R$ (-) 16.640,00 e o saldo final será de R$ 293.614,00, em 31/12/2016, diferença do Fluxo de 2016 apresentado em novembro para o realizado até março e orçado até dezembro de 2016 é de R$ 574.982,00, devido ao saldo final realizado em 2015 ter sido maior e o número de alunos pagantes projetado em 2016 maior em 19 alunos. Finalizou com apresentação do Fluxo de Caixa 2016 acumulado realizado até março mais orçado até dezembro. No realizado até março, o saldo inicial foi de R$ (-) 16.640,00 e o saldo final em março de 2016 foi de R$ 780.544,00, já no orçado de abril até dezembro o saldo inicial foi de R$ 780.544,00 e o saldo final será de R$ 293.615,00 em 31/12/2016. Além do saldo do fluxo de caixa no valor de R$ 780.544,00 em 31/03/2016, tem ainda os valores da Provisão do Sistema “S” R$ 7.762,16, do Fundo de Sustentabilidade 2015/2016 no valor de R$ 252.953,00, perfazendo o saldo final no caixa da Fundação em 31/03/2016 no valor de R$ 1.041.259,16. A Diretoria da Fundação abriu espaço para os questionamentos e esclareceu as dúvidas remanescentes sobre a peça orçamentária. O Vice-Presidente solicitou o **Parecer do Conselho Fiscal sobre a ratificação do Orçamento**. O Conselho Fiscal aprovou o Orçamento por unanimidade. Após, o Vice-Presidente submeteu o Orçamento à aprovação do Conselho Deliberante, que foi aprovado, sem ressalvas, por unanimidade.
4. **Eleições 2016**, a Coordenadora da Comissão Eleitoral, Conselheira Maria Luiza fez um breve relato sobre o trabalho da equipe, em conjunto com a Diretoria da Fundação, nas reuniões de abertura do semestre letivo, para apresentação da Fundação, do Conselho Deliberante, da nova gestão da Diretoria e do Processo Eleitoral para renovação parcial dos membros do Conselho Deliberante. Destacou que são 21 turmas que necessitam de Conselheiros Titulares e 32 turmas que necessitam de Conselheiros Suplentes. Convidou os Conselheiros à estimularem os pais, tanto a votarem como a se candidatarem, para participar do Conselho Deliberante e salientou que a meta proposta pela Comissão Eleitoral é de receber pelo menos uma inscrição para as turmas com cargos com vacância. Sugerido que nos 7º, 8º e 9º ano a Comissão Eleitoral faça uma parceria com o Grêmio Estudantil para divulgar nas salas as eleições 2016, as inscrições que ocorrerão até 04 de maio e as eleições nos dias 06 a 12 de maio de 2016.
5. **Espaço Pedagógico**, a Diretora Geral, Profa. Anelori Lange apresentou os eventos e projetos realizados na Escola: Feira Orgânica; João Olímpico; Dia Nacional do Livro na etapa do 1º ao 5º ano do ensino fundamental; Ações contra *Aedes Aegypti*; Oitivas sobre o Ensino Médio no Conselho Estadual de Educação; Brechó J23; PAB 2016; Posse da nova gestão do Grêmio Estudantil; Enem e Vestibulares. Comentou sobre o caso de H1N1 ocorrido na Escola e esclareceu sobre as ações que a instituição adotou para a prevenção e o combate da gripe, bem como as ações de comunicação aos pais e a comunidade escolar. Foi solicitado que as ações de comunicação de emergência/urgência sejam revista. Com relação às vacinas contra H1N1, a Direção Pedagógica informou que a Escola está negociando com as Clínicas de Vacina em Porto Alegre para imunizar professores e funcionários, com os custos subsidiados pela APJ e pela Fundação, respectivamente.
6. **Recomposição do Conselho Fiscal – 2015/2017**, o Vice-Presidente empossou os Conselheiros Sr. José Carlos Monteiro da Conceição e Sr. Fábio Junges Subtil, como suplentes do Conselho Fiscal, com mandato 2016-2017, com a concordância do Conselho Deliberante.
7. **Assuntos Gerais**, a Conselheira Angélica Carvalho da Silva Armani sugeriu que a Fundação agradecesse, de forma especial e por escrito, aos Conselheiros, como forma de valorizar o trabalho voluntário dedicado ao Conselho Deliberante ao final do mandato e/ou numa eventual saída. O Vice-Presidente informou que a Diretoria está trabalhando para qualificar a relação com os Conselheiros e pais da Escola, além da comunicação interna e externa com a comunidade escolar, através das diversas mídias. Com relação ao evento de Portas Abertas da UFRGS e o Salão da UFRGS de 12 a 16/09/16, sugerido pelo Conselheiro Paulo Robinson da Silva Samuel, a Diretora Pedagógica, Profa. Anelori Lange informou que a Escola estará atenta as novas datas do evento.

Nada mais havendo a ser discutido, o Vice-Presidente, Sr.Tuchaua Pereira Rodrigues, encerrou a reunião.

**Tuchaua Pereira Rodrigues** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Vice-Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 494/2016 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

**Data:** doze dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, às 19h30min, na sala 305

**Presenças:** membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva – Presidente, Sr. Tuchaua Pereira Rodrigues - Vice-Presidente, Sr. Edgar da Silva Aristimunho – Diretor de Comunicação, Sr. José Alencar Lummertz – Diretor Financeiro, Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo - Diretora Jurídica, Sr. Demétrio Luís Guadagnin – Diretor de Obras e Patrimônio, Profa. Anelori Lange - Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger – Gerente Administrativo-Financeira, Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. Como convidados Profa. Rosa Maria Ely – Coordenadora Pedagógica do 6º ao 8º ano do Ens. Fundamental, Profa. Ianne Ely Godoi Vieira - Coordenadora Pedagógica do 1º ao 5º ano do Ens. Fundamental, Profa. Anna Maria Daniele Adriano – Física, Coordenadora do Projeto o Mundo Passado a Limpo e Tutora da Prática Pedagógica de Ideias e Invenções, Prof. Roger Luís Lima dos Santos – Geografia, Coordenador de Série e Tutor das Práticas Pedagógicas de Ética Digital e de Cultura e Sustentabilidade, Mariana Eva Fischer Menezes, Carolina Fritsch Nygaard, Alice Pereira Neves e Cecília Messias Fernandes Barbosa - alunas do 7º ano, João Miguel Junges Oliveira, Lucas G. do Nascimento e Leifr Harry Subtil - alunos do 5º ano do Ensino Fundamental.

**Principais temas, decisões e deliberações discutidos na reunião:**

1. **Ata da Reunião Ordinária Nº 493/16 de 28 de junho de 2016,** foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Foi sugerida e aprovada a inversão da pauta em função da participação dos alunos.
2. **Espaço Pedagógico**, a Profa. Anelori Lange abriu espaço para as Profas. Rosa Ely e Ianne Vieira apresentarem a visão geral das Práticas Pedagógicas Complementares obrigatórias que compõem o currículo do Projeto dos 9 anos do Ensino Fundamental. Informaram que são atividades semestrais; acontecem em dois períodos (das 13h30min às 15h10min) no turno inverso uma vez por semana; as turmas são mistas e são formadas considerando as opções e argumentos dos alunos, junto com a professora Tutora em sala de aula; os alunos recebem certificado de participação nas práticas cursadas do 5º ao 8º ano do EF. As Práticas Pedagógicas Complementares são ferramentas pedagógicas/técnicas que facilitam o processo ensino-aprendizagem, para o 5º e o 6º ano são: Arte Cênica; Ética Digital; Identidade Cidadã; Ideias e Invenções. E para o 7º e o 8º ano são: Linguagens e Práticas Sociais; Atitudes e Experiências Solidárias; Cultura da Sustentabilidade; Educação Financeira e Consumo Responsável. Após, a Profa. Anna Maria Daniele Adriano comentou sobre a Prática Pedagógica de Ideias e Invenções e os trabalhos realizados. O aluno Leifr Harry Subtil apresentou os óculos de realidade virtual e os alunos João Miguel Junges Oliveira e Lucas G. do Nascimento apresentaram a máquina de produzir algodão doce. Em seguida, o Prof. Roger dos Santos, comentou sobre a Prática de Cultura e Sustentabilidade e os trabalhos realizados. As alunas Mariana Eva Fischer Menezes, Carolina Fritsch Nygaard, Alice Pereira Neves e Cecília Messias Fernandes Barbosa apresentaram o projeto de Revitalização Visual, Plantio e Divulgação do Espaço da Horta e entregaram, oficialmente, uma cópia assinada do documento à Diretoria da Fundação, com as soluções propostas pelos participantes do grupo de trabalho do 7º e 8º ano do EF. A Profa. Anelori Lange agradeceu a participação dos alunos e professores.
3. **Retornos da Diretoria Executiva**, no que se refere à **remodelação da cobertura na entrada da Escola**, o Diretor de Obras e Patrimônio informou que foi realizada uma consulta aos pais Arquitetos para obter subsídios para elaborar um estudo de custo x benefício para análise do atendimento desta demanda emergencial, de forma racional, eficiente e que não conflite com o Plano Diretor. O estudo será oportunamente apresentado ao Conselho Deliberante e caso aprovada a solução proposta pelos arquitetos deverão ser reavaliadas as prioridades de investimentos. Foi salientado que as prioridades aprovadas pelo Conselho para utilização do saldo de 2016 do Fundo de Investimentos são as obras de PPCI e saldo de rede elétrica. De forma emergencial, conforme informado na reunião passada, nos dias de frio e muita chuva os alunos poderão ficar no espaço da etapa (sala de aula com Monitor), das 18h às 18h30min, até a chegada dos seus responsáveis, durante os meses de junho a setembro. As propostas de solução serão levadas para análise na próxima reunião da Diretoria Executiva e, posteriormente, serão apresentadas ao Conselho Deliberante.
4. **Fundo de Investimentos**, a Diretoria Jurídica apresentou a fundamentação legal da cobrança de contribuição para o fundo de investimento, conforme parecer do Dr. Blair Costa D’Avila – Diretor Jurídico – gestão 2012-2015, transcrito na integra. Disse que “o regramento da cobrança de valores na anuidade da Fundação designados como Fundo de Investimentos é estabelecido pela Lei nº 9.870, de 23/11/1999: *Art. 1º - O valor das anuidades ou das semestralidades escolares do ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior, será contratado, nos termos desta Lei, no ato da matrícula ou da sua renovação, entre o estabelecimento de ensino e o aluno, o pai do aluno ou o responsável. §1º - O valor anual ou semestral referido no caput deste artigo deverá ter como base a última parcela da anuidade ou da semestralidade legalmente fixada no ano anterior, multiplicada pelo número de parcelas do período letivo. §2º - (VETADO). §3º - Poderá ser acrescido ao valor total anual de que trata o §1o montante proporcional à variação de custos a título de pessoal e de custeio, comprovado mediante apresentação de planilha de custo, mesmo quando esta variação resulte da introdução de aprimoramentos no processo didático-pedagógico. §4º - A planilha de que trata o §3º será editada em ato do Poder Executivo. (Regulamento - Incluído pela Medida Provisória nº 2.173-24, 23.8.2001). §5º - O valor total, anual ou semestral, apurado na forma dos parágrafos precedentes terá vigência por um ano e será dividido em doze ou seis parcelas mensais iguais, facultada a apresentação de planos de pagamento alternativos, desde que não excedam ao valor total anual ou semestral apurado na forma dos parágrafos anteriores. §6º - Será nula, não produzindo qualquer efeito, cláusula contratual de revisão ou reajustamento do valor das parcelas da anuidade ou semestralidade escolar em prazo inferior a um ano a contar da data de sua fixação, salvo quando expressamente prevista em lei. §7º - Será nula cláusula contratual que obrigue o contratante ao pagamento adicional ou ao fornecimento de qualquer material escolar de uso coletivo dos estudantes ou da instituição, necessário à prestação dos serviços educacionais contratados, devendo os custos correspondentes ser sempre considerados nos cálculos do valor das anuidades ou das semestralidades escolares. (Incluído pela Lei nº 12.886, de 2013.* Segundo Dr. Blair Costa, D’Avila, o orçamento da Fundação é aprovado anualmente pelo Conselho, quando é definida a anuidade. Esta anuidade é dividida para pagamentos mensais, sendo que em alguns meses ela possui uma parcela que recebe o nome de fundo de investimento para efeitos de segregação de seu fim (aplicação específica definida pelo Conselho). Esta forma de divisão está prevista no parágrafo 5º acima transcrito. Além disto, os conselheiros e os demais pais da escola são mantenedores de uma Fundação, que é um tipo societário com peculiaridades especiais em relação às demais pessoas jurídicas, inclusive sendo fiscalizada pelo Ministério Público. Sob este prisma, os contratos firmados com os responsáveis pelos alunos que estudam no João XXIII - que, cabe referir, atendem ao exigido no caput do artigo 1º acima transcrito -, por sua vez, estão aderentes ao estatuto da Fundação e preveem a vinculação aos mecanismos orçamentários instituídos no âmbito da instituição, que não visa lucro, tampouco distribui quaisquer recursos de suas receitas, aplicando 100% do que arrecada para seus fins estatutários (educacionais)." Em resumo, na contratação anual da matrícula os pais concordam com o modelo social da Fundação. Com relação ao retorno aos pais, conforme foi deliberado na última reunião do Conselho, a Diretoria Jurídica da Fundação encaminhou para a mãe Sra. Jenice Pires Moreira da Silva Schramm, por e-mail, a resposta do pleito de alterações no Fundo de Investimentos, com cópia aos demais pais da Turma do 7º ano A do Ensino Fundamental. O Conselho considera o assunto encerrado.
5. **Orçamento e Fluxo de Caixa – 1º semestre de 2016**, primeiramente, em função do número de conselheiros novos, o Diretor Financeiro fez um breve resumo das responsabilidades relativas à Área Financeira do Conselho, dentro do calendário anual, mês a mês, de março a dezembro. Em seguida, a Gerente Administrativo-Financeira, Sra. Fátima Eschberger, apresentou as Premissas Orçamentárias 2016, fez um comparativo entre o orçado e o realizado, em junho de 2016: total de 1.109 alunos; 943 alunos pagantes; 166 alunos bolsistas; 61 cancelamentos; 133 alunos novos e 48 turmas se mantiveram. A inadimplência linear de 4,8% (em 2015 foi de 3,46%) e recuperação de 1%. Na receita, o reajuste foi de 14,50% nas mensalidades de todas as etapas. Informou que o dissídio da categoria previsto foi de 10,5% (INPC de 10,5%), mas o INPC efetivo foi de 11,08%, o que incidiu no reajuste salarial da categoria, e destacou que a diferença já foi prevista no orçamento. Foi informada a homologação do acordo coletivo. O Joaozinho Legal, nas 4 modalidades, teve o reajuste de 12,5% e uma diminuição do número de alunos, ficando em 55 matriculados. O Centro de Idiomas, também, teve o reajuste de 12,5%, e um acréscimo no número de alunos, ficando com 45 matriculados. A Campanha de antecipação de anuidades se manteve na média de anos anteriores com 49 adesões. O reajuste de Outras Despesas Contratuais foi em média de 10%. A provisão do Sistema “S” (provisões para eventuais execuções) em 2015/2016 foi de R$ 68.876,20 e provisionado para 2016 em R$ 77.621,67. Valor da reversão final 2015/2016 foi de R$ 68.876,20. No Fundo de Investimento, aprovado em setembro de 2015 pelo Conselho Deliberante, o orçado foi de R$ 276.000,00 e o realizado foi de R$ 282.900,00. Na destinação da verba, informou que a parte aprovada do PPCI – alarme de incêndio, sistema de hidrantes e plano de emergência já tiveram concluídas as obras; já a acessibilidade – elevador mais infraestrutura física, está em fase de conclusão; elétrica – início da ampliação da subestação e QGTB - em estudos pelo respectivo Grupo de Trabalho. O Fundo de Sustentabilidade, em 30/06/2016, tinha saldo de R$ 374.859,00. No Orçamento 2016, apresentou a comparação do realizado até março mais orçado até dezembro de 2016 com o realizado até junho mais orçado até dezembro de 2016. O total das receitas reduziu para R$ 14.832.678,00, o das despesas aumentou para R$ 13.959.328,00, em função da redução do número de alunos no Joãozinho Legal (devido a cancelamentos e atingimento do limite 4º ano). No resultado operacional, em Receitas Operacionais Outras salientou um pequeno incremento, com relação ao orçado, em função do percentual sobre o faturamento do terceirizado - Cantina, ficando em R$ 142.855,00. A provisão do Sistema S e o Parcelamento do INSS se mantiveram. A Reserva de Sustentabilidade Total no valor de 421.774,00, em conta apartada, foi ajustada, em cima do faturamento realizado do 1º semestre de 2016 e novamente projetado de julho a dezembro de 2016. O orçamento fechou com o saldo final no valor de R$ 291.449,00, com diferença a menor de R$ 18.805,00, referente a 20 alunos a mais do que foi orçado na ratificação orçamentária. Seguiu apresentando o Fluxo de Caixa fazendo a comparação do realizado até março mais orçado até dezembro de 2016 com o realizado até junho mais orçado até dezembro de 2016. No realizado até junho mais orçado até dezembro de 2016, o saldo inicial foi de R$ (-) 16.640,00 e o saldo final será de R$ 274.809,00, em 31/12/2016. Finalizou com apresentação do Fluxo de Caixa 2016 acumulado realizado até junho mais orçado até dezembro. No realizado até junho, o saldo inicial foi de R$ (-) 16.640,00 e o saldo final em 30/06/2016 foi de R$ 966.019,00, já no orçado de julho até dezembro o saldo inicial foi de R$ 966.019,00 e o saldo final será de R$ 274.809,00 em 31/12/2016. Além do saldo do fluxo de caixa no valor de R$ 966.019,00 em 30/06/2016, tem ainda os valores do Fundo de Sustentabilidade no valor de R$ 374.859,00. A Diretoria da Fundação abriu espaço para os questionamentos e esclareceu as dúvidas remanescentes sobre a peça orçamentária. Foi sugerido pelo Conselheiro Flávio S. Xavier o detalhamento da rubrica de Comunicação no mesmo nível de outras rubricas. A Presidente propôs que a Diretoria de Comunicação apresente seus projetos e Plano de Comunicação para os Conselheiros novos. A Gerente Administrativo Financeira informou que a abertura dos valores dos projetos da Comunicação pode ser detalhada no planilhão. O Diretor Financeiro esclareceu que essa reunião é de acompanhamento do orçamento aprovado em novembro de 2015 e que o planilhão com as rubricas abertas pode ser consultado pelos Conselheiros durante a assembleia ou, posteriormente, estará à disposição para consultas e esclarecimentos com a Gerente Administrativo Financeira na área Administrativa da Escola, a fim de manter a transparência dos dados financeiros. Os Conselheiros interessados em analisar a prestação de contas através do planilhão deverão contatar com a Gerente Administrativo Financeira. Sugestão do Conselheiro João Batista Santafé Aguiar para que seja institucionalizada uma reunião de Conselho para acompanhamento 2 (dois) meses antes da reunião ordinária de Conselho Deliberante de aprovação do orçamento.

Nada mais havendo a ser tratado a Presidente, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva, encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 497/2016 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

**Data:** vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às 19h30min, na sala 305

**Presenças:** membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva – Presidente, Sr. Tuchaua Pereira Rodrigues - Vice-Presidente, Sr. Demétrio Luís Guadagnin – Diretor de Obras e Patrimônio, Sr. José Alencar Lummertz – Diretor Financeiro, Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo - Diretora Jurídica, Profa. Anelori Lange - Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger – Gerente Administrativo-Financeira e Sr. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação.

**Principais temas, decisões e deliberações discutidos na reunião:**

1. **Atas das Reuniões Ordinária Nº 495/16, de 30/08/2016 e Extraordinária Nº 496/16, de 06/09/2016,** foram aprovadas sem ressalvas.
2. **Filantropia**, a Diretora Jurídica destacou a premissa de que a Fundação Educacional João XXIII é filantrópica e não está em pauta a alteração dessa condição. Apresentou o breve histórico da Filantropia na Fundação e salientou que as questões a serem analisadas nesta assembleia dizem respeito ao compromisso assumido pela Fundação para obtenção de isenção do INSS (cota patronal). Comentou sobre a mudança da lei a partir de 2016, com a concessão de 1 (uma) bolsa integral para 5 (cinco) alunos pagantes, que representa, em contrapartida, a isenção da cota patronal do INSS de aproximadamente R$ 2.400.000,00/ano e sinalizou a possibilidade de captação de recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Informou que a Comissão Permanente de Filantropia, criada com objetivo dar continuidade e acompanhar os trabalhos da Filantropia da Fundação, elencou as dificuldades enfrentadas para a prática da Filantropia e sinalizou em conjunto com a Diretoria Executiva a necessidade de buscar alternativas para assegurar a manutenção da Filantropia e atender a mudança da legislação. A integrante da Comissão Permanente de Filantropia, da Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento de Bolsas de Estudo e ex-conselheira, Sra. Elaine Anele, comentou sobre a dificuldade para a captação de bolsistas e para o preenchimento das vagas nas séries finais, durante o processo de seleção, de reposição e de manutenção anual de bolsistas. A Diretora Jurídica comentou sobre o Fundo de Sustentabilidade criado em 2014, exclusivamente, para dotar a Fundação de recursos financeiros que a permitam ao conselho deliberar, em 2020, acerca da possibilidade deixar de praticar filantropia com intuito de obtenção de isenção da cota patronal do INSS, a partir de 2021, ou para fazer frente aos pagamentos dessa cota patronal, caso venha a perder a certificação de entidade filantrópica concedida pelo MEC. Informou que em 29/03/2016, o Conselho criou o Grupo de Trabalho (GT) para estudar alternativas para a Filantropia no João XXIII. Agradeceu a participação pontual dos integrantes e ex-integrantes do Conselheiro, Sr. Flávio Sant’Anna Xavier; Sr. José Carlos Monteiro da Conceição; Sr. Renato Scapin e Sr. Tiago Malmann Sulzbach; do Consultor, Sr. Roberto da Silva Medeiros; e da representante do corpo pedagógico, Profa. Mirian Zambonato. Apresentou o resultado do estudo do GT, comentando sobre as alternativas que foram descartadas, por questões pedagógicas e legais, e propondo a criação de uma segunda unidade de ensino para a Fundação. Informou que, adotada essa alternativa, o Instituto Educacional João XXIII e a nova unidade de ensino passarão a ser filiais da Fundação, com características, quadros funcionais e com equipes próprias. Detalhou como seriam os critérios para a definição de vagas e admissão dos bolsistas; como seria a proposta pedagógica e como se daria a manutenção da filantropia no Instituto e na nova unidade educacional. Informou sobre as tratativas com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) que ofertou à Fundação um prédio novo, em comodato, para instalação de uma nova unidade de ensino de Educação Infantil, conveniada com a SMED, para atender crianças de zero a seis anos, em turno integral, com capacidade para 114 alunos e com repasse de recursos do FUNDEB. Além de cumprir os deveres legais, oferecendo 114 vagas em turno integral na nova unidade, o Instituto poderá aumentar o número de alunos pagantes no João XXIII. A proposta prevê a suspensão, temporária, do ingresso de novos bolsistas e a saída natural dos atuais bolsistas até chegar ao ponto de equilíbrio de 2 (dois) de alunos bolsistas por turma, número mínimo ideal para assegurar a manutenção de bolsistas na instituição, oferecendo condições para o seu bom aproveitamento. Salientou que os critérios para manutenção do número de bolsistas mínimos no João XXIII devem ser deliberados por esse Conselho. O Vice-Presidente apresentou em slides a proposta detalhada e aprofundada de Orçamento para essa nova unidade de ensino, localizada no bairro Lami, em Porto Alegre, indicando a despesa total de R$ 871.099,60. Esclareceu que essa despesa seria coberta, em parte, por mensais do FUNDEB pela PMPA, e que o restante deverá ser custeado pela Fundação. Esclareceu que esse percentual da despesa poderá ser coberto com a abertura de novas vagas para pagantes, e que com o acréscimo de 28 alunos pagantes, no Instituto João XXIII, a Fundação teria recursos suficientes para arcar com o restante dessas despesas. Por fim, salientou que conforme parecer da Comissão de Filantropia e do Grupo de Trabalho essa é a melhor proposta, pois cria uma situação financeira mais tranquila para Escola, mantendo os bolsistas no João XXIII e a nova unidade conveniada com a SMED, que embora fora do João XXIII, dá continuidade à atividade Filantrópica da Fundação. A outra alternativa, um tanto negativa, seria deixar de ser uma entidade filantrópica, pagar a cota patronal e não mais atender a filantropia oficial passando a fazer o programa de bolsas pela própria instituição. Esclareceu as dúvidas levantadas pelos Conselheiros sobre os repasses da Prefeitura; sobre o equilíbrio do número de bolsistas por turma; sobre o cuidado para não haver segregação com essa proposta; e sobre como ocorrerá a reposição de bolsistas na educação infantil e no 1º ano do ensino fundamental. Apresentou o relatório da visita ao espaço físico da escola de educação infantil no Lami, com fotos, para conhecimento dos Conselheiros. O Conselheiro suplente, Sr. Frederico Ritter, ex-presidente da Fundação (gestão 2008/2009), primeiramente, elogiou o amadurecimento e esclarecimento do Conselho com relação a esse tema e comentou que desde a crise, em 2005, a Filantropia foi muito debatida na Instituição e disse, ainda, que sempre valeu a pena social e financeiramente para o João XXIII. Entende que, hoje, essa proposta apresentada é uma excelente opção financeira para o João XXIII, ao invés da Fundação pagar R$ 2.400.000,00 pela cota patronal, pagará apenas R$ 871.099,60 e poderá aplicar na própria instituição os recursos da cota patronal. Salientou que o prédio oferecido pela SMED é excelente, que o bairro Lami é uma área de grande crescimento imobiliário que pode possibilitar a instalação de uma segunda unidade para o João XXIII e acredita que a Fundação pode apostar nessa proposta de Educação Comunitária. Sugeriu que o nome da Escola fizesse referência à “Professora Zilah Mattos Totta”, uma das fundadoras do Instituto Educacional João XXIII, reforçando a questão da educação comunitária desde a criação do João XXIII. Parabenizou a Diretoria da Fundação e a Comissão Permanente de Filantropia pelo trabalho apresentado. A Gerente Administrativo-Financeira explicou que com as alterações na Lei nº 12.101, em 2009, para obter a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, a Fundação optou pela área da Educação (MEC), mas não abandonou os projetos sociais ligados à área, como Cetrein, Secom e auxílio à Creche Boa Esperança. O Vice-Presidente informou que é de interesse legal que as filiais estejam localizadas em áreas distintas, com quadros funcionais diferentes e com equipes próprias. Salientou que essa deverá ser uma experiência piloto e que se bem-sucedida poderá ser ampliada com a criação de outras unidades educacionais. O Conselheiro, Sr. José Carlos Monteiro da Conceição, elencou e justificou as suas principais preocupações em relação à proposta: a manutenção da Filantropia no João XXIII; o déficit de vagas em aberto; a dificuldade de manutenção de alunos (fidelidade); a tendência de que, nos próximos 5 anos, o João XXIII seja somente uma escola particular em função do fechamento do ingresso de bolsistas na educação infantil e no 1º ano do EF; as possíveis reclamatórias trabalhistas com perdas reais para Fundação; as chances do João XXIII se envolver em problemas da comunidade no entorno em função da saída dos bolsistas; os possíveis problemas com atrasos de repasses do FUNDEB e a dificuldade de rompimento do contrato público. Diante desses elementos disse que, hoje, não se sente seguro com relação a decidir favoravelmente à aprovação da proposta. O Vice-Presidente esclareceu o parecer do Juiz do Trabalho, Sr. Tiago Mallmann, que indicou à Fundação o maior resguardo possível e o máximo de elementos a favor da instituição com relação as diferenças de cada uma das unidades, caso haja reclamatórias trabalhistas. Salientou que essas ações diminuem os riscos, mas não garantem plenamente que não teremos processos judiciais. Comentou que a preocupação da Diretoria é que em 2018 essa decisão se torne mais complicada com a saída dos formandos de 2017. A Conselheira Ana Paula Freitas agradeceu ao GT pelo estudo apresentado e sugeriu que antes da decisão do Conselho seja realizada uma detalhada análise jurídica prévia da parceria público privada para a apresentação na próxima reunião. Comentou que a Secretária da SMED informou que o prazo limite de retorno dado pela Prefeitura encerrará na próxima sexta-feira, 30 de setembro. Explicou que a Fundação fez a visita há 30 dias, mas tem prazos e instâncias deliberantes que precisam ser ouvidas e necessitam de prazos maiores para a tomada de decisão. Deixou a SMED a vontade para decidir se aguarda ou se libera o prédio para outra instituição. Salientou que caso não se concretize o convênio este ano, que a Fundação busque uma outra solução para a Filantropia. O Conselheiro, Sr. Flávio Sant’Anna Xavier, parabenizou o GT pelo estudo sério apresentado sobre a Filantropia, porém registrou algumas divergências: discutir a proposta de Filantropia antes do Planejamento Estratégico; descaracterizar o João XXIII, transformando-o em um Colégio de elite; sem bolsistas e sem relacionamento com a comunidade do entorno da Escola; abrir possibilidade de reclamatórias trabalhistas. A Diretora Jurídica ratificou que a ideia é manter a Filantropia, salientando que a discussão está correndo junto com o Planejamento Estratégico em função da saída dos bolsistas em 2016 e 2017, que pode impactar na sustentabilidade da Escola. Concordou que é importante amadurecer a questão jurídica, mas alertou que o Conselho deve pensar formas de tornar sustentável e de manter a Filantropia. Salientou que os parâmetros devem ser bem pensados neste Conselho, pois estamos tratando do futuro da Instituição. O Conselheiro, Sr. Paulo Robinson da Silva Samuel, relatou sobre sua experiência que fechou as portas de forma traumática de uma instituição de natureza semelhante a gestão da Fundação. Concordou que a proposta apresentada financeiramente é muito boa, porém o repasse de verba do FUNDEB deve ser melhor estudado. Destacou a importância de manter o diferencial da Escola de possibilitar a convivência com todos os níveis sociais da sociedade. Sugeriu que a tomada de decisão seja realizada com calma e após o período eleitoral. O Conselheiro, Sr. Daniel Maia, por ser integrante novo do Conselho, informou não está seguro para tomar essa decisão, neste momento. O Conselheiro, Sr. Alexandre Ozório Kloppemburg, também, salientou que deve ser amadurecido o tema pelo Conselho para que, posteriormente, tome a decisão sobre a proposta. Destacou que o Conselho está discutindo a Filantropia e caso em 2020 opte por deixar de ser uma entidade filantrópica, temos o fundo de sustentabilidade para custear o pagamento da cota patronal devida. A Diretora Geral ratificou que a Escola jamais vai deixar de ter bolsistas, mas afirmou que a instituição não é assistencialista e tem que ser justa. Informou que os alunos têm que querer estar na Escola e aproveitar a oportunidade ofertada, através do PAB. Apresentou dados comparativos da participação dos alunos bolsistas no PAB – Programa de Acompanhamento aos Bolsistas em 2015 e em 2016. A Presidente encaminhou a proposta de realização de uma reunião extraordinária, com pauta única para discutir a Filantropia, com a disponibilização prévia no espaço dos Conselheiros dos dados apresentados, da minuta do contrato de convênio com a SMED, do mapa de ocupação das vagas com o número de pagantes e de bolsistas por turma e a análise jurídica detalhada sobre o tema. Ficou acordada a data para reunião extraordinária do Conselho para o dia 18 de outubro de 2016. Acordado que as dúvidas deverão ser encaminhadas para o e-mail [secretaria.fundacao@joaoxxiii.com](mailto:secretaria.fundacao@joaoxxiii.com) ou deverá ser contatada a Secretaria da Fundação para agendamento de horário com a Diretoria da Fundação para esclarecimentos que se fizerem necessários sobre a proposta, antes da próxima reunião.
3. **Orçamento e Fluxo de Caixa – realizado até Ago e orçado de Set até Dez/**16 será apresentado na reunião do mês de outubro de 2016.
4. **Planejamento Estratégico**, a Presidente apresentou o status mensal do Projeto até 27/09/2016 e comentou sobre as atividades realizadas até 23/09/2016. Informou que será realizado o Workshop de Análise Estratégica, no dia 22/10/2016 (a confirmar), sábado, das 8h às 18h, na Escola. Foram apresentados para aprovação do Conselho Deliberante os critérios propostos pelo Comitê Gestor para a indicação dos representantes da comunidade escolar, agrupados da seguinte forma: Conselho Deliberante (19), Diretoria da Fundação (6), Equipe Pedagógica (12), Professores (12), Equipe Administrativa de Apoio Pedagógico (4), Equipe Administrativa (4), Conselho de Alunos (2) e Grêmio Estudantil do João (1). Foram indicados os nomes dos Conselheiros convidados para participar do Workshop. Ficou acordado que os convites aos Conselheiros e pais, não presentes na reunião, serão realizados pela Presidente da Fundação, durante esta semana. Havendo impossibilidade de participação serão indicados novos Conselheiros na próxima reunião ordinária.
5. **Assuntos Gerais**, a Presidente informou que o Bate-papo sobre a Escola sem Partido e Escola sem Mordaça foi reagendado para o dia 13 de outubro de 2016 e convidou a todos para participarem do evento. O Conselheiro, Sr. Alexandre Ozorio Kloppemburg sugeriu a inclusão do ponto de pauta sobre a formação de um GT de Sustentabilidade a fim de buscar outras formas de recursos para Escola. A Presidente informou que será colocado em pauta na próxima reunião ordinária do Conselho.

Nada mais havendo a ser tratado a Presidente, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva, encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 498/2016 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Data: dezoito dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às 19h30min, na sala 305

Presenças: membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva – Presidente, Sr. Tuchaua Pereira Rodrigues - Vice-Presidente, Sr. Edgar da Silva Aristimunho – Diretor de Comunicação, Sr. José Alencar Lummertz – Diretor Financeiro, Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo - Diretora Jurídica, Profa. Anelori Lange - Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger – Gerente Administrativo-Financeira, Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação e como convidado Sr. Afonso Mossry Sperb – Ex-Vice-Presidente da Fundação.

**Principais temas, decisões e deliberações discutidos na reunião extraordinária:** pauta única:

1. **Filantropia – apresentação do estudo sobre a criação da segunda unidade de ensino -** a Presidente informou que a reunião visa dar continuidade à discussão, bem como esclarecer as dúvidas levantadas pelos Conselheiros sobre o estudo da proposta de criação da segunda unidade de ensino, apresentado pelo Grupo de Trabalho (GT) da Filantropia, na reunião ordinária passada. Salientou que foram disponibilizados no espaço dos Conselheiros, para análise prévia, os dados do estudo apresentado pelo GT de Filantropia, a minuta do contrato de convênio com a Smed, o mapa de ocupação das vagas com o número de pagantes e de bolsistas por turma e a análise jurídica sobre o tema. O Vice-Presidente comentou sobre o andamento do processo de negociação com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) para adoção de uma escola de educação infantil conveniada com a Secretaria Municipal de Educação (Smed). Informou que, na reunião do dia 10 de outubro, a Sra. Gislaine Marques Leães, Coordenadora Municipal da Educação Infantil, e a Sra. Ana Helena Laux, Assessora Comunitária, representando a Smed, comunicaram que a instituição não poderia mais prorrogar o prazo limite estabelecido para a formalização do convênio com o João XXIII, em função do término do prazo para o repasse do prédio da Escola de Educação Infantil - Lami à comunidade, e que assinaria o convênio com outra Instituição, a fim de atender o Cronograma de Inscrições e Matrículas para o 1º Semestre de 2017. Salientou que as representantes da Smed sinalizaram que, posteriormente, teriam outras opções de unidades conveniadas a oferecer para apreciação da Diretoria da Fundação. Informou que, tendo em vista o retorno da PMPA, a proposta do GT de Filantropia é de esclarecer as dúvidas sobre o Convênio Administrativo Público-Privado e a possibilidade de litígios judiciais, a fim de subsidiar o Conselho Deliberante na decisão em abrir ou não uma segunda unidade de ensino. Caso aprove abrir uma nova unidade, como deverá ser feita a provisão orçamentária para que a Fundação possa buscar a solução para a Filantropia em 2017. Com essa deliberação do Conselho, a Diretoria Executiva da Fundação poderá sinalizar à PMPA que continua interessada em estudar novas opções de espaço físico para abrir a segunda unidade de ensino, conveniada com a Smed, a partir de julho de 2017. A Diretora Jurídica esclareceu as informações sobre Convênio Administrativo entre o Poder Público e entidades públicas ou privadas, como definição, regulamentação, objetivos e como se dá o repasse de verbas do governo federal (FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, previsto na Lei nº 11.494/2007). A seguir, destacou os interesses do município e da Fundação Educacional João XXIII com esse tipo de convênio e explicou sobre a duração, a renovação, a denúncia pelo descumprimento das cláusulas, por uma das partes, e a possibilidade de risco de suspensão de repasses do FUNDEB. Com relação à possibilidade de litígios judiciais na nova unidade, relatou o resultado da pesquisa jurisprudencial na Justiça do Trabalho, realizada a partir de 2000, onde foram encontrados apenas dois casos no interior do Rio Grande do Sul. Portanto, como constatado não há um número significativo de riscos judiciais. Esclareceu que a proposta da Fundação é criar uma segunda unidade de ensino distanciada do Instituto Educacional João XXIII, independente administrativamente, com empregados com cargos exercendo funções distintas, lotados em locais diferentes, o que explicaria vínculo a outro sindicato, com outros salários e outras regras, aumentando a segurança jurídica e trabalhista. Entretanto, salientou que não há atividade, com ou sem fins lucrativos, que se valha do trabalho de terceiros e que não corra riscos trabalhistas. Disse que a nova unidade teria os riscos normalmente inerentes às relações de trabalho, da mesma forma que há no Instituto Educacional João XXIII. Destacou que no João XXIII são poucos os processos judiciais ajuizados, devido ao histórico de respeito e de atendimento aos direitos trabalhistas dos empregados. Informou, portanto, que o parecer da Diretoria Jurídica é de que o risco de litígios trabalhistas é baixo e que a Fundação tem a estrutura necessária para lidar com os possíveis casos. A Presidente abriu o espaço aos Conselheiros para discussão e questionamentos sobre o estudo apresentado pelo GT Trabalho da Filantropia. Foram feitas as seguintes considerações e/ou encaminhamentos pelo Conselho: 1) Tomar, nesta reunião, a decisão de criar ou não a segunda unidade de ensino, baseado na análise apresentada pelo GT de Filantropia,: 2) Autorizar, desde já, à Diretoria da Fundação a trabalhar com mais liberdade na busca de alternativas para assegurar à manutenção da Filantropia, porém no caso de nova proposta de convênio, fica acordado que o estudo deverá ser trazido ao Conselho novamente para aprovação antes da reunião de aprovação do Contrato; 3) Buscar definição para Filantropia o quanto antes, pois a reposição dos bolsas dos formandos em 2016 (seis) e em 2017 (dezoito) será um desafio, em função da dificuldade de seleção de candidatos para preenchimento das vagas, tanto nos anos finais do Ensino Fundamental como no Ensino Médio; 4) Melhorar o processo de captação e seleção de bolsistas. Como sugestão foi solicitado que o Pedagógico apresente esse ponto com brevidade aos Conselheiros; 5) Criar uma segunda unidade de ensino para viabilizar a Filantropia, com a premissa na contratação da referida unidade de que a Escola deve manter no Instituto, no mínimo 2 (dois) bolsistas por turma; 6) Reduzir a captação de novos bolsistas, de forma gradativa pelos próximos anos, sem estancar totalmente a captação no João XXIII, pois ficaria difícil retomar a Filantropia, caso haja a renúncia do Convênio com a PMPA; 7) Discutir e analisar o estudo para posterior deliberação pelo Conselho, com mais tempo em função da atual posição da Smed; 8) Manter os bolsistas no João XXIII para propiciar a inclusão social dos alunos bolsistas e a interação com o grupo de alunos do João XXIII; 9) Discutir a necessidade de alteração do Estatuto Social e Regimento Interno antes da criação da nova unidade; 10) Verificar situação dos bolsistas da nova unidade em caso de renúncia (prazo de 30 dias de qualquer uma das partes); 11) Realizar novas reuniões do GT de Filantropia, abertas aos Conselheiros, para discutir o assunto; 12) Decidir sobre esse assunto com esse Conselho que já vem discutindo a Filantropia ao longo do ano, antes da renovação dos Conselheiros, para evitar que o assunto seja retomado no ponto inicial com os novos Conselheiros; 13) Disponibilizar o material explicativo sobre o processo de seleção de bolsistas no espaço do Conselheiro. Foi solicitado que o material seja reunido e disponibilizado aos Conselheiros para subsidiar as dúvidas sobre o tema. Os editais podem ser acessados no site da escola. A Diretoria da Fundação se propôs receber os Conselheiros, mediante agendamento com a Secretaria da Fundação, caso houvesse interesse em analisar os dados da proposta mais detalhadamente. A Presidente salientou que a discussão é desigual entre os presentes, por participação ou por interesse, apesar disso a maioria dos membros do Conselho Deliberante já acompanhou essa discussão sobre a Filantropia. Informou que foi criado um GT para ampliar a Comissão Permanente de Filantropia para discutir o assunto, foram disponibilizados horários para esclarecimentos de dúvidas pela Diretoria da Fundação, antes desta reunião. Portanto, a proposta hoje é aprovar a criação de uma nova unidade, seja com a Prefeitura de Porto Alegre ou com uma instituição privada, para que no próximo ano a Escola possa buscar uma solução para a Filantropia. A Presidente encaminhou à votação as seguintes propostas: **PROPOSTA 1** – *Decidir se o Conselho vota hoje na proposta apresentada pela Diretoria da Fundação para seguir com as discussões e na busca da criação de uma nova unidade de ensino de educação infantil ou de outras soluções/alternativas para Filantropia, sim ou não?* Dos 31 (trinta e um) Conselheiros presentes, 30 (trinta) Conselheiros estavam aptos para votar e 1(um) Conselheiro era suplente sem direito a voto. Do total de votantes, 16 (dezesseis) votaram SIM, 6 (seis) votaram NÃO e 8 (oito) se abstiveram de votar. A proposta 1, apresentada pela Diretoria da Fundação para criação de uma nova unidade de ensino, foi aprovada pela maioria dos votos. A seguir, a Presidente encaminhou a proposta 2, elaborada em consenso com o Conselho Deliberante: **PROPOSTA 2:** *Fica autorizada a Direção Executiva da Fundação a buscar alternativas para assegurar a manutenção da Filantropia, em função disso qualquer proposta deverá ser encaminhada para apreciação e ser votada pelo Conselho Deliberante; nenhum contrato deverá ser assinado sem a aprovação do Conselho; e, caso alguma alternativa seja aprovada, deverão ser garantidas as vagas num piso mínimo de 2 (dois) bolsas por turma no Instituto Educacional João XXIII?* Dos 31 (trinta e um) Conselheiros presentes, 30 (trinta) Conselheiros estavam aptos para votar e 1(um) Conselheiro era suplente sem direito a voto. Do total de votantes, 24 (vinte e quatro) votaram a favor da proposta, 2 (dois) votaram contra à proposta e 4 (quatro) se abstiveram de votar. A proposta 2 foi aprovada pela maioria dos votos.

Nada mais havendo a ser tratado a Presidente, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva, encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 500/2016 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

**Data:** vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às 19h30min, na sala 305

**Presenças:** membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva – Presidente, Sr. Tuchaua Pereira Rodrigues - Vice-Presidente, Sr. José Alencar Lummertz – Diretor Financeiro, Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo - Diretora Jurídica, Sr. Demétrio Luís Guadagnin – Diretor de Obras e Patrimônio; Sr. Edgar da Silva Aristimunho – Diretor de Comunicação, Profa. Anelori Lange - Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger – Gerente Administrativo-Financeira, Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação e como convidados Profa. Maria Lúcia Lopes Pinto de Assis, Profa. Clara Coelho Marques e Prof. Rogério Lima Carriconde, representantes da Associação dos Professores do João XXIII (APJ).

**Principais temas, decisões e deliberações discutidos na reunião**

1. **Atas da Reunião Extraordinária Nº 498/16, de 18/10/2016, e da Reunião Ordinária Nº 499/16, de 25/10/2016**, com as ressalvas sugeridas pelos Conselheiros José Carlos Monteiro da Conceição e Daniel Juliano Doederlein Soares. Na ata Nº 498/16, a proposta é de: a) retificar a redação, onde se lê “A Diretora Jurídica, sob o ponto de vista jurídico para melhor entendimento do Conselho, sob o ponto de vista jurídico, esclareceu as informações...” leia-se “A Diretora Jurídica esclareceu as informações ...”; b) adequar a redação, onde se lê “PROPOSTA 1 – Decidir se o Conselho vota hoje na proposta apresentada pela Diretoria da Fundação para criação de uma nova unidade de ensino, sim ou não?”, leia-se “PROPOSTA 1 – Decidir se o Conselho vota hoje na proposta apresentada pela Diretoria da Fundação para seguir com as discussões e na busca da criação de uma nova unidade de ensino de educação infantil ou de outras soluções/alternativas para Filantropia, sim ou não?”. Na ata Nº 499/16, a proposta é de: a) alterar a redação, onde se lê “Ficou acordado...”, leia-se “Foi comunicado...”. A Presidente colocou em votação a aprovação das Atas Nº 498/16 e Nº 499/16, com as ressalvas incorporadas e o resultado foi a aprovação das mesmas pela unanimidade dos presentes.
2. **Esclarecimentos da APJ**, a Presidente da Fundação informou que em função da adesão dos professores do João XXIII à paralisação no dia 11 de novembro, assim como ocorreu em outras escolas, houve muitos questionamentos dos pais da comunidade escolar. A Diretoria da Fundação e a Direção do Instituto realizaram reunião com os representantes da Associação dos Professores do Instituto Educacional João XXIII (APJ) para acordar a reposição das aulas do dia 11 e para convidá-los para participar da reunião do Conselho Deliberante. A profa. Maria Lúcia Pinto Assis, Presidente da APJ, acompanhada dos professores Clara Coelho Marques e Rogério Lima Carriconde, fez uma breve apresentação da APJ, comentando sobre o cenário político, social e democrático da Escola. Com relação à comunicação sobre a decisão da APJ pela adesão coletiva à paralisação do dia 11 de novembro passado, ter ocorrido somente no dia 10 de novembro, esclareceu que foi devido à convocação realizada pelas centrais sindicais ter sido deliberada em assembleia geral extraordinária, realizada pelo Sinpro/RS, no sábado, dia 5, e de que o assunto foi pautado para apreciação e deliberação na reunião dos professores do João XXIII, na quarta-feira à noite, dia 9. Informou que a Associação dos Professores do João XXIII, em reunião com a Diretoria da Fundação e a Direção do Instituto, cientes do compromisso com os alunos e com toda a comunidade escolar, definiu calendário de recuperação das aulas do dia 11, conforme segue: do 6º ano até a 3ª série do Ensino Médio - dia 26 de novembro, das 7h40min às 12h10min e da Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental – ocorrerá no dia 21 de dezembro, no horário regular das aulas. Complementou que foi tomada a decisão de compensar as aulas do dia 11, mesmo considerando um dia a mais no total de dias letivo no calendário escolar. A Profa. Clara Coelho Marques leu a nota da APJ à comunidade escolar que divulgada no site e no facebook da Escola. O Prof. Rogério Lima Carriconde comentou sobre o momento político e social e fez uma breve análise do ensino no Colégio João XXIII, valoradas de humanismo e senso crítico. O Conselheiro Alexandre Ozório Kloppemburg registrou que, mesmo entendendo a importância das reivindicações dos professores, houve descontentamento dos pais quanto à falta de comunicação prévia da paralisação à comunidade escolar, gerando inúmeros transtornos para as famílias. A Presidente da Associação salientou aos Conselheiros que a APJ entende o sentimento dos pais em relação à adesão dos professores ao movimento e, em função dos prazos exíguos, assume que pecou na comunicação de sua decisão à comunidade escolar. A Diretora Jurídica ratificou a importância de uma comunicação mais estreita com a APJ com pais, Direção da Escola e Diretoria da Fundação.
3. **Orçamento 2017 e Destinação do Fundo de Investimento 2017**, a Gerente Administrativo-Financeira apresentou e comentou as Premissas Orçamentárias para 2017. Número de alunos e inadimplência: 1.124 alunos, sendo 965 pagantes e 159 bolsistas; 49 turmas, inclusão de uma turma no Ensino Médio; projeção de 146 alunos novos e 82 cancelamentos; inadimplência de 5,0% linear, com a recuperação de 1%. Relatados, pelas Conselheiras Aline Kopplin e Letícia Casarotto Troian, dois casos de dificuldades encontradas na obtenção de informações e no retorno do agendamento das visitas à Escola pela Secretaria, por famílias interessadas em conhecer e efetivar a matricular dos filhos. A Presidente da Fundação agradeceu os relatos e informou que as situações serão analisadas pela Direção Pedagógica. Joãozinho Legal: reajuste projetado para 2017 de 10,5%, com projeção de 70 alunos matriculados, reduzindo para 4 turmas. Centro de Idiomas (CI): devido ao déficit no 2º semestre de 2016, pela queda do número de alunos no decorrer dos últimos anos, a proposta é de encerrar as atividades em 2017. A Diretora Geral informou o baixo número matriculados no CI, 24 alunos em 4 turmas. Apresentou outra proposta para atender esses pequenos grupos de alunos, que é criar módulos específicos de Inglês, por tempo determinado e conforme demanda, dentro do projeto pedagógico da Escola, sem vínculo com o CI, sob a responsabilidade da Coordenação de Línguas Adicionais. A Conselheira Carolina Jardine questionou se a decisão sobre o encerramento do CI já estava tomada pela Diretoria. A Gerente Administrativo-Financeira informou que a proposta de encerramento do CI está sendo trazida para apreciação do Conselho. Campanha das antecipações: 7% de desconto (após reajuste) na antecipação das 12 parcelas (jan-dez), projetadas 45 antecipações. Receita – reajuste nas mensalidades: reajuste para 10,5%, ou seja, 8,5% mais 2% do Fundo de Sustentabilidade esforço em não repassar os custos orçamentários para as mensalidades. Folha de Pagamento: projeção do acordo coletivo (INPC + 1% ganho real + 0,26% ganho inercial) arredondando para 10,5%. O Vice-Presidente informou que o orçamento foi realizado com o mínimo de reajuste para viabilizar a Escola, permitindo gerir e fazer frente às necessidades em 2017. Salientou que esta previsão orçamentária será ratificada em abril. O Conselheiro Alexandre O. Kloppemburg salientou que o orçamento está correto, porém ratifica a necessidade de busca de outras fontes de recursos. A Presidente informou que esse assunto demanda novas discussões específicas e que o tema foi levantado no Planejamento Estratégico e, posteriormente, será trazido para apreciação deste Conselho. Reajuste de outras despesas contratuais: reajustar em média 10%, conforme negociação individual de cada contrato. Provisão do Sistema “S”: proposta de reverter do saldo de 2016 no de R$ 69.871,41. Para 2017 foi orçado R$ 36.199,95. Fundo de Investimento 2016 (aprovado pelo Conselho em 2015): em 31/10/2016, do valor aprovado de R$ 296.118,00, foram utilizadas as verbas destinadas ao PPCI de R$ 80.000,00 e às obras do elevador de R$ 98.302,00; descontando o valor de R$ 90.700,00 destinado à Elétrica e que, ainda, não foi utilizado, fica o saldo restante de R$ 27.116,00 para destinação pelo Conselho. Salientou que o GT de Elétrica, junto com o Diretor de Patrimônio, está finalizando os estudos para viabilizar a economia de energia e deverá utilizar o valor de R$ 90.700,00 em 2017. Fundo de Investimento de 2017: da arrecadação do fundo, até 31/10/2016, de R$ 301.406,90, a proposta é gastar parte desse valor, R$ 158.000,00, com a complementação do PPCI (hidrantes, detecção de fumaça, complementação de extintores e de placas); com a serralheria escola – alinhamento legal; com a rota de fuga do prédio 9 (ampliação sala para o corredor, deslocamento e confecção de parede em gesso antirruído e escadaria de ferro e portões de saída de emergência), para atender às mudanças da lei. E decidir a destinação do saldo restante de R$ 143.406,90 neste Conselho. A Diretoria da Fundação propõe para apreciação do Conselho que o saldo remanescente de 2016, no valor de R$ 27.116,00 e o saldo da projeção do Fundo de Investimentos de 2017, no valor de R$ 143.406,90, sejam destinados à Elétrica de forma genérica, mas com o compromisso assumido pelo Grupo de Trabalho e pela Diretoria da Fundação de encaminhar, antecipadamente, todos os gastos para aprovação deste Conselho. **Fundo de Sustentabilidade**: o saldo em 31/10/2016 é de R$ 551.779,52. Foi demonstrado o cálculo do Fundo de Sustentabilidade de 2017: percentual sobre a receita líquida de janeiro e fevereiro de 2017 = 3,22% e de março a dezembro de 2017 + 5,43%. O Vice-Presidente solicitou o registro em ata de que não estão sendo acrescidos na mensalidade os 2% do Fundo de Sustentabilidade, exclusivamente, no orçamento de 2017. Apresentado o quadro detalhado das necessidades e investimentos para 2017 que estão previstas no orçamento para apreciação e aprovação das prioridades pelo Conselho, envolvendo demandas de investimentos na estrutura, em móveis, em equipamentos e em informática, no total de R$ 243.364,00. O Conselheiro Silvio Luiz Braga e Silva sugeriu priorizar as demandas de sala de aula para 2019, de elétrica, de instalação de ar condicionado, etc., bem como que o Conselho Deliberante destine as verbas para essas prioridades. O Conselheiro Flávio Sant’Anna Xavier sugeriu que sejam mais discutidas as definições das prioridades e as destinações das verbas de investimentos. A Presidente da Fundação esclareceu que a discussão sobre as destinações das verbas para investimentos é realizada em novembro, porém contemplam os temas/necessidades que vem sendo discutidos ao longo do ano no Conselho e que não podem aguardar a ratificação do orçamento em abril para definição: percentual de reajuste nas mensalidades e na folha pagamento; previsão de obras a serem realizadas nas férias e prioridades para destinação do fundo de investimento. Entretanto, informou que não há obstáculos para que os Conselheiros coloquem em pauta outras sugestões para apreciação do Conselho. Foi registrado pelos Conselheiros que alguns investimentos não foram previamente discutidos em assembleia: sala de música, reserva para o estacionamento e o aplicativo Mobile. A Diretora Geral esclareceu sobre falta de mais uma sala de música para atender as demandas de sala ambiente e qualificar o trabalho realizado com os alunos; a Gerente Administrativo-Financeira esclareceu sobre previsão da reserva para realizar a melhoria na entrada do estacionamento solicitada por diversos pais e o Diretor Financeiro esclareceu sobre a proposta para criação e desenvolvimento de aplicativo mobile que vise melhorar a segurança e qualificar a comunicação entre pais, alunos, área pedagógica, área de TI, Conselho e Diretoria. A Gerente Administrativo-Financeira apresentou e comentou o Fluxo de Caixa 2017, no realizado de outubro mais orçado de 2016, com a proposta de reversão da provisão do sistema “S” o saldo fechará a Gerente Administrativo-Financeira apresentou e comentou o ano em R$ 363.902,00. No orçado de novembro, para 2017, o saldo deverá iniciar em R$ 363.902,00; o total das entradas aumentou para R$ 16.491.863,00; o total das saídas aumentou para -R$ 15.502.429,00 em função da criação de mais uma turma no Ensino Médio e da projeção dos 10,5% na rubrica de Recursos Humanos; o total das saídas de investimentos aumentou para -R$ 300.464,00; o total da saída provisão do Sistema “S” aumentou para -R$ 172.169,00; o total da reserva de sustentabilidade aumentou para -R$ 827.988,00; ficando a previsão de saldo final em 31/12/2017 no valor de R$ 52.715,00. Por fim, apresentou o Orçamento 2017, o total das receitas é de R$ 16.861.350,00; o total das despesas é de R$ 16.004.642,00; o resultado operacional é de R$ 856.708,00; o total das receitas não operacionais é de R$ 132.726,00; o total dos investimentos é de R$ 300.464,00; o total da provisão é de R$ 172.169,00; o total da reserva de sustentabilidade é de R$ 827.988,00; ficando com o saldo final é -R$ 311.187,00. A Presidente da Fundação abriu espaço para discussão e esclarecimentos das dúvidas sobre a peça orçamentária para 2017. Após ampla discussão, a Presidente fez o encaminhamento das propostas para aprovação da peça orçamentária e da destinação das verbas de Fundo de Investimento. Dos 31 (trinta e um) conselheiros presentes na reunião, 28 (vinte e oito) conselheiros estavam aptos para votação, 3 (três) conselheiros suplentes não estavam aptos para votação, em função da presença dos Conselheiros titulares. E 6 (seis) Conselheiros saíram antes do início da votação. **PROPOSTA 1** – *encaminhada à aprovação do Conselho a peça orçamentária para 2017, como foi apresentada, com as ressalvas de que o reajuste na receita líquida será de 10,5% (8,5% e mais 2% de Fundo de Sustentabilidade); que o reajuste salarial será sobre o percentual aprovado no acordo coletivo e de que o Centro de Idiomas seja encerrado e substituído por projetos pedagógicos sob a responsabilidade da Coordenação das Línguas Adicionais.* Com 22 (vinte e dois) votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção foi aprovado o Orçamento para 2017, com as ressalvas citadas. **PROPOSTA 2** - *encaminhada à aprovação do Conselho a reversão do saldo de 2016, de R$ 69.871,41.* Com 22 (vinte e dois) votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção foi aprovada a reversão do saldo de 2016, de R$ 69.871,41. **PROPOSTA 3** - *encaminhada à aprovação do Conselho a utilização de parte da arrecadação do Fundo de Investimento de 2017, (301.406,90 total projetado) para complementação do PPCI (hidrantes, detecção de fumaça, complementação de extintores e de placas); serralheria escola – alinhamento legal; rota de fuga do prédio 9 (ampliação sala para o corredor, deslocamento e confecção de parede em gesso antirruído e escadaria de ferro e portões de saída de emergência), atendendo às mudanças da lei, no valor de R$ 158.000,00.* Com 22 (vinte e dois) votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção foi aprovada a utilização do valor de R$ 158.000,00 *para complementação do PPCI*. **PROPOSTA 4** - *encaminhada à aprovação do Conselho a destinação para o Grupo de Trabalho da Elétrica do saldo remanescente do Fundo de Investimentos de 2016, no valor de R$ 27.116,00 e do saldo da projeção do Fundo de Investimentos de 2017 (R$ 301.406,90 total projetado), no valor de R$ 143.406,90, de forma genérica, mas com o compromisso assumido pelo Grupo de Trabalho da Elétrica e pela Diretoria da Fundação de encaminhar, antecipadamente, todos os gastos para aprovação deste Conselho.* Com 22 (vinte e dois) votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção foi aprovada destinação para o Grupo de Trabalho da Elétrica do saldo remanescente do Fundo de Investimentos de 2016, no valor de R$ 27.116,00 e do saldo da projeção do Fundo de Investimentos de 2017, no valor de R$ 143.406,90. **PROPOSTA 5** - *encaminhada à aprovação do Conselho da verba de R$ 186.364,00 para os investimentos de 2017, com as ressalvas de que a verba reservada para o estacionamento de R$ 27.000,00 e a verba para o desenvolvimento do aplicativo Mobile de R$ 30.000,00, serão ratificadas em abril de 2017.* Com 22 (vinte e dois) votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção foi aprovada a verba de R$ 186.364,00 para os investimentos de 2017, com as ressalvas citadas. Na pauta **Assuntos Gerais,** foram transferidos para a reunião do dia 13 de dezembro as notícias sobre o **Prêmio de Responsabilidade Social** **2016** e sobre o **Planejamento Estratégico – resultado do Workshop**. Foi informado que os pais participantes do Workshop de Análise Estratégica serão convidados para a apresentação dos resultados do projeto pelo Consultor Ricardo Beringer, na reunião do Conselho, dia 13. Com relação à **Retificação da informação sobre a petição da Turma 7A**, a Diretora Jurídica retificou a informação sobre o pleito encaminhado pelos pais Jenice Pires Moreira da Silva Schramm e João Frederico Lacava Schramm e se comprometeu com os pais a divulgar, por meio da ata da reunião, a todos os pais da turma 7A seu equívoco, bem como a retificar a informação também perante o Conselho Deliberante, que fique claro que o pleito dos peticionantes em nenhum momento envolveu devolução de valores vertidos ao Fundo de Investimentos. O Conselheiro Alexandre Ozório Kloppemburg sugeriu para próxima reunião a pauta sobre Terceiros.

Nada mais havendo a ser tratado a Presidente, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva, encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 504/2017 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e dezessete, às 20h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva – Presidente, Sr. Tuchaua Pereira Rodrigues - Vice-Presidente, Sr. José Alencar Lummertz – Diretor Financeiro, Sr. Demétrio Luís Guadagnin – Diretor de Obras e Patrimônio, Sr. Edgar da Silva Aristimunho – Diretor de Comunicação, Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo – Diretora Jurídica; Profa. Anelori Lange - Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger – Gerente Administrativo-Financeira, Sr. Roberto da Silva Medeiros – Contador da Patrimonial Assessoria Contábil Ltda., Sr. Alexandre dos Santos Valente e Sr. Vinicius Scherer – Auditores Independentes da JUENEMANN & ASSOCIADOS Auditores e Consultores, Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. A Presidente da Fundação realizou a abertura da assembleia com a leitura dos pontos de pauta: **Leitura e aprovação das Atas das Reuniões Extraordinária Nº 501/16 e Ordinária Nº 502, de 13/12/2016; Processos Judiciais; Análise e Aprovação do Balanço Patrimonial de 2016 e do Parecer da Auditoria, referente ao 2º semestre de 2016; Atualização sobre as Obras; Assuntos Gerais: a) Associação dos Amigos do João XXIII (Assembleia - 16/03/2017); b) Planejamento Estratégico (2º Workshop - 25/03/2017) e c) Relato dos Grupos de Trabalho de Patrimônio e de Filantropia. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA**: A Presidente, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva, submeteu à aprovação as **Atas das Reuniões Extraordinária Nº 501/16 e Ordinária Nº 502, de 13/12/2016**, com as ressalvas de que na ata Nº 501/16 seja retificado o ano onde se lê no item “*b) ...completar o mandato até dezembro de 2016, ...*” leia-se “*b) ...completar o mandato até dezembro de 2017, ...*” e de que na ata Nº 502/16 no item Relato da Comissão de Filantropia foi corrigida a grafia da palavra “*intenção”*. A Presidente colocou em votação a aprovação das Atas Nº 501/16 e Nº 502/16, com as ressalvas incorporadas e o resultado foi a aprovação das mesmas pela unanimidade dos presentes. A seguir, a Presidenteformalizou **a recondução da Conselheira Sra. CANDICE ORLANDIN PREMAOR GULLO para o cargo de Diretora Jurídica da Fundação Educacional João XXIII**, com mandato de 28 de março de 2017 à 31 de dezembro de 2017, a qual foi aceita pela Conselheira. Na pauta **Processos Judicias**, a Diretora Jurídica apresentou: ***a) a Reclamatória Trabalhista da Maria Cristina Sehn, ex-funcionária*** e fez uma síntese do andamento processual, do risco da condenação, do custo da reintegração de dezembro de 2016 a dezembro de 2017, bem como da proposta de conciliação no valor de R$ 91.908,44, a ser pago parcelado pela Fundação. Foi apresentada a *proposta da reclamante* com uma entrada de R$ 45.954,22 (50%) e mais 13 parcelas de R$ 3.534,94 e após diversas composições de negociação entre as partes a Diretoria Jurídica a formulou a seguinte *contraproposta de conciliação* pela Fundação com uma entrada de 36.763,38 (40%) e mais 15 parcelas fixas de R$ 3.676,34. A Presidente informou que a *contraproposta de conciliação*, por se tratar de um valor que ultrapassa a alçada de aprovação da Diretoria Executiva (maior que 7% do valor mensal das mensalidades escolares) foi apreciada e recomendada pelo Conselho Fiscal e está sendo trazida para homologação do Conselho Deliberante. Foi encaminhada para votação a autorização para Diretoria Jurídica da Fundação fechar o acordo com o parcelamento apresentado na *contraproposta* *de conciliação.* Dos 30 (trinta) Conselheiros presentes aptos a votar, 29 (vinte e nove) Conselheiros foram a favor da autorização e um Conselheiro se absteve de votar, portanto ficou autorizada a Diretoria Jurídica, pela maioria dos votos, a fechar o acordo da Reclamatória Trabalhista da Maria Cristina Sehn conforme valor e parcelamento apresentados na *contraproposta* *de conciliação.* A Diretora Jurídica deixou registrado o trabalho excepcional da Dra. Stella Nunes Rodrigues, Assistente Jurídica da Escola, na conclusão da proposta de acordo da Reclamatória Trabalhista da Maria Cristina Sehn. **b) *o Processo de Usucapião*** e noticiou que no mês de abril de 2017, a Fundação realizará a regularização da inclusão da área usucapida de 4.031,135 m2 na matrícula do terreno da Escola no Registro de Imóveis (conforme ação ajuizada em setembro de 2009, julgada procedente em janeiro de 2017 e com trânsito em julgado em 24/03/2017). O Vice-Presidente, Sr. Tuchaua Rodrigues, comentou sobre o desfecho do processo de usucapião para a regularização da referida área, parabenizou as gestões anteriores que iniciaram esse processo e salientou que com muita satisfação está sendo finalizado nesta gestão. Informou, também, que a Diretoria de Obras e Patrimônio, juntamente com o GT de Patrimônio, providenciará a regularização predial da Escola. Na pauta **Análise e Aprovação do Balanço Patrimonial de 2016 e do Parecer da Auditoria, referente ao 2º semestre de 2016,** o Sr. Roberto da Silva Medeiros, Contador da Patrimonial Assessoria Contábil Ltda. apresentou a análise detalhada do Balanço Patrimonial 2016, fazendo um comparativo entre 2016 e 2015, das Demonstrações Contábeis com as respectivas Notas Explicativas de encerramento do exercício de 2016, cujo material foi previamente disponibilizado no espaço dos Conselheiros para apreciação. Durante a apresentação das demonstrações contábeis e das respectivas notas explicativas foram esclarecidas as questões levantadas pelos membros do Colegiado. Em continuidade, o Sr. Alexandre dos Santos Valente, Auditor Independente, apresentou o Parecer da Auditoria do exercício de 2016, emitido pela JUENEMANN & ASSOCIADOS - Auditores e Consultores, em 16 de março de 2017, referente ao exame das Demonstrações Contábeis da Fundação Educacional João XXIII, em 31 de dezembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais práticas contábeis. Na opinião da empresa, ”as demonstrações contábeis referidas anteriormente apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Educacional João XXIII em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”. Após, a Gerente Administrativo-Financeira solicitou ao Conselho Fiscal o parecer sobre as peças contábeis apresentadas ao Conselho Deliberante. Os Conselheiros, Sr. Telmo Morsch dos Reis, Sr. Martin Brack, Sr. Fábio Subtil e Sr. José Carlos Monteiro da Conceição, membros do Conselho Fiscal, comentaram sobre a análise realizada nos dados apresentados e emitiram o parecer unânime do Conselho Fiscal recomendando ao Conselho Deliberante a aprovação plena do conjunto das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas apuradas em 31 de dezembro de 2016 e do Parecer da Auditoria do exercício de 2016, conforme Parecer do Conselho Fiscal datado de 28 de março de 2017. A Presidente da Fundação submeteu à votação do Conselho Deliberante a aprovação das Demonstrações Contábeis e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício de 2016. Foi aprovado o Balanço Patrimonial do exercício de 2016, sem ressalvas, por unanimidade dos votos. A Gerente Administrativo-Financeira agradeceu, em nome da Fundação, ao Sr. Roberto da Silva Medeiros – Contador da Patrimonial Assessoria Contábil Ltda., e aos Srs. Alexandre dos Santos Valente e Vinicius Scherer – Auditores Independentes da JUENEMANN & ASSOCIADOS - Auditores e Consultores pela presença e pelo trabalho realizado. Na pauta **Atualização sobre as Obras,** a Gerente Administrativo-Financeira fez apresentação das obras e das manutenções de infraestrutura gerais realizadas no período de férias, em janeiro e fevereiro de 2017, para a qualificação dos espaços da Escola: substituição de lâmpadas fluorescentes por *led* em toda Escola para conforto e economia; proteção para crianças na entrada da Escola; segurança-PPCI; divisão da sala de Música; aquisição de equipamentos de Informática entre outras atividades. Na pauta **Assuntos Gerais**: a) **Associação dos Amigos do João XXIII**, a Presidente informou que ocorreu a assembleia geral no dia 16 de março de 2017, às 18h30min, aberta à comunidade escolar, nas dependências da Escola, para tratar da implantação e estruturação da Associação dos Amigos do Colégio João XXIII, da aprovação do Estatuto e da eleição da Diretoria Executiva para o biênio 2017-2018. Na ocasião foram eleitos para compor à Diretoria da Associação a Sra. Cristiane Jung Abarno Dias (Conselheira e ex-aluna); Mirelle Barcos Nunes (mãe e ex-aluna); Matheus Fragoso Etges (ex-aluno) e Tuchaua Rodrigues (Vice-Presidente e pai de ex-aluna) sem definições de cargos. A Sra. Cristiane Jung Abarno Dias informou que será providenciado o registro do Estatuto da Associação dos Amigos do Colégio João XXIII, bem como uma ação de divulgação e captação de associados na Feira do Livro. b) **Planejamento Estratégico**, a Presidente comentou sobre o 2º Workshop de Ações Estratégicas realizado no dia 25 de março de 2017, que teve como objetivos: apresentar conclusões iniciais do Planejamento Estratégico; debater as sugestões de ações a serem executadas para o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos e possibilitar a participação dos públicos envolvidos nas discussões estratégicas. Informou que o Comitê Gestor trabalhará na sistematização das informações coletadas e na próxima reunião de abril do Conselho Deliberante apresentará os resultados. c) **Grupo de Trabalho de Patrimônio**, o Conselheiro Alexandre Ozório comentou sobre as principais metas e o andamento dos trabalhos do GT: atender a demanda das novas salas de aula para 2019 com a construção de um novo prédio; ampliar a carga da subestação de energia; trocar o sistema de iluminação atual por *led*; instalar ar condicionado. Estendeu o convite para os Conselheiros e demais pais da Escola, principalmente Engenheiros e Arquitetos, para trabalhar com o GT na elaboração do projeto do novo prédio. d) **Comissão Permanente de Filantropia**, a Diretora Jurídica comentou sobre as duas frentes que estão sendo trabalhadas pela comissão: a) andamento das negociações com o novo Secretário de Educação da SMEd sobre a possibilidade de firmar Convênio com a Prefeitura de Porto Alegre para adoção de uma Escola de Educação Infantil; b) ação de captação de alunos para preenchimento das 8 vagas de bolsas necessárias para manter o número de bolsas dentro do limite legal. Comentou sobre o andamento do processo de seleção do Edital nº1/2017 e as vagas disponibilizadas no Maternal (2); Nível (2); 1º ano EF (2); 9º ano EF (1) e 1ª série EM (1). Salientou que tivemos 147 atendimentos e desses resultaram 86 candidatos inscritos para a etapa 1 do processo seletivo. e) **Troca do Lanche**, sugerido pela Conselheira Ingrid Johann, a melhoria na comunicação aos pais sobre a troca dos lanches. A Conselheira Cristiane Vieira sugeriu que seja montado um plano de comunicação interna, um projeto de ações com a participação dos pais e dos Conselheiros. A Presidente lembrou que na reunião do Conselho Deliberante de dezembro de 2016 foi constituído o GT de Nutrição e já tiveram 3 (três) reuniões, onde estão discutindo as mudanças nos lanches. O Conselheiro Flávio Xavier salientou que em sua turma a principal queixa também é a falta de comunicação prévia sobre o lanche. A Diretora Geral sugeriu que a Nutrição seja um ponto de pauta. O Vice-Presidente informou que pensando na melhoria da comunicação interna a Diretoria Executiva já está estudando uma proposta de aplicativo para atender essa demanda de forma mais segmentada. A Coordenadora do GT de Nutrição, Cristiane Dias, informou que as mudanças foram muito pequenas no início do semestre, mas concordou que houve uma falha no planejamento da divulgação e que gerou reclamações. A Presidente pautou para próxima reunião a Nutrição. **f) Estacionamento**, o Conselheiro Flávio Xavier comentou sobre a falta de educação de alguns pais no acesso ao estacionamento; sugeriu fazer uma campanha de civilidade para o estacionamento e elogiou a segurança das crianças nos dias de chuva. O Vice-Presidente informou que o GT de Patrimônio está analisando os reflexos das alterações e a partir das críticas está trabalhando nas resoluções dos problemas apontados. A Diretora Jurídica sugeriu que os Conselheiros passem nos seus grupos de WhatsApp dos pais que a questão da educação no trânsito é tema do Conselho e assim conscientizar toda a comunidade escolar sobre os problemas que estamos enfrentando no estacionamento. A Presidente informou que voltaremos a pautar o tema estacionamento e o GT de Patrimônio já apresentará as soluções viáveis após análise das ideias sugeridas. **g) Notícias do Incêndio**, o Conselheiro João Batista Santafé Aguiar solicitou informações sobre o incêndio. O Diretor de Patrimônio fez um breve relato sobre o incidente; informou que a Escola estava em processo de salvaguardar os documentos da instituição que estavam naquele espaço físico, mas em função do ocorrido foram perdidos vários documentos da Escola, equipamentos e parte das lâmpadas de *led* compradas. Salientou que a perícia foi realizada no dia posterior às 10h, porém o laudo tem prazo de 3 (três) meses para ser entregue à Escola. Elogiou a rápida ação dos bombeiros, funcionários e pais e destacou que não tivemos feridos com o incêndio. Salientou que serão feitas melhorias sobre atendimentos de emergência. Informou que foi dada uma resposta imediata da Diretoria da Fundação nos meios de comunicação, site, facebook e nas edições impressas de jornais na manhã seguinte. Salientou que a postura da Diretoria Executiva é de não retroalimentar esse assunto para não afetar a imagem da Escola. O Conselheiro Alexandre Ozorio Kloppemburg sugeriu realizar o treinamento de evacuação na Escola e testar os procedimentos necessários com a comunidade escolar, para criar a mentalidade do que deve ser feito no momento de um provável incidente. Avisar previamente aos pais, alunos e funcionários. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 505/2017 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva – Presidente, Sr. José Carlos Monteiro da Conceição - Vice-Presidente, Sr. José Alencar Lummertz – Diretor Financeiro, Sr. Demétrio Luís Guadagnin – Diretor de Obras e Patrimônio, Sr. Edgar da Silva Aristimunho – Diretor de Comunicação, Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo – Diretora Jurídica; Profa. Anelori Lange - Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger – Gerente Administrativo-Financeira, Sr. Ricardo Karsten – Consultor da Beringer Consulting e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. A Presidente da Fundação realizou a abertura da assembleia com a leitura dos pontos de pauta: **Leitura e aprovação das Atas das Reuniões Extraordinária - Nº 503/17 e Ordinária - Nº 504/17, de 28 de março de 2017; Planejamento Estratégico; Ratificação do Orçamento 2017; Nutrição - Grupo de Trabalho e Pedagógico; Eleições 2017 e Assuntos Gerais: a) Pesquisa de recadastramento dos responsáveis e dos alunos do João XXIII. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA**: A Presidente submeteu à apreciação da assembleia na pauta **Leitura e** **aprovação das** **Atas das Reuniões Extraordinária - Nº 503/17 e Ordinária - Nº 504/17, de 28 de março de 2017** a proposta de incorporação do texto da Ata da Reunião Ordinária - Nº 504/17: “*A seguir, a Presidente formalizou a recondução da Conselheira Sra. CANDICE ORLANDIN PREMAOR GULLO para o cargo de Diretora Jurídica da Fundação Educacional João XXIII, com mandato de 28 de março de 2017 à 31 de dezembro de 2017, a qual foi aceita pela Conselheira”,* no final da Atada Reunião Extraordinária - Nº 503/17, que tratou da eleição do Vice-Presidente, para atender às demandas legais da instituição. Não havendo outras observações, as atas foram encaminhadas à votação e aprovadas pela unanimidade dos presentes, com a incorporação do texto sugerida. Na pauta **Planejamento Estratégico**, a Presidente comentou sobre o andamento do projeto e, em seguida, o Consultor Sr. Ricardo Karsten apresentou a sistematização das diretrizes estratégicas para o Projeto João 2023, elaborada pelo Comitê Gestor do Projeto, a partir das discussões realizadas no 2º Workshop – Ações Estratégicas, com representantes da comunidade escolar. Em maio, serão realizados os ajustes no projeto e a apresentação do Relatório Final do Planejamento Estratégico da Fundação Educacional João XXIII. Em junho, iniciará a execução do Projeto João 2023, que será trabalhada por 13 comitês, sendo um gestor João 2023 e mais 12 de execução com eixos temáticos específicos de Captação; de Fidelização; de Outras Fontes; de Custos; de Comunicação; de Qualidade de Ensino; de Inovação; de Modelo de Gestão; de Relacionamento Socioambiental; de Filantropia; de Infraestrutura e de Satisfação e Qualificação. Serão compostos por um Coordenador e mais 4 integrantes permanentes, em média, mas poderão ser convidados outros membros da comunidade escolar pontualmente, conforme a necessidade, para participar das reuniões que serão articuladas pelos próprios grupos. O Vice-Presidente salientou que os membros dos comitês serão fechados até o dia 23 de maio e caso algum Conselheiro queira participar deverá comunicar à Coordenação do respectivo Comitê, através do e-mail da Secretaria da Fundação. Os Comitês terão como rotina: a) Execução das ações; b) Medição dos indicadores; c) Report do status dos indicadores e ações através de SIG (planilha) e Gestão à Vista; d) Ações contínuas de comunicação para os diferentes públicos; e) Revisão anual do Planejamento Estratégico; f) Alinhamento com o Orçamento e g) Coordenação através do Comitê Gestor do Projeto João 2023. Ao final, a Presidente submeteu à aprovação dos eixos temáticos dos 13 Comitês de Execução do Projeto, que foram aprovados por unanimidade dos presentes e sem ressalvas. Na pauta **Ratificação do Orçamento 2017**, a Gerente Administrativo-Financeira apresentou as Premissas Orçamentárias 2017, fazendo um comparativo entre realizado e orçado: o número total de alunos realizado em 2017 teve uma variação a maior passando para 1.127 (+3), diminuindo para 962 (-3) os não bolsistas e aumentando para 165 (+6) estes; o número de cancelamentos reduziu para 79 (-3), teve um aumento de alunos novos para 147 (+1) e o número de turmas se manteve em 49. Destacou que o incremento de 6 alunos bolsistas no realizado foi para atender a Lei da Filantropia, em função da não formalização do Convênio do projeto da Escola Infantil com a SMED/PMPA e da redução do número de alunos não bolsistas. Foi destacado, também : Inadimplência linear - 5,0% e recuperação de 1%; Joaozinho Legal - nas 4 modalidades, reajuste 10,5% - reduziu para 63 (-7) alunos; Campanha de antecipação de anuidades - redução no número de adesões para 38 (-7); Mensalidades - reajuste de 10,50% (8,5% de reajuste + 2% do fundo de sustentabilidade) para todas as etapas. O Diretor Financeiro esclareceu as dúvidas sobre o índice de reajuste das mensalidades. Reajuste Salarial, conforme ficou acordado na aprovação do Orçamento na assembleia, em 29/11/16, será o percentual aprovado no acordo coletivo - previsão de 7,0% (4,69% de INPC + Ganho Real), aguardando homologação do acordo coletivo. Reajustes de outras despesas contratuais – em média 10%. Fundo de Sustentabilidade – saldo em 31/03/17 de R$ 824.098,53. Fundo de Investimento 2016 - do valor de R$ 117.934,00, foram utilizadas as verbas destinadas à Elétrica, às Trocas de Lâmpadas Led e Outros no valor de R$ 67.266,00; descontando o valor de R$ 29.202,00 destinado à Elétrica e que vai ser utilizado em Abr/17, fica o saldo restante de R$ 21.466,00, em 31/03/2017, já destinado à Elétrica, conforme aprovado por este Conselho. Fundo de Investimento 2017 – do valor de R$ 343.171,00, foram utilizadas as verbas destinadas à Rota de Fuga do Prédio 9 e à Complementação do PPCI no valor de R$ 131.389,00; descontando o valor de R$ 25.440,00 destinado à Complementação do PPCI e que vai ser utilizado em Abr/17, fica o saldo restante de R$ 186.362,00, em 31/03/17, a ser destinado por este Conselho. A Diretoria da Fundação propôs ao Conselho que a discussão sobre as demandas prioritárias para destinação do saldo de R$ 186.362,00 seja realizada em uma próxima reunião Ordinária. A proposta foi apreciada e aprovada pela unanimidade dos presentes. A Gerente Administrativo-Financeira seguiu apresentando o Fluxo de Caixa 2017, fazendo um comparativo entre o realizado até Out/16 mais orçado, iniciando com um saldo em março de R$ (-)16.640,00 e com saldo final de caixa, em 31/12/16, de R$ 363.902,00, e o realizado até Dez/16, com mesmo saldo inicial de R$ (-)16.640,00 e com o saldo final de caixa, em 31/12/16, de R$ 771.487,00, representando uma diferença a maior de Out a Dez de R$ 491.110,00, em função do saldo do fundo de investimento 2016 (R$ 83.525,00); da antecipação de parcelas de Jan/17 (R$ 136.000,00); das negociações com inadimplentes (R$ 150.000,00); de investimentos não gastos no PPCI (R$ 33.000,00); de investimento no Planejamento Estratégico transferido para 2017 (R$ 14.000,00) e de rubricas gerais não realizadas no orçamento (R$ 58.000,00). Em Nov/16, no Orçamento 2017 foi previsto um saldo inicial de R$ 363.902 e um saldo final de R$ 52.715,00 em 31/12/17, porém o realizado até Mar/17 mais orçado inicia com um saldo de R$ 771.488,00 e termina o ano com saldo de R$ 121.897,00. Foram detalhadas e esclarecidas as movimentações/demandas diferentes previstas nas rubricas: Receita; Recursos Humanos; Pedagógico; Administrativas, e Filantropia. Apresentou o Fluxo de Caixa realizado em Mar/17, com saldo inicial de R$ 771.488,00 e saldo final em 2017 de R$ 1.356.227,00 e o Fluxo de Caixa orçado de Abr até Dez/17, com saldo inicial de R$ 1.356.227,00 e saldo final de R$ 121.897,00. Apresentou a planilha comparativa do Orçamento com a situação de 2016, previsto e realizado até Dez/16, e do Orçamento de 2017, previsto e o realizado até Mar/17 mais orçado, com visão geral da receita, da despesa, do resultado operacional, da receita não operacional, do investimento total, da provisão total, da reserva de sustentabilidade total e do saldo final para análise geral do Orçamento. A seguir o Vice-Presidente solicitou o **Parecer do Conselho Fiscal** sobre a peça orçamentária de 2017. Os membros do Conselho Fiscal informaram o Parecer Favorável à aprovação do Orçamento 2017 sem ressalvas. Após, a Presidente submeteu a Ratificação do Orçamento 2017 à aprovação do Conselho Deliberante, que foi aprovada, sem alterações, por unanimidade dos presentes. Na pauta **Nutrição - Grupo de Trabalho e Pedagógico**, a Presidente submeteu à apreciação da assembleia a transferência do tema para a próxima reunião ordinária. A transferência do tema foi aprovada por unanimidade dos presentes. Na pauta **Eleições 2017**, a Coordenadora da Comissão Eleitoral, Conselheira Maria Luiza Pont fez um breve relato sobre o status das 40 turmas com eleições para Conselheiros Titulares e/ou Suplentes. Convidou os Conselheiros à estimularem os pais dessas turmas a se candidatarem. Salientou que as inscrições encerrarão no 01 de maio e as eleições ocorrerão entre os dias 08 a 14 de maio de 2017. A Presidente informou que no dia 23 de maio a Diretoria Executiva realizará o Encontro de acolhimento dos novos Conselheiros e de apresentação do Relatório Final do Planejamento Estratégico aos membros do Conselho e que no dia 30 de maio será realizada a *C*erimônia de Posse dos Conselheiros eleitos na Reunião Ordinária. Nos **Assuntos Gerais**, no item **Pesquisa de recadastramento dos pais e responsáveis e dos alunos do João XXIII**, a Diretora Jurídica esclareceu os objetivos da pesquisa, como e quando será realizada e solicitou que todos os pais, responsáveis e alunos respondam os questionários. Salientou que assim será possível, através da análise dos dados, conhecer e traçar o perfil das famílias do João XXIII, além de atualizar o cadastro geral da Escola. Solicitou a colaboração de todos os Conselheiros na divulgação da pesquisa e no estímulo aos pais e alunos para que respondam os respectivos questionários. No item **Comunicado da APJ – Associação dos Professores do João XXIII**, a Presidente informou sobre o comunicado da Presidência da APJ encaminhado à Diretoria da Fundação e à Diretoria do Instituto com a decisão do grupo de Professores do Colégio João XXIII de que não irão aderir à paralisação do dia 28 de abril de 2017. A Diretora Geral informou que as aulas transcorrerão normalmente. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 507/2017 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiaraju, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva – Presidente, Sr. José Carlos Monteiro da Conceição - Vice-Presidente, Sr. José Alencar Lummertz – Diretor Financeiro, Sr. Demétrio Luís Guadagnin – Diretor de Obras e Patrimônio, Sr. Edgar da Silva Aristimunho – Diretor de Comunicação, Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo – Diretora Jurídica; Profa. Anelori Lange - Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger – Gerente Administrativo-Financeira e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. A Presidente da Fundação realizou a abertura da assembleia com a leitura dos pontos de pauta: **Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberante Nº 506/16, de 30/05/2017; Nutrição; Espaço Pedagógico; Fundos de Investimento e de Sustentabilidade; Assuntos Gerais: a) Planejamento Estratégico – andamento dos Comitês e b) Reunião do Conselho Deliberante de julho de 2017. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA**: na pauta **Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberante Nº 506/16, de 30/05/2017,** a Presidente submeteu à apreciação da assembleia a proposta de ajuste no texto encaminhada pela Conselheira Maria Luiza Pont, onde se lê “..., *128 candidatos se inscreveram ou foram indicados nas turmas, ...”,* leia-se “..., *128 candidatos (entre inscritos e não inscritos) foram indicados pelas turmas*, ...”. Não havendo outras observações, a ata foi encaminhada à votação e aprovada pela unanimidade dos presentes, com a ressalva proposta. Na pauta **Nutrição**, a Diretora Jurídica salientou que o Grupo de Trabalho (GT) da Nutrição e a merenda coletiva são os aspectos da Nutrição atualmente em debate no Conselho Deliberante. Sobre o GT da Nutrição informou que é uma comissão temporária formada pelo Conselho, conforme método de trabalho previsto no Estatuto da Fundação, e conta com a participação de pais, da nutricionista da Escola, de funcionários e de um membro da Diretoria da Fundação. O GT da Nutrição vem promovendo ações diversas, referentes à qualificação da alimentação na Escola, englobando merenda coletiva e outras refeições oferecidas na Cantina. Sobre a merenda coletiva informou a necessidade de reavaliação do sistema de merenda dos alunos da Educação Infantil ao 2º ano do EF atualmente em vigor, constatada tanto durante a implementação das atividades de qualificação sugeridas pelo GT, quanto por demandas trazidas por pais e responsáveis. Outro aspecto suscitado pelo Conselho Deliberante são os preços dos produtos na Cantina e nesse caso a Diretoria Executiva sugere que seja aproveitada a existência do GT da Nutrição, ora em funcionamento, para que, durante os trabalhos de qualificação da nutrição, promova também revisão desse aspecto, centralizando as demandas dos conselheiros, bem como a intermediação entre Cantina/Conselheiros/Diretoria Executiva. A Diretora Geral retomou os dados sobre a merenda coletiva praticada da Educação Infantil ao 4º ano do Ensino Fundamental: número de lanches diários; possibilidade das turmas de 3º e 4º anos do EF de optar ou não pela merenda ou somente pelo mix de frutas; bem como destacou o entendimento da merenda coletiva como um momento pedagógico de incentivo aos hábitos alimentares saudáveis e de respeito à diversidade quanto à intolerância e às restrições. Apresentou os dados sobre a merenda opcional praticados nas turmas de 3º e 4º anos do EF, nos meses de maio e junho, com percentuais de alunos que não optaram pela merenda e o acompanhamento dos lanches trazidos por eles de casa. Salientou que o encaminhamento da proposta para Merenda Coletiva ser Opcional da Educação Infantil ao 2º ano do EF, colocada em discussão na reunião anterior, foi devido à preocupação da área Pedagógica com as crianças que não se adaptam com algumas ofertas de cardápios. Porém, em função da discussão a respeito do tema não ter se esgotado, a Presidente propôs que, a partir da escuta realizada no Conselho, o assunto voltasse à discussão na próxima assembleia. A nova alternativa, apresentada pela Diretora Jurídica, foi a proposta de Flexibilização da Merenda Coletiva, tendo como regra geral manter a obrigatoriedade a todos os alunos a merenda da Escola, das turmas de Educação Infantil ao 2º ano do EF. As exceções serão implementadas nas seguintes hipóteses: nos casos de intolerância/restrições médicas, com apresentação de atestado médico. Em casos pontuais e extremos, com prévio estudo e acompanhamento da Nutricionista e da equipe Pedagógica da etapa, analisados pela Nutricionista e pela Vice-Diretora da Escola para flexibilização e/ou substituições mediante combinações com a família, a merenda deverá ser cobrada, exceto quando houver a indicação médica de que o aluno necessariamente deverá trazer a merenda de casa e poderá, em última instância e mediante validação da Diretoria Executiva da Fundação, haver o cancelamento dos pagamentos ou opção apenas pelo mix de frutas. Comentou, ainda, que a obrigatoriedade da merenda coletiva foi amplamente discutida pela área Pedagógica, Diretoria Executiva, GT de Nutrição e Nutricionista da Escola levando em consideração a importância da questão educativa. A Coordenadora do GT de Nutrição, Conselheira Cristiane Abarno Dias, comentou que foi consenso do GT de Nutrição o encaminhamento desta proposta alternativa para apreciação do Conselho. A Presidente esclareceu a questão levantada na última assembleia a respeito da obrigatoriedade da merenda escolar, bem como o argumento que seria "venda-casada", com base na legislação e sobre a decisão judicial no estado de Alagoas, encaminhada pela Conselheira Aline Portanova (5A). Salientou que, segundo o magistrado, a prática da instituição em uniformizar a alimentação consumida pelos alunos no interior da escola é lícita, já que busca promover um direcionamento nutricional de acordo com os métodos pedagógicos adotados e que a escola está, verdadeiramente, exercendo seu direito de autonomia pedagógica assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Na discussão, o Conselheiro Flávio Sant’Anna Xavier defendeu a proposta apresentada na reunião anterior do Conselho Deliberante, de ser retirada a obrigatoriedade da merenda coletiva. A Presidente encaminhou para votação as duas propostas: *Proposta 1* - Merenda Coletiva ser Opcional da Educação Infantil ao 2º ano do EF e *Proposta 2* - Flexibilização da Merenda Coletiva, como regra geral manter a obrigatoriedade a todos os alunos a merenda da Escola, das turmas de Educação Infantil ao 2º ano do EF. Do total de 41 (quarenta e um) Conselheiros presentes, 2 (dois) Conselheiros saíram antes da votação e 4 (quatro) Conselheiros Suplentes não tiveram direito a voto, restando 35 (trinta e cinco) Conselheiros aptos para votar, destes 5 (cinco) Conselheiros votaram a favor da Proposta 1, 26 (vinte e seis) Conselheiros votaram a favor da Proposta 2 e 4 (quatro) Conselheiros se abstiveram de votar. A *Proposta 2* foi aprovada pela maioria dos presentes. Na pauta **Espaço Pedagógico**, a Diretora Geral comentou sobre alguns eventos/ações que ocorreram na Escola: Festa Junina 2017 - arrecadou 500 kg de alimentos não perecíveis, livros infantis e fraldas que foram doados para Creche Boa Esperança; 13ª Olimpíada Brasileira de Matemática da Escolas (OBMEP) – 10 alunos do 7º ano do EF a 3ª série do EM passaram para segunda e última fase da competição; Matemágica - olimpíada de Matemática interna para alunos do 1º ao 5º ano do EF; Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica – 14 alunos realizaram as provas e aguardam o resultado que sairá no final do ano; Posse do Conselho de Alunos (CA) 2017; Palestra Sorria! Você está sendo filmado...seguido...comentado... - o Diretor do Curso de Publicidade e Propaganda da ESPM, Prof. Dr. Alessandro Souza, fez reflexões sobre os emaranhados das redes sociais para os alunos do CA e GEJ; Seminário dos Professores – ocorrerá nos dias 17 e 18 de julho e contará com a participação da professora Jaqueline Moll, Doutora em Educação pela UFRGS, referência nacional em Educação Integral, membro do Conselho Estadual de Educação e Coordenadora da Comissão do Ensino Médio e Educação Superior. Na pauta **Fundo de Investimento e de Sustentabilidade**, a Gerente Administrativo-Financeira apresentou o Fundo de Investimentos, comentou sobre o histórico e o objetivo da criação do fundo, bem como a destinação detalhada das verbas, no total geral de R$ 346.114,00, desde 2013 até maio de 2017, aprovadas pelo Conselho Deliberante, anualmente. Desse total, destacou que falta realizar o valor de R$ 21.349,00 já destinado a obras na parte elétrica, em 2016, e que para o saldo do Fundo de Investimentos, no valor de R$ 189.121,00, em maio de 2017, o Conselho Deliberante em assembleia definirá a sua destinação. O Diretor Financeiro fez uma introdução sobre o Fundo de Sustentabilidade e a Gerente Administrativo-Financeira deu seguimento comentando sobre o histórico e o objetivo da criação do fundo, bem como apresentou as regras para utilização e percentuais para a sua composição, estabelecidas na assembleia Ordinária nº 475/2014, de 28 de outubro de 2014. Informou o saldo atualizado do Fundo de Sustentabilidade, em 31 de maio de 2017, no valor de R$ 983.354,64. Ficou acertado que o valor da cota patronal seja inserido na tabela do saldo do Fundo de Sustentabilidade para que os Conselheiros possam fazer um comparativo entre esses valores. Na pauta **Assuntos Gerais**, com relação ao **Planejamento Estratégico – andamento dos Comitês**, a Presidente apresentou a missão, os princípios, os objetivos estratégicos, os indicadores estratégicos, as metas, as ações relacionadas aos 13 comitês, os coordenadores e integrantes dos comitês e as sugestões de ações de melhoria que estão sendo trabalhadas por cada um dos comitês. Comentou que foi encerrada a fase de elaboração do Planejamento Estratégico da Fundação Educacional João XXIII, em maio de 2017, e iniciada a fase de implementação do Projeto João 2023, a partir de junho de 2017, que será desenvolvida pelos 13 Comitês de Execução do Planejamento Estratégico. A Beringer Consulting coordenará e apoiará o ciclo inicial da execução do Projeto João 2023, de junho a dezembro de 2017. Em agosto, a Diretoria Executiva apresentará um relato da execução do projeto. Com relação à **Reunião do Conselho Deliberante de julho de 2017**, a Presidente informou que será realizada no dia 11 de julho de 2017, às 19h30min, antecipada em função das férias escolares, e terá como pauta a Filantropia, o Orçamento Realizado do 1º semestre de 2017 e o Estacionamento/acesso, sugerido pelo Conselheiro Andreas Müller. Com relação à **Receita da Festa Junina**, sugerido pelo Conselheiro Francisco Freitas, a Gerente Administrativo-Financeira comentou que o faturamento total foi de R$ 34.856,35, ficando 10% para caixa da Escola; que a destinação deste recurso é para o pedagógico e que se trabalhou com 7 fornecedores externos e 2 fornecedores da Escola. Algumas sugestões levantadas pelos Conselheiros foram: aumentar o percentual cobrado dos fornecedores; utilizar esse valor para o fundo de qualificação dos profissionais do João XXIII; utilizar para trabalhar inovação com os alunos. Com relação à **Paralisação do dia 30/06/2017**, sugerido pelo Conselheiro Paulo R. da S. Samuel, a Diretora Geral informou que ainda não há uma posição oficial da APJ – Associação dos Professores do João XXIII, pois a reunião ocorrerá na quarta-feira, dia 28/06/2017. Com relação à **Pesquisa de Recadastramento**, a Diretora Jurídica explicou sobre a utilização e confidencialidade das informações, bem como solicitou a colaboração de todos os Conselheiros para conversar com os pais das turmas sobre a importância do preenchimento dos 3 questionários (pai, mãe e aluno). Salientou que já houve o retorno de 400 famílias. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela A. Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 508/2017 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos onze dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sr. José Carlos Monteiro da Conceição - Vice-Presidente, Sr. José Alencar Lummertz – Diretor Financeiro, Sr. Demétrio Luís Guadagnin – Diretor de Obras e Patrimônio, Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo – Diretora Jurídica; Profa. Anelori Lange - Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger – Gerente Administrativo-Financeira, Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. O Vice-Presidente abriu a assembleia comunicando que a Presidente necessitou se ausentar desta reunião devido ao problema de saúde na família. Comunicou, ainda, que a Diretoria Executiva transferiu o ponto de pauta Orçamento Realizado do 1º semestre de 2017, previsto para essa reunião, para a reunião ordinária do mês de agosto, quando terá o fechamento do realizado até 31 de julho de 2017. Na sequência**,** fez a leitura dos pontos de pauta: **Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberante Nº 507/17, de 27/06/2017; Filantropia; Espaço Pedagógico; Assuntos Gerais: a) Recadastramento; b) Recuperação do dia da paralisação (30/06/2017); c) Estacionamento. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA**: na pauta **Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberante Nº 507/17, de 27/06/2017,** o Vice-Presidente submeteu a ata à apreciação da assembleia e não havendo ressalvas encaminhou à votação. A ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Na pauta **Filantropia,** a Diretora Jurídica destacou a premissa de que a Fundação Educacional João XXIII é filantrópica e não está em pauta a alteração dessa condição. Apresentou o breve histórico da filantropia na Fundação e salientou que as questões a serem analisadas nesta assembleia dizem respeito ao compromisso assumido pela Fundação para obtenção de isenção do INSS (cota patronal). Comentou que a mudança da lei a partir de 2016, definindo a concessão de 1 (uma) bolsa integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, representa, em contrapartida para Fundação, a isenção da cota patronal do INSS de aproximadamente R$ 2.400.000,00/ano e a possibilidade de captação de recursos através do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Informou que a Comissão Permanente de Filantropia foi criada em assembleia, em 30/06/2015, composta por um grupo de pessoas das diversas instâncias da comunidade escolar para pensar, discutir, dar continuidade e acompanhar os trabalhos da filantropia no João XXIII, com conhecimento da legislação, e que participa da operacionalização do processo seletivo para concessão e renovação de bolsas filantrópicas. Informou que o Comitê de Filantropia criado pelo Comitê Gestor do Planejamento Estratégico e aprovado em assembleia, em 30/05/2017, composto por parte dos membros da Comissão Permanente de Filantropia para acompanhar e solucionar as questões estratégicas da Filantropia, principalmente da sustentabilidade da escola, definir as iniciativas e as ações que serão implementadas visando o alcance das metas definidas para o atingimento dos objetivos estratégicos propostos no Planejamento Estratégico. Resgatou que, a partir de 2016, mediante as dificuldades enfrentadas para a prática de filantropia, por iniciativa da Diretoria Executiva e da Comissão Permanente de Filantropia, foi aprovada na assembleia, em 29/03/2016, a criação do Grupo de Trabalho (GT), composto pelos membros da Comissão Permanente e com a participação de integrantes e ex-integrantes do Conselho, consultores e membros do corpo pedagógico para estudar alternativas para assegurar a manutenção da Filantropia e atender a mudança da legislação. Salientou que após avaliar diversas alternativas o GT de Filantropia submeteu ao Conselho, em 27/09/2016, a proposta de criação de uma segunda unidade de ensino e elencou as premissas analisadas pelo grupo. Comentou sobre a proposta apresentada em 2016 pelo Município de Porto Alegre, de formalização de Convênio com a SMED para adoção de uma escola de educação infantil no bairro Lami. Mostrou que a Fundação ficaria como matriz e o Colégio João XXIII e a nova unidade no Lami como filiais, com CNPJ distintos, com características e quadros funcionais diferentes e com equipes próprias. Fez um comparativo de como seriam a oferta de vagas, a admissão dos bolsistas, a proposta pedagógica e a captação de recursos financeiros para manter as estruturas das duas filiais. Salientou que devido aos prazos e as instâncias deliberantes que precisavam ser ouvidas e que necessitavam de prazos maiores para a tomada de decisão para aprovação ou não da proposta de adoção da escola pelo Conselho, a Fundação não obteve êxito na negociação até a data pré-estabelecida pela SMED (término do prazo para o repasse do prédio da Escola de Educação Infantil - Lami à comunidade). Portanto, em 10 de outubro de 2016, a Secretária Municipal de Educação SMED em reunião com a Diretoria Executiva da Fundação comunicou a impossibilidade de adoção da escola infantil no Lami, pois assinaria o convênio com outra Instituição, a fim de atender o Cronograma de Inscrições e Matrículas para 2017. Salientou, que em razão disso, na reunião extraordinária de 18/10/2016, o Conselho autorizou que a Diretoria Executiva da Fundação buscasse alternativas/soluções para assegurar a manutenção da Filantropia e que em função disso qualquer proposta deveria ser encaminhada para apreciação e ser votada pelo Conselho Deliberante; que nenhum contrato deveria ser assinado sem a aprovação do Conselho; e que, caso alguma alternativa fosse aprovada, deveriam ser garantidas as vagas num piso mínimo de 2 (duas) bolsas por turma no Colégio João XXIII. Na sequência, informou sobre as diversas ações realizadas junto à SMED e ao Sinepe e sobre o estudo realizado para criação de uma nova unidade sem a participação do Município. Por fim, comentou sobre o atual estágio das negociações com a SMED e sobre a alteração do método de contratação com o Município, de Convênio para Parceria, através de Edital a ser publicado, possivelmente em julho de 2017, para adoção de uma escola modelo com capacidade para 114 alunos, estrutura similar à escola do Lami, com possibilidade de divisão das vagas entre a Fundação e o Município e consequente repasse de recursos. Após, a demonstração desse novo cenário, o Vice-Presidente encaminhou à apreciação uma nova **proposta:** *a Diretoria Executiva solicita, de acordo com a posição anterior do Conselho Deliberante, a permissão para inscrever a Fundação Educacional João XXIII no processo de seleção de parceria para adoção dessa escola modelo; a efetiva adoção dessa segunda unidade deverá ser aprovada pelo CD, em reunião extraordinária, mediante apresentação de orçamento a ser elaborado pela Diretoria Executiva, a partir dos dados fornecidos no Edital a ser publicado pelo Município.* Em seguida, foi aberto o espaço para discussão, sugestões e questionamentos levantados pelos Conselheiros. O Conselheiro João Batista Santafé Aguiar sugeriu aguardar o edital e, posteriormente, verificar as regras da SMED e com o parecer da Diretoria da Fundação e da área Pedagógica chamar os Conselheiros para uma reunião extraordinária específica sobre Filantropia para definir a participação ou não da Escola no edital. O Conselheiro Daniel Maia acha importante tanto o benefício para os alunos bolsistas como para o processo de aprendizagem e convívio social para todos alunos, que a Filantropia continue sendo realizada na Escola. Porém**,** sugere que seja feita uma análise da capacidade máxima de bolsistas, contemplando um número maior que o mínimo de 2 alunos por turma, acordado neste Conselho. Após, que se verifique a diferença que faltaria para atingir o número de 167 bolsistas necessários para viabilizar a Filantropia e comparar com as vagas ofertadas no edital da SMED. Caso a Escola suporte atender essas vagas ofertadas pela SMED, ele concordaria com a inscrição para participar do Edital. A Conselheira Jaqueline Moll sugere manter a Filantropia no João XXIII e é contrária a abertura de uma segunda unidade para atender a Filantropia. Salientou que a Escola poderia fazer programas de formação de professores para Educação Infantil e de anos iniciais da Educação Infantil, processo de captação ativo de bolsistas para continuar resolvendo essa situação na própria Escola. O Conselheiro Gilberto Pinto Vieira questionou sobre o trabalho que está sendo realizado com os bolsistas na Escola, como eles estão integrados nas questões sociais além do desempenho pedagógico. O Conselheiro Martin Brack comentou sobre o desempenho de 2 bolsistas no ano anterior que ingressaram na Universidade Federal sem fazer cursinho, um para engenharia e outro para educação física. A Diretora Geral comentou que em reuniões anteriores trouxe dados do PAB – Programa de Atendimento a Alunos Bolsistas (aulas de reforço, passeios, uniformes, livros e almoços). O Vice-Presidente explicou que essa é uma decisão política da Fundação que necessita de uma reflexão profunda sobre o assunto. Chamou, também, a atenção para o grau de responsabilidade dos Conselheiros para tomada de decisão sobre esse assunto, em função do impacto direto que poderá ocorrer na sustentabilidade da Escola. A Conselheira Cristina Toniolo Pozzobon relembrou toda a discussão realizada neste Conselho, desde 2014, foram 5 reuniões ordinárias e extraordinárias seguidas, para apresentar aos Conselheiros toda a legislação para que tomassem ciência da importância desse assunto para a Escola. Destacou que a Escola ainda não tem a prestação de contas de 2012 da Filantropia aprovada, isso significa um descaso do MEC. Salientou que em caso de não aprovação, a Fundação teria que pagar a cota patronal retroativa à 2012 e isso quebraria a Escola, bem como teria que manter os bolsistas na Escola por ser um ponto de honra e fundamental para a Escola. Esclareceu, ainda, que os bolsistas são pagantes, pois eles dão a Fundação à condição de isenção da cota patronal. Destacou o empenho da Diretoria Executiva em pensar, estudar e trazer novas formas de alternativas que não cause algum tipo de transtorno financeiro para Escola. Salientou que mesmo que não seja decida nesta reunião e que haja a necessidade de chamar outra reunião com a Comissão Permanente de Filantropia para mais esclarecimentos sobre a proposta e/ou a legislação, em função das dificuldades que as Escolas filantrópicas estão passando, ratificou a importância de a Escola seguir pensando em novas alternativas. Foram esclarecidas pela Diretora Geral algumas dúvidas com relação aos critérios para distribuição das vagas para bolsistas nas turmas, A Direção Geral comentou que, neste momento, sobre o impasse para resolver a distribuição dos bolsistas que a Escola necessita pelas turmas, visando atender a lei vigente. Mostrou o quadro geral das turmas com número de vagas disponibilizadas, de alunos pagantes, de alunos bolsistas e de vagas em aberto. Alertou sobre a lotação das turmas e a necessidade de reposição para 2018 de mais 17 bolsistas que se formarão em dezembro de 2017. Além disso, informou que o Comitê de Captação está trabalhando na busca de alunos pagantes e isso implicará no aumento de alunos bolsistas nas turmas para atender à legislação. A Conselheira Eunice Kindel sugeriu que a tabela com os totais de alunos seja disponibilizada para melhor entendimento do Conselho. Informou que não está confortável com a ideia de colocar os bolsistas em local separado da Escola, bem como não se sente confortável também em votar hoje na proposta apresentada. A Conselheira Adriana Cunha D. da Silva, mãe de 2 bolsistas do João XXIII, deu depoimento sobre como os alunos vem à Escola, como transitam entre os colegas e suas famílias e como se sentem felizes por estudar no João XXIII. Salientou que o mais velho se formará neste final de ano. Comentou que completou seus estudos integralmente na Escola Silva Paes e informou que a instituição está passando por problemas financeiros. Sugeriu que a Fundação abraçasse a Escola do bairro e pudesse utilizar as salas ociosas. A Diretora Jurídica informou que para fins de isenção legal os alunos não poderiam contar para o Colégio Silva Paes e que a Fundação poderia fazer outras ações para ajudar a referida escola. Além disso, fazer a Escola de Educação Infantil no mesmo bairro seria considerada como uma segregação. O Diretor Financeiro comentou, também, sobre sua experiência pessoal que teve com o aluno bolsista na sala de aula do seu filho e sobre o seu desempenho escolar ao longo dos anos e após formado. A Conselheira Maria Luiza Pont salientou que a ideia de fazer o Convênio com a SMED para adoção da Escola de Educação Infantil era bastante delicada e complexa, porém foi amplamente discutida no ano anterior. Ratificou que seria uma alternativa para a Filantropia do João XXIII, porém devido as instâncias deliberantes terem solicitado prazos maiores para aprovação da proposta, o prazo dado pela PMPA finalizou e outra instituição educacional assinou o Convênio. Neste momento, a Diretoria Executiva está apresentando para apreciação da assembleia uma nova proposta de Parceria com a SMED, para tanto solicitou que o Conselho tome a decisão de autorizar a inscrição da Escola no processo seletivo para adoção de outra Escola de Educação Infantil, que será realizado através de Edital de concorrência pública, antes da próxima reunião deste Conselho. Salientou que o receio é que a Escola perca novamente a oportunidade, em função da morosidade nas decisões, pois a deliberação neste momento é apenas inscrever ou não a Fundação no processo seletivo e depois com os critérios do Edital em mãos, chamar uma reunião extraordinária do Conselho para analisar e aprovar a participação efetiva na concorrência. A Conselheira Adriana Gomes acredita que o foco seria atender o bairro do entorno da Escola. A Diretora Jurídica esclareceu os motivos pelos quais a interpretação da lei caracterizaria a segregação de bolsistas e informou as fontes de consulta especializadas que a Diretoria da Fundação buscou (Juiz do Trabalho, Advogado Tributarista e Contador). O Conselheiro Andreas Muller sugeriu que a Escola aguarde a publicação do Edital de concorrência pública para ter conhecimento das regras antes de decidir sobre a proposta de autorizar a inscrição da instituição. Após publicação do Edital chamar uma reunião extraordinária para discutir os critérios e a viabilidade de participar da concorrência pública. A Gerente Administrativo-Financeira salientou a importância dos novos integrantes do Conselho se apropriarem das discussões que vem sendo realizadas desde 2009, quando a lei 12.101 começou a mudar toda a questão da Filantropia. Salientou que a Fundação vinha discutindo fortemente desde 2014 a luz da alteração da lei que se daria em 2016. Inclusive em 2014 foi criado por esse Conselho o Fundo de Sustentabilidade. Comentou sobre o alerta da empresa de Auditoria que no Balanço de 2016, o João XXIII sempre foi uma instituição que fazia muito bem sua Filantropia, galgada na seriedade de comprovação, mas que 2016 a Fundação ficou na linha de limite da gratuidade com apenas um bolsista a mais. A proposta da Escola no Lami foi uma tentativa para solucionar esse problema. Neste ano, novamente a Fundação vai ficar no limite da linha da gratuidade e além disso terá 17 bolsistas se formando no final de dezembro por isso a Diretoria da Fundação trouxe essa proposta, também, com uma alternativa com objetivo de ampliar o número de bolsistas para sair do limite da gratuidade e manter a isenção tributária. O Conselheiro Alexandre Ozório sugeriu a votação, nesta assembleia, de inscrever ou não a instituição e, após publicação do Edital, fazer o estudo orçamentário e encaminhar novamente ao Conselho para aprovação da participação efetiva. O Vice-Presidente fez os seguintes encaminhamentos: a) disponibilizar o máximo de informações possíveis sobre o assunto no espaço dos Conselheiros para leitura e apreciação; b) **proposta de consenso do Conselho**: *Não será votada hoje a proposta, mas o Conselho assume a responsabilidade de ao ser divulgado o Edital público, dentro do mês de julho, de que eventualmente deverá realizar uma nova assembleia, em regime de urgência, para decidir se autorizará ou não a inscrição da instituição na concorrência pública; após aberto o Edital e a análise dos critérios estabelecidos no Edital a Diretoria voltará a discutir e elaborará o projeto que deverá ser encaminhado à apreciação do Conselho para discussão sobre a viabilidade ou não de participar da concorrência pública. Com isto, ficou definido que não será decidido nada sem a deliberação do Conselho e que não houve veto algum à proposta apresentada, somente será aguardada a publicação do Edital.* Na pauta **Pedagógico,** a Diretora Geral comentou sobre os eventos realizados na Escola: Mate mágica; Brechó da Solidariedade; Seminário das Ciências Humanas; Palestra sobre a Gestão Comunitária para Mestrandos e Doutorandos da Unilasalle e Espetáculos de Besouros. Na pauta **Assuntos Gerais:** a) **Recadastramento**, a Diretora Jurídica comentou sobre o andamento da pesquisa e o número de retornos recebidos e agradeceu a participação da comunidade escolar, 944 cadastros completos até o momento. b) **Reposição de Aulas**, a Diretora Geral informou que as recuperações do dia paralisado ocorrerão nos sábados, dia 05/08/2017, das 7h40min às 12h10min, para o 6º. ano EF a 2ª. série EM, e das 7h40min às 12h50min, para a 3ª. série EM; e dia 19/08/2017, das 7h40min às 12h10min, para o Educação Infantil ao 5º. ano EF. c) **Estacionamento**, o Diretor de Obras e Infraestrutura informou sobre o andamento do estudo da área do estacionamento, que está sendo feito pelo Arquiteto Fabiano de Vargas e Silva, pai na Escola, para redesenho do número das vagas a fim de otimizar o espaço e à disposição dos acessos de entrada e saída da Escola. Nada mais havendo a tratar o Vice-Presidente encerrou a reunião.

**José Carlos Monteiro da Conceição**  **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Vice-Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 512/2017 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às 20h, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva – Presidente, Sr. José Carlos Monteiro da Conceição - Vice-Presidente, Sr. Edgar da Silva Aristimunho – Diretor de Comunicação; Sr. Demétrio Luís Guadagnin – Diretor de Obras e Patrimônio Sr. José Alencar Lummertz – Diretor Financeiro, Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo – Diretora Jurídica; Profa. Anelori Lange - Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger – Gerente Administrativo-Financeira, Profa. Mirian Zambonato – Coordenadora do Comitê de Inovação e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. Foram apresentados os pontos de pauta: **Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária Nº 510/17, de 26/09/2017; Planejamento Estratégico - apresentação do Comitê de Inovação; Pedagógico – Calendário 2018; Filantropia e Assuntos Gerais. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** A Presidente deu início a reunião, apresentou a pauta e sugeriu a inversão dos assuntos, deixando a apresentação do Comitê de Inovação do Planejamento Estratégico para o final da reunião. **Na pauta Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária Nº 510/17, de 26/09/2017,** a Presidente submeteu a ata à apreciação da assembleia e não havendo ressalvas encaminhou à votação. A ata foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes.Na pauta **Pedagógico - Calendário 2018,** a Diretora Geral apresentou o calendário geral da Escola para o ano letivo de 2018 e informou que o mesmo será disponibilizado para consultas no espaço do Conselheiro e no site da Escola. Comentou sobre o processo de construção do calendário. Destacou as datas previstas para: o período de férias dos professores; o Seminário dos Professores; o início das aulas por etapa; os feriados e as pontes agendados; os eventos programados; o período de férias dos alunos e o recesso dos professores; o início e o término previstos para o 2º semestre letivo. Comunicou que o Projeto de Férias ocorrerá de 02 a 26 de janeiro de 2018. Ratificou que em 2018 não haverá formatura da 3ª série do Ensino Médio, em função da implantação do novo currículo do Ensino Fundamental de 9 anos ocorrida a partir 2008. Na pauta **Filantropia,** a Presidente noticiou a certificação CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social do Colégio junto ao Ministério da Educação e Cultura. A Gerente Administrativo-Financeira, apresentou todos os processos enviados ao MEC, bem como os prazos, fases e status; relatou sobre a reunião presencial em Brasília, dia 26/10/2017, na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES, responsável pela certificação das entidades beneficentes de assistência social na área da educação. Esclareceu que a certificação deferida foi relativa ao período de 26/08/2012 à 26/08/2015, que corresponde a transição da Filantropia da Instituição da área da Assistência Social para a área da Educação. Salientou que a segunda renovação do CEBAS, para o período de 2016/2018, já foi encaminhada e que a próxima solicitação de 2018/2021 deverá ser enviada em agosto de 2020. Com referência ao Edital nº 1/2018 do Processo Seletivo de Reposição de Bolsas Filantrópicas, informou que foram disponibilizadas 15 vagas, que foram realizados 316 atendimentos no período de 25 à 30/10/2017 e que foram recebidas 155 inscrições de candidatos na primeira etapa da seleção. A Diretora Jurídica e Coordenadora do Comitê de Filantropia apresentou o acompanhamento do que estão fazendo, atualmente, os ex-bolsistas formados pelo Colégio e salientou que esse trabalho foi realizado para atender um dos objetivos estratégicos do Comitê. Diante da proposta de publicação dos resultados dos alunos bolsistas, a Conselheira Cristina Pozzobon ratificou que o princípio básico do João XXIII é de não fazer diferenciação entre alunos bolsistas e alunos pagantes e que esse trabalho deveria incluir o resultado de todos os alunos da Escola, pois a característica do Colégio não é de assistencialismo e sim de educadores. Após discussão, o Conselho sugeriu que o Comitê de Filantropia complemente os dados, elabore uma proposta sobre a forma de apresentação dos resultados à Comunidade Escolar e que apresente na próxima reunião do Conselho Deliberante. Na sequência, a Diretora Geral fez a apresentação do quadro de desempenho dos 95 alunos do total de 167 alunos bolsistas do 6º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio no PAB - Programa de Apoio ao Aluno Bolsista, no 1º e 2º trimestre de 2017, em Língua Inglesa, Língua Portuguesa e Matemática. Destacou que o investimento do PAB fez a diferença nesses 3 anos de trabalho. Na pauta **Planejamento Estratégico – Comitê de Inovação,** a Coordenadora do Comitê fez a apresentação dos membros do grupo; comentou sobre os desafios de repensar a Educação no João XXIII: explicou a evolução da Educação no modelo 1.0, modelo 2.0 e o novo contexto da Educação no modelo 3.0; apresentou as características da Escola do Século XXI com o protagonismo do estudante; destacou a necessidade de criação de espaços múltiplos de aprendizado (estúdios); comentou sobre o mapa de inovações em processos de construção do Colégio João XXIII e, por fim, relacionou algumas referências bibliográficas disponíveis sobre o tema. A Conselheira Jaqueline Moll comentou sobre a Escola do Século XXI e como se deu a evolução do modelo de Educação em outros países e como está ocorrendo nas escolas brasileiras. Salientou que o Colégio João XXIII está no caminho, tem responsabilidade no que faz, deve compartilhar com os professores e deve buscar engajar os estudantes e pais nessa mudança. A Coordenadora do Comitê convidou os Conselheiros para que participem com sugestões e contribuições para construção desse processo. A Presidente lembrou que na reunião passada do Conselho foi destinada verba do fundo de investimentos para adequação dos 2 estúdios no prédio 3. A Conselheira Cristiane Abarno Dias sugeriu que a área pedagógica pense em alguma atividade diferenciada na Escola (ex: Campeonato de CS) para os alunos que passarem por média, nos últimos 15 dias de aula. Na pauta Assuntos Gerais, a Conselheira Cristiane Abarno Dias, membro do Comitê de Relacionamento Socioambiental informou que foi enviado aos pais um link com um questionário e solicitou que os Conselheiros respondam e reforcem com os pais a importância do preenchimento do mesmo. A Presidente informou que na próxima reunião tratará sobre aprovação do Orçamento e Fluxo de Caixa 2018. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

Fundação Educacional João XXIII Fundação Educacional João XXIII

**ATA Nº 513/2017 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva – Presidente; Sr. José Carlos Monteiro da Conceição - Vice-Presidente; Sr. Edgar da Silva Aristimunho – Diretor de Comunicação; Sr. José Alencar Lummertz – Diretor Financeiro; Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo – Diretora Jurídica; Profa. Anelori Lange - Diretora Geral; Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora; Sra. Fátima Eschberger – Gerente Administrativo-Financeira e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. Foram apresentados os pontos de pauta: **Leitura e aprovação das Atas da Reunião Extraordinária Nº 511/17 e da Reunião Ordinária Nº 512/17, de 31/10/2017; Orçamento e Fluxo de Caixa 2018; Conselho Fiscal – recomposição dos membros e Assuntos Gerais. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** na pauta **das Atas da Reunião Extraordinária Nº 511/17 e da Reunião Ordinária Nº 512/17, de 31/10/2017,** a Presidente submeteu as atas à apreciação da assembleia e não havendo ressalvas encaminhou à votação. As atas foram aprovadas por unanimidade dos Conselheiros presentes. Na pauta **Orçamento e Fluxo de Caixa 2018,** a Gerente Administrativo-Financeira informou que a peça orçamentária foi disponibilizada aos Conselheiros previamente para apreciação. Explicou que foram trazidas para apreciação do Conselho Deliberante 2 (duas) propostas de aumento das mensalidades, conforme segue: a) proposta encaminhada pela Diretoria da Fundação, com o índice de 6% de reajuste, composto pelo aumento de 4% mais o índice de 2% do Fundo de Sustentabilidade em 2018, última parcela de ajuste aprovada pelo Conselho Deliberante, em outubro de 2014; b) proposta recomendada pelo Conselho Fiscal, apenas com o índice de aumento de 4%, sem o índice de 2% do Fundo de Sustentabilidade, mantendo o recolhimento acumulado do fundo durante o ano de 2018 e passando para o ano de 2019 o índice de 2%. Nas Premissas Orçamentárias, detalhou: os índices de reajustes das mensalidades realizados nos anos de 2015 (11%), 2016 (14,50%), 2017 (10,50%) e a previsão para 2018 (4% ou 6%); os indicadores econômicos; o número total previsto de alunos é de 1.108 para 2018, sendo que 165 bolsistas, 943 pagantes, prevendo 142 alunos novos e 98 cancelamentos, destacando os números atuais de cancelamentos e alunos novos até o momento; a projeção do índice do acordo coletivo será de 4%; os reajustes dos contratos e rubricas em geral, ressaltando que os ajustes necessários serão realizados na ratificação do orçamento em abril de 2018; a campanha de antecipação para 2018 será um desconto de 7% nas mensalidades reajustadas; a projeção da inadimplência para 2018 será de 4% e os índices de reajustes para o Joãozinho Legal, de 4% ou 6%. No Fluxo de Caixa 2018, iniciou demonstrando o realizado até outubro mais o orçado até dezembro de 2017, com saldo inicial de R$ 771.488,00 e saldo final de R$ R$ 513.808,00, até 31/10/2017, já incluída a reversão do Sistema “S”. Salientou que o saldo poderá sofrer alterações com rubricas não realizadas até 31/12/2017. No orçado para 2018, apresentou as propostas de 4% e de 6%, considerando 1.108 alunos e saldo inicial de R$ 513.808,00. Destacou que as diferenças básicas da proposta de 4% para a de 6% são, respectivamente, na rubrica receita que passa de R$ 16.949.697,00 para R$ 17.210.609,00 em função do aumento nas contribuições; na rubrica saída que passa de R$ -15.900.983,00 para R$ -15.903.026,00 em função das variações a maior na Filantropia e menor no Joãozinho Legal e na rubrica reserva de sustentabilidade que passa de R$ -904.669,00 para R$ -1.237.011,00, ratificando que a proposta de 4% mantém a arrecadação acumulada atual do Fundo de Sustentabilidade em 2018 e repassa o índice de 2% para 2019 e na proposta de 6% mantém a arrecadação acumulada atual do Fundo de Sustentabilidade e reajusta em mais 2% a partir de março de 2018, ficando em 2019 e 2020 somente a arrecadação acumulada do ano. A projeção de saldo final, em dezembro de 2018, ficou em R$ 144.393,00 na proposta de 4% e de R$ 60.921,00 na proposta de 6%. No Orçamento 2018 foram demonstrados os valores das rubricas das receitas menos as das despesas, com um resultado final de R$ -369.415,00 na proposta de 4% e de R$ -452.887,00 na proposta de 6%. Detalhou as necessidades de investimentos em estrutura, equipamentos e mobiliário com as verbas incluídas no Orçamento para 2018 e as verbas do Fundo de Investimentos previamente aprovadas pelo Conselho Deliberante. Apresentou as necessidades encaminhadas pelos Comitês de Inovação e Qualidade do Ensino-aprendizagem no valor total de R$ 118.425,00 incluídas no Orçamento para 2018 e no valor de R$ 100.000,00 aprovadas com utilização do Fundo de Investimentos. A Presidente da Fundação e Líder do Projeto João 2023 do Planejamento Estratégico apresentou as necessidades propostas pelos Comitês de Governança, de Comunicação e de Satisfação e Qualificação, totalizando R$ 298.644,29, que não foram incluídas no Orçamento para 2018, mas voltarão à apreciação deste Conselho na ratificação do Orçamento em abril de 2018. A Gerente Administrativo-Financeira apresentou o comparativo dos percentuais de reajuste das mensalidades escolares praticadas nas escolas particulares de Porto Alegre em 2017 e a projeção das mensalidades para 2018, identificando a posição do João XXIII no ranking, com as propostas de reajuste de 4% e de 6%. O Vice-Presidente registrou o agradecimento ao Conselheiro Daniel Maia que forneceu os índices econômicos do Banco Central para auxiliar na construção da peça orçamentária da Escola. A Presidente solicitou aos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva que apresentassem as justificativas para as propostas de reajuste encaminhadas, respectivamente de 4% e de 6%. Após, abriu espaço para os esclarecimentos de dúvidas sobre a peça orçamentária e **propôs a discussão, em separado, referente à cobrança do último reajuste de 2% para o Fundo de Sustentabilidade, pois exige o cumprimento de regras pré-estabelecidas pelo próprio Conselho.** Em seguida, foi realizado um amplo debate sobre o tema. Após, o Vice-Presidente enfatizou que para postergar a cobrança dos 2% do Fundo para 2019, o Conselho deverá fazer uma reunião extraordinária específica para aprovar essa alteração, com maioria absoluta (metade mais um) do total de conselheiros com mandato vigente, caso contrário permanece a cobrança do reajuste de 2% em 2018. A Presidente informou que a Diretoria da Fundação para garantir a deliberação do Orçamento 2018 e de seus desdobramentos, ainda dentro do mês de novembro de 2017, encaminhou previamente aos Conselheiros, atendendo o prazo regimental previsto, a convocação para reunião extraordinária no dia 30/11/2017, às 19h, com pauta única Filantropia, a fim de tratar do percentual do Fundo de Sustentabilidade para ano de 2018. Dando continuidade, encaminhou à votação as duas propostas de aumento: a) *Proposta 1* - 6% de reajuste, composto pelo aumento de 4% do Orçamento 2018 mais índice de 2% do Fundo de Sustentabilidade em 2018, aprovado pelo Conselho Deliberante em outubro de 2014; b) *Proposta 2* – apenas com o índice de aumento de 4%, sem o índice de 2% do Fundo de Sustentabilidade, mantendo o recolhimento acumulado do fundo durante o ano de 2018 e passando para o ano de 2019 o índice de 2%. Antes de votação, o Conselho acordou que em caso de aprovação da Proposta 2 os Conselheiros presentes se comprometem a comparecer na reunião extraordinária do dia 30/11/2017, a fim de viabilizar a referida alteração, caso contrário ficará mantida a cobrança de 2% para Fundo de Sustentabilidade em 2018. Dos 27 (vinte e sete) Conselheiros presentes aptos para o voto, 3 (três) saíram antes da votação, 7 (sete) votaram a favor da Proposta 1, 17 (dezessete) votaram a favor da Proposta 2 e não houve abstenção. A Presidente comunicou que a Proposta 2, apenas com o índice de aumento de 4%, sem o índice de 2% do Fundo de Sustentabilidade, mantendo o recolhimento acumulado do fundo durante o ano de 2018 e passando para o ano de 2019 o índice de 2%, porém ratificou que a alteração do recolhimento dos 2% do Fundo de Sustentabilidade para 2019 ficará condicionada à apreciação e aprovação do Conselho Deliberante na reunião extraordinária do dia 30/11/2017 e que exigirá a maioria absoluta dos votos do Conselheiros com mandato vigente, ou seja, metade mais um, caso contrário ficará mantida a cobrança dos 2% em 2018. Acordado o envio de um e-mail aos Conselheiros informando que nesta reunião Ordinária ficou decidido por maioria dos votos alterar a cobrança do percentual do Fundo de Sustentabilidade para 2018 e que será necessário que os Conselheiros se reúnam no dia 30/11/2017, a fim de apreciar esta decisão. Na pauta **Reconstituição do Conselho Fiscal**, a Presidente informou que o mandato dos membros eleitos na Reunião Ordinária nº 506/2017, em 30/05/2017 vigora até 28/05/2019, mas que será necessária a reconstituição do Conselho Fiscal, pois 4 membros deixarão os cargos e 2 membros serão remanejados dos cargos em 28/11/2017: ALEXANDRE OZORIO KLOPPEMBURG – o titular assumirá a Diretoria de Obras e Patrimônio em 2018; RONALDO SAJONC GENTA – o titular deixou o Conselho em setembro/17 (artigo 10, alínea “d”, do Estatuto Social) e cancelou matrícula para 2018; ANDREA TABAJARA BICHINHO TRAJANO – a titular assumirá a Diretoria Financeira em 2018 e MARTIN BRACK – o suplente deixará o Conselho em Dezembro/17, devido formatura de sua filha. Na reconstituição do Conselho Fiscal, foram remanejados dos cargos de suplente para titular **SERGIO SCHARDONG FILHO**, maior, brasileiro, inscrito no CPF nº 400.688.970-49, Engenheiro, casado no regime parcial de bens, filho de Sergio Schardong e Eneida Petersen Schardong, residente na Av. Padre Cacique, 1840/206, bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, CEP 90810-240, e-mail: sergioschardong@yahoo.com.br, e **FÁBIO JUNGES SUBTIL**, maior, brasileiro, inscrito no CPF nº 479.860.930-72, Funcionário Público, solteiro em união estável, filho de Graciano Paulo Leal Subtil e Leonor Junges Subtil, residente na Rua General Jonathas Borges Fortes, 219, bairro Glória, Porto Alegre/RS, CEP 91710-020, e-mail: [fabiosubtil@gmail.com](mailto:fabiosubtil@gmail.com); e foram eleitos para assumir os cargos de titular **MARIA LUIZA PONT**, maior, brasileira, inscrita no CPF nº 344.260.780-91, Empresária, solteira em uníão estável, filha de Alcides Pont e Ricema Damin Pont, residente na Estrada Jorge Pereira Nunes, 1780/30, Bairro Aberta dos Morros, Porto Alegre/RS, CEP 91787-590, e-mail: mluizapnt@hotmail.com, e de suplentes **CRISTINA TONIOLO POZZOBON**, maior, brasileira, inscrita no CPF nº 401.305.920-72, Artista Plástica, solteira, filha de Maria Toniolo Pozzobon e João Baptista Pedro Pozzobon, residente na Rua Amapá, 919, casa 11, bairro Vila Nova, Porto Alegre/RS, CEP 91740-460, e-mail: cristapozzobon@gmail.com, **GILBERTO PINTO VIEIRA**, maior, brasileiro, inscrito no CPF nº 448.982.230-87, Engenheiro (aposentado), solteiro em união estável, filho de Victor Pinto Vieira Filho e Wanda Carvalho Pinto Vieira, residente na Av. Juca Batista, 8000,casa 111, bairro Belém Novo, Porto Alegre/RS, CEP 91781-200, e-mail: [gptv@terra.com.br](mailto:gptv@terra.com.br), e **JORGE HUGO SOUZA GOMES**, maior, brasileiro, inscrito no CPF nº 167.992.590-34, Músico, solteiro, filho de Davina Souza Gomes, residente na Rua Ariovaldo Soares Janson, 85, bairro Santa Tereza, Porto Alegre/RS, CEP 90830-480, e-mail: jottaga@gmail.com. A Presidente empossou os membros do Conselho Fiscal e informou que o mandato entrará em vigor a partir de 01/01/2018 à 28/05/2019. Na pauta **Assuntos Gerais**, a) *Certificado de Responsabilidade Social 2017* – o Colégio receberá o Certificado na solenidade do dia 30/11/2017, às 19h, no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa; b) *Comenda Porto do Sol* - a Conselheira Jaqueline Moll recebeu a outorga da Comenda no ato solene no dia 27/11/2017, no Plenário Ana Terra do Palácio Aloísio Filho; c) *13ª OBMEP 2017 - Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas e Privadas* – 6 alunos receberam a medalha de Menção Honrosa; d) *OBA 2017 -* *Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica* – 3 alunos receberam Medalha de Bronze e 1 aluno recebeu Medalha de Prata e está aguardando os resultados da *IOAA - Olimpíada Internacional de Astronomia e OLAA - Astrofísica e Olimpíada Latino Americana de Astronomia e Astronáutica;* e) *X Taça Escolar de Futsal 2017* - 22 alunos da Equipe Mirim de Futsal, do 6º, 7º e 8º anos do EF, receberam a medalha de Ouro na série Bronze; f) *Jogos Abertos de Porto Alegre* – 18 alunos da Equipe Mirim de Handebol, do 7º e 8º anos do EF, receberam a Medalha de Campeões da 1ª Liga de Ouro; g) *5º ano EF em 2019 no turno da tarde* – pauta apresentada pelo Conselheiro Amarildo Maciel Martins do 3B do EF, a Diretora Geral esclareceu que a Escola trabalha com a Base 4, com turmas de 24 alunos e que não é viável oferta de uma turma de 5º ano EF no período da tarde em função da proposta político pedagógica e das condições da estrutura física do Colégio. h) *Educação Inclusiva* – pauta apresentada pela Conselheira Adriana Cunha Duarte da Silva, a Diretora Geral informou que temos 13 alunos de inclusão, uma sala estruturada e uma professora contratada; i) *Programação Optativa para alunos aprovados por média* – a Diretora Geral apresentou o quadro com as atividades programadas para o período de 29/11 à 13/12/2017, organizadas com os alunos do 9º ano EF ao EM. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

**ATA Nº 514/2017 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às 19h, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva – Presidente; Sr. José Carlos Monteiro da Conceição - Vice-Presidente; Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo – Diretora Jurídica; Sra. Fátima Eschberger – Gerente Administrativo-Financeira e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. Foi apresentada a pauta única: **FILANTROPIA – tratar do percentual do Fundo de Sustentabilidade para ano de 2018. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** a Presidente informou que na reunião Ordinária nº 513/2017, realizada em 28/11/2017, foi aprovado pela maioria dos votos dos Conselheiros presentes o reajuste de 4% no Orçamento para 2018 e ficou para apreciação e aprovação do Conselho Deliberante, nesta reunião extraordinária, especificamente convocada para tratar do percentual do Fundo de Sustentabilidade para o ano de 2018. A Presidente fez uma breve apresentação das premissas que foram longamente debatidas pelo Conselho Deliberante, no ano de 2014, para aprovação da criação do Fundo de Sustentabilidade, na Reunião Ordinária nº 475, de 28/10/2014, e de suas regras para provisão de recurso financeiro no caso de perda ou desistência voluntária da condição de entidade filantrópica, na Reunião Ordinária nº 477, de 09/12/2014. Detalhou os índices anuais aprovados para composição do Fundo de Sustentabilidade: 2015 => 1,5% (11,0% + 1,5% = 12,5%); 2016 => 2,0% (12,5% + 2,0% = 14,5%); 2017 => 2,0% (8,5% + 2,0% = 10,5%); 2018 => 2,0% (4,0% + 2,0% = 6,0%); 2019 e 2010 => 0% (mantém o recolhimento sem acréscimo de 2%. Apresentou o extrato da conta do Banco do Brasil, aplicação de CDB, com o saldo atualizado em 30/11/2017, no valor de R$ 1.472.390,34, bem como o acompanhamento mensal dos créditos e rendimentos da aplicação desde março de 2015 até novembro de 2017. Apresentou a previsão do saldo final do Fundo de Sustentabilidade em 2018 com a arrecadação dos 2%, no total de R$ 2.666.511,00, e sem a arrecadação dos 2%, no total de R$ 2.324.169,00. Apresentou, ainda, os quadros com os cancelamentos realizados nos últimos 5 anos, destacando os motivos informados pelos pais para o cancelamento das matrículas, para conhecimento dos presentes. Foram apresentadas as duas propostas encaminhadas para reajuste do Fundo de Sustentabilidade: a) Proposta 1 da Diretoria da Fundação – manter o índice de 2% do Fundo de Sustentabilidade em 2018, aprovado pelo Conselho Deliberante em outubro de 2014, ficando para 2019 e 2020 somente a arrecadação acumulada do ano; b) Proposta 2 recomendada pelo Conselho Fiscal - manter o recolhimento acumulado do Fundo de Sustentabilidade durante o ano de 2018 e passar para o ano de 2019 o índice de 2%. Foi aberto espaço para que todos os Conselheiros tivessem a oportunidade de expor suas considerações sobre as propostas apresentadas pela Diretoria da Fundação e pelo Conselho Fiscal. Após esgotado o debate, por questionamento de participante da reunião, o Vice-Presidente deixou registrado que na reunião da Diretoria Executiva foi voto vencido com a sugestão de repassar o último reajuste de 2% do Fundo de Sustentabilidade para 2019. Antes de iniciar a votação, informou que, nesta data, o Conselho Deliberante possui 37 Conselheiros com mandato vigente e que para alteração das regras do Fundo de Sustentabilidade seria necessária a maioria absoluta dos votos, ou seja, metade mais um do número total de Conselheiros com mandato vigente. Para tanto, ficou acordado pelo Conselho que para aprovação da Proposta 2 do Conselho Fiscal deverão ser computados 19 votos favoráveis. A Presidente encaminhou à votação as duas propostas: Proposta 1 - da Diretoria da Fundação e Proposta 2 – recomendada pelo Conselho Fiscal. Dos 26 (vinte e seis) Conselheiros presentes, com mandato vigente, 25 (vinte e cinco) estavam aptos a votar e 1 (um) era suplente sem direito a voto, desses 4 (quatro) Conselheiros votaram a favor da Proposta 1 e 21 (vinte e um) Conselheiros votaram a favor da Proposta 2. A Presidente informou que foi aprovada pela maioria absoluta dos votos a Proposta 2 recomendada pelo Conselho Fiscal - manter o recolhimento acumulado do Fundo de Sustentabilidade durante o ano de 2018 e passar para o ano de 2019 o índice de 2%. Como esta votação está adequada às regras formalizadas por este Conselho em dezembro de 2014, as definições passam a valer tanto para o reajuste como para constituição do Fundo de Sustentabilidade.

Agradeceu a presença e o envolvimento de todos e nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

**Fundo para Sustentabilidade Financeira da Fundação**

**(em caso de uma eventual inviabilidade de manutenção da Filantropia ou perda da condição de filantrópica)**

**Material atualizado a partir de dezembro de 2017 até junho de 2020.**

**ATA Nº 515/2017 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva – Presidente; Sr. José Carlos Monteiro da Conceição - Vice-Presidente; Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo – Diretora Jurídica; Sr. Demétrio Luís Guadagnin - Diretor de Obras e Patrimônio; Profa. Anelori Lange - Diretora Geral; Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora; Sra. Fátima Eschberger – Gerente Administrativo-Financeira; Sra. Adriana Pandolfo Goytacaz e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. Foi apresentada a pauta: **Leitura e aprovação das Atas da Reunião Ordinária Nº 513/17, de 28/11/2017 e da Reunião Extraordinária Nº 514/17, de 30/11/2017; Planejamento Estratégico: relato dos Comitês de Filantropia e de Infraestrutura e Assuntos Gerais. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** a Presidente iniciou a reunião fazendo uma homenagem especial ao Conselheiro Martin Brack, que deixa o Conselho no final de dezembro, em função da formatura da sua filha Marta Bercht Brack na 3ª série do ensino médio. Agradeceu em nome do Conselho Deliberante e da Diretoria Executiva pela sua valiosa e inestimável contribuição prestada à Fundação Educacional João XXIII, ao longo dos anos, atuando como Conselheiro, membro do Conselho Fiscal e de outras Comissões e Grupos de Trabalhos criados com fins específicos. Na sequência, na pauta **Leitura e aprovação das Atas da Reunião Ordinária Nº 513/17, de 28/11/2017 e da Reunião Extraordinária Nº 514/17, de 30/11/2017** a Presidente submeteu as atas à apreciação da assembleia e não havendo ressalvas encaminhou à votação. As atas foram aprovadas por unanimidade dos Conselheiros presentes. Na pauta **Planejamento Estratégico** a Presidente convidou os Coordenadores dos Comitês de Satisfação e Qualificação; de Filantropia e de Infraestrutura para que fizessem o relato sobre o andamento dos trabalhos realizados pelos grupos de trabalho. Com relação ao **Comitê de Satisfação e Qualificação**, a Coordenadora Adriana Goytacaz, apresentou a Pesquisa de Clima Organizacional realizada com 206 funcionários, representando 91% do universo de profissionais do Colégio João XXIII, no ano de 2017, utilizando como instrumento a Escala de Clima Organizacional (CLIMOR), com o objetivo de avaliar a percepção do indivíduo sobre o seu ambiente de trabalho. Esclareceu que o instrumento foi aplicado de forma individual, presencial e com 32 questões fechadas, distribuídas em cinco fatores: a) Comunicação, integração e satisfação; b) Desenvolvimento profissional e benefícios; c) Ergonomia; d) Condições de trabalho; e) Processo decisório. Apresentou o ranking das tabulações dos fatores pesquisados, destacando os itens com os scores acima, dentro e abaixo da média, que estão sendo trabalhados pelo Comitê. Ao final, esclareceu algumas dúvidas levantadas pelos Conselheiros. A Presidente informou que esse trabalho será apresentado ao Comitê do Projeto João 2023, na sexta-feira, dia 15/12/2017. Com relação ao **Comitê de Infraestrutura**, o Coordenador Demétrio Luís Guadagnin, fez um breve relato das obras de infraestrutura que estão sendo trabalhadas: 1) Prédio 10 - destacou que o próximo passo junto ao Conselho Deliberante será a viabilização da verba para a execução do projeto do prédio. Salientou que a Diretoria Executiva descartou a possibilidade de realização de concurso público para contratação de Escritório de Arquitetura para elaboração do Projeto Arquitetônico e dos Complementares (Estrutural, Elétrico, Hidro sanitários, SPDA, PPCI e Lógica), assim como Memorial Descritivo e orçamento discriminado, relativo ao Prédio 10, em função da falta de tempo hábil para atender à demanda da área Pedagógica, ou seja, necessidade de construção de 3 novas salas de aula para o início de 2019. Foram registrados alguns pontos levantados na assembleia que deverão ser levados em consideração na execução da obra do Prédio 10: a) concepção do projeto arquitetônico com soluções construtivas sustentáveis, que busquem minimizar os impactos ambientais e promover o desenvolvimento social, cultural e econômico, com sistema de captação de água, economia de energia, conforto térmico, iluminação, geração de resíduos, mesmo que com custos mais elevados; b) escolha de profissionais que trabalhem dentro do conceito de arquitetura sustentável; c) busca de parceiros externos para viabilizar os custos das obras; d) preservação da concepção/ideia proposta no Plano Diretor aprovado pelo Conselho Deliberante, porém as soluções arquitetônicas do projeto executivo deverão ser adequadas a partir das necessidades atuais do Colégio João XXIII. O Coordenador do Comitê de Infraestrutura e Diretor de Obras e Patrimônio esclareceu que foram realizadas várias tentativas pela Diretoria da Fundação junto à comunidade escolar a fim de buscar colaboradores internamente, pais arquitetos e engenheiros com as expertises necessárias, com tempo disponível e sem remuneração, mas não obteve êxito. Entretanto, informou que o Projeto Arquitetônico e dos Complementares estão sendo orçados por duas arquitetas: a Carina Moresco, mãe da escola e ex-conselheira, da empresa POA Construções Ltda., e a Daniela Espindola Schiaffino, que já fez outras obras na Escola, da empresa Daniela Espindola Schiaffino Arquitetos. Salientou, também, estão sendo contatadas construtoras para orçamentação. Encaminhamento: O Vice-Presidente José Carlos Monteiro da Conceição solicitou o registro em ata da definição do Conselho para que o Projeto Arquitetônico do prédio 10 seja concebido com o máximo de soluções ecológicas, mesmo que tenham os custos mais elevados, pois essa obra será o marco da transformação sustentável para o Colégio João XXIII. O Diretor de Patrimônio alertou que em 2018 o Conselho Deliberante deverá aprovar ou não a instalação das placas fotovoltaicas no prédio. 2) Prédio da Manutenção– informou que a construção do prédio não estava prevista no Plano Diretor, mas foi incluída em função do incêndio ocorrido no local, bem como para atender às necessidades da área. 3) Prédio 7 – esclareceu sobre as obras estruturais das salas do prédio que foram aprovadas pelo Conselho; 4) Prédio 3– esclareceu sobre as obras para a modernizar as salas ambientes, transformando em estúdios, que foram aprovadas pelo Conselho; 5) Usucapião- informou sobre a regularização da matrícula da área e sobre a incorporação da mesma ao projeto arquitetônico. 6) Projeto de Acessibilidade – comentou sobre as adequações emergências em andamento com prazo previsto para finalização até fevereiro/2018, para atender tanto as demandas do Ministério Público (MP) como do Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCI); 7) Estudo de Viabilidade Urbana (EVU) **-** comentou sobre o status da atualização do EVU. Com relação ao **Comitê de Filantropia** a Coordenadora Candice Orlandin Premaor Gullo fez um breve relato sobre as demandas e discussões do Comitê que foram realizadas em conjunto com o Conselho, nos meses de julho e agosto de 2017, buscando de soluções para assegurar o número obrigatório de bolsas para a manutenção da isenção tributária e as definições estabelecidas no âmbito do Conselho e do Comitê. Comentou sobre as alternativas estudadas em 2017 para o incremento do fornecimento de bolsas: a criação de uma segunda unidade de educação infantil com e sem parceria com o poder público; a criação de serviços de EJA/Ensino Médio Suplementar (área do Magistério) apenas para bolsistas; a implementação de educação básica em turno integral. A Diretora-Geral comentou sobre o projeto piloto de turno integral do Programa de Atendimento ao Bolsista - PAB Complementar que está sendo elaborado para os 16 alunos bolsistas do 6º ano do EF, representando um acréscimo de 6 bolsas (1,4), com carga horária de 7,5 períodos semanais, obrigatória, ao longo do ano. Informado que as famílias envolvidas serão chamadas para uma reunião com a Direção-Geral e equipe pedagógica para apresentação e esclarecimentos sobre o projeto. Salientou que no futuro o projeto poderá ser ofertado de forma customizada por módulos para os bolsistas. A Presidente complementou que o projeto está em construção para atender o número necessário de bolsas a fim de manter a filantropia no João XXIII. Nada mais havendo a tratar a Presidente agradeceu a presença e o envolvimento de todos, desejando um feliz natal e um próspero ano de 2018 a todos membros do Conselho extensivos aos familiares e amigos.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

**ATA Nº 516/2018 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e dezoito , às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da C. Eifler Silva - Presidente, Sr. José Alencar Lummertz - Vice-Presidente, Sr. Alexandre Ozório Kloppemburg – Diretor de Obras e Patrimônio, Sra. Aline Carraro Portanova - Diretora Jurídica, Sr. João Batista Santafé Aguiar – Diretor de Comunicação, Profa. Anelori Lange – Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira, Sr. Roberto da Silva Medeiros – Contador da Patrimonial Assessoria Contábil Ltda., Sr. Alexandre dos Santos Valente – Auditor Independente da JUENEMANN & ASSOCIADOS Auditores e Consultores, e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. Foram apresentados os pontos da pauta: **Leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária Nº 515/17, de 12/12/2017; Análise e Aprovação do Balanço Patrimonial de 2017 e do Parecer da Auditoria, referente ao 2º semestre de 2017; Apresentação e aprovação do Anteprojeto Arquitetônico do Prédio 10 e Assuntos Gerais. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** na pauta **Leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária Nº 515/17, de 12/12/2017** a Presidente submeteu a ata à apreciação da assembleia e não havendo ressalvas encaminhou à votação. A ata foi aprovada pela maioria dos Conselheiros presentes, com apenas uma abstenção. Na pauta **Análise e Aprovação do Balanço Patrimonial de 2017 e do Parecer da Auditoria, referente ao 2º semestre de 2017**, a Gerente Administrativo-Financeira fez apresentação do Sr. Alexandre dos Santos Valente, Auditor Independente da JUENEMANN & ASSOCIADOS - Auditores e Consultores e do Sr. Roberto da Silva Medeiros, Contador da Patrimonial Assessoria Contábil Ltda. Informou que o material foi previamente disponibilizado no espaço dos Conselheiros para apreciação. Em seguida, o Auditor apresentou o Parecer da Auditoria do 2º semestre de 2017, emitido pela empresa de Auditoria, em 1º de março de 2018, referente ao exame das Demonstrações Contábeis da Fundação Educacional João XXIII, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas e o resumo das principais práticas contábeis. Apresentou os comentários sobre os Procedimentos Contábeis realizados pela instituição e ressaltou que a empresa não teve limitação alguma na disponibilização da documentação para análise pelas diversas áreas da administração da Fundação Educacional João XXIII. Durante a apresentação foram esclarecidas as questões levantadas pelos membros do Colegiado. O parecer da empresa é de que as demonstrações contábeis referidas anteriormente apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da Fundação Educacional João XXIII em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas Contábeis adotadas no Brasil. Após, o Sr. Roberto da Silva Medeiros, Contador da Patrimonial Assessoria Contábil Ltda. apresentou a análise detalhada do Balanço Patrimonial 2017, fazendo um comparativo entre 2017 e 2016, das Demonstrações Contábeis com as respectivas Notas Explicativas de encerramento do exercício de 2017, cujo material foi previamente disponibilizado no espaço dos Conselheiros para apreciação. O Contador ressaltou que na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do período a Fundação encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2017 com os seguintes saldos: R$ 3.378.032,90 de Patrimônio Social; R$ 12.111.395,24 de Ajuste de Avaliação Patrimonial; R$ 1.534.710,36 de Superávit do exercício que será incorporado no Patrimônio Líquido para o ano de 2018 e totalizando R$ 17.024.138,50 de Patrimônio Líquido. Salientou na Gratuidade a Fundação Educacional João XXIII, entidade filantrópica de atuação na área da Educação está obrigada ao atendimento da Lei n° 12.101/2009, alterada pela Lei n° 12.868/2013, a qual prevê a concessão anual de bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes e destacou que no exercício de 2017 o número de bolsas praticado foi de 197 e que ultrapassou o número mínimo exigido pela Lei da Filantropia de 192 bolsas, resultando um excedente de 5 bolsas no cumprimento dos critérios legais estabelecidos. Ratificou que em 2016 a Fundação havia excedido em apenas 1 bolsa do número mínimo exigido por lei e que foi um ponto de atenção destacado pela Auditoria no exercício anterior. Durante a apresentação das demonstrações contábeis e das respectivas Notas Explicativas foram esclarecidas as questões levantadas pelos membros do Colegiado. Após, a Presidente solicitou ao Conselho Fiscal o parecer sobre as peças Contábeis apresentadas. Os Conselheiros Sr. Sérgio Schardong Filho e Sra. Maria Luíza Pont, representando o Conselho Fiscal, comentaram sobre a análise realizada nos dados apresentados e emitiram o parecer unânime do Conselho Fiscal recomendando ao Conselho Deliberante a aprovação plena do conjunto das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas apuradas em 31 de dezembro de 2017 e do Parecer da Auditoria do exercício de 2017, conforme Parecer do Conselho Fiscal datado de 23 de março de 2018. O Vice-Presidente ressaltou que o resultado superavitário do Balanço Patrimonial de 2017 dará um suporte à sustentabilidade financeira da instituição ao longo do ano de 2018, que deverá ser um ano difícil economicamente, com eleições e copa do mundo. A Presidente da Fundação submeteu à votação do Conselho Deliberante a aprovação do Balanço Patrimonial de 2017 e do Parecer da Auditoria, referente ao 2º semestre de 2017, que foi aprovado sem ressalvas, por unanimidade dos votos. A Presidente agradeceu, em nome da Fundação, ao Sr. Roberto da Silva Medeiros – Contador da Patrimonial Assessoria Contábil Ltda., e o Sr. Alexandre dos Santos Valente – Auditor Independente da JUENEMANN & ASSOCIADOS - Auditores e Consultores pela presença e pelo trabalho realizado. Na pauta **Apresentação e aprovação do Anteprojeto Arquitetônico do Prédio 10**, o Diretor de Obras e Patrimônio fez um breve histórico sobre a criação pelo Conselho Deliberante, em março de 2016, do Grupo de Trabalho de Elétrica e Salas, seus objetivos iniciais e os trabalhos realizados; sobre a posterior transformação em Grupo de Trabalho de Patrimônio, em dezembro de 2016, e em Comitê de Infraestrutura, em junho de 2017, a partir da demanda do Planejamento Estratégico. Em seguida, apresentou os objetivos propostos para o Anteprojeto do Prédio 10 que são: a criação de 3 novas salas de aula para atender do 6º. ano do EF ao EM para 2019; o aumento de turmas de 49 em 2018 para 52 em 2019; as novas instalações para o Joãozinho Legal e as instalações visando atender uma Proposta Pedagógica em tempo integral. Apresentou, também, o plano geral do Anteprojeto de Edificações do Plano Diretor elaborado pelo escritório 76A Arquitetura, Urbanismo, Masterplan e Sustentabilidade, aprovado neste Conselho em 25/08/2015, e comentou sobre as fases de execução propostas. Esclareceu sobre os impactos que ocorreriam com as intervenções para a execução das obras das novas salas no Prédio 7, como previsto no Plano Diretor, durante o andamento das atividades escolares, e que inviabilizaram as obras nesse local. Salientou que o Comitê de Infraestrutura se reuniu com profissionais das áreas de Arquitetura e de Engenharia para estudar a redefinição da localização da obra, atendendo as necessidades da área Pedagógica e as premissas pré-estabelecidas neste Conselho. Ficou definido que o Prédio 10 deverá ser construído na lateral do prédio 9 (conforme fotos apresentadas de localização dos espaços). Apresentou os valores orçados por 3 escritórios de Arquitetura, para elaboração do projeto arquitetônico do Prédio 10 (1.000m2) e da Manutenção (300m2), bem como dos projetos complementares (estrutural, elétrico, hidráulico, SPDA e PPCI). Salientou que entre as propostas orçamentárias encaminhadas, o escritório da Arquiteta Carina Moresco, mãe de aluno e ex-Conselheira, apresentou o menor valor, totalizando R$ 58.000,00, para elaboração dos projetos arquitetônico e complementares do Prédio 10 e da Manutenção. Após, apresentou o conceito de arquitetura sustentável e suas aplicações no projeto, na obra e na ocupação; bem como os benefícios que serão gerados. Na sequência, mostrou as referências arquitetônicas sugeridas para atender às necessidades da área Pedagógica que foram encaminhadas para a arquiteta responsável pela elaboração do Anteprojeto. Por fim, o Diretor de Obras e Patrimônio apresentou a proposta do Anteprojeto do Prédio 10, entregue pelas arquitetas Carina Moresco e Paula Pereira, com imagens e plantas baixas detalhadas. Após, foi aberto espaço para os Diretores da Fundação e a Diretora Geral da Escola esclareceram as questões sobre a acessibilidade para alunos de inclusão; a captação de recursos para o financiamento da execução da obra; a reorganização dos espaços pela Escola para atender a demanda de todas as turmas durante as obras; a colocação dos tapumes para isolamento e proteção da comunidade escolar; a instalação de ar condicionado nas salas entre outros. Ressaltado pelo Diretor de Obras e Patrimônio que deverá ser mantido o equilíbrio entre o tempo, o barulho e a verba disponível para execução da obra. O Diretor de Comunicação informou que a partir desta data será feita a divulgação do Anteprojeto Arquitetônico à comunidade, através do site e da agenda da inclusão na agenda semanal publicada no “Foca, João”. O Diretor de Obras e Patrimônio reforçou o convite para os pais Arquitetos e Engenheiros interessados em auxiliar na execução do Projeto Arquitetônico que procurem a Secretária da Fundação para obter informações sobre dias e horários das reuniões do Comitê de Infraestrutura. Para finalizar, a Presidente apresentou o cronograma dos próximos passos, a partir da aprovação do Anteprojeto na reunião de hoje: dia 04/04/2018 – apresentação do Anteprojeto Arquitetônico para conhecimento dos profissionais do João XXIII; dia 10/04/2018 – apresentação do Projeto Arquitetônico para conhecimento da comunidade escolar em geral; até o final do mês de abril/2018 – finalização da orçamentação; nos meses de maio e junho/2018 – lançamento do Edital e contratação da Construtora; dia 02/07/2018 – previsão de início das obras; no mês de janeiro/2019 – previsão de entrega das obras e 20/02/2019 – previsão de início das aulas. A Presidente da Fundação submeteu à votação do Conselho Deliberante a aprovação do Anteprojeto Arquitetônico do Prédio 10 e da Manutenção com a ressalva de que a Diretoria da Fundação fica autorizada a dar seguimento ao projeto executivo. Foi aprovado por unanimidade dos votos dos presentes o Anteprojeto Arquitetônico do Prédio 10 e da Manutenção com a ressalva indicada. Na pauta **Assuntos Gerais**, o Conselheiro Daniel Maia sugeriu como pauta para próxima reunião as empresas contratadas dentro da Escola. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

**ATA Nº 517/2018 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e dezoito , às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da C. Eifler Silva - Presidente, Sr. José Alencar Lummertz - Vice-Presidente, Sra. Aline Carraro Portanova - Diretora Jurídica, Sra. Andrea Tabajara Bichinho Trajano – Diretora Financeira, Sr. João Batista Santafé Aguiar – Diretor de Comunicação, Profa. Anelori Lange – Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira, e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. Foram apresentados os pontos da pauta: **Leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária Nº 516/18, de 27/03/2018; Ratificação do Orçamento 2018; Planejamento Estratégico; Eleições 2018 - renovação parcial do Conselho Deliberante em maio/2018; Assuntos Gerais: a) Terceirizados (Parceiros); b) Cantina e Outros. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** na pauta **Leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária Nº 516/18, de 27/03/2018** a Presidente submeteu a ata à apreciação da assembleia e não havendo ressalvas encaminhou à votação. A ata foi aprovada pela unanimidade dos Conselheiros presentes. Na pauta **Ratificação do Orçamento 2018**, como premissa foi apresentado pela Diretora Geral o quadro geral total de Cancelamentos, com dados históricos de 2015 (98), 2016 (68) e 2017 (112). Detalhou o número de cancelamentos de 2017, esclarecendo que os motivos informados pelas famílias, por etapa e por turma, dos 112 cancelamentos: 39 foram por problemas de logística, 29 foram por problemas financeiros, 19 foram por desacordo com a proposta da Escola, 15 foram outros motivos, 3 foram bolsistas que saíram, 3 foram por direcionamento partidário, 3 foram por questões pedagógicas na Educação Infantil e 1 foi em função da reprovação (dependência) do aluno. Informou que os 112 egressos do João XXIII foram para: outras cidades/países (42), Marista Rosário (18), Santo Antônio (12), não informaram (8), Marista Ipanema (6), João Paulo I (4), Leonardo Da Vince (3) e os demais se pulverizaram entre outras escolas particulares da capital. Comentou como se dá o processo de cancelamento e salientou que todas famílias passam por uma conversa com a Direção Geral ou com a Gerência Administrativo-Financeira, respectivamente, nos casos de motivo pedagógico ou financeiro. O Conselheiro Sandro Duarte da Silva sugeriu que fosse mapeado, também, de quais escolas os alunos novos vieram. A Diretora Geral salientou que esses dados estão sendo trabalhados pelos Comitês de Captação e de Fidelização do Planejamento Estratégico. Os Conselheiros Daniel Juliano Doederlein Soares e Caroline Soares, de Abreu, comentaram sobre a possibilidade de oferta de turmas do 5º e 6º ano do Ensino Fundamental também a tarde. A Diretora Geral esclareceu como é feita a organização e a distribuição das turmas na grade escolar visando melhor atender as demandas pedagógicas e otimizar a oferta de turmas com o número de alunos deficitário em ambos turnos. Na sequência, a Gerente Administrativo-Financeira comentou sobre a destinação das verbas do Fundo de Investimento de 2016, 2017 e 2018, apresentada na reunião ordinária de setembro/2017, demonstrando as necessidades orçadas até agosto/2017, no valor de R$ 693.000,00, e as realizadas em fevereiro/2018, no valor de R$ 443.240,00. Destacou que o valor de R$ 200.000,00 orçado em agosto/2017 para a reforma no Prédio 7, teve um acréscimo de R$ 102.600,00 no total realizado em fevereiro/2018, em função dos valores gastos nas obras que não estavam previstos, mas que foram investimentos necessários em consequência da ampliação das salas. Em resumo, foi gasto na obra um total de R$ 302.600,00 mais R$ 40.950,00, composto por: R$ 302.600,00 do Fundo de Investimentos mais R$ 40.950,00 do Orçamento da Fundação - rubrica Manutenção Predial. Sendo que do total de R$ 343.550,00 foram gastos: R$ 300.000,00 para mão de obra e material para reforma dos Estúdios do Prédio 3 e Salas e 1 Estúdio do Prédio 7; R$ 40.950,00 para substituição de toda elétrica do Prédio 7 (não prevista e só constatada na retirada do forro) e R$ 2.600,00 para autorização e taxa retirada dos abacateiros. Esclareceu que os valores gastos a maior na reforma do Prédio 7, totalizou R$ 97.782,00: sendo R$ 40.730,00 nas esquadrias em alumínio branco; R$ 30.365,00 no piso vinílico em placas incluindo o rodapé e R$ 26.687,00 no forro de PVC em réguas - mesmo padrão existente. A Conselheira Eunice Aita Isaia Kindel comentou que o custo-benefício do investimento obtido pela Escola com essas novas salas do Prédio 7 e os Estúdios do Prédio 3 superou positivamente as expectativas da comunidade escolar. A Conselheira Maria Luiza Pont elogiou toda a equipe que trabalhou no período de férias pelo excelente trabalho realizado nesses espaços. A Gerente Administrativo-Financeira deu sequência ao detalhamento da Projeção do Fundo de Investimentos 2018, informando o total de verbas orçadas em agosto/2017, no valor de R$ 708.834,88, composto pelo Fundo de Investimentos 2016/2017 - R$ 196.878,77; Fundo de Investimentos 2018 (projeção) – R$ 358.720,00; Economia de Energia 2017 (orçamentário) – R$ 103.236,11 e Seguro (mínimo oferecido seguradora em discussão) - R$ 50.000,00; bem como o total de verbas realizadas em fevereiro/2018, no valor de R$ 591.336,76, composto pelo Fundo de Investimentos 2016/2017 – R$ 189.788,21; Fundo de Investimentos 2018 – R$ 366.516,79; Economia Energia 2017 (no saldo orçamentário) – R$ 0,00 e Seguro (mínimo oferecido seguradora em discussão) – R$ 35.031,76. A seguir, apresentou as Premissas Orçamentárias 2018. No quadro comparativo entre os anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, destacou que em 2018 o índice de reajuste da mensalidade reduziu para 4%; que não houve arrecadação para o Fundo de Sustentabilidade e que a arrecadação do Fundo de Investimentos passou para R$ 380,00. Apresentou as mensalidades praticadas por etapa ao longo desses quatro anos. Informou que houve redução dos índices dos indicadores econômicos ficando o INPC em 1,81%, o IGP-M em (-) 0,42% e o IPCA em 2,84%. Comparando o realizado e orçado para 2018, o número total de alunos realizado teve uma redução para 1.070 (-38), diminuição para 909 (-34) os pagantes e para 161 (-4) os bolsistas; redução no número de alunos novos para 120 (-22) e o aumento do número de cancelamentos para 112 (-14). No Acordo Coletivo o índice projetado em novembro/2017 foi de 4%, mas março/2018 reduziu para 3,5%. Os índices de reajustes, em média, reduziram nos Contratos ficando entre 2,5% a 4% e nas Rubricas em geral foram realinhados entre 0% a 4%. Foi destacado, também, que no realizado de 2018 a Campanha de Antecipação de 7% na anuidade aumentou o número de adesões para 46 (+1); o Joaozinho Legal ficou com reajuste de 4%, nas 4 modalidades e reduziu o número de alunos para 59 (-6); a inadimplência foi mantida a projeção 4% até dezembro/2018. A Diretora Jurídica comentou sobre a orientação passada a área Financeira para negociação com as famílias inadimplentes. Na Gratuidade, a Gerente Administrativo-Financeira, apresentou detalhadamente o cálculo para Filantropia 2018, orçado em novembro/2017 e realizado em abril/2018. Comentou que no realizado o número de bolsas 100% necessários pela Lei (5x1) reduziu para 182,4 (-6) com o número de 1.070 alunos; acrescido de 5,6 bolsas do PATI – Programa de Alunos em Tempo Integral (piloto com 14 bolsistas do 6º ano do EF multiplicados por 0,4); somado ao número de 159 bolsas realizadas (158 com 100% e 1 da conversão de 50% para 100%); mais 20 bolsas (conversão de 100% em benefícios complementares); mais a margem de segurança de 2,2 bolsas 100%, que representou o total de R$ 383.453,26 em benefícios complementares. Na sequência, apresentou o Fluxo de Caixa 2018 comentando que o saldo final foi orçado para o fechamento em 31/12/2017 em R$ 513.808,00, mas o realizado até dezembro de 2017 foi de R$ 1.143.099,00, destacando que isso se deve as rubricas não realizadas em novembro e dezembro de 2017 e a recuperação de receitas, ficando com uma diferença final a maior de R$ 629.291,00. Em 2018, no realizado de março mais orçado até dezembro, com 1.070 alunos e 4% de reajuste, e termina o ano com o saldo final de R$ (-) 14.931,00. Apresentou o quadro demonstrativo detalhado das entradas com as rubricas de Recursos Humanos, Pedagógico, Administrativas, Comunicação, Filantropia e Investimentos. No Orçamento 2018, realizado até março mais orçado até dezembro, a receita total é de R$ 16.479.822,00, a despesa total é de R$ 16.408.617,00, o resultado operacional total é de R$ 73.205,00, as receitas não operacionais totais são de R$ 271.172,00, os investimentos totais são de R$ 446.285,00, a provisão total é de R$ 172.547,00, a reserva de sustentabilidade é de R$ 861.555,00, apresentando um resultado final de R$ (-) 1.158.030,00. Apresentou o quadro com detalhamento dos investimentos realizados nas Etapas, no Audiovisual e na TI. Em seguida, apresentou o quadro de necessidades dos Comitês do Planejamento Estratégico, destacando as verbas já incluídas no na aprovação do Orçamento, em novembro de 2017, dos Comitês de Inovação e de Qualidade do Ensino-Aprendizagem, no valor de R$ 118.425,00 oriunda do Orçamento e de R$ 100.000,00 oriunda do Fundo de Investimento. Apresentou, também, as necessidades/ações propostas para 2018 dos Comitês de Governança, no valor de R$ 61.154,23, de Comunicação, no valor de R$ 68.680,00, e de Satisfação e Qualificação, no valor de R$ 25.550,00, totalizando em R$ 155.384,23 com verba oriunda do Orçamento, que ainda não estão com verbas alocadas no Orçamento 2018, mas que serão apresentadas para apreciação e aprovação do Conselho Deliberante, posteriormente, no conjunto de ações do Planejamento Estratégico. A seguir a Presidente solicitou o **Parecer do Conselho Fiscal** sobre a peça orçamentária de 2018. Representando o Conselho Fiscal, os Conselheiros Gilberto Pinto Vieira e Maria Luiza Pont, informaram que após apreciação da peça orçamentária o Parecer do Conselho Fiscal é favorável à aprovação da Ratificação do Orçamento 2018. Destacaram a diminuição das contribuições devido aos cancelamentos ocorridos e sugeriram que os Comitês, especialmente de Captação e de Fidelização, continuem trabalhando forte para a possível recuperação desses valores. A Conselheira Maria Luiza Pont parabenizou a Gerente Administrativo-Financeira, Fátima Eschberger, e equipe financeira pelo trabalho realizado no Orçamento 2018. Após, a Presidente submeteu a Ratificação do Orçamento 2018 à aprovação do Conselho Deliberante, que foi aprovada, sem alterações, por unanimidade dos presentes. Na pauta **Planejamento Estratégico**, a Presidente e Líder do Projeto João 2023 informou sobre o desdobramento dos trabalhos realizados pelos 13 Comitês, comentando que de junho a dezembro de 2017 foram realizadas 165 reuniões e que em 2018 foram retomadas as atividades, com 60 reuniões realizadas de janeiro a abril, totalizando 225 encontros. Após, divulgou o cronograma das reuniões de 25/04 até 10/05/2018 e ratificou que é bem-vinda a participação dos Conselheiros interessados nas temáticas que estão sendo trabalhadas nos grupos. Comentou sobre o Workshop que será realizado no dia 28 de abril de 2018, das 8h às 12h, para apresentação dos resultados das discussões havidas nos Comitês de Governança e de Fidelização, durante 2017 e início de 2018, sobre as temáticas Governança e Ouvidoria. Aproveitou para convidar os Conselheiros interessados nos temas a participarem do evento, confirmando previamente a presença na Secretaria da Fundação, até dia 26/4/2018. Na pauta **Eleições 2018 - renovação parcial do Conselho Deliberante em maio/2018**, a Conselheira Maria Luiza Pont, Coordenadora da Comissão Eleitoral informou o cronograma do processo eleitoral, o resumo das 32 turmas com eleições para 59 cargos vagos de Conselheiro Titular e/ou Suplente e salientou a importância da participação de todos nesse processo. Solicitou que os Conselheiros com mandato encerrando em maio de 2018 e interessados em se reeleger que encaminhem a inscrição o mais breve possível, pois a Comissão trabalhará ações de captação de candidatos nas turmas para eleição que ocorrerá de 10 a 16/05/2018. O Diretor de Comunicação informou que foi disponibilizada a ficha de inscrição no link Eleições no site do Colégio. Na pauta **Assuntos Gerais**, com relação aos **Terceirizados/Parceiros** a Diretora Jurídica apresentou o quadro com a descrição individualizada dos contratos vigentes, com os dados sobre os espaços locados, prazo, valor pago em 2017 e o valor corrigido para 2018. Informou a nova regra estabelecida pela Diretoria Executiva da Fundação com índices de correção alternados para a renovação dos Contratos com as empresas, tendo em vista que o atual índice praticado é o IGP-M/FGV que teve uma variação acumulada nos últimos doze meses negativa (-0,4239%). Portanto, o índice de reajuste para renovação dos contratos passa a vigorar da seguinte forma: se o índice de variação do IGP-M/FGV for negativo será utilizado o IPCA; se esse for negativo será utilizado o INPC e se esse também for negativo as partes acordarão o índice de reajuste. Com relação à **Cantina**, a Presidente trouxe o retorno dos assuntos acordados na reunião realizada com o Rogério Brasil Júnior, ecônomo sobre a reavaliação dos preços praticados em alguns dos produtos vendidos no balcão (água e sanduíche entre outros); sobre a divulgação adequada (formato e tamanho) da tabela de preços praticada conforme legislação vigente; sobre a forma de cobrança da conta mensal através de cartão de crédito e/ou outro cartão com esse fim especifico para melhor controle pelas famílias. A Vice-Diretora comentou que para facilitar o atendimento aos alunos do 5º ano será antecipada a saída em 10min para o almoço para 2 turmas, imediatamente, e para as outras 2 turmas no segundo semestre, em função das aulas de música e de artes. Foi solicitado também que a Nutricionista da Escola, Joseane Mâncio, troque o dia de trabalho na semana de terça para segunda-feira para acompanhar o almoço dos alunos do 5º ano. Comentou sobre a orientação para formação de uma fila especial para o atendimento dos alunos do 5º ano no recreio separada dos alunos maiores. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

**ATA Nº 518/2018 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da C. Eifler Silva - Presidente, Sr. José Alencar Lummertz - Vice-Presidente, Sr. Alexandre Ozório Kloppemburg – Diretor de Obras e Patrimônio; Sra. Aline Carraro Portanova - Diretora Jurídica, Sra. Andrea Tabajara Bichinho Trajano – Diretora Financeira, Sr. João Batista Santafé Aguiar – Diretor de Comunicação, Profa. Anelori Lange – Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira, e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. Foram apresentados os pontos da pauta: **Posse dos Novos Conselheiros; Leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária Nº 517/18, de 24/04/2018; Obras; Planejamento Estratégico – relato; Assuntos Gerais: a) Movimento de alunos; b) Festa Junina; c) Comissão Permanente de Filantropia - Errata e d) Outros. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** a Presidente da Fundação abriu a assembleia ratificando que esta reunião refere-se a Reunião Ordinária do dia 29/05/2018, transferida, justificadamente, por motivo de força maior, em decorrência do desabastecimento de combustível nos postos não só em Porto Alegre, mas em todo o pais, conforme exaustivamente mencionado por todos os canais de comunicação, causado pela paralisação nacional dos caminhoneiros, e que inviabilizaria a participação de grande parte dos Conselheiros no dia e horário estabelecidos. Na pauta da **Posse dos Novos Conselheiros**, aPresidente deu as boas-vindas aos presentes e informou que o processo eleitoral se deu da seguinte forma: dia 03/04/2018 - abertura oficial do Processo Eleitoral 2018; de 06/04 a 06/05/2018 – período de inscrições das candidaturas; de 10 a 16/05/2018 – período de votação; dia 18/05/2018 – pré-divulgação dos candidatos eleitos; de 18 a 22/05/2018 - período de recebimento e análise de recursos; dia 23/05/2018 - divulgação oficial da relação dos Conselheiros eleitos à Comunidade Escolar, pelo site e no mural da Portaria do Colégio João XXIII, destacando que a Cerimônia de Posse se daria na Reunião Ordinária do Conselho Deliberante do dia 29 de maio de 2018, sendo transferida, portanto, como antes dito, para o dia 05 de junho de 2018, data da posse. Informou que todos Conselheiros eleitos foram chamados para o Encontro de Acolhimento dos Novos Conselheiros Titulares e Suplentes com a Diretoria Executiva, ocorrido no dia 24 de maio de 2018. Na ocasião foram apresentados aos eleitos os membros da Diretoria Executiva; a História da Fundação Educacional João XXIII; a Estrutura Organizacional da Fundação (Conselho Deliberante, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comissão Eleitoral); o Papel do Conselheiro; os Projetos Prioritários da Gestão 2018-2019 - Obras e Planejamento Estratégico e, por fim, a Filantropia na Fundação. Informou que foram distribuídos aos novos integrantes a Cartilha do Conselheiro e o livro “O Mundo do João”. Salientou aos novos Conselheiros que não estiveram presentes no encontro que poderão pegar o material com a Secretária da Fundação, ao final da reunião. Destacou que o material foi disponibilizado no formato digital no espaço dos Conselheiros no site do Colégio para consulta. A seguir, apresentou o resumo geral dos dados do processo eleitoral para renovação parcial do Conselho Deliberante realizado em maio de 2018, informando que do total das 49 turmas do Colégio, 32 (65,3%) tiveram eleições para preenchimento dos 59 (60,2%) cargos vacantes de Conselheiros Titulares e Suplentes. Foram 92 candidatos votados, desses 30 (32,6%) inscritos e 62 (67,4%) não inscritos, que receberam um total de 350 votos, nas modalidades presencial 213 (60,9%) e eletrônica 137 (39,1%). Das 59 vagas existentes foram preenchidas 42 (71,1%), sendo 22 Titulares e 20 Suplentes, e permaneceram 17 (28,9%) vagas, sendo 5 Titulares e 12 Suplentes, representando uma renovação parcial do quadro geral do Conselho Deliberante de 42,8%. Após leu a relação dos Conselheiros eleitos, parabenizou os novos membros e declarou formalmente empossados conforme previsto no Estatuto Social da Fundação Educacional João XXIII. Em anexo, segue a relação em ordem alfabética dos Conselheiros eleitos com seus respectivos dados cadastrais e mandatos, da seguinte forma: a) período de 05/06/2018 a 26/05/2020 (2 anos) atendendo o Art. 9 - eleitos para renovação parcial anual; b) período de 05/06/2018 a 25/05/2021 (3 anos) atendendo o Art. 9º - §2º - eleitos na 1ª série do Ensino Médio e c) período de 05/06/2018 a 27/05/2019 (1 ano) atendendo o Art. 10 - Parágrafo Único - eleitos para complementação de mandato. Em função da postergação da data da Cerimônia de Posse de 29 de maio para 05 de junho, de comum acordo entre os membros do Conselho Deliberante e conforme justificado anteriormente, os novos Conselheiros eleitos ratificam os atos ocorridos nesse período. Foi encerrada a Cerimônia de Posse com a fala da Presidente da Fundação agradecendo aos presentes por terem se colocado à disposição deste Conselho e desejando um ótimo mandato a todos. Informou que ao final da reunião será realizada a foto oficial dos membros do Conselho Deliebrante para registro da Fundação. Deu seguimento à pauta **Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária Nº 517/18, de 24/04/2018**, esclarecendo que foi um consenso deste Conselho a dispensa da leitura das atas das assembleias anteriores nas reuniões, em função de que as mesmas são encaminhadas por e-mail e disponibilizadas no espaço dos Conselheiros no site do Colégio para leitura e apreciação prévia. Ficou acordado que caso haja alguma sugestão de ajuste no texto o Conselheiro deverá enviar para o e-mail da Secretária da Fundação que transmitirá para apreciação da Presidência do Conselho. Indagou aos presentes sobre o recebimento e a leitura da Ata da Reunião Ordinária Nº 517/18, de 24/04/2018, e como não houve considerações pelos Conselheiros a mesma foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Na pauta **Obras**, o Diretor de Obras e Patrimônio comentou sobre as obras que já foram aprovadas por este Conselho para construção do novo Prédio 10, contendo 1.250m2, e do Prédio da Manutenção, que sofreu o sinistro em 21/03/2017, contendo 300m2. Salientou que o escritório das Arquitetas Carina Moresco, ex-Conselheira e mãe do Colégio, e Paula Pereira foi contratado para elaboração do Projeto Arquitetônico e dos Projetos Complementares (Estrutural, Elétrico, Hidráulico, SPDA e PPCI) das respectivas obras. Apresentou o mapa da localização prevista da obra do Prédio da Manutenção. Mostrou fotos das áreas internas e externa de trabalho da equipe de Manutenção e dos containers que estão sendo utilizados, de forma precária e temporária, como depósito de matérias, vestiários e banheiros dos funcionários da Manutenção e dos Serviços Gerais, devido ao sinistro. Em função disso, a Diretoria da Fundação traz a este Conselho a proposta de ampliação de mais 300m2 de área construída para incorporar ao Prédio da Manutenção já aprovado com 300m2, as áreas de Serviços e de Infraestrutura, concentrando assim a Manutenção; o Compras e o Almoxarifado; os Serviços Gerais, o Depósito de Materiais e a Copa; o Passivo (armazenamento de documentos da Fundação); o Refeitório dos Profissionais e o Salão de Festas do Colégio e a empresa Terceirizada (Toque Musical), totalizando 600m2 de área construída. Comentou sobre a atual situação dessas áreas para conhecimento do Conselho e informou que as condições desses espaços justificam a proposta de ampliação de mais 300m2 de área construída, neste momento, pois também necessitam ser readequados/qualificados. Salientou que essa ampliação visa atender também às necessidades apontadas pelos Comitês do Planejamento Estratégico, de adequar as demandas de acessibilidade e inclusão com a transformação do espaço da Copa em banheiros para as pessoas com necessidades especiais; de qualificar às áreas de convivência e de descanso dos profissionais; de facilitar/concentrar o acesso de fornecedores e prestadores de serviços às áreas internas do Colégio; de criar uma trilha na divisa lateral do Colégio, desde a horta até o pátio da etapa de 1º ao 5º ano do EF, com objetivos pedagógicos e lúdicos. Convidou aos pais e mães com expertises nas áreas de Arquitetura e Engenharia e que tenham interesse em contribuir no acompanhamento da execução das obras para que participem das reuniões do Comitê de Infraestrutura. O Conselheiro Jarir Abdel Hamid Mustafa e a Conselheira Fernanda Machado de Oliveira se colocaram à disposição para participar do Comitê de Infraestrutura. A Presidente esclareceu sobre o andamento do processo de reembolso do valor segurado do prédio da Manutenção incendiado, junto à Seguradora contratada, e informou que a Fundação deverá entrar com processo de cobrança judicial de parte desse valor, referente à estrutura de madeira do prédio e que não foi reembolsada pela empresa. O Diretor de Obras e Patrimônio informou que a Fundação tem capacidade financeira para a execução dessa obra. A Presidente esclareceu as informações sobre o processo de aprovação do EVU - Estudo de Viabilidade Urbanística e sobre os prazos morosos requeridos para análise e aprovação do projeto arquitetônico pela Prefeitura Municipal. Em função disso, a Diretoria da Fundação está trazendo para apreciação e aprovação do Conselho Deliberante a proposta de ampliação de mais 300m2 da obra do Prédio da Manutenção, visando agregar essa nova área ao Projeto Arquitetônico, já aprovado por este Conselho. Com essa medida, a Fundação encaminhará de uma só vez o EVU para aprovação na Prefeitura Municipal de Porto Alegre contemplando a área total de 1.850m2, evitando novas despesas com um posterior encaminhamento dessa solicitação de ampliação de área e reiniciando a contagem de prazo para aprovação do referido EVU. O Vice-Presidente informou que, hoje, a Fundação teria caixa para executar a obra, mas está estudando junto aos agentes financeiros propostas para financiamento com taxas atrativas. Salientou que neste ano não temos a receita dos 3º anos do Ensino Médio, mas que em 2019 teremos um acréscimo de receita referente a 96 alunos. O Diretor de Obras e Patrimônio ratificou que a proposta trazida, hoje, ao Conselho Deliberante é de apreciação e aprovação da ampliação de 300m2 para agregar as áreas de Serviços e de Infraestrutura ao Projeto Arquitetônico. A discussão sobre a parte financeira deverá ser realizada na próxima assembleia, do dia 26 de junho de 2018, quando a Diretoria da Fundação terá as propostas de financiamento encaminhadas pelos agentes financeiros parceiros para apreciação do Conselho Deliberante. Comentou que o valor do mobiliário não está orçado ainda. A Presidente comentou sobre o Fundo de Investimento anual que gira em torno de R$ 350.000,00. A seguir, o Diretor de Obras e Patrimônio apresentou o vídeo do Projeto Arquitetônico do Prédio 10 contendo uma visão geral da localização, dos espaços propostos e de seus usos para atender às atuais demandas do programa de necessidades da área pedagógica. Apresentou o Orçamento do Prédio 10, contendo a planilha detalhada do orçamento básico, atualizada em 05/06/2018, com a área contratada de 1.250m2, ficou em R$ 2.623.323,09, com a estimativa do Total do CUB igual a R$ 2.098,55. O Orçamento total estimado da Obra ficou em R$ 3.523.323,09, contemplando a ampliação proposta. A seguir, apresentou o cronograma com o status das ações realizadas e os próximos passos previstos: 27/03/2018 – aprovação do Anteprojeto Arquitetônico na Reunião Ordinária do Conselho; 04/04/2018 – apresentado o Anteprojeto na reunião dos Profissionais do João XXIII; 11/04/2018 apresentado o Projeto Arquitetônico para a Comunidade Escolar em geral; abril-maio/2018 – finalização da orçamentação da obra; junho/2018 – apresentação do Projeto do Prédio 10 aos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio; julho/2018 – apreciação e aprovação do Financiamento da Obra, lançamento do Edital de Concorrência para escolher e contratar a Construtora para realização da Obra; julho-agosto/2018 – início das Obras; janeiro/2019 – previsão de entrega das Obras e 20/02/2019 – previsão de início das aulas. Foi levantada pelo Conselho a possibilidade de se realizar uma reunião Extraordinária, antes da Ordinária do dia 26 de junho, para apreciação da orçamentação, a fim de reduzir o prazo para aprovação do Orçamento. A Presidente informou que a próxima reunião Ordinária do Conselho será dentro de 3 semanas e talvez a Diretoria da Fundação ainda não consiga a finalização das negociações antes desse prazo. Após esclarecidos todos os questionamentos do Conselho, a Presidente encaminhou à votação: **Proposta 1**- Manter em 300m2 o Projeto Arquitetônico do Prédio da Manutenção e **Proposta 2**- Ampliar para 600m2 o Projeto Arquitetônico do Prédio da Manutenção para agregar as áreas de Serviços e de Infraestrutura. Dos 41 (quarenta e um) Conselheiros presentes, 7 (sete) Conselheiros Suplentes não estavam aptos para votação, 2 (dois) Conselheiros saíram antes da votação e 32 (trinta e dois) estavam aptos para votação. Do total de 32 aptos à voto, 1 (um) Conselheiro foi favorável à Proposta 1- Manter em 300m2; 30 (trinta) Conselheiros foram favoráveis à Proposta 2- Ampliar para 600m2 e 1 (um) Conselheiro se absteve de votar. A **Proposta 2**- Ampliar para 600m2 o Projeto Arquitetônico do Prédio da Manutenção para agregar as áreas de Serviços e de Infraestrutura foi aprovada pela maioria absoluta dos presentes. Na pauta **Planejamento Estratégico**, a Presidente e Líder do Projeto João 2023 fez o relato sobre o Workshop realizado no dia 28 de abril de 2018, das 8h às 12h, onde foram apresentados os resultados das discussões havidas nos Comitês de Governança e de Fidelização, durante 2017 e início de 2018, sobre as temáticas Governança e Ouvidoria. Dos 41 participantes da Comunidade Escolar no evento, envolvendo os Comitês do Projeto João 2023; de Governança, de Fidelização, de Captação, de Satisfação e Qualificação, de Comunicação; o público foi composto entre representantes do Conselho, da Diretoria Executiva, da Equipe Técnica Pedagógica, da Equipe de Apoio Pedagógico, da Equipe Administrativa, de Pais do Colégio, de Professores, da área da Comunicação e de alunos convidados do Grêmio Estudantil do João XXIII e do Conselho de Alunos, além do Consultor da Beringer Consulting. Salientou que o Comitê de Governança está redesenhando os diversos fluxos e o funcionamento da Fundação Educacional João XXIII, mantenedora do Colégio João XXIII, bem como o impacto dessas alterações no Estatuto Social e no Regimento Interno. Encaminhamento: a) as contribuições dos participantes do evento deverão ser encaminhadas por escrito até o dia 14 de maio de 2018 para a Secretaria da Fundação; b) a sistematização das contribuições será realizada pelo Comitê de Governança; c) a devolução aos participantes do Workshop e aos Conselheiros ficou acordada para junho/2018; d) o encaminhamento do organograma da Fundação para apreciação do Conselho Deliberante está previsto para ocorrer na reunião ordinária de julho/2018. Informou que o Comitê de Fidelização está trabalhando na proposta de funcionamento de uma Ouvidoria e está deverá ser apresentada e discutida previamente com representantes da Comunidade Escolar. Encaminhamento: será promovida pelo Comitê de Fidelização, em data a ser definida, uma discussão com representantes dos diversos segmentos da Comunidade Escolar. Na pauta **Assuntos Gerais**, a Direção Geral deu boas-vindas aos novos Conselheiros eleitos. Fez um breve comentário sobre as obras realizadas no João XXIII ao longo dos anos mesmo com poucos recursos financeiros, citando como exemplo a construção do Prédio da Educação Infantil. Em seguida, com relação ao **Movimento de Alunos,** informou que na reunião passada apresentou o mapa das saídas do Colégio e os motivos dos desligamentos dos alunos. Nesta reunião, está trazendo o quadro com os dados de entradas no Colégio, identificando de onde vem os alunos novos. Salientou que em 2017 foram 5 (cinco) ex-alunos do João XXIII que regressaram de outras escolas particulares, sendo 2 (dois) alunos vindos do Marista Rosário, 2 (dois) alunos vindos do La Salle Santo Antônio e 1 (um) aluno vindo do Marista Ipanema. Em 2018 foram 72 (setenta e dois) alunos de escolas particulares que migraram para o João XXIII, conforme segue: 14 (quatorze) alunos da Creare (3 da EI/11 do EF); 11 (onze) alunos do Waldorf Querência (7 do EF/4 do EM); 10 (dez) alunos do João Paulo I (9 do EF/1 do EM); 7 (sete) do Projeto (do EF); outras escolas com menor representatividade na transferência de alunos. Com relação à **Festa Junina**, a Vice-Direção informou que neste ano, o Colégio João XXIII pretende resgatar o espírito comunitário presente nas Festas Juninas realizadas pela Escola nas suas primeiras décadas. Salientou que as famílias estão sendo convidadas a participar do evento que será realizado na tarde de sábado, 16 de junho, das 14h às 17h30min, de duas formas: colaborando com os tradicionais alimentos juninos, como bolo, pipoca e pinhão, e, também, por meio do atendimento nas barracas. A Diretora Financeira salientou que os pais precisam se conscientizar de que sua participação é importante e vai além de trazer o filho para a sala de aula. Salientou que a Comissão Organizadora optou por manter a contratação de alguns serviços terceirizados, entre eles os que oferecem churrasquinho e churros, em razão do número de pessoas que vêm à festa todos os anos (entre 2.800 a 3.000 pessoas). Os recursos arrecadados serão revertidos para os alunos no Colégio. A Vice-Direção comentou que a Comissão Organizadora está definindo os valores dos produtos na reunião do grupo de trabalho, de amanhã, e que contam com a adesão das famílias para trabalharem como atendentes voluntários nas 12 bancas previamente organizadas. Passou a lista aos Conselheiros interessados em se inscrever como voluntários e solicitou que informassem aos demais pais das turmas para procurar, com antecedência, a secretaria da sua Etapa para ser inscreverem. Salientou que a ideia é que mães, pais e estudantes se revezem nas 12 barraquinhas de comida e de brincadeiras em três horários. A cada hora, haverá revezamento de duas pessoas para atender ao público. Ratificou que a montagem e a organização, assim como a abertura e fechamento das barracas, ficarão por conta dos profissionais do Colégio, que estarão disponíveis para auxílios eventuais. A Comissão Organizadora é formada pela Vice-Direção - Maria Tereza Coelho, pela Orientadora Educacional do 9º ao Ensino Médio - Silvia Hervella, pela Diretora Financeira - Andrea Tabajara Bichinho Trajano, pelas professoras do 5º ano - Rosane Rodriguez e Thaís Meditsh, pelo professor de Educação Física - Paolo Franciozi, pela mãe e Coordenadora Financeira - Ivana Depaoli, pelo pai e Conselheiro Sérgio Shardong e pela professora de Língua Portuguesa - Raquel Leão. Informado que será enviado novo bilhete às famílias com todas as informações sobre a Festa Junina. A entrada para a Festa Junina continua sendo a mesma: 1KG de alimento não perecível. Em caso de previsão de chuva para o dia 16/6, a atividade será transferida para o sábado seguinte, dia 23/6/2018. A avaliação será realizada na quinta-feira anterior, em 14/6, e, se for decidida a transferência, haverá aviso no site do Colégio. Com relação à **Comissão Permanente de Filantropia**, a Presidente informou que está sendo feita uma errata na relação dos membros da Comissão divulgada no material entregue aos novos Conselheiros no Encontro do dia 24 de maio de 2018, acrescentando o nome do Conselheiro Daniel Juliano Doederlein Soares, que devido a um problema na formatação do documento não constou na planilha. Com relação ao **João na Torcida**, evento previsto para ocorrer de 14 de junho a 15 de julho, a Direção Geral esclareceu as ações que serão realizadas nos dias 14, 22 e 27/06, na abertura Jogos da Copa do Mundo e nos Jogos da Seleção Brasileira: as aulas serão normais; o Colégio disponibilizará locais organizados para todos assistirem aos jogos da Seleção Brasileira e serão colocadas arquibancadas e TV para estudantes e pais no Gazebo Central. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Stella Nunes Rodrigues Rosângela A. Gomes Dresch**

Presidente Assistente Jurídica Secretária da Fundação

OAB/RS 69.964

**ANEXO DA** **ATA Nº 518/2018**

**Reunião Ordinária do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII**

**Data 05 de junho de 2018 – 19h30min**

**QUADRO DE CONSELHEIROS ELEITOS EM MAIO DE 2018**

Segue a relação com a qualificação dos conselheiros eleitos, titulares e suplentes, em ordem alfabética por período de mandato, empossados para reposição parcial do Conselho Deliberante:

**a) mandato de 2 anos, no período de 05/06/2018 a 26/05/2020 (eleitos para renovação parcial anual), atendendo Art. 9º do Estatuto da Fundação Educacional João XXIII**:

1. ALOISIO ROCHA, Suplente; CPF nº 378.299.049-87; Publicitário; Casado: Brasileiro; residente na Trav. Pastor Agostinho, 87, Tristeza, Porto Alegre/RS, CEP 91900-010;
2. AMARILDO MACIEL MARTINS, Titular; CPF nº 771.574.000-49; Advogado; Casado: Brasileiro; residente na Av. da Cavalhada, 4551/casa 05, Cavalhada, Porto Alegre/RS, CEP 91740-001;
3. ANELISE DA ROSA CRISTIMANN, Suplente; CPF nº 830.780.880-49; Veterinária; Solteiro: Brasileiro; residente na Av. Cinco de Novembro, 368, Teresópolis, Porto Alegre/RS, CEP 90870-160;
4. ANNA LUIZA SURITA DUARTE, Titular; CPF nº 459.456.160-87; Professora; União Estável: Brasileiro; residente na Rua Upamaroti, 1129/104, Cristal, Porto Alegre/RS, CEP 90820-140;
5. BEATRIZ DE MEDEIROS DURAND, Suplente; CPF nº 955.635.710-68; Psicóloga; Casado: Brasileiro; residente na Rua Vinte e Quatro de Outubro, 1221/401, Independência, Porto Alegre/RS, CEP 90510-003;
6. CLARISSE ALABARCE NERY, Suplente; CPF nº 382.000.150-68; Terapeuta Quântica; Casado: Brasileiro; residente na Av. Pereira Passos, 320, Vila Assunção, Porto Alegre/RS, CEP 91900-240;
7. CLAÚDIA PAIVA NUNES, Titular; CPF nº 541.346.920-91; Bióloga; Casado: Brasileiro; residente na Rua dos Minuanos, 255, Espírito Santo, Porto Alegre/RS, CEP 91770-540;
8. DANIEL MAIA, Suplente; CPF nº 634.270.440-68; Economista; Casado: Brasileiro; residente na Av. Copacabana, 471/casa 06, Tristeza, Porto Alegre/RS, CEP 91900-050;
9. DANIELA PASTRE CAMARGO, Titular; CPF nº 881.604.830-15; Servidora Pública Federal; Casado: Brasileiro; residente na Rua Doutor Pereira Neto, 10/802 torre 1, Tristeza, Porto Alegre/RS, CEP 91920-530;
10. EDGAR DA SILVA ARISTIMUNHO, Suplente; CPF nº 456.463.500-00; Servidor Público; Solteiro: Brasileiro; residente na Av. Copacabana, 255 casa 18, Tristeza, Porto Alegre/RS, CEP 91900-050;
11. ENAURA CASTRO, Suplente; CPF nº 901.550.090-87; Técnica de Radiologia; Solteiro: Brasileiro; residente na Rua Orfanotrófio, 900/128 bloco 43, Cristal, Porto Alegre/RS, CEP 90840-440;
12. FABIANO DE VARGAS E SILVA, Titular; CPF nº 756.460.640-15; Arquiteto; Casado: Brasileiro; residente na Avenida da Cavalhada, 4760/339/ Bloco A10, Cavalhada, Porto Alegre/RS, CEP 91740-000;
13. FERNANDA MACHADO DE OLIVEIRA, Titular; CPF nº 921.900.650-20; Servidor Público; Casado: Brasileiro; residente na Av. Otto Niemeyer, 33/06, Tristeza, Porto Alegre/RS, CEP 91910-000;
14. GILBERTO PINTO VIEIRA, Titular; CPF nº 448.982.230-87; Engenheiro Químico; União Estável: Brasileiro; residente na Av. Juca Batista, 8000/111, Belém Novo, Porto Alegre/RS, CEP 91780-070;
15. HANYK DE FARIA MELO ORSI, Suplente; CPF nº 021.293.954-81; Bancária; Casado: Brasileiro; residente na Rua Eurico Lara, 193/233, Medianeira, Porto Alegre/RS, CEP 90880-390;
16. JAQUELINE MOLL, Suplente; CPF nº 476.456.870-53; Professora; Casado: Brasileiro; residente na Rua Com Rodolfo Gomes, 631/1301 T:I, Menino Deus, Porto Alegre/RS, CEP 90150-101;
17. JOANA HENNEMANN, Titular; CPF nº 984.801.460-87; Psicóloga; Casado: Brasileiro; residente na Rua Gonçalves Dias, 597/402, Menino Deus, Porto Alegre/RS, CEP 90130-061;
18. MARIO LEAL LAHORGUE, Titular; CPF nº 579.396.830-04; Professor; Casado: Brasileiro; residente na Rua Doutor Oscar Bittencourt, 438/302, Menino Deus, Porto Alegre/RS, CEP 90850-150;
19. MAUREN MARTINS DE MARTINS BARCELLOS, Titular; CPF nº 972.144.000-06; Funcionaria Publica; Casado: Brasileiro; residente na Rua Cel Massot, 1039/ac B casa 3, Cristal, Porto Alegre/RS, CEP 91910-530;
20. MICHELE MIRANDA SCHWANCK FERNANDES, Titular; CPF nº 007.883.020-60; Enfermeira; Casado: Brasileiro; residente na Av. Érico Veríssimo, 441/516, Menino Deus, Porto Alegre/RS, CEP 90160-181;
21. REGIS ALBERTO WEBER, Titular; CPF nº 512.965.510-91; Analista de Informática; Casado: Brasileiro; residente na Praça São Caetano, 90/casa 29, Teresópolis, Porto Alegre/RS, CEP 91720-420;
22. RENATA CASTILHOS SEVERINI, Titular; CPF nº 671.397.600-04; Empresaria; Solteiro: Brasileiro; residente na Rua Gen. Gomes Carneiro, 416, Medianeira, Porto Alegre/RS, CEP 90870-310;
23. VINICIUS SERPA BASSETTI, Titular; CPF nº 784.726.870-15; Servidor Público Federal; Divorciado: Brasileiro; residente na Rua Ponciano Pacheco da Silveria, 172 / Casa 01, Guarujá, Porto Alegre/RS, CEP 91770-660;
24. VIVIAN CRISTIANE SCHAEFER, Suplente; CPF nº 605.167.200-15; Produtora; União Estável: Brasileiro; residente na Rua Miguel Couto, 570/603, Menino Deus, Porto Alegre/RS, CEP 90850-050.

**b) mandato de 3 anos, no período de 05/06/2018 a 25/05/2021 (eleitos na 1ª série do Ensino Médio), atendendo Art. 9º - § 2º do Estatuto da Fundação Educacional João XXIII**:

1. JOÃO BATISTA SANTAFÉ AGUIAR\*, Titular; CPF nº 315.818.110-04; Jornalista; Casado: Brasileiro; residente na Av. Firmino Octávio Bimbi, 255/37b, Cavalhada, Porto Alegre/RS, CEP 91751-330. Observação: conforme Art.16 do Regimento Interno, o Conselheiro fica com o mandato suspenso, pois ocupa o cargo de Diretor de Comunicação na Diretoria Executiva da Fundação Educacional João XXIII, na gestão de 01/01/2018 a 31/12/2019.
2. EDUARDO ANTONIO DE OLIVEIRA TAVARES, Suplente; CPF nº 252.610.370-34; Jornalista; Solteiro: Brasileiro; residente na Rua Eng. Jorge Porto, 295, Ipanema, Porto Alegre/RS, CEP 91760-100. Observação: conforme Art.16 - parágrafo único do Regimento Interno, o Conselheiro Suplente assume interinamente a titularidade, durante o mandato suspenso, do Conselheiro Titular que ocupa o cargo de Diretor de Comunicação na Diretoria Executiva da Fundação Educacional João XXIII, na gestão de 01/01/2018 a 31/12/2019.

**c) mandato de 1 ano, no período de 05/06/2018 a 27/05/2019 (eleitos para complementação de mandato), atendendo Art. 10 - Parágrafo Único do Estatuto da Fundação Educacional João XXIII**:

1. CHRISTIANNE SOUZA DE OLIVEIRA, Suplente; CPF nº 748.283.200-91; Nutricionista; Solteiro: Brasileiro; residente na Rua Cangussu, 174/casa 1, Nonoai, Porto Alegre/RS, CEP 90830-010;
2. DENISE BAIRROS BARBOSA, Titular; CPF nº 006.372.400-65; Empresaria; Solteiro: Brasileiro; residente na Av. da Cavalhada, 5730/504 T 1, Cavalhada, Porto Alegre/RS, CEP 91751-831;
3. ELIANE COSTANTIN, Suplente; CPF nº 000.063.180-96; Relações Públicas; Casado: Brasileiro; residente na Rua Professor Carvalho de Freitas, 611/1002, Teresópolis, Porto Alegre/RS, CEP 91720-090;
4. ELISANDRA FABIANA MOREIRA, Titular; CPF nº 941.008.020-72; Psicóloga; Solteiro: Brasileiro; residente na Avenida Vicente Monteggia, 2000/casa 13, Cavalhada, Porto Alegre/RS, CEP 91740-290;
5. FABRÍCIO VALMORBIDA MARÇAL PESSÔA, Suplente; CPF nº 000.480.450-39; Gerente; Casado: Brasileiro; residente na Rua dos Caiaguais, 88, Espírito Santo, Porto Alegre/RS, CEP 91770-180;
6. JANAINA TÓLIO, Titular; CPF nº 955.852.300-34; Advogada; Solteiro: Brasileiro; residente na Rua Gonçalves Dias, 615/602, Menino Deus, Porto Alegre/RS, CEP 90130-061;
7. JARIR ABDEL HAMID MUSTAFA, Titular; CPF nº 532.394.660-15; Engenheiro Civil; Casado: Brasileiro; residente na Estrada das Três Meninas, 2001/351, Vila Nova, Porto Alegre/RS, CEP 91787-400;
8. LETICIA BECKER HOMRICH, Titular; CPF nº 748.462.050-53; Bióloga; Solteiro: Brasileiro; residente na Rua Corrêa Lima, 640/303, Santa Tereza, Porto Alegre/RS, CEP 90850-250;
9. LUCIA VIANNA XAVIER, Titular; CPF nº 662.974.350-49; Publicitária; Casado: Brasileiro; residente na Av. Encantado, 316/501, Petrópolis, Porto Alegre/RS, CEP 90470-420;
10. MARCELO RODRIGUES PINTO, Suplente; CPF nº 448.498.500-49; Funcionário Público Federal; Casado: Brasileiro; residente na Rua Octávio de Souza, 832, Teresópolis, Porto Alegre/RS, CEP 90840-350;
11. PAULA MIRANDA DE BRITTO, Suplente; CPF nº 912.861.820-34; Advogada; Solteiro: Brasileiro; residente na Rua Manoel Leão, 95/01, Pedra Redonda, Porto Alegre/RS, CEP 91760-560;
12. PAULA VIANNA NUNES, Suplente; CPF nº 003.056.880-30; Medica; União Estável: Brasileiro; residente na Rua General Rondon, 1259/casa 12, Tristeza, Porto Alegre/RS, CEP 91900-121;
13. RENATA ORTIZ PEDRINI, Suplente; CPF nº 001.931.950-97; Medica; Solteiro: Brasileiro; residente na Rua A-S (Jardim Guanabara), 151/1206 B, Jardim Do Salso, Porto Alegre/RS, CEP 91410-330;
14. TATIANA TONIOLO BAGGIO, Titular; CPF nº 807.608.720-15; Arquiteta; Casado: Brasileiro; residente na Rua Saldanha Marinho, 255, Menino Deus, Porto Alegre/RS, CEP 90160-240;
15. VANESSA FELIZARDO RODRIGUES, Suplente; CPF nº 989.873.300-44; Educador Social; Solteiro: Brasileiro; residente na Rua Dormênio, 250/apto. 03, Santa Tereza, Porto Alegre/RS, CEP 90840-100;
16. VIVIANE FIGUEIREDO CACERES, Suplente; CPF nº 926.941.950-91; Psicóloga; União Estável: Brasileiro; residente na Rua Wilson A. F. Paiva Bueno, 41/519 bloco E, Cavalhada, Porto Alegre/RS, CEP 90830-244.

**Observação:**

a) A Reunião Ordinária do Conselho Deliberante, para a cerimônia de posse dos novos membros (reposição parcial do Conselho Deliberante) e para o encerramento de mandato ocorre, anualmente, na última terça-feira do mês de maio;

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Stella Nunes Rodrigues Rosângela A. Gomes Dresch**

Presidente Assistente Jurídica Secretária da Fundação

OAB/RS 69.964

**ATA Nº 519/2018 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da C. Eifler Silva - Presidente, Sr. Alexandre Ozório Kloppemburg – Diretor de Obras e Patrimônio; Sra. Aline Carraro Portanova - Diretora Jurídica, Sra. Andrea Tabajara Bichinho Trajano – Diretora Financeira, Sr. João Batista Santafé Aguiar – Diretor de Comunicação, Profa. Anelori Lange – Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira, e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. Foram apresentados os pontos da pauta: **Leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária Nº 518/18, de 06/06/2018; Obras – Financiamento; Planejamento Estratégico: a) Comitê de Relacionamento Socioambiental – Copos plásticos e b) Comitê de Governança - Organograma; Olimpíadas; Assuntos Gerais: a) Festa Junina - relato. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** Na pauta **Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária Nº 518/18, de 06/06/2018**, a Presidente submeteu a ata, enviada previamente aos Conselheiros, à apreciação da assembleia e comentou que em anexo consta a relação dos Conselheiros eleitos, com os períodos de mandato e os dados pessoais necessários para os encaminhamentos legais que serão realizados pela Procuradoria das Fundações do Ministério Público. E não havendo considerações a Presidente encaminhou a ata à votação. A assembleia aprovou por unanimidade dos Conselheiros presentes a Ata nº 518/2018 e a Presidente fez a ressalva de que em caso de alguma divergência nos dados pessoais a Secretaria da Fundação seja informada para que efetue a devida correção. Na pauta **Obras - Financiamento**, a Presidente informou que havia sido agendada a discussão sobre as propostas de financiamento nesta reunião, mas retificou a pauta e informou que serão discutidos os encaminhamentos das obras do Prédio 10 e do Projeto Arquitetônico do Prédio da Manutenção, Serviços e Infraestrutura. Após, o Diretor de Obras e Patrimônio comentou sobre o status atual do cronograma das obras do Prédio 10, que já está com Projeto Arquitetônico proposto e o orçamento aprovado por este Conselho, e sobre o andamento do Estudo Preliminar do Projeto Arquitetônico do Prédio da Manutenção, com 600m2, agregando as áreas de Serviços e de Infraestrutura, conforme foi aprovado na última reunião do Conselho. A seguir, apresentou a planta baixa contendo uma visão geral da localização, dos espaços propostos e de seus usos para atender às demandas do programa de necessidades da área de Serviços do João XXIII. Destacou que o refeitório, as áreas de convívio no térreo e no mezanino com churrasqueiras, os banheiros e os vestiários serão utilizadas também para locações para eventos, festas de aniversários e jogos no campão. Foram criados também banheiros e vestiários de uso exclusivo dos funcionários das áreas de serviços. Esclareceu as dúvidas sobre o muro e o estudo em andamento para abrir o acesso pela lateral do terreno e sobre o estudo de viabilidade para utilização de energia solar nesses prédios. Salientou que a área total passou para 635m2 em função da adequação dos vestiários e das áreas de circulação. Esclareceu que o Comitê de Infraestrutura fez uma análise atual prédio do refeitório/salão de festas e concluiu que o prédio deverá ser desmanchado em função do não atendimento das futuras demandas para o uso da estrutura (dimensionamento do espaço para o refeitório dos profissionais e para a locação de salão para festas, bem com a falta de espaço de convivência) e da interferência do mesmo na área prevista para a construção do prédio 10. Com relação aos encaminhamentos das obras salientou que o Projeto Arquitetônico do Prédio 10, com 1.250m2, aprovado pelo Conselho em 24/04/2018, está pronto e que a Arquiteta Carina Moresco deverá concluir, em 10 dias, o Projeto Arquitetônico do Prédio da Manutenção, Serviços e Infraestrutura, que foi previamente aprovado, também em abril, com 300m2, redimensionado para 600m2 e aprovado pelo Conselho em 05/06/2018. Ressaltou que, em função dos prazos exíguos, este Estudo Preliminar que está sendo apresentado ao Conselho foi recebido hoje à tarde e salientou que terão pequenos ajustes, já solicitados à Arquiteta Carina Moresco, mas basicamente a forma e o layout serão apresentados no Projeto Arquitetônico final do Prédio da Manutenção, Serviços e Infraestrutura. Durante os próximos 10 dias, a Arquiteta Jane Abel finalizará o EVU - Estudo de Viabilidade Urbanística, contemplando o total de 1.885m2 de área construída e seus impactos, para que seja encaminhado de uma só vez, juntamente com a documentação do Projeto Arquitetônico, para análise e aprovação na Prefeitura de Porto Alegre. Em paralelo à aprovação da documentação exigida, do Projeto Arquitetônico e do EVU pela Prefeitura de Porto Alegre, a Diretoria da Fundação continuará, internamente, analisando as propostas de financiamento encaminhadas pelos agentes financeiros parceiros, bem como buscará outras propostas de financiamento para posterior apreciação do Conselho Deliberante. A Gerente Administrativo-Financeira complementou a informação dizendo que o prazo em média de aprovação do EVU na Prefeitura é em torno de 8 meses, estando a documentação toda correta. Esclareceu que a ideia inicial era entrar com o EVU somente com a metragem quadrada da área e a planta volumétrica em bloco do Prédio da Manutenção, Serviços e Infraestrutura, para agilizar o processo na Prefeitura, entretanto por recomendação da Arquiteta Jane Abel, especialista nessa área, a orientação foi para que a Diretoria da Fundação aguardasse a finalização do Projeto Arquitetônico Prédio da Manutenção, Serviços e Infraestrutura para inclusão da área no EVU, possibilitando a aprovação do mesmo com um prazo menor. Comentou que a Arquiteta Jane Abel aprovou o EVU de um cliente em 4 meses. O Conselheiro Sandro Duarte da Silva destacou que em função desses prazos a obra não deverá iniciar no período previsto, em julho/agosto de 2018, e que será necessário pensar no plano B para o início das aulas em fevereiro de 2019. O Diretor de Obras e Patrimônio informou que o projeto continuará sendo tocado pelo Comitê de Infraestrutura e que em paralelo a Direção Pedagógica em conjunto com a Diretoria da Fundação estão trabalhando no Plano B para realocação de salas a fim de atender a demanda do 1º semestre letivo de 2019 até a entrega da obra. Posteriormente, o Plano B será trazido para conhecimento deste Conselho. Informou que está à disposição para esclarecimentos de dúvidas e voltou a convidar os pais e as mães interessado(a)s em participar do Comitê de Infraestrutura e salientou que serão bem-vindos, pois o grupo tem várias frentes de trabalho em andamento. A Presidente informou que deverão ser discutidos na próxima assembleia os novos prazos para o cronograma das obras, para a apresentação do Plano B de realocação de salas para 2019 e, consequentemente, para a readequação e discussão das propostas de linhas de financiamento pelo Conselho Deliberante. Solicitou que a Gerente Administrativo-Financeira informasse sobre a movimentação com relação à busca de financiamento, realizada pela Diretoria da Fundação da última reunião do Conselho até o momento. Com relação ao financiamento, a Gerente Administrativo-Financeira esclareceu que em função das movimentações de ampliação de área da obra e da necessidade de reavaliação do cronograma proposto, a Diretoria da Fundação está chamando os bancos parceiros para rediscutir os valores estimados para o financiamento das obras e contatando com outros bancos para que também apresentarem propostas de financiamento. Salientou que os dois bancos parceiros da Fundação, Santander e Banco do Brasil, respectivamente, o primeiro que possui a folha de pagamento e todos os serviços bancários da Fundação e o segundo que possui a aplicação em CDB do Fundo de Sustentabilidade da Fundação, já encaminharam as respectivas propostas de empréstimos negociadas. Entretanto com a aprovação da ampliação da metragem em 300m2 da área total, para agregar as áreas de Serviços e de Infraestrutura ao Projeto Arquitetônico, aprovada na última reunião do Conselho Deliberante de 05/06/2018, a Diretoria da Fundação está chamando novamente o Santander e o Banco do Brasil e para rediscutir os valores previamente negociados. Informou que estão sendo realizadas negociações com os bancos Badesul, Itaú, Bradesco e Caixa Econômica Federal, que não são parceiros da Fundação, para que apresentem suas propostas de linhas de crédito. Ao longo do semestre de 2018, até as aprovações dos alvarás pela Prefeitura, a Diretoria da Fundação continuará trabalhando na busca das melhores linhas de financiamento para início das obras. Na pauta **Planejamento Estratégico**, com relação ao **Comitê de Relacionamento Socioambiental**, a Coordenadora do Comitê, Vice-Diretora da Escola e Bióloga, comentou que no ano anterior o comitê iniciou trabalhando com projetos ambientais que saíam da sala de aula para a comunidade escolar e que, no final do ano passado, a abordagem foi trabalhar com o projeto externo que foi para sala de aula e depois retornou para a comunidade escolar, o “Meliponário” para criação de abelhas sem ferrão e produção de mel é um exemplo. Neste ano, a proposta é trabalhar com esses projetos externos e que deverão ir para toda a comunidade escolar e também para a sala de aula. Comentou sobre o “Mundo Passado a Limpo: um Projeto Socioambiental do Colégio João XXIII”, criado em 2010, e que é fruto do olhar atento da Escola para a questão do meio ambiente. O Comitê de Relacionamento Socioambiental resgatou esse projeto e em todas as campanhas e ações do comitê está utilizando o selo do Mundo Passado a Limpo. O Comitê trabalhou no tema da Semana Nacional do Meio Ambiente de 2018: “Acabe com a poluição plástica”. A Conselheira Eunice Aita Isaia Kindel iniciou comentando sobre o consumo mensal de copos plásticos no Colégio que gira em torno de 16.500 unidades. Salientou que o copo plástico leva em torno de 30 anos para decomposição na natureza e o copo de papel em torno de 30 dias. Informou que há um Projeto de Lei do Senado n° 92, de 2018, em análise, que estabelece o cronograma de dez anos contados da publicação da lei, para a completa eliminação do plástico não biodegradável da composição de pratos, copos, bandejas, talheres, canudos e outros utensílios destinados ao acondicionamento e ao manejo de alimentos prontos para o consumo. A Conselheira Eunice Aita Isaia Kindel informou que foram comprados copos de papel, em São Paulo, para substituição dos copos plásticos na Escola, atendendo a proposta do Comitê de Relacionamento Socioambiental que lançou a campanha, no dia 13 de junho, com o objetivo de eliminar o uso de copos descartáveis no Colégio João XXIII e de incentivar que cada um use o seu copo de papel personalizado e torne-se responsável pela sua redução de uso de plástico descartável. A seguir, apresentaram alguns dados sobre o alto consumo de plástico no planeta e a sua destinação indevida na natureza e sobre quais os produtos plásticos que podem ou não ser reciclados. Salientaram que serão realizadas oficinas para conscientização da comunidade escolar, incluindo os profissionais das áreas administrativa e pedagógica, pensar sobre o correto descarte dos resíduos, a redução de copos plásticos descartáveis e a preservação do meio ambiente. Comentou que a Escola tem pontos de coleta de tampas plásticas que são destinadas ao Instituto do Câncer Infantil do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. A Diretora Geral da Escola salientou que essa ação de eliminação dos copos plásticos descartáveis proposta pelo Comitê de Relacionamento Socioambiental deveria indicar uma data para encerramento da utilização desse material nas dependências do Colégio, inclusive com a adesão da Cantina. A Conselheira Cristiane de Paula Vieira, integrante do Comitê de Captação, acrescentou que o papel do Conselheiro deverá ser ativo e multiplicador nessa mudança de cultura e sugeriu que as canecas com logo do projeto fossem vendidas para a comunidade escolar e fora dela. O Diretor de Comunicação solicitou o cronograma da ação para colocar a equipe de Comunicação a disposição para divulgar esse projeto. Inclusive sugeriu que na próxima reunião do Conselho cada um traga a sua caneca. A Coordenadora do Comitê informou que levará para discussão no Comitê a proposta de definição da data de encerramento do uso de copo plástico descartável na Escola e dará o retorno ao Conselho. Com relação ao **Comitê de Governança**, a Coordenadora do Comitê e Presidente da Fundação, apresentou o cronograma de atividades para apreciação e discussão no Conselho Deliberante da proposta de alteração do Organograma da Fundação Educacional João XXIII: nesta assembleia - histórico e apresentação da proposta de alteração do Organograma da Fundação; dia 10/07/2018 – divulgação e discussão de alterações no Estatuto Social e Regimento Interno; dia 28/08/2018 – votação das alterações e apresentação do cronograma de implementação da proposta. Apresentou a composição do Comitê de Governança. A seguir, para conhecimento dos novos Conselheiros fez um relato das atividades de escuta e discussão nas diversas instâncias, desde o início dos trabalhos para escolha da empresa de Consultoria para a elaboração do Planejamento Estratégico do João XXIII, envolvendo integrantes de todas as instâncias da comunidade escolar, desde 29/03/2016 até o momento atual. Esclareceu que em maio de 2017, foi encerrada a fase de elaboração do Projeto João 2023 do Planejamento Estratégico e que, a partir de junho, foi iniciada a fase de implementação do projeto, com a criação de 1 (um) Comitê Gestor e mais 12 Comitês de implementação do Projeto João 2023, com objetivos, indicadores e metas traçadas para cada comitê e com definições de ações propostas de melhorias. Salientou que em junho de 2017, o Comitê de Governança iniciou os trabalhos, com a reorganização das ações de melhorias divididas em 3 grandes eixos de trabalho: Estrutura/Organograma; Conselho/Conselheiros e Processos de Trabalho. Salientou que o Comitê de Governança vem trabalhando no eixo Estrutura/Organograma, nas 41 reuniões semanais realizadas no período de 08/06/2017 a 11/06/2018, com 10 integrantes, visando elaborar a proposta de alteração do Organograma da Fundação Educacional João XXIII, bem como as adequações que impactam no Estatuto Social e no Regimento Interno da instituição, a partir da discussão com representantes de todas as instâncias da Comunidade Escolar. Em 04/09/2017, foi apresentada a proposta de Organograma da estrutura da Fundação, foram ouvidas e acolhidas as observações da Direção Geral, Vice-Direção e Gerência Administrativo-Financeira sobre o novo formato e as novas configurações de funções propostas, com presença de 11 participantes; em 05/09/2017, foi apresentada a proposta de Organograma da estrutura da Fundação e solicitado à Direção Geral, junto com a equipe Pedagógica CTAP, que iniciasse a discussão da estrutura organizacional do Colégio João XXIII, com a presença de 15 pessoas; em 11/09/2017, foi realizada nova discussão com a Direção Geral, Vice-Direção e Gerência Administrativo-Financeira sobre o formato e as configurações de funções propostas, com presença de 11 participantes; em 28/04/2018, foi realizado o 3º Workshop do Projeto João 2023, para tratar do tema Organograma, pelo Comitê de Governança, e contribuições sobre o tema Ouvidoria, pelo Comitê de Fidelização, de Satisfação e Qualificação e de Captação, com a presença de 51 pessoas, entre integrantes dos Comitês envolvidos e demais convidados da comunidade escolar, com 4 horas de trabalho. A seguir, apresentou o Organograma atual hierárquico da Fundação e explicou o funcionamento da estrutura organizacional neste formato. Após, apresentou o Organograma circular (ou radial) proposto pelo Comitê de Governança e esclareceu que este formato é usado quando se quer ressaltar a importância do trabalho em grupo, não havendo a preocupação em representar a hierarquia. Salientou que as mudanças propostas no novo Organograma se refletem no Estatuto Social e no Regimento Interno e que são: a) Inclusão de uma nova Diretoria de Relacionamento Socioambiental – responsável por promover a integração da comunidade escolar; acompanhar a participação da comunidade escolar nas ações propostas; propor medidas internas que visem a racionalização dos recursos; propor, articular e acompanhar a execução de projetos socioambientais, artísticos e culturais, em conjunto com a Direção Geral do Colégio João XXIII e manter o bom relacionamento com a comunidade externa; b) Inclusão do Núcleo de Formação, Atualização, Pesquisa, Inovação e Tecnologia (NFAPIT) – responsável pela manutenção dos princípios filosóficos e da proposta pedagógica do Colégio João XXIII, exercendo atividades de formação de profissionais e assessoria pedagógica voltada para a comunidade e para as unidades da Fundação, através de cursos, orientação, consultoria, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia, inovação e recursos em Educação. Vinculado à Fundação e sua atuação se dá em parceria com as equipes pedagógicas do Colégio João XXIII; c) Alteração da Gerência Administrativo-Financeira para Núcleo Administrativo e Financeiro - responsável por planejar e gerenciar todas as demandas técnicas-administrativas e orçamentárias com foco no planejamento estratégico que atendem as unidades educacionais e a própria mantenedora. A alteração visa explicitar as competências da fundação e da sua equipe profissional, organizar a área administrativa na forma de núcleo e coordenação, substituindo a estrutura verticalizado atual. Reorganiza os setores atuais como coordenações adjuntas e constitui uma coordenação que articula os serviços; d) Inclusão da Ouvidoria - tem como função ser eficaz mediadora na busca de soluções de conflitos e eficiente agente promotor de mudanças; deve atuar como canal de comunicação imparcial e independente; tem a competência de receber e avaliar a procedência das solicitações oriundas do público interno e externo, encaminhar aos setores competentes para o devido atendimento, acompanhar as providencias tomadas e dar o devido retorno ao interessado. Os trabalhos do planejamento estratégico apontaram a necessidade de um espaço de ouvidoria, independente e com acesso independente das instâncias funcionais existentes. A Presidente esclareceu as dúvidas levantadas pelos Conselheiros com relação a criação de uma nova Diretoria Socioambiental; com relação a manutenção da nomenclatura existente da Diretoria da Fundação, mas com a preocupação em descrever as atribuições dos cargos dos Diretores que até então não eram descritos no Regimento Interno e com relação a como será o funcionamento da estrutura de forma circular. A Conselheira Maria Luiza Pont, membro do Comitê de Governança, esclareceu as mudanças pensada pelo grupo, a partir das inúmeras discussões, para a criação do Núcleo de Formação, Atualização, Pesquisa, Inovação e Tecnologia e para alteração da Gerência Administrativo-Financeira em Coordenação do Núcleo Administrativo e Financeiro. O Conselheiro Francis Campos Bordas concorda com a proposta apresentada que reflete o resultado das demandas surgidas nas diversas instancias trabalhadas e com a proposta gráfica circular, mas questionou a quem ficará ligada a Ouvidoria nesse Organograma e a contratação de pessoal como será realizada. A Presidente esclareceu que o Comitê de Governança ficou responsável por fazer a definição geral sobre o papel da Ouvidoria, mas que ficou a cargo do Comitê de Fidelização a descrição do seu o funcionamento. Salientou que na próxima reunião do Conselho serão discutidas as alterações propostas no Estatuto Social e no Regimento Interno e, na reunião de agosto, serão colocadas em votação as alterações do Organograma, do Estatuto Social e do Regimento Interno, bem como será apresentada a proposta de cronograma de implementação dessas alterações. Na pauta **Olimpíadas do Conhecimento**, a Diretora Geral relatou que há 4 (quatro) anos os estudantes estão sendo desafiados a participarem desses concursos. Salientou que em 2018, os alunos do João XXIII estão participando de 7 Olimpíadas: Olimpíada Internacional de Mathématiques Sem Fronteiras do Brasil – OIMSF (5º ano ao EM); Olimpíada Nacional de História do Brasil – ONH (8º ano ao EM); Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas e Privada – OBMEP (6º ano ao EM); Olimpíada Brasileira de Astronomia – OBA (6º ano ao EM); Mostra Brasileira de Foguetes– MOBFOG (Ensino Médio); Olimpíada Brasileira de Física– OBF (9º ano ao EM – 2ª fase em agosto); Matemágica – com vivências lúdicos e raciocínio lógico (1º, 2º, 3º ano do EF) e com prova opcional ao estudante (4º e 5º ano do EF) de 02 a 13 de julho. Comentou sobre as participações e as premiações dos alunos do João XXIII e mostrou algumas fotos dos participantes nas diversas olimpíadas. Falou sobre a credencial recebida pelo João XXIII para participar da Asia International Mathematical Olympiad – AIMO 2018, que será realizada em Bangcoc na Tailândia, de 03 a 07 de agosto de 2018. Esclareceu que este ano não enviaremos os alunos, em função da data muito próxima e dos recursos financeiros que não estavam programados para esse fim. Entretanto, será encaminhado junto à Diretoria da Fundação a proposta de rubrica com verba para participação em “Olimpíadas e Eventos de Conhecimento”. Salientou que esse tipo de participação dá visibilidade tanto para os alunos como para o João XXIII. Informou, também, que serão feitas ações de divulgação desses resultados para a comunidade escolar pela área de Comunicação. Na pauta **Assuntos Gerais**, com relação à **Festa Junina**, a Vice-Diretora e Coordenadora da Comissão da Festa apresentou os dados do evento: foram 115 pais inscritos para trabalhar no evento; foram arrecadados 859,25 kg de alimentos, 21 litros de leite e óleo e 19 pacotes de bolachas e a definição da destinação desses alimentos será realizada pela Comissão Organizadora da Festa. O valor total arrecadado bruto foi de R$ 31.000,00, desse valor será feito o fechamento dos terceirizados e das despesas realizada com o evento. Salientou que o percentual sobre as vendas dos terceirizados será de 20%. A Coordenadora da Comissão Organizadora da Festa Junina informou que Festa Junina do João de 2018 foi um grande sucesso. Agradeceu a participação voluntária dos pais, dos alunos, dos funcionários e dos professores que se comprometeram e se dedicaram para este momento de confraternização família-escola. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

**ATA Nº 520/2018 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e dezoito, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da C. Eifler Silva - Presidente, Sr. José Alencar Lummertz - Vice-Presidente, Sr. Alexandre Ozório Kloppemburg – Diretor de Obras e Patrimônio, Sra. Aline Carraro Portanova - Diretora Jurídica, Profa. Anelori Lange – Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira, e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. Foram apresentados os pontos da pauta: **Leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária nº 519/2018, de 26/06/2018; Retificação da Ata da Reunião Ordinária nº 518/2018, de 05 de junho de 2018, para envio ao Ministério Público; Planejamento Estratégico: Comitê de Governança – Estatuto Social e Regimento Interno da Fundação Educacional João XXIII; Obras; Nutrição; Assuntos Gerais: a) Festa Junina – relatório dos recursos; b) Seminário de Professores – dias 16 e 17/07/2018. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** na pauta **Leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária nº 519/2018, de 26/06/2018**, a Presidente submeteu a ata, enviada previamente aos Conselheiros, à apreciação da assembleia, informando que na pauta do Planejamento Estratégico, houve duas ressalvas na redação, encaminhadas pela conselheira Eunice Aita Isaia Kindel, no relato do Comitê de Relacionamento Socioambiental: a) onde se lê “... decomposição na natureza e o copo de papel em torno de 3 dias”, leia-se “... decomposição na natureza e o copo de papel em torno de 30 dias” e b) onde se lê “A Conselheira Eunice Aita Isaia Kindel informou que foram comprados 7.500 copos de papel, ...”, leia-se “A Conselheira Eunice Aita Isaia Kindel informou que foram comprados copos de papel, ...”. A assembleia aprovou a Ata nº 519/2018 com as ressalvas incorporadas por unanimidade dos votos dos presentes. Na pauta **Retificação da Ata da Reunião Ordinária nº 518/2018, de 05 de junho de 2018, para envio ao Ministério Público/RS**, a Presidente submeteu à apreciação dos Conselheiros a ata aprovada pelo Conselho Deliberante na assembleia anterior, com a proposta de retificação do texto conforme solicitado pela Procuradoria das Fundações do Ministério Público para averbação da mesma junto ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Porto Alegre. A Presidente informou que o texto retificado foi enviado aos Conselheiros previamente para análise e em seguida procedeu a leitura na íntegra dos itens ajustados, que em resumo trataram: a) do esclarecimento sobre o motivo da transferência da data da reunião Ordinária do dia 29/05 para o dia 05/06/2018 (impossibilidade de comparecimento dos Conselheiros devido ao desabastecimento de combustíveis); b) da inclusão do cronograma com as informações sobre as datas e etapas do processo eleitoral detalhadas, destacando que a Cerimônia de Posse foi transferida para a reunião Ordinária do Conselho Deliberante do dia 05/06/2018; c) do ajuste da data inicial dos mandatos dos novos Conselheiros para o dia 05/06/2018; d) da ratificação dos atos ocorridos durante o período de 29/05 a 05/06/2018 pelos Conselheiros eleitos. Concluída a leitura, a Presidente submeteu o texto à aprovação da assembleia e não havendo considerações a ATA nº 518/2018 foi retificada e aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes, devendo ser encaminhada ao Ministério Público/RS para o cumprimento dos trâmites legais. Na sequência, a Presidente propôs ao Conselho Deliberante a inversão de pauta, antecipando o ponto da Nutrição, o que foi aprovado pelos Conselheiros presentes. Na pauta **Nutrição**, o Conselheiro Fabricio Valmorbida Marçal Pessôa convidou os interessados em participar da reunião do dia 14 de agosto de 2018, às 19h, em local a ser informado, no grupo de whatsapp de pais, onde serão levantados e discutidos os temas sobre a alimentação no Colégio. A Presidente esclareceu que em dezembro de 2016 o Conselho Deliberante homologou a constituição do Grupo de Trabalho (GT) da Nutrição para trabalhar as questões da Merenda de forma mais integrada, formado por representantes da Diretoria Executiva, Diretoria Pedagógica, Nutricionista e Pais das séries iniciais do Colégio. Salientou que o GT da Nutrição foi incorporado pelo Comitê de Relacionamento Socioambiental do Projeto João 2023, que passou a trabalhar as questões relativas a merenda escolar. Ficou acertado que a Vice-Diretora e Coordenadora do Comitê de Relacionamento Socioambiental, Profa. Maria Tereza Coelho, a Coordenadora do GT de Nutrição, Conselheira Cristiane Abarno Dias, e a Nutricionista do Colégio, Joseane Mâncio, participarão da reunião para ouvir as demandas/sugestões desse grupo informal de pais. Na pauta **Planejamento Estratégico**, com relação ao **Comitê de Governança,** a Coordenadora do Comitê, Líder do Projeto João 2023 e Presidente da Fundação, antes de dar sequência ao cronograma de atividades proposto na reunião anterior, informou que ficou estabelecido, em maio de 2017, por este Conselho, que passado um ano da validação do Projeto João 2023, seria programado um workshop para rever e fazer os ajustes necessários nas metas e nos indicadores para atingir os objetivos propostos. Com essa finalidade, informou que foi agendado para o dia 25 de agosto de 2018 o 4º Workshop, que contará com a presença dos membros dos 12 comitês temáticos criados pelo Projeto João 2023, bem como convidados e demais interessados em participar do evento. Salientou que os conselheiros interessados em acompanhar o evento deverão informar a Secretaria da Fundação, com antecedência. Após, apresentou os membros do Comitê de Governança presentes na reunião: Laura Maria da Conceição Eifler Silva – Coordenadora, Aline Carraro Portanova – Diretora Jurídica, Maria Luiza Pont – Conselheira, Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação, Adriana Pandolfo Goytacaz – Coordenadora de RH, Candice Orlandin Premaor Gullo – mãe e Profa. Ianne Ely Godoy Vieira – Coordenadora Pedagógica da Etapa de 1º ao 5º ano EF. Em seguida, apresentou para apreciação e discussão na assembleia a proposta detalhada das alterações no Estatuto Social e no Regimento Interno da Fundação Educacional João XXIII, sistematizadas a partir da discussão com representantes de todas as instâncias da Comunidade Escolar. Salientou que as alterações propostas refletem as mudanças do funcionamento do novo Organograma, que são a inclusão de uma nova Diretoria de Relacionamento Socioambiental; a inclusão do Núcleo de Formação, Atualização, Pesquisa, Inovação e Tecnologia (NFAPIT); a alteração da Gerência Administrativo-Financeira para Núcleo Administrativo e Financeiro (NAF); a constituição de uma Coordenação Adjunta de Serviços e a reorganização dos setores administrativos atuais como Coordenações Adjuntas de Gestão de Pessoas, de Compras, de Tecnologia da Informação, além da Tesouraria e da Secretaria da Fundação; e a inclusão da Ouvidoria. A proposta descreve as atribuições dos Diretores da Fundação, das Coordenações do NFAPIT, do NAF e descreve, também, as funções da Ouvidoria e das Coordenações Adjuntas administrativas e suas subordinações. Além disso, propõe algumas adequações/atualizações na redação do texto dos fins e objetivos, bem como substituições na nomenclatura de “Instituto Educacional” para “Colégio”, de “2º grau” para “ensino médio”, ajustes em algumas datas e correções de números de alguns artigos, etc. Após, foi aberto espaço para discussões e os membros do Comitês de Governança esclareceram as dúvidas levantadas pelos conselheiros. Dando sequência, salientou que na reunião de agosto, serão colocadas em votação as alterações do Organograma, do Estatuto Social e do Regimento Interno, bem como será apresentada a proposta de cronograma de implementação dessas alterações. Destacou que os próximos passos do Comitê de Governança serão a discussão sobre o Conselho Deliberante, os Conselheiros, à Direção Geral do Colégio e os processos de trabalho. Na pauta **Obras**, o Diretor de Obras e Patrimônio apresentou o Projeto Arquitetônico do Prédio da Manutenção, Serviços e Infraestrutura e esclareceu que houve uma nova ampliação na metragem total do projeto de 600m2 para 900m2, em função da incorporação dos corredores e das áreas abertas com pisos que necessitaram ser quantificadas. Esclareceu também que está sendo trabalhado no projeto o reaproveitamento da água da chuva. Comentou sobre a linha de financiamento do BNDES, aberta até dezembro de 2018, para implantação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica e informou que o Colégio João XXIII está fazendo um estudo para utilização desse sistema o que tornaria o Colégio João XXIII pioneiro nessa área entre as escolas de Porto Alegre. Com relação ao cronograma das obras, salientou que o ingresso do pedido de Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) está previsto para entrar na Prefeitura de Porto Alegre no dia 13/07/2018; que a divulgação do Edital para contratação da Construtora está prevista para o dia 15/08/2018; que a retomada da busca do financiamento da obra está prevista para agosto/2018 e que a entrega das propostas está prevista para o dia 15/09/2018. Na continuidade, a Direção Geral apresentou o “Plano B” com o mapa de realocação das salas de aula para atender as demandas de mais 3 salas até julho de 2019, enquanto a obra estiver em andamento. Comentou que a sala da etapa de 1º ao 5º ano do EF será dividida entre os 4º anos, pela tarde, e os 6º anos, pela manhã. Salientou que as salas ambientes dos 6º anos, pela manhã, depois da obra concluída permanecerão alocadas para o núcleo do 6º ano EF ao EM e os 4º anos passarão para o prédio da etapa do 1º ao 5º. A Conselheira Eunice Kindel sugeriu que seja realizado um trabalho especial pela área pedagógica com os alunos desses anos que vão dividir o espaço físico. A Diretora Geral informou já está previsto um trabalho com essas turmas e salientou que toda a comunidade escolar estará cedendo alguma coisa, de uma forma ou de outra, e que isso fará parte de uma aprendizagem nesse período de obras. Na pauta **Assuntos Gerais**, com relação ao **Seminário de Inverno 2018**, a Diretora Geral informou sobre o Curso de Brigada de Incêndio para os professores, auxiliares do 1º ano do EF, da Educação Infantil e do Joãozinho Legal, que ocorrerá nos dias 16 e 17 de julho de 2018, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min. Com relação à **Festa Junina**, a Gerente Administrativo-Financeira apresentou o relatório geral das arrecadações, em tickets e em dinheiro; das despesas, com brincadeiras, com alimentação, gerais e com fornecedores terceirizados; bem como fez um comparativo com a Festa Junina de 2017. Em resumo, as arrecadações totais em dinheiro foram de R$ 32.705,15, em 2018, e de R$ 37.682,85, em 2017; as despesas totais foram de R$ 9.335,00, em 2018, e de R$ 7.541,93, em 2017; as despesas com fornecedores terceirizados foram de R$ 16.236,20, em 2018, e de R$ 25.976,40, em 2017; gerando um resultado final da Festa Junina de R$ 7.136,95, em 2018, e de R$ 4.164,52, em 2017. Informou que da arrecadação em tickets alimentação no valor de R$ 20.219,50, desse valor 20% ficou para Colégio, em 2018 (em 2017, foi 10% do valor); que 90 funcionários trabalharam em regime de banco de horas, gerando 650 horas trabalhadas; que 88 pais e 27 alunos trabalharam voluntariamente nas barracas de brinquedos e alimentação do Colégio; e que recebemos dos pais, também, produtos para a Festa Junina. A Vice-Diretora esclareceu sobre as horas dos profissionais convertidas em banco de horas e alocadas no mês de julho. O Conselheiro Francisco de Paula Bastos de Freitas comentou sobre a importância da participação dos pais e alunos, disse que valeu a experiência e, por fim, elogiou o trabalho realizado pela Comissão Organizadora da Festa Junina. A Vice-Diretora do Colégio informou que a Comissão Organizadora do evento ainda não tem definida a destinação dessa verba. A Diretora Geral esclareceu como é feita, normalmente, a distribuição da verba. A Presidente encerrou a reunião lembrando a todos que não integram os Comitês temáticos e que tenham interesse em acompanhar o 4º Workshop do Projeto João 2023, que informem a Secretaria da Fundação. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

**ATA Nº 521/2018 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os 33 (trinta e três) membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da C. Eifler Silva - Presidente, Sr. Alexandre Ozório Kloppemburg – Diretor de Obras e Patrimônio, Sra. Aline Carraro Portanova - Diretora Jurídica, Sra. Andrea Tabajara Bichinho Trajano - Diretora Financeira, João Batista Santafé Aguiar - Diretor de Comunicação, Profa. Anelori Lange – Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira, Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação e as integrantes do Comitê de Governança Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo – mãe e Profa. Ianne Ely Godoy Vieira – Coordenadora Pedagógica da Etapa de 1º ao 5º ano EF. Foram apresentados os pontos da pauta: **Leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária Nº 520/18, de 10/07/2018; Planejamento Estratégico: a) Alteração do Estatuto Social e do Regimento Interno, b) 4º Workshop - Atualização Projeto João 2023; Orçamento e Fluxo de Caixa realizado até julho de 2018; Eleição da Comissão Eleitoral – mandato 2018-2019; Assuntos Gerais: a) Nutrição e b) Auditoria. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** na pauta **Leitura e aprovação da Ata da Reunião Ordinária Nº 520/18, de 10/07/2018**, a Presidente submeteu à apreciação da assembleia a ata enviada para apreciação prévia dos Conselheiros. A assembleia aprovou a Ata nº 520/2018 sem ressalvas por unanimidade dos votos dos presentes. Na pauta **Planejamento Estratégico**, com relação ao item **Alteração do Estatuto Social e do Regimento Interno,** a Presidente da Fundação e Coordenadora do Comitê de Governança registrou a presença na reunião das demais integrantes do Comitê de Governança: Aline Carraro Portanova – Diretora Jurídica, Maria Luiza Pont – Conselheira, Candice Orlandin Premaor Gullo – mãe, Profa. Ianne Ely Godoy Vieira – Coordenadora Pedagógica da Etapa de 1º ao 5º ano EF e Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. Salientou que as alterações estatutárias e regimentais estão sendo trabalhadas pelo Comitê de Governança em duas etapas: na 1ª fase, em andamento, está sendo discutindo o Organograma e a Estrutura Organizacional e na 2ª fase, será iniciada a discussão sobre o Conselho Deliberante, os Conselheiros, à Direção Geral do Colégio e os processos de trabalho das áreas pedagógicas e administrativas. Dando sequência ao cronograma de atividades estabelecido na 1ª fase, informou que a proposta de alteração do Estatuto Social e do Regimento Interno que está sendo apresentada, hoje, pelo Comitê de Governança procurou acolher, consensuar e sistematizar da melhor forma possível as sugestões dadas pelos Conselheiros na reunião Ordinária, do dia 10 de julho; pelos Conselheiros na reunião de discussão prévia sobre o tema, do dia 20 de agosto; e pela Diretoria Executiva na reunião semanal, do dia 24 de agosto de 2018. A Presidente salientou que nesta reunião serão apreciadas, discutidas e colocadas em votação as alterações do Estatuto Social e do Regimento Interno, por capítulo, para facilitar o processo. Ratificou aos presentes a condição estabelecida no Capítulo IV, Seção I, Artigo 14, inciso III do Estatuto Social vigente, que para aprovação de alteração estatutária o quórum mínimo exigido é de 2/3 (dois terços) do total de Conselheiros em exercício. Informou que o quadro atual do Conselho Deliberante possui 38 (trinta e oito) Conselheiros com mandato vigente e salientou que estão presentes na reunião 33 (trinta e três) Conselheiros, que desses 3 (três) Conselheiros Suplentes não terão direito a voto, pois estão acompanhando seus Titulares, e que 1 (um) se retirou antes da votação, restando 29 Conselheiros aptos para votação. Destacou que o Comitê de Governança acolheu a proposta da Diretoria Executiva da Fundação de apresentar o cronograma de implementação das alterações juntamente com o Orçamento, em novembro/2018. A Presidente procedeu a leitura das alterações propostas pelo Comitê de Governança destacando que: no CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO, o texto permaneceu inalterado; no CAPÍTULO II - DOS FINS E OBJETIVOS, as alterações propostas foram adequações/atualizações na redação do texto nos seguintes artigos: “Art. 4º - Sempre dentro dos ideais comunitários, inspirada nos princípios laicos e humanísticos e tendo em vista a ordem jurídica vigente, a Fundação tem por objetivos: a) promover a expansão e qualificação da educação infantil ao ensino médio, incentivando, para isso, a mobilização de recursos particulares e públicos; b) (INALTERADO); c) fomentar a compreensão dos direitos e deveres, o desenvolvimento integral e a participação ativa do indivíduo nos empreendimentos do bem comum; d) estimular permanentemente a prática de princípios éticos e de desenvolvimento de cidadãos protagonistas do hoje e do amanhã; e) (INALTERADO); f) cooperar com o poder público na sua missão social, sobretudo, na prestação de assistência social e educacional gratuita; g) manter intercâmbio harmônico com a comunidade, ensejando novas manifestações de cooperação e solidariedade; h) (INALTERADO); e Art. 5º - Para realizar esses objetivos cabe à Fundação: a) (INALTERADO); b) manter o Colégio João XXIII, prestando-lhe a mais ampla assistência de forma a garantir-lhe a sustentabilidade financeira, administrativa e plenitude funcional, tendo em vista a manutenção do projeto político pedagógico; os demais “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” (INALTERADOS).” Foram colocadas em votação as alterações propostas no Capítulo II, que foram aprovadas sem ressalvas pela unanimidade dos 29 (vinte e nove) Conselheiros em exercício presentes. As alterações aprovadas devem ser incorporadas nos artigos 4º e 5º, do Estatuto Social vigente, aprovado na reunião ordinária do Conselho Deliberante nº 427/2010, em 13 de julho de 2010. No CAPÍTULO III – DOS BENS E RECEITAS, o texto permaneceu inalterado. No CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, as alterações propostas na redação do texto do Art. 7º foram para especificar, na estrutura organizacional da Fundação, a adequação da Gerência Administrativo-Financeira, que passa a Núcleo Administrativo e Financeiro; os dois outros serviços que passam a ser criados: o Núcleo de Formação, Atualização, Pesquisa, Inovação e Tecnologia e a Ouvidoria; a inversão da ordem entre os itens Comissões e Conselho Fiscal. A redação proposta ficou da seguinte forma: “Art. 7º - A Fundação possui a seguinte estrutura organizacional: a) Conselho Deliberante; b) Diretoria Executiva; c) Conselho Fiscal; d) Comissões; e) Núcleo Administrativo e Financeiro; f) Núcleo de Formação, Atualização, Pesquisa, Inovação e Tecnologia e g) Ouvidoria. ” Após a apresentação da sugestão de alteração do Art. 7º do Capítulo IV, foi realizado um amplo debate entre os presentes sobre as alterações sugeridas. Os membros do Comitê de Governança responderam/esclareceram as dúvidas levantadas pelos presentes em relação ao cronograma de implementação dos novos cargos e seus impactos na Folha de Pagamento no Orçamento; a necessidade de incluir no Estatuto Social o Núcleo Administrativo-Financeiro (NAF), o Núcleo de Formação, Atualização, Pesquisa, Inovação e Tecnologia (NFAPIT) e a Ouvidoria ao invés de incluí-los somente no Regimento Interno, evitando um engessamento do Estatuto Social; a possibilidade de ser revertida a questão legal de aprovação dos novos cargos no Estatuto Social caso a Fundação não tenha como arcar com os custos para implementação no Orçamento; a possibilidade do NFAPIT se tornar uma nova fonte de recursos financeiros; a como se constituirá a Ouvidoria, entre outras questões. O Conselheiro Regis Alberto Weber sugeriu que ao invés de Núcleo Administrativo-Financeiro (NAF) e de Núcleo de Formação, Atualização, Pesquisa, Inovação e Tecnologia (NFAPIT) fosse colocado como Núcleos Estratégicos. A Conselheira Jaqueline Moll destacou a importância de que o assunto seja encaminhado para votação até setembro/2018. A Diretora Financeira fez algumas considerações com relação aos impactos da proposta de alteração na estrutura organizacional da Fundação no Orçamento e propôs que a decisão aguardasse a previsão do Orçamento de 2019 que será apresentada ao Conselho em novembro de 2018 e ratificada em abril de 2019, pois como prevê no Capítulo II – Art. 5º cabe a Fundação garantir a sustentabilidade financeira da instituição. A Conselheira Jaqueline Moll não concorda com a posição da Diretora Financeira e salienta que o NFAPTI fala da “alma” da instituição e trabalhará com processos que irão alavancar a proposta pedagógica da escola. Comentou sobre a importância da rearticulação das forças e das mudanças internas, para iniciar o ano já com um movimento diferenciado. A Conselheira e integrante do Comitê de Governança, Maria Luiza Pont, salientou que o dado financeiro é importante, mas a parte pedagógica e de estrutura devem atender às necessidades do Colégio. A mãe e integrante do Comitê de Governança, Candice Gullo, esclareceu o motivo pelo qual o Comitê encaminhou essa proposta: o corpo administrativo está no mesmo tamanho desde que a escola tinha aproximadamente 700 alunos e hoje 1.075 alunos; a necessidade de mais 3 salas para 96 alunos da 3ª série do Ensino Médio no ano de 2019; a reestruturação da equipe administrativa. Salientou que os núcleos vêm para suprir esse gargalo e para atender a demanda existente e a que virá em breve. A Conselheira Cristiane Vieira disse que a ideia é garantir a nova proposta de Organograma e será necessário o investimento na área Administrativa. Salientou que vê coerência na previsão dos cargos novos no Estatuto Social e que a Fundação precisa pensar nisso. Encaminhamento: a Presidente ratificou que as alterações propostas foram aprovadas sem ressalvas até o Capítulo III, por unanimidade dos votos, e propôs para dar sequência à apreciação das alterações sugeridas no Capítulo IV - da Estrutura Organizacional do Estatuto Social, que seja convocada uma reunião extraordinária do Conselho Deliberante, com pauta única, para discutir e esclarecer o tema de forma mais detalhada. Foi acordado que a Diretoria da Fundação ficará encarregada de agendar a reunião Extraordinária do Conselho Deliberante antes da reunião Ordinária do dia 25 de setembro de 2018 e que os Conselheiros assumem o compromisso de participar dessa discussão. VOTAÇÃO: A Presidente submeteu à votação do Conselho Deliberante a seguinte proposta: Opção 1 – sugestão do Conselho Deliberante – a favor de alterar a redação do texto do Capítulo IV – Art. 7º transformação Núcleo Administrativo-Financeiro (NAF) e Núcleo de Formação, Atualização, Pesquisa, Inovação e Tecnologia (NFAPIT) para Núcleos Estratégicos e criando e a Ouvidoria ou Opção 2 – contrária a alteração, optando por manter a redação original, sem alterações, Capítulo IV – Art. 7º do Estatuto Social vigente. Dos 29 Conselheiros aptos a votar, foram 22 (vinte e dois) Conselheiros a favor da Opção 1 – sugestão do Conselho Deliberante – a favor de alterar a redação do texto do Capítulo IV – Art. 7º transformação Núcleo Administrativo-Financeiro (NAF) e Núcleo de Formação, Atualização, Pesquisa, Inovação e Tecnologia (NFAPIT) para Núcleos Estratégicos e criando e a Ouvidoria; foram 4 (quatro) Conselheiros a favor da Opção 2 – contrária a alteração, optando por manter a redação original, sem alterações, Capítulo IV – Art. 7º do Estatuto Social vigente; e 3 (três) Conselheiros saíram antes da votação. Os 4 (quatro) Conselheiros contrários a alteração foram Fabiano de Vargas e Silva (9C), Titular, CPF nº 756.460.640-15, Arquiteto, Casado, Brasileiro, residente na Avenida da Cavalhada, 4760/339, Bloco A10, Cavalhada, Porto Alegre/RS, CEP 91740-000; Fábio Junges Subtil (7E), CPF nº 479.860.930-72, Funcionário Público, União Estável, Brasileiro, residente na Rua General Jonathas Borges Fortes, 219, Glória, Porto Alegre/RS, CEP 91710-020; Francisco de Paula Bastos (1H), CPF nº 756.457.930-72, Empresário, Casado, Brasileiro, residente na R. Xavier da Cunha, 999/824, Nonoai, Porto Alegre/RS, CEP 90830-430; Sérgio Schardong Filho (6A), CPF nº 400.688.970-49, Casado, Brasileiro, residente na Av. Padre Cacique, 1840/206, Praia de Belas, Porto Alegre/RS, CEP 90810-240. A Presidente comunicou que não foi obtido o quórum mínimo necessário de 2/3 (dois terços) do total de Conselheiros, com mandato vigente, para aprovação da alteração do Estatuto Social, permanecendo inalterado o Capítulo IV – Art. 7º do Estatuto Social vigente. Na sequência, a Presidente, às 21h35min, propôs aos membros do Conselho que as pautas Orçamento e Fluxo de Caixa realizado até julho de 2018 e Eleição da Comissão Eleitoral – mandato 2018-2019, que necessitam ser apreciadas nesta assembleia, sejam antecipadas e que as pautas Planejamento Estratégico, item 4º Workshop - Atualização Projeto João 2023, e Assuntos Gerais, itens Nutrição e Auditoria, sejam apresentadas na próxima reunião do Conselho Deliberante, em função de que a discussão sobre a proposta de alteração do Estatuto Social ocupou o tempo maior que o previsto da pauta. A proposta foi aceita pela unanimidade dos presentes e implementada imediatamente. Na pauta **Orçamento e Fluxo de Caixa realizado até julho de 2018**, a Gerente Administrativo-Financeira informou que a planilha analítica orçamentária fica à disposição dos Conselheiros para consulta ao longo da reunião e, posteriormente, na Gerência Administrativo-Financeira, mediante agendamento. Comentou que o Orçamento e o Fluxo de Caixa realizados são apresentados ao Conselho Deliberante de 2 em 2 meses. Premissas Orçamentárias para 2018: apresentou o quadro comparativo do reajuste das mensalidades dos anos de 2015 a 2018 e salientou que o reajuste total em 2018 foi de 4,0% para todas as etapas e que não houve a cobrança do percentual de 2% de ajuste do Fundo de Sustentabilidade sobre a mensalidade em 2018. Os indicadores econômicos, relativos a março-fevereiro, foram INPC 1,81%, IGP-M -0,42% e IPCA 2,84%. O percentual do Acordo Coletivo para 2018, foi projetado em novembro/2017 em 4%, em março/2018 em 3,5% e realizado em julho em 2,5%. O acordo coletivo em 2018 foi igual a 1,81% de INPC mais 0,69% de ganho real. Salientou que no realizado em agosto 2018 o número de alunos teve um acréscimo, ficando com 1.075 (+5), o número de bolsistas 100% se manteve o mesmo com 158 alunos e teve uma redução no número de bolsistas 50% ficando 2 (-1) e o número de alunos pagantes aumentou ficando com 915 (+6). Na Campanha de antecipação foram realizadas 46 antecipações. No Joãozinho Legal, nas 4 modalidades, o reajuste foi de 4% e o realizado foi de 59 alunos em abril. A inadimplência de 4% linear em 2018. Apresentou o resumo dos investimentos em equipamentos, estrutura e mobiliário, no total de R$ 272.061,19 e salientou que restam dessa verba em torno de R$ 80.000,00 em investimentos que ainda não realizados. No Fluxo de Caixa 2018 fez um quadro comparativo do realizado de julho com o de março de 2018, salientou que o saldo inicial permanece igual em R$ 1.143.100,00, sinalizou no total de entradas uma redução de R$ 2.597,00, no total de despesas teve uma economia de R$ 101.219,00, em março para R$ 89.333,00 no realizado de julho de 2018, já com a diferença da homologação do dissídio de 3,5% para 2,5%. Apresentou o quadro com o saldo de caixa realizado em 31/07/2018 no valor de R$ 1.466.184,00 e o valor do Orçado de agosto até dezembro de 2018 no valor de R$ 89.332,00. Apresentou o resumo dos valores que a Fundação possui além do saldo do Fluxo de Caixa em 31/07/2018 de R$ 1.466.183,57, acrescido da provisão do Sistema “S” de R$ 18.369,97, do fundo de sustentabilidade 2015/2016/2017/2018 de R$ 2.137.336,17, do fundo de investimentos 2016/2017/2018 de R$ 144.387,72, do fundo de investimentos 2019 de R$ 25.308,00, do crédito do seguro de incêndio (parte) de R$ 35.031,76, totalizando o saldo final de R$ 3.826.617,19. Dando seguimento, no Orçamento 2018, apresentou o realizado até julho mais orçado até dezembro de 2018 com o total da receita de R$ 16.488.540,00, menos o total das despesas de R$ 16.299.794,00, sem o saldo inicial (diferente do apresentado no Fluxo de Caixa que inclui o saldo inicial), ficando o resultado operacional de R$ 188.746,00. O total das receitas não operacionais no valor de R$ 257.447,00, o total dos investimentos no valor de R$ 446.286,00 e o total da provisão do fundo de sustentabilidade no valor de R$ 881.781,00 fecharam um resultado final de R$ -1.053.768,00. Por fim, apresentou o quadro geral com as rubricas abertas do realizado até julho mais orçado até dezembro de 2018. Na pauta **Eleição da Comissão Eleitoral – mandato 2018-2019**, a Presidente apresentou a atual composição da Comissão Eleitoral e, logo após, chamou a Conselheira Sra. Maria Luiza Pont, Coordenadora, que explanou sobre o papel dos Conselheiros e sobre as atividades pertinentes à Comissão. A Comissão Eleitoral foi composta voluntariamente pelo(a)s seguintes Conselheiro(a)s: como Titulares, Sra. Maria Luiza Pont (8E) - Coordenadora, Sra. Mirian Fontoura Moreira (2B) - Secretária, Sr. Amarildo Maciel Martins (4B) - Membro Efetivo e como Suplentes, Sra. Cristiane de Paula Vieira (6C), Sra. Lúcia Viana Xavier (NH) e Tatiana Toniolo Baggio (1D). A Presidente submeteu os nomes à apreciação da assembleia, que os aprovou por aclamação. A Presidente declarou, formalmente, empossados os novos integrantes da Comissão Eleitoral para Gestão de agosto de 2018 a agosto de 2019. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

**ATA Nº 522/2018 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os 33 (trinta e três) membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da C. Eifler Silva - Presidente, Sr. José Alencar Lummertz - Vice-Presidente, Profa. Anelori Lange – Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação e as integrantes do Comitê de Governança Sra. Adriana Goytacaz – Coordenadora de Recursos Humanos, Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo – mãe e Profa. Ianne Ely Godoy Vieira – Coordenadora Pedagógica da Etapa de 1º ao 5º ano EF. Foi apresentado o ponto de pauta única: **PROJETO JOÃO 2023 - Proposta de alteração do Estatuto Social e do Regimento Interno.** **DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** A Presidente e Coordenadora do Comitê de Governança apresentou as demais integrantes do grupo presentes: Adriana Goytacaz – Coordenadora de Recursos Humanos, Candice Orlandin Premaor Gullo – mãe, Ianne Ely Godoy Vieira – Coordenadora Pedagógica da Etapa de 1º ao 5º ano EF e Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. A seguir, informou que esta Reunião Extraordinária foi convocada especificamente para dar continuidade à discussão das propostas de alterações do Estatuto Social e do Regimento Interno da Fundação Educacional João XXIII. Entretanto, informou que o Comitê de Governança fez reunião com a Diretoria da Fundação, na sexta-feira, dia 14, e está trazendo ao Conselho a proposta para que seja feita exclusivamente a discussão do Estatuto Social, por que a ideia é que, antes de iniciar a votação do Regimento Interno, se faça uma “experiência piloto prévia” do NFAPIT, bem como que o Comitê de Fidelização possa apresentar a proposta de Ouvidoria, que deverá ser discutida e aprovada no Conselho. Então, neste momento, será feita somente a votação de parte do Estatuto Social e, posteriormente, o Regimento Interno será apresentado ao Conselho já com base no plano de trabalho e na experiência piloto prévia do NFAPIT e no plano de trabalho da Ouvidoria. Antes de passar para apresentação, a Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo fez um breve esclarecimento sobre o trabalho realizado pelo Comitê de Governança, relatando as etapas da construção das propostas de alterações, tanto do Estatuto Social como do Regimento Interno. Salientou que o Comitê de Governança deverá dar continuidade à apresentação, de onde parou na reunião passada do Conselho. Informou que na última assembleia não foi dado seguimento a proposta de reestruturação da Fundação, da criação dos Núcleos Estratégicos, que compreendem o NFAPIT, NAF e a Ouvidoria. O Comitê de Governança recebeu a responsabilidade, dentro do Projeto João 2023, de organizar a Governança do Colégio João XXIII. Foram feitas reuniões com vários segmentos da comunidade escolar: Conselheiros, Diretoria da Fundação, Direção Geral do Colégio, Pais, Alunos, CTAP, profissionais das áreas Pedagógica e Administrativa e Workshop para levantamento das demandas. O Comitê, a partir desse estudo, concluiu e desenvolveu nas reuniões com a Diretoria Executiva que a demanda por uma reestruturação existe. Salientou que a Diretoria da Fundação trouxe ao Comitê a preocupação com os gastos de pessoal. As atribuições do Comitê de Governança são de levantar demandas, estudar novas possibilidades de recursos e propor a implementação de alteração da estrutura organizacional. A proposta do Comitê de Governança é montar uma Comissão temporária, por 3 meses, para acompanhar a formatação do NFAPIT, formada por 2 Conselheiros com expertise na área da Educação, por 2 integrantes da área Pedagógica (CTAP), a Diretora Geral, a Presidente e a Diretora Financeira. Aberta a discussão, o Conselheiro Francisco Freitas apresentou sua concordância em fazer um projeto piloto, tanto para o NFAPIT como para a Ouvidoria, por um tempo determinado, porém sem ser incluído no Estatuto Social para não engessar. O Conselheiro Sandro da Silva salientou que é a favor da colocação dos Núcleos Estratégicos e da Ouvidoria no Estatuto Social. A Candice Orlandin Premaor Gullo informou que não é possível transformar a Fundação em Núcleos sem alterar o Estatuto Social. O Conselheiro Francis Campos Bordas questionou o quórum necessário para aprovação do Regimento Interno posteriormente. Sugere que o Conselho Deliberante possa criar e alterar núcleos e assegurar essa flexibilidade no Regimento Interno. A Presidente informou que o quórum é o mesmo da aprovação do Estatuto Social. O Conselheiro Regis Alberto Weber disse que a Ouvidoria deve ser implementada de forma gradual, mas que não deveria constar no Estatuto Social. A Conselheira Joice Pavek Figueiró, que é integrante do Comitê de Fidelização, informou que a demanda da Ouvidoria surgiu em mais de um comitê temático. O objetivo da Ouvidoria é melhorar a Comunicação oficial interna, com estrutura institucional que faça os encaminhamentos necessários e dê retorno. Ainda não foi definida a estrutura, apenas que é uma instância independente. Em setembro/2018 será realizado o Debate para discutir como se dará a Ouvidoria, qual o fluxo do processo e como será a estrutura. Pode ser uma pessoa da instituição, mas terá que ser especializado. A Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo salientou que a Ouvidoria deverá estar no Estatuto Social, porém sua estrutura e seu funcionamento deverão estar detalhados no Regimento Social. Comentou, ainda, que no Capitulo VIII – das Disposições Transitórias consta que a proposta de implantação e a proposta de alteração do Regimento serão apreciadas e votadas pelo Conselho na reunião de Ratificação do Orçamento 2019, em abril, e deverá ter o quórum mínimo qualificado para aprovação. Salientou que até lá o Estatuto Social poderá voltar à discussão neste Conselho. O Comitê de Governança continuará no movimento de elaboração do estudo das alterações e das adequações que estarão sendo demandadas do Regimento Interno, em conjunto com a Diretoria Executiva, pois ela que elaborará o Orçamento 2019. O Conselheiro Fábio Subtil parabenizou a postura da Presidente dando oportunidade de fala a todos interessados em se manifestar sobre o assunto, inclusive mais de uma vez os Conselheiros expuseram suas opiniões. Entretanto, salientou que está um pouco desconfortável com essa retomada da discussão, pois achou que esse ponto, de incluir ou não os Núcleos Estratégicos e a Ouvidoria no Estatuto Social, já estivesse sido esgotado à na reunião passada. Questionou se o que está no Estatuto Social é obrigatório implementar. Salientou que o Conselho Deliberante é soberano sobre o Estatuto, pois se na próxima assembleia, mesmo sem o quórum qualificado mínimo, poderia ser aprovada a criação da Ouvidoria e não haveria necessidade de mudar o Estatuto Social. A Presidente ratificou a fala inicial da Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo esclarecendo que houve uma votação majoritária a favor da alteração, na reunião Ordinária Nº 521, de 28/08/2018, sendo que dos 26 Conselheiros presentes, 22 foram a favor da inclusão da alteração da redação do texto do Capítulo IV – Art. 7º transformando o Núcleo Administrativo-Financeiro (NAF) e Núcleo de Formação, Atualização, Pesquisa, Inovação e Tecnologia (NFAPIT) para Núcleos Estratégicos e criando e a Ouvidoria e considerando que nesta reunião haveria o quórum qualificado para o assunto ser trazido novamente para pauta. A Profa. Ianne Ely Godoy Vieira esclareceu que esse comitê tem uma grande responsabilidade perante o Colégio, porque a área Pedagógica postula que alguns temas fiquem mais claros na Fundação e que tenham continuidade. A Conselheira Caroline Soares de Abreu salientou que não entende a resistência para a aprovação das alterações do Estatuto Social, pois todos sabem que qualquer decisão que envolva recursos financeiros/orçamento deverá passar pela autorização prévia do Conselho Deliberante. A Presidente ratificou que toda e qualquer atividade que tenha repercussão orçamentária e financeira obrigatoriamente passa pela aprovação do Orçamento neste Conselho. O Vice-Presidente esclareceu que acompanha mais de perto a área Financeira e Orçamentária da Fundação e destacou os cuidados com ações e projetos que tenham impacto orçamentário. Falou sobre a preocupação com a perda de quase 35 alunos no Orçamento, em relação ao ano anterior, que gerou um impacto na receita em torno de R$ 750.000,00. Salientou, também, a preocupação com o impacto do aumento da folha de pagamento, que vem crescendo anualmente, na estrutura orçamentária do Colégio. Salientou que o Conselho deve ser bem consciente nas decisões e a ideia, nesse caso, é de fazer um plano de negócios para estudar a viabilidade da proposta de mudança na estrutura organizacional da Fundação. O Conselheiro Francis Campos Bordas comentou que entende que essa é uma proposta coesa entre o Comitê de Governança e a Diretoria Executiva da Fundação e que o Conselho deve apoiar as demandas dessa equipe que trabalha o dia-a-dia da Escola e que está sinalizando essa necessidade. Acredita que o Conselho tem que tentar viabilizar, de forma responsável, a aprovação do Estatuto Social e, posteriormente, apreciar e aprovar o Regimento Interno, em abril de 2019, que terá o detalhamento dessa mudança. Salientou que é favorável à aprovação da alteração do Estatuto Social. O Conselheiro Fabiano de Vargas e Silva salientou que não está confortável em votar a inclusão dos Núcleos Estratégicos na alteração do Estatuto Social, em função da possibilidade da inviabilidade financeira a ser demonstrada no projeto piloto. A Sra Candice Orlandin Premaor Gullo esclareceu que o que estiver aprovado no Estatuto Social não incide na implementação imediata, que esta decorre de um cronograma de implantação, e que todas as alterações, inclusive, são reguladas e fiscalizadas pelo Ministério Público. A Conselheira Cristiane de Paula Vieira questionou a necessidade de vincular a proposta ao orçamento, inclusive porque as despesas deverão ser autorizadas previamente pelo conselho. A Presidente esclareceu que os Núcleos Estratégicos estão vinculados à estrutura organizacional, que poderão ou não gerar novas despesas e que sua organização deverá estar prevista no Regimento Interno. A Conselheira contribuiu na explicação da Presidente. O Conselheiro Regis Alberto Weber sugeriu que a votação iniciasse nos artigos do Estatuto Social posteriores ao Art. 7º. Sugeridos outros encaminhamentos, o plenário decidiu passar à votação, conforme a sequência dos artigos. A Presidente constatou a existência de quórum mínimo exigido de 2/3 (dois terços) do total de Conselheiros em exercício para votação, conforme previsto no Capítulo IV, Seção I, Artigo 14, inciso III do Estatuto Social vigente, para aprovação de alteração estatutária. Informou que o quadro atual do Conselho Deliberante possui 38 (trinta e oito) Conselheiros com mandato vigente e salientou que estão presentes na reunião 32 (trinta e dois) Conselheiros, que desses 2 (dois) Conselheiros Suplentes não terão direito a voto - Viviane Figueiredo Carceres, Suplente; CPF nº 926.941.950-91; Psicóloga; União Estável: Brasileiro; residente na Rua Wilson A. F. Paiva Bueno, 41/519 bloco E, Cavalhada, Porto Alegre/RS, CEP 90830-244 e Joice Pavek Figueiró, Suplente, CPF nº 45486565020, Servidor Público, União Estável, Brasileira, residente na Av. Ganzo, 105/402, Bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS, CEP 90150-071, pois estão acompanhando seus Titulares, e que 1 (um) Conselheiro Titular se retirou antes da votação - Amarildo Maciel Martins, Titular; CPF nº 771.574.000-49; Advogado; Casado: Brasileiro; residente na Av. da Cavalhada, 4551/casa 05, Cavalhada, Porto Alegre/RS, CEP 91740-001restando 29 Conselheiros aptos para votação. O plenário optou pela votação sequencial, a partir do Art. 7º. Foi colocada em votação a inclusão de Núcleos Estratégicos e Ouvidoria no Art. 7º do Estatuto. Feita a votação nominal, conforme lista de presenças assinada em anexo, 5 (cinco) conselheiros Fabiano de Vargas e Silva, Suplente, CPF nº 75646064015, Arquiteto, Casado, Brasileiro, residente na Rua Landel de Moura, 1803, Bairro Tristeza, Porto Alegre/RS, CEP 91920-150; Fabio Junges Subtil, Suplente, CPF nº 47986093072, Func. Público, União Estável, Brasileiro, residente na Rua Gal Jonathas Borges Fortes, 219, Bairro Glória, Porto Alegre/RS, CEP 91710-020; Francisco de Paula Bastos de Freitas, Titular, CPF nº 75645793072, Empresário, Casado, Brasileiro, residente na Rua Xavier da Cunha, 999/823, Bairro Nonoai, Porto Alegre/RS, CEP 90830-430; Renata Castilhos Severini, Titular; CPF nº 671.397.600-04; Empresaria; Solteira: Brasileira; residente na Rua Gen. Gomes Carneiro, 416, Medianeira, Porto Alegre/RS, CEP 90870-310; e Sergio Schardong Filho, Titular, CPF nº 40068897049, Engenheiro, Casado, Brasileiro, residente na Av. Padre Cacique, 1840/206, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, CEP 90810-240, votaram contra a alteração e a conselheira Adriana Gomes, Suplente, CPF nº 51430304049, Publicitaria, Solteira, Barsileira, residente na Rua Helena Petenuzzi Santiago, 52, Bairro Teresópolis, Porto Alegre/RS, CEP 90840-260, se absteve, de forma que a proposta de alteração recebeu 23 votos favoráveis, não alcançando o quórum de 25 votos, necessários para aprovar alteração do Art. 7º do Estatuto Social. Na sequência, foi submetida à votação a inclusão do parágrafo único no mesmo artigo: “**Parágrafo Único - A Fundação, além dos órgãos que se refere este artigo, terá na sua estrutura interna outros órgãos fixados no Regimento Interno, que desempenharão as demais funções de caráter técnico-administrativo.“,** que foi aprovado por unanimidade dos presentes, com 28 votos, uma vez que a conselheira Lígia Beatriz Echenique Becker, Suplente, CPF nº 63080168020, Psicóloga, Casada, residente na Rua Coroados, 750, Bairro Vila Assunção, Porto Alegre/RS, CEP 91900-580 se retirou após a primeira votação. Posteriormente, foram aprovados, por unanimidade, as alterações no Art. 8º, alínea “c”, substituindo “Instituto” por “Colégio”; no Art. 9º, § 2º, substituindo “segundo grau” por “ensino médio”; no Art. 10, alínea “b”, substituindo “Instituto Educacional” por “Colégio”; artigo 11, § 2º, substituindo “Instituto” por “Colégio”; no Art. 12, incluído o parágrafo 3º “**§ 3º - O Presidente e o Vice-Presidente somente poderão ser reeleitos, para o mesmo cargo, para um único período subsequente.“**; no Art. 14, inciso II, substituindo “Instituto Educacional” por “Colégio”. Com a chegada na reunião da Conselheira Vanessa Felizardo Rodrigues, Suplente; CPF nº 989.873.300-44; Educador Social; Solteira; residente na Rua Dormênio, 250/apto. 03, Santa Tereza, Porto Alegre/RS, CEP 90840-100, sem a Titular presente, o quórum passou a 29 votantes. Seguiu a votação do Art. 16, na alínea “c”, substituindo “Diretor Administrativo e Financeiro” por “Diretor Financeiro”; na alínea “d” substituindo “Diretor de Obras e Patrimônio” por “Diretor de Infraestrutura e Patrimônio”, todas substituições aprovadas por unanimidade. Submetido à votação o artigo 17 em seu parágrafo único, passou a contar com a seguinte redação: “**Parágrafo Único: A Direção Geral do Colégio João XXIII e o Coordenador responsável pelas atividades Administrativas e Financeiras deverão ser convocados a todas as reuniões da Diretoria Executiva da Fundação em relação à qual tem função consultiva, cabendo-lhe ainda por obrigação a defesa dos interesses das áreas técnica e administrativa.”** Aprovado por unanimidade. Também por unanimidade, os seguintes artigos foram aprovados, contando com a redação que segue: **Art. 18 - Compete à Diretoria Executiva: I - Exercer de forma ampla, a Administração da Fundação de modo a tornar efetivo os fins que a mesma busca; II -Executar as decisões do Conselho Deliberante e fazer com que suas recomendações sejam observadas; III -Propor ao Conselho Deliberante medidas e sugestões próprias, assim como as elaboradas pelas Comissões, que entender úteis ao desenvolvimento da Fundação e ao melhor cumprimento de seus propósitos.; IV- Colaborar com o Conselho Deliberante no desempenho de suas competências, podendo, para isso, tomar iniciativa de formular lhe proposições; V -Prestar informações e esclarecimentos que forem pedidos pelo Conselho Deliberante; VI - Participar das reuniões do Conselho Deliberante, debatendo os assuntos em pauta ou acrescentando outros de interesse administrativo ou normativo, mas sem direito a voto, no caso de o Diretor não ser Conselheiro; VII - Encaminhar ao Conselho até a reunião ordinária de novembro a proposta orçamentária da Fundação para o ano seguinte e até a reunião ordinária de abril a ratificação do orçamento do ano em curso. VIII -Encaminhar ao Conselho, anualmente~~,~~ para apreciação na reunião ordinária de março, o Balanço Geral e demais Demonstrativos Contábeis concernentes ao exercício anterior, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal. IX - Propor ao Conselho Deliberante, após ouvida a Direção do Colégio João XXIII a Política de Recursos Humanos. X - Cumprir e fazer cumprir o Orçamento Operacional e o Plano de Investimentos aprovados pelo Conselho Deliberante. XI -Firmar convênios, acordos e contratos, de qualquer natureza, obtendo prévia aprovação do Conselho Deliberante nas hipóteses em que os objetos desses instrumentos impliquem gravame sobre o patrimônio da Escola, ou não sejam afins aos objetivos da Fundação, ou, ainda, criem obrigação, cujo valor total, para a Fundação, ultrapasse o valor de sete por cento do faturamento mensal com as mensalidades escolares. XII - Celebrar negócios jurídicos relativos à alienação ou instituição de ônus real sobre bens imóveis da Fundação, devendo, para tanto, obter prévias autorizações do Conselho Deliberante e, posteriormente, do Ministério Público. XIII -Fazer investimentos com o intuito de renda, transigir, contrair obrigações, locar e emprestar bens, se estas operações forem convenientes aos fins da Fundação e ao Colégio João XXIII, dando, de tudo, ciência ao Conselho Deliberante. XIV - Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, desde que com a aprovação do Conselho Deliberante. XV -Ter conhecimento do Projeto Político Pedagógico do Colégio João XXIII garantindo meios para o seu desenvolvimento e efetivação. XVI - Garantir processos de participação da comunidade escolar nas propostas de alterações de funcionamento e/ou estrutura da Fundação. ”; “** **Art. 19 - A movimentação de contas bancárias, descontos, empréstimos, endossos, emissão de cheques ou qualquer tipo de saque, será feita sempre com a assinatura em conjunto do Presidente e do Diretor Financeiro, admitida a delegação de competência. § 1º - A Diretoria Executiva poderá nomear o Coordenador responsável pelas atividades Administrativas e Financeiras com os mesmos poderes desta para, sempre em conjunto com um dos seus membros, realizar as movimentações bancárias inerentes a administração da Fundação. § 2º - A procuração validade máxima de 1 (um) ano. ”; “Art. 21 – A Fundação pode constituir Comissões de acordo com as necessidades, desde que atendam os fins e objetivos da instituição, a partir da manifestação do Conselho Deliberante, com prazo de funcionamento fixado em seus respectivos regulamentos, no momento de sua criação.”;”Art. 22 - As Comissões são constituídas por pais ou responsáveis de estudantes, podendo incluir profissionais da Fundação e do Colégio João XXIII, bem como estudantes. Parágrafo único – A inclusão de estudantes nas comissões fica vinculada à orientação da equipe pedagógica.”** e inclusão no Art. 26do inciso **“IV - Examinar o Orçamento anual da Fundação e suas premissas orçamentárias manifestando o seu parecer previamente à apresentação ao Conselho Deliberante.”; “Art. 27 - A prestação de contas anual da Fundação deverá ser submetida ao exame do Ministério Público no prazo legal.”; “ Art. 29 Os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberante não serão remunerados e nem tampouco gerarão quaisquer direitos com a Fundação.;” “ Art. 33 – A Fundação articula-se com a Direção do Colégio João XXIII através de sua Diretoria Executiva”**. Finalmente, foi aprovada por 28 votos a favor e uma abstenção da Conselheira Janaina Tólio, Titular; CPF nº 955.852.300-34; Advogada; Solteira: Brasileira; residente na Rua Gonçalves Dias, 615/602, Menino Deus, Porto Alegre/RS, CEP 90130-061, a inclusão do **“Capítulo Oitavo - Das disposições transitórias** com a seguinte redação no ”**Art. 36 – A Diretoria Executiva e o Comitê de Governança do Projeto João 2023 deverão apresentar ao Conselho Deliberante a proposta de regimento interno, elaborada pelo Comitê de Governança, e a proposta do cronograma de implantação, elaborada pela Diretoria Executiva, até a reunião de ratificação do Orçamento para o próximo exercício, em abril de 2019.”.** Encerrada a votação, seguiram considerações. A Presidente deu por encerrada essa fase de votações, esclarecendo que será iniciado o novo processo de revisão estatutária tratando do Conselho Deliberante e do processo de escolha da Direção do Colégio e convidando os conselheiros para participarem das reuniões do Comitê de Governança. A Sra. Candice Orlandin Premaor Gullo encaminhou a consulta aos conselheiros acerca da autorização para dar continuidade no processo de revisão, uma vez que não havia sido acolhida a proposta de inclusão dos Núcleos Estratégicos e da Ouvidoria. Os conselheiros passaram a manifestar-se a favor da continuidade. A Presidente resumiu as opiniões, no sentido de que o Conselho referendava o trabalho do comitê, sendo o trabalho homologado por todos presentes, mesmo os Conselheiros com votos contrários à inclusão no Art. 7º do Estatuto Social manifestaram seu entendimento de oposição por se tratar de matéria alheia ao Estatuto, mas pertinente ao Regimento Interno. Por sugestão do Conselheiro Francis Campos Bordas, foi reapresentado o Organograma da Fundação Educacional João XXIII resultante do trabalho do Comitê de Governança e submetido à consulta no Conselho. Todos os presentes aprovaram o Organograma, com exceção do Conselheiro Sergio Schardong Filho que votou contrariamente, registrando que esse voto decorre do seu entendimento de que o formato radial não representa adequadamente uma estrutura organizacional. Dando por encerrada a reunião, a Presidente lembrou que a reunião Ordinária do Conselho será realizada no dia 25 de setembro de 2018, às 19h30min.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

**ATA Nº 523/2018 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os 33 (trinta e três) membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da C. Eifler Silva - Presidente, Sr. José Alencar Lummertz - Vice-Presidente, Profa. Anelori Lange – Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira, Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação e as integrantes do Comitê de Inovação: Profa. Mirian Zambonato – Supervisora Pedagógica e Coordenadora Pedagógica do 9º ano EF ao Ensino Médio, Profa. Rosa Maria Limongi Ely – Coordenadora Pedagógica do 6º ao 8º ano EF, Profa. Ianne Ely Godoy Vieira – Coordenadora Pedagógica do 1º ao 5º ano EF e Profa. Maria Aparecida Maia Hilzendeger – Professora do 9º ano EF ao Ensino Médio. Foram apresentados os pontos da pauta: **Leitura e aprovação das Atas da Reunião Ordinária Nº 521/18 de 28/08/2018 e da Reunião Extraordinária 522/18 de 18/09/2018; Projeto João 2023; Pedagógico - Calendário Geral 2019 e Assuntos Gerais. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** na pauta **Leitura e aprovação das Atas da Reunião Ordinária Nº 521/18 de 28/08/2018 e da Reunião Extraordinária 522/18 de 18/09/2018**, a Presidente informou que a Ata da Reunião Ordinária Nº 521/18, de 28/08/2018, foi encaminhada por e-mail, nesta manhã, para apreciação prévia dos Conselheiros. Em função do prazo, fez a leitura da ata, na íntegra, e após submeteu à apreciação da assembleia. Os Conselheiros aprovaram a Ata Reunião Ordinária nº 521/2018 por unanimidade. A Presidente informou que a Ata da Reunião Extraordinária nº 522/18, de 18/09/2018, exige algumas formalidades na sua elaboração, estabelecidas pelo Ministério Público, e que em função disso não ficou pronta em tempo hábil, devendo ser encaminhada à apreciação e à aprovação na próxima reunião ordinária do Conselho. Na pauta **Projeto João 2023**, com relação ao **4º Workshop do Projeto João 2023**, ocorrido no sábado, dia 25 de agosto de 2018, a Presidente e Líder do Projeto fez um breve relato sobre o evento que durou 10h e contou com a presença de 37 participantes, entre integrantes dos 11 comitês temáticos e convidados. Destacou que além do status do Projeto João 2023 apresentado pelo Consultor Ricardo Karsten, foram revisadas e atualizadas, para o próximo ano, as definições estratégicas estabelecidas em maio de 2017. Apresentou o quadro geral dos Comitês, em andamento, com os nomes dos Coordenadores, os e-mails de contato e as áreas temáticas abrangidas: Infraestrutura, Qualidade, Inovação, Socioambiental, Satisfação/Qualificação, Filantropia, Governança, Comunicação, Fidelização, Captação e de Custos. Os Comitê apresentaram as atividades realizadas até o momento e as projetadas para próximo ano, com o objetivo de alinhar as ações, fazer o intercâmbio de ideias, formar parcerias e otimizar as demandas entre as áreas. Informou que os Comitês estão abertos à participação dos interessados e que a agenda das reuniões é divulgada semanalmente pelo Foca João e nos murais da portaria e do estacionamento dos profissionais. Salientou que os interessados em participar das discussões serão bem-vindos. Com relação ao **Comitê de Inovação**, a Diretora Geral comentou o trabalho desenvolvido pelo Comitê, a partir de junho de 2017, destacando que foram realizadas 30 reuniões do grupo, entre 22/6/2017 a 25/09/2018; foram 12 encontros com a Coordenação Pedagógica para análise, sistematização e articulação das prioridades e ações de melhorias para cada eixo de inovação, entre junho/2017 a agosto/2018; e foram realizadas participações nas reuniões pedagógicas, entre 2017 e 2018, para análise dos indicadores, escolha de prioridades e socialização com todo o corpo docente. Após, a Profa. Mirian Zambonato, Supervisora Pedagógica, Coordenadora Pedagógica do 9º ano Ensino Fundamental ao Ensino Médio e Coordenadora do Comitê de Inovação apresentou as demais integrantes: Anelori Lange – Diretora Geral; Ana Paula Nunes Stoll – Professora da Educação Infantil; Ianne Ely Godoy Vieira – Coordenadora Pedagógica do 1º ao 5º ano Ensino Fundamental; Cristiane Dias e Jaqueline Moll – Conselheiras; Márcia Elisa Valiati – Coordenadora Pedagógica Educação Infantil; Maria Aparecida Maia Hilzendeger – Professora do 9º ano Ensino Fundamental ao Ensino Médio; Paolo Franciozi Pinto – Professor do 1º ao 5º ano Ensino Fundamental e Ensino Médio; Raquel Leão Luz – Professora do 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental e Rosa Maria Limongi Ely – Coordenadora Pedagógica do 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental. Salientou que o Comitê recebeu o desafio de pensar um processo inovador para o Colégio João XXIII e ao longo dos encontros realizados o grupo definiu o significado da inovação para o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do João XXIII, que já é um projeto consistente e de vanguarda. Após, foi elaborado o conceito de Inovação na percepção do João XXIII como sendo um processo transformador, de caráter valorativo e disruptivo. Incentiva o protagonismo, a criação, a experiência, a construção coletiva, com foco nas múltiplas dimensões dos saberes e na integralidade do sujeito. Foi apresentado o infográfico da Inovação e Qualidade, com os eixos norteadores de trabalho, que são: Currículo Multidimensional; Protagonismo/Participação/Comunicação; Desenvolvimento Profissional; Pedagogia Ativa; Cultura Curricular Ético-Estética; Tempos de Aprendizagem; Espaços Reais e Virtuais de Aprendizagem e Identidade Coletiva. Foram apresentadas e comentadas as tabelas de cada eixo, pelas integrantes do comitê, detalhando as prioridades e as notas atribuídas a elas; os segmentos pedagógicos e administrativos envolvidos no acompanhamento dos processos; os outros comitês temáticos envolvidos; as ações de melhorias estabelecidas para cada uma das ações e o cronograma proposto de trabalho. A Conselheira Eunice Kindel elogiou o trabalho desenvolvido pela área pedagógica, salientando que os conteúdos curriculares e as propostas pedagógicas do João XXIII estão bem à frente do proposto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na sequência, a Coordenadora do Comitê comentou que o grupo está fazendo um trabalho paralelo com relação aos espaços do Colégio, prédios novos, ginásio coberto, reformas de salas e ambientes de convivência, mobiliários, novas tecnologias, climatização das salas, entre outros. A Diretora Geral destacou que o Comitê sinaliza com esse Projeto de Inovação o que o Colégio quer enquanto projeto pedagógico e para onde deseja ir até 2023. A Coordenadora do Comitê salientou que teriam muitos outros itens para incluir no projeto, porém neste momento, o grupo necessitou priorizar alguns eixos. A Profa. Maria Aparecida Maia Hilzendeger comentou o status dos Eixos de Inovação, esclarecendo que a nota atribuída a cada eixo norteador de inovação resultou da média obtida entre as notas dadas às prioridades estabelecidas dentro do eixo, numa escala de 0 a 5, a partir da pesquisa realizada com todos os professores do João XXIII. A média entre os 7 eixos avaliados (Protagonismo/Participação/Comunicação; Desenvolvimento Profissional; Pedagogia Ativa; Cultura Curricular Ético-Estética; Tempos de Aprendizagem; Espaços Reais e Virtuais de Aprendizagem e Identidade Coletiva) foi de 2,9 em 2018. Por fim, apresentou o quadro com as metas anuais estimadas para média geral dos Eixos de Inovação, no período de 2018 a 2023, iniciando com a média 2,9, em abril de 2018, e com uma melhora anual progressiva chegando a média 4, em abril de 2023. A Conselheira Eunice Kindel comentou sobre o status dos 7 Eixos de Inovação pontuados, salientando que em um olhar panorâmico, com exceção do eixo de Espaços Reais e Virtuais de Aprendizagem, os demais não envolvem custos e sim a questão de formação, de reformação, de reestruturação e de reestudo do corpo docente. Por isso, embora não seja a pauta desta reunião, solicitou que fosse registrado em ata o seu incômodo, novamente, por não ter sido aprovada a inclusão do Núcleo de Formação, Atualização, Pesquisa, Inovação e Tecnologia (NFAPIT) na estrutura organizacional do Estatuto Social da Fundação Educacional João XXIII. Acrescentou que o núcleo de formação, que não envolve custos, daria conta desses 6 eixos, pois permite que os profissionais se reúnam, discutam, estudem e tragam novas oportunidades para o Colégio. Salientou que esse *know-how* poderia ser repassado para outros profissionais e até mesmo outras escolas. Parabenizou pela belíssima apresentação do Comitê, destacando que foi muito esclarecedora e que se tivesse sido realizada ao Conselho Deliberante antes da votação da proposta de inclusão do NFAPIT no Estatuto Social, talvez teria ficado evidenciado que o maior custo de investimento financeiro é no Eixo Espaços Reais e Virtuais de Aprendizagem, avaliado com a nota 1,4. Salientou que todos os outros eixos avançariam se tivesse sido aprovado no Estatuto Social. A Diretora Geral esclareceu que o NFAPIT vai acontecer, mesmo não tendo sido aprovado para inclusão no Estatuto Social, neste momento, ele será incluído no Regimento Interno. Por fim, informou que o Comitê está em processo de elaboração de instrumentos de escuta aos estudantes para registro das crianças da Educação Infantil (transcrição de falas, desenhos e outras formas de representação); para produção de textos e desenhos pelas crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental; instrumento digital para estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio; instrumento para os profissionais do João. Informou que o grupo está pensando, também, em um instrumento para os Conselheiros. A Conselheira Lúcia Vianna Xavier elogiou o trabalho realizado pelo Colégio, disse que ficou emocionada com o resultado desse Projeto de Inovação e parabenizou toda a equipe envolvida pela competência e pelo profissionalismo demonstrados. Comentou que como Conselheira teve a oportunidade de observar que alguns pontos que por vezes criticava, também, são identificados pela Escola e que tem grupos trabalhando de forma coesa para resolver essas situações e tocar o Colégio. A Conselheira Hanyk de Faria Melo Orsi complementou dizendo que está encantada com o trabalho realizado pela área Pedagógica, apesar de ser nova na escola e de conhecer apenas a etapa da Educação Infantil. Salientou que encontrou no João XXIII o que procurava para sua filha e o que a outra escola não oferecia. Desejou que este trabalho lindo continue sendo realizado. A Presidente comentou que quando iniciaram as discussões do Planejamento Estratégico para a formação dos comitês esse tema inovação foi emblemático. Na ocasião, foi lançado o desafio para o grupo pensar 6 propostas de inovações em que o João XXIII deveria estar à frente dos concorrentes. A partir dessa demanda, o Comitê iniciou o trabalho de repensar e propor ações inovadoras. Ratificou que o Comitê superou a expectativa com esse excelente Projeto de Inovação que deverá pautar as ações até o ano 2023. Parabenizou o Comitê, também, pelo trabalho iniciado em 2017 e que resultou na implementação da proposta inovadora de transformação das 3 salas de aula do ensino médio em estúdios, durante as férias de verão do 2018. Salientou que na próxima reunião do Conselho, possivelmente, o Diretor de Obras e Patrimônio apresentará para apreciação e aprovação a proposta de destinação do Fundo de Investimento, que deverá estar de acordo com essa lógica de melhorias propostas pelo Comitê no Projeto de Inovação. A Diretora Geral confirmou que o Comitê encaminhará o programa de necessidades ao Diretor de Obras e Patrimônio para inclusão das demandas na proposta de destinação da Verba de Investimento para 2019. Por fim, a Coordenadora do Comitê agradeceu o acolhimento e a receptividade do Conselho. Na sequência, a Presidente registrou que se solidarizou com a reclamação de inconformidade que a Conselheira Eunice Kindel trouxe em relação ao NFAPIT não ter sido incluído no Estatuto Social. Salientou que essa inconformidade, também, representou a maioria absoluta dos votos dos membros do Conselho, que foram a favor da alteração no Art. 7º da Estrutura Organizacional da Fundação, do Estatuto Social. Ratificou que a proposta de inclusão dos Núcleos Estratégicos, compostos pelo Núcleo Administrativo-Financeiro (NAF) e Núcleo de Formação, Atualização, Inovação e Tecnologia (NFAPIT), recebeu 22 votos a favor, na reunião Ordinária nº 521, de 28/08/2018 e 23 votos a favor, na reunião Extraordinária nº 522, de 18/09/2018, não obtendo o quórum mínimo necessário de dois terços para aprovação da referida alteração, conforme estipulado no Capítulo IV, Seção I, Artigo 14, inciso III do Estatuto Social vigente. Aproveitando esse gancho, relembrou que ficou pendente na reunião Extraordinária passada, a orientação para que o Comitê de Governança constitua uma comissão de trabalho para elaborar a proposta Piloto do NFAPIT. A comissão deverá ser composta por 2 integrantes da equipe técnica pedagógica, que compõem o Conselho Técnico de Apoio Pedagógico (CTAP), indicadas pela Direção Geral, e por 2 membros do Conselho Deliberante, que serão escolhidos nesta reunião. As conselheiras interessadas em participar da comissão foram Eunice Kindel e Mirian Fontoura Moreira. Foi indicado o nome da Conselheira Jaqueline Moll para compor a comissão, porém como não ela não estava presente a Presidente irá consultá-la sobre o interesse em participar do grupo. A Diretora Geral fez a indicação dos nomes das Técnicas Ianne Ely Godoy Vieira – Coordenadora Pedagógica do 1º ao 5º ano Ensino Fundamental e Márcia Elisa Valiati – Coordenadora Pedagógica Educação Infantil para compor a comissão. Também farão parte da comissão a Presidente e Coordenadora do Comitê de Governança, a Diretora Financeira e a Diretora Geral do Colégio e Coordenadora do Comitê de Qualidade do Ensino-Aprendizagem. Foi informado que o Comitê de Governança fará o agendamento da reunião e comunicará ao grupo. Na pauta **Calendário Geral Escolar 2019**, a Diretora Geral iniciou comentando que normalmente o calendário é apresentado em outubro, mas este ano foi antecipado para setembro, pois o acordo entre o Sindicato dos Professores (SINPRO) e Sindicato dos Trabalhadores em Administração Escolar no RS (SINTAE) foi firmado em julho. Esclareceu aos novos Conselheiros como é montado o calendário do Colégio pela equipe técnica pedagógica, visando atender às determinações legais vigentes e orçamentárias da Fundação. Informou que o calendário escolar para 2019 foi construído com 202 dias letivos, composto da seguinte forma: Ed. Infantil e Ens. Fundamental de 1º ao 5º ano – serão 197 dias letivos + 5 sábados; Ens. Fundamental de 6º ao 8º ano – serão 195 dias letivos + 7 sábados e do 9º ano EF a 2ª série EM – serão 193 dias letivos + 9 sábados. Apresentou detalhadamente as datas e atividades programadas mês a mês: dia 11/1 (Pagamento 1/3 de férias+mês de férias antecipado); de 14/01 a 12/02 (férias dos professores); de 2 a 31/01 (Joãozinho Legal – Projeto de Férias); dia 13/2 (Retorno dos professores); dias 13, 14 e 15/2 (Seminário dos professores); dia 18/2 (Início das aulas – 6º ano EF ao EM); dias 18 e 19/2 (Entrevista com pais – da Educ. Infantil e do 1º ano EF e trabalho na etapa do 2º ao 5º ano EF); dia 20/2 (Início das aulas – Ed. Infantil, do 1º ao 5º ano EF e do Joãozinho Legal); dias 4/3 – (Ponte “Sinepe” e 05/3 – Carnaval); dias 19/4 (Paixão de Cristo e 21/4 – Páscoa e Tiradentes); dia 1º/5 – (Dia do Trabalho); dia 8 ou 15/5 (Festa Junina - a definir); dias 20/6 (Corpus Christi) e 21/6 (Ponte “Sinepe”); dia 19/7 (Último dia de aula 1º semestre escolar); de 22 a 26/7 (Seminário Professores/JXXIII ou Congresso Sinepe); de 20 a 04/08 (Férias dos alunos); de 29 a 4/8 (Recesso dos Professores Convenção Coletiva “Sinpro/Sinepe”); dia 5 /8 (Início do 2º semestre escolar); dia 23/8 (Aniversário da Escola – 55 anos); dia 7/9 (Independência do Brasil); dia 20/9 (Revolução Farroupilha); dia 12/10 (Nossa Sra. Aparecida); dia 14/10 (Antecipação Dia do Professor); dia 2/11 (Finados); dia 15/11 (Proclamação da República); Último dia de aula: 6/12 (3ª série EM); 9/12 (9º ano a 2ª série EM); 11/12 (6º ao 8º ano EF e 16/12 - Infantil ao 5ºano EF); Entrega Avaliações: 9/12 (aprovados s/ PGR - 3ª série EM); 10/12 (aprovados s/PGR- 9º ano a 2ª série EM); dia 12/12 (aprovados s/PGR - 6º ao 8º ano EF); dias 17 e 18/12 (Infantil ao 5ºano); Avaliações Finais PGR: de 10 até 16/12 c/ sábado (3ª série EM); de 11 até 18/12 c/ sábado (9º ano a 2ª série EM) e de 14 até 18/12 c/ sábado (6º ao 8º ano); por fim, 18/12 (Formatura da 3ªsérie EM ) e 19/12 (Homenagem ao 9º ano EF). Informou que o calendário será divulgado disponibilizado no espaço dos Conselheiros para consulta. Na pauta **Assuntos Gerais**, com relação à **Nutrição**, a Vice-Diretora e Coordenadora do Comitê de Relacionamento Socioambiental comentou sobre a demanda levantada por um grupo de pais interessados em discutir o tema Nutrição na Escola e liderado pelo conselheiro Fabrício Marçal Pessôa. Esclareceu que no início de 2017 havia sido criado um Grupo de Trabalho (GT) da Nutrição, mas que, posteriormente, foi incorporado pelo Comitê de Relacionamento Socioambiental. Salientou que em contato com o referido Conselheiro, comentou que o tema Nutrição é trabalhado pelo Comitê e informou que os pais do grupo interessados em participar das reuniões quinzenais, às quartas-feiras, às 13h30min, na sala 201, serão bem-vindos. O Conselheiro não retomou o assunto. Esclareceu que a Nutricionista da Escola, Joseane Mâncio, é demandada pelo Comitê e sempre que necessário participa das discussões. Atualmente, informou que o Comitê está trabalhando no desenvolvimento da Política Socioambiental do Colégio João XXIII. Com relação à **Auditoria Externa Independente**, a Gerente Administrativo-Financeira comentou sobre a obrigatoriedade de a Fundação ser auditada por uma empresa de Auditoria Externa Independente anualmente. Em seguida, apresentou as atas de deliberações do Conselho Deliberante, em 2015, que recomendaram que as empresas de Auditoria Externa Independente fossem substituídas a cada 3 anos no máximo, a fim de fazer uma alternância saudável no processo. Relembrou que em julho de 2015, por recomendação do Conselho Fiscal foi realizada a contratação da Empresa de Auditoria Externa Independente JUENEMANN & ASSOCIADOS – AUDITORES E CONSULTORES, por até 3 anos, não renováveis. Salientou que a verba prevista no Orçamento 2018 é de R$ 20.000,00 para contratação desse serviço. Destacou que a escolha da empresa de Auditoria Externa Independente é de responsabilidade do Conselho Fiscal. A seguir, apresentou o quadro que serviu para a análise das propostas recebidas, bem como comentou sobre valores hora e total, nº de horas ano de trabalho, referências/experiências no mercado na área escolar. Foram 6 empresas contatadas: Audisa Auditores Associados; Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes; Juenemann & Associados Auditores e Consultores; Lauermann Schneider Auditores Associados; Rokembach Auditoria e Consultoria e Rosito & Filomena Auditores Independentes. A Conselheira Maria Luiza Pont, Conselheira Fiscal, comentou que após a discussão e a análise criteriosa das propostas das empresas de Auditoria Externa, o Conselho Fiscal aprovou a proposta por unanimidade dos presentes, na reunião do dia 23/08/2018, e recomendou a contratação da Lauermann Schneider Auditores Associados. A Gerente Administrativo-Financeira ratificou que a empresa escolhida tem um histórico extremamente positivo, que é rigorosa na avaliação, que trabalhou como Auditora Externa para a Fundação (de 2007 a 2009 e de 2011 a 2014), que apresentou o nº adequado de horas/ano (180h) e de valor hora (R$ 110,00), bem como o valor total (R$ 19.800,00) que mais se adequou à demanda da Fundação e ao valor previsto no Orçamento. Esclareceu que no final de outubro de 2018 a empresa apresentará o Parecer da Auditoria, referente ao 1º semestre de 2018 à Diretoria Executiva e em março de 2019 será apresentado ao Conselho Deliberante o Parecer da Auditoria, referente ao 2º semestre de 2018, juntamente com o Balanço Patrimonial de 2018. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

**ATA Nº 524/2018 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se os 22 (vinte e dois) membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da C. Eifler Silva - Presidente, Sr. José Alencar Lummertz – Vice-Presidente, Sr. Alexandre Ozório Kloppemburg – Diretor de Obras e Patrimônio, Sra. Andrea Tabajara Bichinho Trajano - Diretora Financeira, Sr. João Batista Santafé Aguiar - Diretor de Comunicação, Profa. Anelori Lange – Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. Foram apresentados os pontos da pauta: **Leitura e Aprovação das Atas da Reunião Extraordinária nº 522/18, de 18/09/2018, e da Reunião Ordinária nº 523/18, de 25/09/2018; Destinação das verbas do Fundo de Investimentos e Assuntos Gerais. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** antes de dar início a pauta do dia, aPresidente esclareceu que, apesar de algumas solicitações de Conselheiros para adiamento da reunião, em função de 2 grandes eventos na cidade, a reunião ordinária foi mantida, nesta data, atendendo à normativa estatutária que rege a realização das reuniões ordinárias mensais deste Conselho. Informou que será realizada uma reunião Extraordinária, no dia 13/11/2018, que pautará os temas já estabelecidos de Ouvidoria, de Captação e de Estatuto Social, trabalhados pelos Comitês Temáticos de Fidelização, de Captação e de Governança que compõem o Projeto João 2023. A Conselheira Joice Pavek Figueiró, integrante do Comitê de Fidelização, esclareceu que o comitê realizou uma série de reuniões com os diversos setores do Colégio e da Fundação, desde maio. Salientou que as observações colhidas ao longo desse período foram sistematizadas e serão apresentadas pelo Comitê no Debate final sobre a Ouvidoria, previsto para ocorrer no dia 08/11/2018, das 18h15min às 20h15min, para os representantes de toda a comunidade escolar, a fim de consolidar a proposta de funcionamento, antes do encaminhamento ao Conselho Deliberante para apreciação. Aproveitou para oficializar o convite aos membros do Conselho para que participem da atividade prática que ocorrerá durante o debate. Com relação ao Comitê de Captação, a Presidente informou que a ideia será apresentar o fluxo do “Jeito de Atender do João XXIII” que o grupo está trabalhado pelo grupo. Com relação ao Comitê de Governança, a Presidente e Coordenadora do Comitê, salientou que a ideia será discutir e colher sugestões/contribuições dos Conselheiros para sistematização da proposta de alteração do Estatuto Social, nos temas que dizem respeito ao Conselho Deliberante. Dando sequência, salientou que o teto máximo da reunião ficou acertado para 21h. Na pauta **Leitura e Aprovação das Atas da Reunião Extraordinária nº 522/18, de 18/09/2018, e da Reunião Ordinária nº 523/18, de 25/09/2018**, a Presidente informou que a minuta da Ata da Reunião Extraordinária nº 522/18, de 18/09/2018, que exigiu algumas formalidades na sua elaboração, estabelecidas pelo Ministério Público, e que, por isso, não havia ficado pronta em tempo hábil para apreciação prévia deste Conselho, na reunião anterior, bem como a minuta da Ata da Reunião Ordinária nº 523/18, de 25/09/2018, que foi encaminhada, ontem, aos Conselheiros para apreciação, serão lidas na íntegra nesta reunião e, após, serão submetidas à aprovação da assembleia. Ao longo das leituras, na Ata da Reunião Extraordinária nº 522/18, de 18/09/2018, foram solicitadas as seguintes correções: onde se lê “...Governanaça...”, leia-se “...Governança...”; onde se lê “...dar continuidade a...”, leia-se “...dar continuidade à...”; onde se lê “...profissionais das pedagógicas e...”, leia-se “...profissionais das áreas pedagógicas...”; onde se lê “...Pedagpogica (CTAP)...” leia-se “...Pedagógica (CTAP)...”; onde se lê “...da iniviabilidade financeira...” leia-se “...da inviabilidade financeira...”; onde se lê “...a sequência dos...”, leia-se “...a sequência dos...”; onde se lê “...Fabiano de Vargas e Silva , Sérgio...”, leia-se“...Fabiano de Vargas e Silva, Sérgio...”; onde se lê “...Amarildo Martins )...”, leia-se“...Amarildo Martins)...”. Na Ata da Reunião Ordinária nº 523/18, de 25/09/2018, foram solicitadas as seguintes correções: onde se lê “...com os todos os...”, leia-se “...com todos os...”; onde se lê “...know-how...”, leia-se “...*know-how*...”; onde se lê “...o calendário escolar para 2019 deverá cumprir 202 dias letivos...”, leia-se “...o calendário escolar para 2019 foi construído com 202 dias letivos...” e, por fim, onde se lê “...se adequou a demanda...”, leia-se “...se adequou à demanda...”. Colocadas em votação, as atas nº 522/18 e nº 523/18 foram aprovadas por unanimidade, com correções solicitadas nos textos. A Presidente comentou sobre a retorno da sistemática acordada neste Conselho, do encaminhamento prévio das atas para apreciação dos Conselheiros dispensando à leitura da minuta durante a assembleia de aprovação. A seguir, passou para a pauta **Destinação de Verbas do Fundo de Investimento**, que foi apresentada pela Gerente Administrativo-Financeira. Iniciou esclarecendo que o Fundo de Investimento foi criado por decisão deste Conselho Deliberante, em maio de 2012. Salientou que essa rubrica é composta pela verba cobrada, anualmente, nos boletos das mensalidades de agosto, setembro e outubro e que se destina às melhorias do Colégio. Salientou que a indicação das obras para atender às demandas das áreas Pedagógica e Administrativa é proposta pela Diretoria Executiva, anualmente, na Reunião Ordinária de novembro, e que após a análise e a discussão em assembleia o Conselho Deliberante aprova à destinação da verba. Comentou que, no ano passado, foi realizada a projeção da verba para 2018, com o número de alunos estimados que entrariam em 2018 e apresentou a verba e a proposta de várias obras de melhorias para o Conselho Deliberante aprovar. Neste ano, a Diretoria Executiva somou ao saldo da verba de 2018, no valor de R$ 134.027,72, realizado até 17/10/2018 e ainda temos há projeção de despesas de R$ 11.500,00 até o final do exercício, o saldo da verba de 2019, no valor de R$ 329.685,53, realizado até 17/10/2018, recolhida nos docs de agosto, setembro e outubro, totalizando o valor de R$ 463.713,25 de Fundo de Investimento no caixa da Fundação. Esclareceu que o aluno que se matricular no Colégio para 2019, fará o pagamento integral do Fundo de Investimentos no ato da matrícula e passará a pagar as mensalidades a partir de janeiro de 2019, normalmente. Informou que a verba referente a economia orçamentária real de energia elétrica, no ano de 2018, com a troca das lâmpadas fluorescentes por led e projetada para dezembro de 2018 é de R$ 50.727,80. A proposta da Diretoria Executiva é para que esse valor de R$ 50.727,80 seja somado à verba de Fundo de Investimento, no valor de R$ 463.713,25, totalizando no caixa da Fundação o valor de R$ 514.441,05, com a ressalva de que esse valor da economia de energia elétrica seja gasto, exclusivamente, com a elétrica. Em seguida, apresentou a projeção do Fundo de Investimentos 2019, datada de 25/10/2018, com a projeção de somente 64 alunos novos e dos 12 cancelamentos e sem as projeções totais de novos e de cancelamentos para 2019, ficando em 1.146 alunos, sendo desses 178 bolsas e 986 alunos pagantes, com do Fundo de Investimentos no valor de R$ 395,00 por aluno, totalizando uma projeção do Fundo de Investimento para 2019 no valor total de R$ 382.360,00. O Diretor de Obras e Patrimônio externou a preocupação do Comitê de Infraestrutura em mapear todas as demandas de infraestrutura do Colégio João XXIII. Comentou que o Comitê de Infraestrutura é formado por profissionais com as seguintes expertises: Engenharia Elétrica - Alexandre Ozório Kloppemburg e José Carlos Monteiro da Conceição; Arquitetura - Fabiano de Vargas e Silva; Engenharia Mecânica e Processos - Gilberto Pinto Vieira; Consultoria - Roger Lanes Bandeira; Biologia - Demétrio Luís Guadagnin; Administração Financeira – Fátima Eschberger e Compras - Éder Dorneles Stedill. Antes de iniciar a apresentação da Proposta de Destinação de Verba do Fundo de Investimento 2018-2019, com a necessidade de infraestrutura para apreciação e aprovação do Conselho Deliberante, apresentou o Quadro de Necessidades Gerais de Obras, Reformas e Adequações, elaborado pelo grupo de trabalho composto pela Gerente Administrativo-Financeira, pelo Supervisor de Manutenção, pelo Supervisor de Compras e pelo Coordenador de Patrimônio e Segurança. Comentou que o critério utilizado para definição das prioridades foram; a) segurança dentro do Colégio e b) PPCI – atendimento das necessidades exigidas pelo Ministério Público. Salientou que o Quadro de Necessidades Gerais de Obras, Reformas e Adequações foi dividido em 3 classes: a) Vermelha: risco; b) Amarela: adequação da infraestrutura e c) Verde: estético. Após, apresentou a *Proposta de Destinação de Verba do Fundo de Investimentos 2018-2019*, com asNecessidade de Infraestrutura, encaminhada pela Diretoria Executiva, para apreciação e aprovação deste Conselho, conforme segue: 1) QGBT – a) Projeto de reestruturação do Quadro Geral de Energia: reestruturação física do Quadro Geral de Energia, no valor de R$ 126.700,00; b) Manutenção Subestação, no valor de R$ 29.200,00; 2) SALAS 3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO (3 SALAS) – a) Troca de Piso: piso poliuretano, no valor de R$ 15.750,00; b) Split (3 salas), no valor de R$ 12.330,00; 3) PRÉDIO 4 - ELÉTRICA, FORRO E PINTURA (INTERNA) – a) Projeto elétrico, administração obra, limpeza, remoção entulhos, no valor de R$ 38.098,45; b) Térreo: remoção luminárias, ventiladores e equipamentos, instalação elétricas existentes, recomposição alvenaria, instalações elétricas igual ao prédio 7, aparentes, pintura geral salas com esquadrias e reinstalação luminárias (novas), ventiladores e equipamentos e 1 CD (novo), no valor de R$ 79.395,66; c) 2º pavimento: remoção todo forro, recuperação alvenaria, estrutura de sustentação com madeira tratada, novo forro PVC antichama e pintura geral salas e esquadrias (inclusive 3ª série EM), no valor de R$ 86.431,74; d) 2º pavimento: remoção luminárias, ventiladores e equipamentos, instalação elétricas existentes, recomposição alvenaria e instalações elétricas igual ao prédio 7, aparentes, reinstalação luminárias (novas), ventiladores e equipamentos e 1 CD (novo), no valor de R$ 43.584,63; 4) ACESSIBILIDADE – a) Banheiro: 1 box masculino e 1 box feminino no térreo e no 2º pavimento do Prédio 4, no valor de R$ 20.000,00; 5) PPCI – a) Placas e sinalizações e serem concluídas, no valor de R$ 5.000,00. Esclareceu o status dos 4 PPCIs que estão em andamento. TOTAL GERAL: no valor de R$ 456.490,48. O Diretor de Obras e Patrimônio e a Gerente Administrativo-Financeiro esclareceram as dúvidas levantadas pelos Conselheiros com relação às obras propostas. Comentaram que na Reunião Ordinária de Ratificação do Orçamento, em abril de 2019, será apresentado o acompanhamento/resultado das obras realizadas. Para finalizar, a Gerente Administrativo-Financeira resumiu que o total da verba do Fundo de Investimento, conforme detalhado anteriormente é de R$ 514.441,05 e a proposta de Necessidade de Infraestrutura é de R$ 456.490,48, restando um saldo de R$ 57.950,57 no Fundo de Investimentos. Salientou que esses valores apresentados estão sendo exaustivamente negociados com os fornecedores e poderão ser efetivados com valores menores que os propostos. A Presidente submeteu à votação a Proposta de Destinação de Verba do Fundo de Investimentos 2018-2019, com a necessidade de infraestrutura, e foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

**ATA NOTARIAL Nº 525/2018 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se 43 (quarenta e três) membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, 176 (cento e setenta e seis) membros da comunidade escolar formada por pais, mães, alunos, pais de ex-alunos, ex-alunos e profissionais do Colégio João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva - Presidente, Sr. Alexandre Ozório Kloppemburg – Diretor de Obras e Patrimônio, Sra. Aline Carraro Portanova – Diretora Jurídica, Sra. Andrea Tabajara Bichinho Trajano - Diretora Financeira, Sr. João Batista Santafé Aguiar - Diretor de Comunicação, Profa. Anelori Lange – Diretora Geral, Profa. Maria Tereza Coelho – Vice-Diretora, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira, Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação e Sra. Débora Maciel de Castro – Auxiliar Administrativo. Antes de iniciar a pauta do dia a Presidente deu boas-vindas a todos os presentes e convidou o Conselheiro Daniel Juliano Doederlein Soares a compor a mesa para auxiliar na condução dos trabalhos. Após, apresentou os pontos de pauta: **Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária nº 524/18, de 30/10/2018; Abaixo assinado de Pais do Colégio João XXIII; Projeto João 2023: a) Ouvidoria; b) Captação; c) Estatuto Social; Comunicação sobre a Gestão Pedagógica do Colégio João XXIII e Assuntos Gerais. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** Conteúdo da reunião foi transcrito na íntegra, de formal literal (degravação), pela empresa CVT – Companhia Vontobel de Transcrições e após lavrada a Ata Notarial nº 2.586-014, no Livro de Notas M nº 29, folhas nº 135 a 169, no dia 14 de março de 2019, pela Tabeliã Substituta Fernanda Oliveira Levy de Abreu, do 4º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, conforme arquivo PDF disponibilizado na Secretaria da Diretoria da Fundação.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

**ATA NOTARIAL Nº 526/2018 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situada na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se 39 (trinta e nove) membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, 49 (quarenta e nove) membros da comunidade escolar formada por pais e mães do Colégio João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva - Presidente, José Alencar Lummertz – Vice-Presidente, Sra. Aline Carraro Portanova – Diretora Jurídica, Sr. João Batista Santafé Aguiar - Diretor de Comunicação, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. Antes de iniciar a pauta do dia a Presidente deu boas-vindas a todos os presentes e convidou o Vice-Presidente José Alencar Lummertz a compor a mesa para auxiliar na condução da assembleia. Após, apresentou os pontos de pauta: **Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Extraordinária nº 525/18, de 13/11/2018; Gestão Pedagógica do Colégio João XXIII e Assuntos Gerais. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** Conteúdo da reunião foi transcrito na íntegra, de formal literal (degravação), pela empresa CVT – Companhia Vontobel de Transcrições e após lavrada a Ata Notarial nº 2.585-013, no Livro de Notas M nº 29, folhas nº 098 a 134, no dia 13 de março de 2019, pela Tabeliã Substituta Fernanda Oliveira Levy de Abreu, do 4º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, conforme arquivo PDF disponibilizado na Secretaria da Diretoria da Fundação.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

**ATA Nº 527/2018 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situado na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se 42 (quarenta e dois) membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, 24 (vinte e quatro) membros da comunidade escolar formada por pais e mães do Colégio João XXIII, conforme lista de presenças assinada em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva - Presidente, Sr. José Alencar Lummertz - Vice-Presidente, Sra. Aline Carraro Portanova - Diretora Jurídica, Sra. Andrea Tabajara Bichinho Trajano – Diretora Financeira, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira, Profa. Mirian Zambonato - Supervisão Pedagógica e Coordenação Pedagógica do 9º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, Profa. Márcia Elisa Valiati – Coordenação Pedagógica da Educação Infantil, Profa. Ianne Ely Godoi Vieira - Coordenação Pedagógica da Etapa de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, Profa. Rosa Maria Limongi Ely - Coordenação Pedagógica da Etapa de 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. A Presidente, antes de dar início a pauta da reunião, registrou a presença, pela primeira vez, e deu boas-vindas às 4 (quatro) Coordenadoras Pedagógicas que foram escolhidas pelo Conselho Técnico Administrativo Pedagógico (CTAP) para representar interinamente a Direção Pedagógica, até março de 2019, Mirian Zambonato - Supervisão Pedagógica e Coordenação Pedagógica do 9º ano Ensino Fundamental ao Ensino Médio; Márcia Elisa Valiati – Coordenação Pedagógica da Educação Infantil; Ianne Ely Godoi Vieira - Coordenação Pedagógica da Etapa de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e Rosa Maria Limongi Ely - Coordenação Pedagógica da Etapa de 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental. Informou que a Profa. Mirian Zambonato vai acumular a responsabilidade técnica formal sobre a documentação pedagógica. Após, apresentou os pontos de pauta: **Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Extraordinária nº 525/18, de 13/11/2018 e da Ata da Reunião Extraordinária nº 526/18, de 22/11/2018; Orçamento e Fluxo de Caixa 2019; Joãozinho Legal; Gestão Pedagógica do Colégio João XXIII; Projeto João 2023 - Comitê Captação; Diretor de Comunicação e Assuntos Gerais - Responsabilidade Social 2018. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** na pauta **Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Extraordinária nº 525/18, de 13/11/2018 e da Ata da Reunião Extraordinária nº 526/18, de 22/11/2018**, a Presidente salientou que as minutas das atas das referidas reuniões foram encaminhadas por e-mail para apreciação prévia dos Conselheiros. Destacou que as atas das duas reuniões tratam sobre pautas com decisões bastante delicadas para o Colégio João XXIII e, por entender a importância de que os seus conteúdos reflitam fielmente o que foi tratado e deliberado nas assembleias, a Diretoria da Fundação encaminhou uma proposta alternativa para aprovação das mesmas. Propôs que ao invés do Conselho Deliberante aprovar as minutas das atas elaboradas e revisadas internamente, que se faça a degravação literal dos áudios, por empresa especializada, para a elaboração das atas notariais, pelo tabelião do Cartório de Notas, atestando a sua autenticidade com fé pública, a fim de dirimir quaisquer dúvidas sobre as deliberações aprovadas nas referidas reuniões. Salientou que as atas notariais serão submetidas para uma prévia apreciação e, consequente, aprovação dos Conselheiros. A Diretora Jurídica esclareceu que a ata notarial é uma transcrição literal oficial dos assuntos discutidos na assembleia, a partir da degravação da reunião, e que tem a força de provar a autenticidade, integridade e a veracidade dos fatos. Salientou que além dos áudios gravados serão enviadas as relações com os nomes dos presentes nas reuniões. Esclarecidas as dúvidas dos Conselheiros sobre a ata notarial, ficou acertado que aprovação das Atas das Reuniões Extraordinárias nº 525/18, de 13/11/2018 e nº 526/18, de 22/11/2018, para atender os trâmites regimentais, será definida e informada ao Conselho, posteriormente. A Conselheira Bianca da Silva Alves pontuou que não constou na minuta da ata nº 526 o registro da menção que fez sobre seu voto contrário à decisão de atribuir ao CTAP, como um todo, a responsabilidade de exercer interinamente a Diretoria Pedagógica, até março de 2019, por acreditar que o CTAP deveria indicar uma pessoa para representar a Direção Pedagógica. Salientou que na ata não ficou clara essa decisão, pois constou que “uma representação do CTAP” exerceria interinamente esse papel e entende que não foi deliberado dessa forma. A Presidente acatou o registro feito pela Conselheira e informou que com a degravação do áudio da reunião passada essa informação será incorporada na ata notarial, que ratificará na integralidade todos os comentários/assuntos discutidos na assembleia. A Conselheira Eunice Kindel complementou que não havia a necessidade de abrir o debate nesse momento, pois como será elaborada uma ata notarial essas intervenções todas serão apontadas. Entretanto, ratificou que ficou clara a deliberação do Conselho de que a transição será feita pelo CTAP, mas sem essa especificidade de como será feita, se por uma pessoa, um grupo ou um colegiado, pois isso ainda será discutido em Conselho. Salientou que na degravação do áudio isso ficará claro. A Conselheira Bianca da Silva Alves voltou a alegar que há divergência do que foi votado com o que consta na ata com relação à Coordenação. A Presidente informou que a questão de ter ou não uma coordenação será discutida, hoje, no ponto de pauta sobre a Gestão Pedagógica. Na pauta **Orçamento e Fluxo de Caixa 2019**, a Gerente Administrativo-Financeira iniciou apresentado as **Premissas Orçamentárias** para construção do Orçamento e Fluxo de Caixa para 2019. No Número de Alunos esclareceu de que forma é feita a projeção no Orçamento para o ano seguinte; apresentou o quadro geral total com o realizado: até duas semanas atrás, matrículas novas (67) e cancelamentos (20); até hoje, matrículas novas (77) e cancelamentos (41) e para de 2019, o orçado é de matrículas novas (97) e cancelamentos (126), para o total de 51 turmas com previsão de 1066 alunos. Esclareceu que em função da Lei nº 11.274/06 que ampliou o Ensino Fundamental para nove anos de duração, não foram ofertadas 3 turmas de Ensino Médio, em 2016 na 1ª série EM, em 2017 na 2ª série EM e em 2018 na 3ª série EM, entretanto para 2019 a grade ficará completa com o retorno das 3 turmas da 3ª série do EM. Comentou que, há 9 anos atrás, foi criada uma turma do 1º ano do EF como piloto, no turno da manhã, e que chegou ao 9º ano do EF, em 2018, com número deficitário de alunos. Para 2019, a previsão é reduzir de 4 turmas de 9º ano do EF para 3 turmas de 1ª série do EM. Em resumo, das 49 turmas de 2018, com acréscimo das 3 turmas de 3ª série passaria a 52 turmas em 2019, porém com a redução de 1 turma de 1ª série EM a projeção total é de 51 turmas. Destacou a possibilidade de ocorrer os cancelamentos de turmas no 2º ano, no 4º ano e no 9º ano do Ensino Fundamental. A sugestão é que, até final de dezembro de 2018, a partir de uma criteriosa análise pedagógica e econômica sobre a movimentação de alunos, essas turmas deverão ser reavaliadas e confirmadas, para 2019. Apresentou quadro comparativo dos indicadores econômicos de INPC, IGP-M e IPCA de 2015 a 2018 para conhecimento, salientando que o índice estimado do INPC pelo Banco Central de março de 2018 a fevereiro de 2019 é de 4,5% e que o reajuste da mensalidade do Colégio é balizado pelo INPC. Apresentou o quadro comparativo do índice de reajuste da mensalidade entre os anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. Destacou que a proposta de reajuste da mensalidade total para 2019 é de 8,5%, sendo 7,5% de mensalidade e 1,0% de arrecadação do Fundo de Sustentabilidade e salientou que a arrecadação do Fundo de Investimentos para 2019 foi de R$ 395,00. Apresentou as mensalidades praticadas por etapa ao longo dos quatro anos e as projetadas para 2019. Mostrou o comparativo do número de alunos entre 2015 a 2019, destacando os totais orçados para 2019: são 1.066 alunos, desses 174 são bolsistas de 100%, 2 são bolsistas 50% e 890 são pagantes; com a projeção de 97 alunos novos, de 126 cancelamentos e de 51 turmas. Esclareceu que a redução do número de alunos pagantes se deve ao aumento do número de bolsistas, proposto pelo Comitê de Filantropia e aprovado por este Conselho, ampliando a base de bolsas, com 18 novas vagas para bolsistas em 2019, na Educação Infantil – maternal e níveis e no Ensino Fundamental - 1º ano. Destacou que com essa medida se qualifica o processo de aprendizagem e se reduz a necessidade de investimento na realização do Programa de Acompanhamento ao Aluno Bolsista (PAB), para eliminar lacunas e resgatar habilidades e competências que os bolsistas necessitavam, em anos anteriores, devido ao ingresso em séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. A projeção do Acordo Coletivo na Folha de Pagamento é de 5,5%, sendo 4,5% do INPC mais 1,0% de ganho real, negociado no SINPRO e no SINTAE. Dos 8,5% de reajuste proposto, 5,5% é da Folha de Pagamento, 1,0% do Fundo de Sustentabilidade e os demais 2,0% são para cobrir as rubricas restantes do orçamento. Apresentou o ranking dos índices de reajustes das mensalidades projetadas de algumas das escolas particulares de Porto Alegre que já definiram os valores para 2019, por etapa e nível de ensino, bem como a colocação do João XXIII com a projeção de 8,5% de reajuste. Na Inadimplência a projeção é de 5,8% com uma recuperação linear de 1,0% durante o ano, ficando no final de 2019 em 4,8%. Salientou que nas escolas de Porto Alegre a inadimplência gira em torno de 10%. Na Campanha de Antecipação o desconto projetado é de 7% (após reajuste), em 12 parcelas de janeiro a dezembro, sobre os descontos da fidelidade e de irmãos, orçado para 45 antecipações, no valor médio da mensalidade para 8,5% de R$ 1.795,82. O Joãozinho Legal continua com as 4 modalidades, com reajuste de 8,5% orçado para 60 alunos. Apresentou, nos indicadores financeiros, o comparativo dos percentuais das despesas em relação às receitas nos fluxos de caixa dos anos de 2015 a 2018, com crescimento para 96,82% das despesas gerais, destacando que, em abril de 2018, na ratificação do orçamento, havia comentado que em função do superávit de 2016 e 2017 a Fundação não sentiu em 2018 com a perda de alunos de 2017 para 2018, mas que isso teria reflexos em 2019. No Fundo de Sustentabilidade demonstrou como foi projetado desde o seu início, acumulando os índices em ano a ano até o total de 8,0%. Em 2015 arrecadou 1,5%, em 2016 arrecadou 2,0% e acumulou em 3,22%, em 2017 arrecadou 2,0% e acumulou 5,43%, em 2018 não houve arrecadação e deveria ficar em 6,0%, porém informou que erroneamente o índice repassado foi de 5,43%, e deveria ter sido 6% de março a dezembro, representando uma diferença de R$ 77.000,00, que será demonstrada no orçamento 2018. Para 2019 a arrecadação será 1,0% representando um acumulado de 7,11% no Fundo de Sustentabilidade. Apresentou o histórico das aplicações e dos rendimentos do Fundo de Sustentabilidade de janeiro a outubro realizados, no total de R$ 2.391.179,97, mais o valor da diferença cobrada a menor e o valor projetado até dezembro de 2018, totalizando um saldo de R$ 2.612.696,29. Após, apresentou o quadro dos cancelamentos para 2019 realizados até 27/11/2018, que totalizaram 41 cancelamentos, sendo 3 na Infantil, 29 de 1º ao 5º ano EF séries iniciais, 3 de 6º ao 8º ano EF séries finais e 6 de 9º ano EF ao EM aberto por etapa e motivo dos cancelamentos. No Orçamento realizado até outubro e orçado até dezembro de 2018, apresentou e comentou detalhadamente as rubricas, destacando os valores da receita total de R$ 16.499.949,00, da despesa total de R$ 16.227.288,00, do resultado operacional total de R$ 272.661,00, da receita não operacional total de R$ 245.815,00, do investimento total de R$ 400.869,00, da provisão total de R$ 171.536,00, da reserva de sustentabilidade total de R$ 961.691,00 já com a diferença repassada a menor de R$ 77.004,00 incorporada, sem valores para o investimento da obra do prédio 10 e serviços despesas gerais que não teve movimentação e para a reversão da Provisão do Sistema “S” que não ocorreu, gerando o resultado final de R$ (-) 1.015.620,00 em função da queda do número de alunos. No **Orçamento para 2019,** com reajuste de 8,5% (7,5% +1,0%) e previsão de 1.066 alunos, houve incremento gerado pelo reajuste na receita total para R$ 17.709.844,00, com inadimplência de 4,8%; incremento na despesa total para R$ 17.322.707,00, principalmente em função do aumento percentual da folha de pagamento que passou de 76,89% para 77,85% da receita; incremento no resultado operacional total para R$ 387.137,00; incremento na receita não operacional total para R$ 250.034,00. Houve redução no investimento total para R$ 150.778,00; redução na provisão total para R$ 116.376,00; houve acréscimo na reserva de sustentabilidade total para R$ 1.190.076,00, houve redução das despesas de investimento da obra do prédio 10 e serviços despesas gerais devido a alocação de R$ 26.040,00, gerando o resultado final de R$ (-) 846.100,00. Esclareceu que o aumento do percentual de comprometimento da folha em relação a receita se deve ao Projeto Político-Pedagógico diferenciado no João XXIII que demanda mais despesas, enquanto em outras escolas esse percentual gira em torno de 65%. Comentou que esse tópico poderá ser reavaliado com mais profundidade na área pedagógica. A Conselheira Eunice Kindel ratificou que o João XXIII é uma escola diferenciada das demais, por ser uma Fundação e por não ter uma mantenedora como os outros colégios particulares, bem como por não poder se comparar projetos pedagógicos diferentes. A Conselheira Bianca da Silva Alves concorda que existem outras fundações, mas não como a do João XXIII sem mantenedora, entretanto o que preocupa é que com essa baixa no número de alunos qual é a viabilidade financeira da Fundação com esse aumento percentual progressivo com despesas de Recursos Humanos. A Gerente Administrativo-Financeira comentou que o comprometimento da receita com a folha de pagamento é de 77,0% e o restante que sobra é muito limitado para atender o restante do Orçamento (manutenção, investimentos, etc). Salientou que é muito importante acompanhar o número de alunos. A Conselheira Maria Luiza Pont comentou que o orçamento é estruturado mediante as demandas que a Escola prevê para o ano seguinte. Após a Gerente Administrativo-Financeira comentou o quadro demonstrativo detalhado das despesas com as rubricas de Recursos Humanos, Pedagógico, Administrativas, Comunicação e Filantropia. Na sequência, apresentou o **Fluxo de Caixa 2019** comentando que o saldo inicial do realizado até outubro mais o orçado até 31/12/2018 abriu com R$ 1.143.100,00 e teve as movimentações já citadas no orçamento com o total de entrada de R$ 16.284.221,00, o total de saída de R$ (-) 15.765.745,00, o total de saída de investimentos de R$ (-) 400.869,00, o total de saída provisão do Sistema “S” de R$ (-) 171.536,00, o total de saída reserva de sustentabilidade de R$ (-) 961.691,00, gerando um saldo final em dezembro de 2018 de R$ 127.480,00, mais a reversão em 2018 da provisão do sistema “S” de R$ 60.032,00 e mais a reversão da provisão das despesas ao saldo de R$ 58.483,00 não realizadas, resultando num saldo final após a reversão 2018 de R$ 245.995,00. Salientou que a projeção para 2019, com reajuste de 8,5% (7,5% +1,0%) e previsão de 1.066 alunos, é de iniciar o Fluxo de Caixa em 2019, com o saldo inicial de R$ 245.995,00 e com todas as movimentações financeiras do orçamento o saldo final em dezembro de 2019 será de R$ (-) 600.105,00. Em seguida, apresentou o quadro de Investimentos para 2019, conforme informações passadas pela Direção Pedagógica e com o detalhamento por etapa das necessidades de infraestrutura no valor de R$ 9.800,00, de equipamentos no valor de R$ 92.009,22 e de mobiliário no valor de R$ 46.468,50, gerando um total de investimento no valor total de R$ 148.277,77. Essas necessidades apresentadas que poderão ser reavaliadas com as coordenadoras das áreas envolvidas. Apresentou as sugestões propostas pelo Projeto João 2023 para a área de Recursos Humanos, que não estão contempladas no orçamento 2019 apresentado, mas que retornam para apreciação do Conselho Deliberante. Destacou a proposta do Comitê de Governança para a criação do Coordenador de Serviços na área Administrativa que contemplaria no orçamento o total anual de R$ 79.108,54. Destacou, ainda, outra demanda trazida pela Diretoria Jurídica, em função da demanda de processos trabalhistas dos Serviços Gerias para pagamento da insalubridade. Os funcionários logo que saem da empresa entram com processo trabalhista e ganham, embora a Fundação tenha um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) que diz que esses funcionários não precisariam ganhar a insalubridade. Apresentou um mapeamento com os valores de Insalubridade, caso a Fundação decida por pagar aos funcionários dos Serviços Gerais, destacando que os funcionários da Manutenção já recebem o valor de 10% sobre o salário mensal. Para os funcionários dos Serviços Gerais seria necessária a classificação dos riscos ambientais para enquadramento da insalubridade de 10%, 20%, 30% e 40% sobre o salário. É uma sugestão trazida para conhecimento do Conselho Deliberante para solução desses casos, pois o Jurídico da Fundação tem feito as defesas nesses processos e realizado acordo para pagamento da insalubridade. Na Gratuidade 2018 apresentou o cálculo da projeção da Filantropia, em 31/10/2018, com reajuste de 4,0% e 1.070 alunos. Salientou que são 1.077 alunos, menos 158 bolsas 100%, menos 2 bolsas 50%, igual a 919 alunos pagantes dividido por 5, igual a 183,8 bolsas necessárias para manter a Filantropia (5/1). Pela Lei o cálculo da gratuidade ficaria da seguinte forma: 20% da gratuidade = 183,80 bolsas, sendo 15% no Ensino 100% = 137,85 bolsas e 5% em Programa a alunos bolsistas = 45,95 bolsas. Para o João XXIII o cálculo da gratuidade ficaria da seguinte forma: 20% da gratuidade = 183,80 bolsas, sendo 17% no Ensino 100% = 156,23 bolsas e 3% em Programa a alunos bolsistas = 27,57 bolsas. Para o cálculo da média da anuidade se multiplica o número de alunos em cada etapa e o valor correspondente de cada mensalidade, da soma do resultado das mensalidades se divide pelo número 1.077 de alunos total e resulta na média anual de R$ 19.634,96. Para a base do cálculo dos benefícios complementares se pega o número exigido pela Lei (5/1) = 183,80 bolsas e depois se faz a soma os bolsas 100%, mais a conversão das bolsas 50% em 100% = 1, se multiplica o número 13 de bolsas 100% pelo índice 0,4 do PATI (programa de acompanhamento ao aluno bolsista em turno integral) = 5,20 bolsas, 25 bolsas 100% se convertem em benefícios complementares, ficando 189,20 bolsas 100% totais e 5,40 de bolsas 100% faltantes/sobras, gerando um benefício complementar de R$ 490.874,08. Esse número está garantindo a gratuidade para a Fundação. Para 2019 a gratuidade foi calculada com a projeção em 01/11/2018, com reajuste de 8,5% e 1.066 alunos. Salientou que são 1.066 alunos, menos 174 bolsas 100%, menos 2 bolsas 50%, igual a 892 alunos pagantes dividido por 5, igual a 178,4 bolsas necessárias para manter a Filantropia (5/1). Pela Lei o cálculo da gratuidade ficaria da seguinte forma: 20% da gratuidade = 179 bolsas, sendo 15% no Ensino 100% = 134 bolsas e 5% em Programa a alunos bolsistas = 45 bolsas. Para o João XXIII o cálculo da gratuidade ficaria da seguinte forma: 20% da gratuidade = 179 bolsas, sendo 17% no Ensino 100% = 152 bolsas e 3% em Programa a alunos bolsistas = 27 bolsas. Para o cálculo da média da anuidade se multiplica o número de alunos em cada etapa e o valor correspondente de cada mensalidade, da soma do resultado das mensalidades se divide pelo número 1.066 de alunos total e resulta na média anual de R$ 21.624,38. Para a base do cálculo dos benefícios complementares se pega o número exigido pela Lei (5/1) = 178,40 bolsas e depois se faz a soma os 174 bolsas 100%, mais a conversão das bolsas 50% em 100% = 1, se multiplica o número de bolsas 100% pelo índice 0,4 do PATI (programa de acompanhamento ao aluno bolsista em turno integral) = 10 bolsas 100% se convertem em benefícios complementares, ficando 185 bolsas 100% totais e 6,60 de bolsas 100% faltantes/sobras, gerando um benefício complementar de R$ 216.243,77. Antecipando a pauta do **Joãozinho Legal**, a Gerente Administrativo-Financeira informou que na reunião do Conselho de aprovação do Fundo de Investimentos o Diretor de Obras e Patrimônio comentou algumas questões que necessitam um olhar especial. Salientou que uma delas é a questão do prédio do Joãozinho Legal que não está atendendo aos critérios de segurança e necessitará uma medida emergencial até que a obra do prédio 10 fique pronta. A ideia era de que o prédio novo ficasse pronto para o início do ano letivo de 2019, mas não será possível por diversos fatores pendentes (liberação EVU, contratação do Financiamento, etc). A sugestão é desativar o prédio para 2019 e realocar as turmas do Joãozinho Legal. Os alunos do Joãozinho Legal terão suas atividades nas salas de suas respectivas etapas. Disse que o almoço será servido para todos no refeitório da Infantil. Foi a solução emergencial para resolver esse problema de segurança para alunos e profissionais do João XXIII. A Conselheira Hanik de Faria Melo Orsi salientou sua preocupação sobre o uso do material específico do Joãozinho Legal. A Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil comentou que essa preocupação com a segurança do prédio do Joãozinho Legal já vem de outras Gestões da Diretoria da Fundação, bem como da Diretoria Pedagógica da Escola. Resgatou um pouco da história do prédio e esclareceu a necessidade dessa movimentação dos alunos do Joãozinho Legal, entretanto disse que as Coordenadoras Pedagógicas, as Professoras e as dinamizadoras estão envolvidas para organizar os espaços e atender da melhor forma e com as especificidades possíveis essas turmas primando sempre pela segurança de nossos alunos. A Conselheira Bianca da Silva Alves mencionou a preocupação com essa medida, pois vai fazer com que as crianças que frequentam o Joãozinho Legal passem o dia inteiro no mesmo espaço de aprendizagem indo de encontro à Proposta Pedagógica. A Coordenadora Pedagógica da Infantil ratificou que também é uma preocupação da área pedagógica esse assunto, pois não é mais uma questão de manutenção do espaço e sim de segurança do espaço físico. Do ponto de vista como Pedagoga, a prioridade nesse momento é a segurança de todos. A Conselheira Bianca da Silva Alves questionou sobre o prazo que está previsto para reverter essa situação emergencial, pois se a Fundação não tem orçamento para realizar a manutenção do prédio nem a construção do novo a curto e médio prazo, como ficará a proposta pedagógica do Joãozinho Legal para esses alunos, com aulas no mesmo espaço físico. A Coordenadora Pedagógica da Infantil salientou que concorda com a fala da mãe que não é a melhor opção, entretanto destacou que esse problema deixou de ser somente uma situação de manutenção. Concorda, também, com a argumentação exposta pela Gerente Administrativo-Financeira quando alerta para o risco de ocorrer para com qualquer estudante, pais, profissionais que ali frequentam e trabalham, ratificando que esse não é um problema só de uma mãe e sim da comunidade escolar como um todo. A Presidente informou que quando iniciou o Projeto João 2023 a ideia era pensar a vida e o dia-a-dia da Escola, em diferentes aspectos até o ano de 2023. Comentou que as demandas de melhoria, de manutenção e de qualificação dos espaços físicos e seus usos estão sendo trabalhadas pelos vários Comitês Temáticos que se inter-relacionam para atender as demandas. Quanto à questão da construção do prédio 10, a proposta inicial já era priorizar a transferência do Joãozinho Legal para prédio novo. Para tanto, o Comitê de Inovação fez um estudo detalhado das condições atuais dos espaços, o Comitê de Infraestrutura está trabalhando nos projetos arquitetônicos para qualificação das salas e seus usos, o Comitê de Custos está viabilizando orçamentos dos projetos, etc. Comentou que para a construção do prédio 10, o Colégio está aguardando o projeto de EVU pendente de aprovação na Prefeitura, negociando com bancos o financiamento, etc para viabilizar o início da obra, provavelmente no segundo semestre de 2019. Entretanto, esse assunto voltará a ser discutido nesse Conselho. A seguir a Presidente solicitou o Parecer do Conselho Fiscal sobre a peça orçamentária de 2019. Representando o Conselho Fiscal, a mãe Cristina Pozzobon e a Conselheira Maria Luiza Pont, informaram que após apreciação detalhada da peça orçamentária o Parecer do Conselho Fiscal é favorável à aprovação do Orçamento 2019. A mãe Cristina Pozzobon ratificou que deve ser realizado um trabalho coletivo para aumentar o número de alunos, inclusive disse que em anos anteriores foi feita uma ação específica para captação de alunos. O pai José Mário Neves elogiou o trabalho da Gerente Administrativo-Financeira e aproveitou para dizer que não considera o orçamento tão pessimista. O Conselheiro Francisco de Paula Bastro de Freitas sugeriu que o material seja distribuído de forma impressa para acompanhamento dos Conselheiros, como ocorria em anos anteriores. Questionou o número de ingressos. A Gerente Administrativo-Financeira esclareceu as dúvidas sobre o número de alunos realizados (77) até o momento. O número de cancelamentos previsto é de 126 e hoje, está em 41, mas esse número provavelmente será maior. Com relação às demissões da Diretora Geral e da Vice-Diretora a Gerente Administrativo-Financeira informou que estão estimadas em torno de R$ 560.000,00 e esse valor deve ser sustentado pelo Fundo de Sustentabilidade, que possui um saldo de R$ 2.612.000,00. Ratificou que as demissões estão marcadas para o dia 05/12/2018 e, para tanto, a proposta é que esse valor deverá ser retirado do caixa da Fundação e, logo após, esse valor deverá ser integralizado com o Fundo de Sustentabilidade e, este, conforme o regramento específico deverá ser recomposto. A Conselheira Bianca da Silva Alves questionou qual o impacto do montante das demissões para o João XXIII e se a Fundação já tem o cálculo estimado de retorno deste valor? O Vice-Presidente esclareceu como se deu a composição do Fundo de Sustentabilidade e que em função do valor arrecadado o valor das demissões devem ser em torno de 20 meses. A Presidente informou que essa discussão sobre a recomposição do Fundo de Sustentabilidade será retomada na próxima reunião, onde o tema terá pauta específica. O Conselheiro Daniel Baptista elogiou o trabalho realizado, pois é pai há 14 anos, foi Conselheiro por 12 anos e disse ser o melhor Orçamento que viu ao longo desses anos, com Saldo de Caixa positivo, com Fundo de Sustentabilidade com saldo positivo de R$ 2.600.000,00 e sem a necessidade de empréstimos. Fez um elogio especial a Fátima Eschberguer, aos Conselheiros, a Diretoria Executiva, aos Ex-Presidentes e aos pais e mães do Colégio, desejando que continuem mantendo o espirito democrático e comunitário. Prestados todos os esclarecimentos sobre o Orçamento e Fluxo de Caixa 2019, a Secretária da Fundação listou os presentes em condições de exercer o voto (dos 42 presentes, 33 conselheiros estão aptos ao voto e 9 suplentes estão sem direito a voto). Em regime de votação, a Presidente submeteu ao Conselho Deliberante o que segue: ***PROPOSTA 1*** *– Aprovação do Orçamento 2019* - dos 33 conselheiros presentes aptos a voto, 30 (trinta) foram a favor da aprovação do Orçamento 2019, 2 (dois) se abstiveram de votar, os Conselheiros Fábio Subtil e João Batista Santafé Aguiar e 1 (um) saiu antes da formalização da votação, Conselheiro Daniel Juliano Soares. *A Proposta 1 foi aprovada pela maioria absoluta dos votos, sem ressalvas*. Dando sequência, a Presidente informou que a proposta, a seguir, diz respeito a fusão das 4 turmas de 9º. ano do EF, de 2018, para 3 turmas de 1ª. série do EM, em 2019, com a redistribuição dos alunos excedentes nas turmas. ***PROPOSTA 2*** *– Aprovação para o aumento de 4 alunos a mais, por turma, nas 3 turmas da 1ª. série do Ensino Médio, em 2019*- dos 33 conselheiros presentes aptos a voto, 30 (trinta) foram a favor da aprovação da proposta, 2 (dois) se abstiveram de votar, os Conselheiros Fábio Subtil e Bianca da Silva Alves e 1 (um) saiu antes da formalização da votação, Conselheiro Daniel Juliano Soares. A *Proposta 2 foi aprovada pela maioria absoluta dos votos, com a ressalva de que caso passe de 4 (quatro) alunos por turma o assunto deverá voltar ao Conselho para análise prévia*. Na pauta **Gestão Pedagógica do Colégio João XXIII**, a Presidente solicitou que as representantes do CTAP fizessem o relato ao Conselho informando como foi feita a organização da Equipe Técnica Pedagógica do Colégio João XXIII para responder pela gestão pedagógica durante o processo de transição, que ocorrerá até março de 2019. O Conselheiro João Batista Santafé Aguiar demonstrou a preocupação quanto ao pagamento de função gratificada e/ou incorporação desses valores para as técnicas que irão representar e responder pela gestão pedagógica. A Profa. Rosa Maria Limongi Ely, Coordenadora Pedagógica, representando o grupo, informou que foi acertado em CTAP que toda a equipe formada por 4 (quatro) Coordenadoras Pedagógicas, 5 (cinco) Orientadoras Pedagógicas, 1 (uma) Psicóloga e 1 (uma) representante dos Professores vão gerir o Colégio João XXIII. Salientou que as 4 (quatro) Coordenadoras Pedagógicas serão responsáveis pela parte pedagógica e que a Supervisora Geral do Serviço de Orientação e Psicologia (SCP) será a representante do Colégio junto aos Órgãos Estaduais de Educação, assinando documentos oficiais, certificados, transferências e as demais documentos pertinentes a gestão pedagógica. Respondendo ao questionamento do Conselheiro João Batista Santafé Aguiar a Profa. Rosa Maria Limongi Ely ratificou que as 4 (quatro) Coordenadoras Pedagógicas acordaram que abrem mão de toda e qualquer remuneração extra para realização dessa transição, até março de 2019. Destacou que as Coordenadoras Pedagógicas querem única e exclusivamente do Conselho o apoio para fazer um trabalho transparente, verdadeiro e que traga muitos benefícios para os filhos de todos. Em seguida, a Presidente ratificou que na Reunião Extraordinária do Conselho Deliberante nº 526/2018, datada de 22/11/2018, foi aprovada a constituição de uma Comissão para realização do Processo Sucessório da Direção Pedagógica e que seus integrantes seriam definidos nesta reunião. A Presidente abriu espaço para sugestões. A Conselheira Eunice Kindel parabenizou o posicionamento das integrantes da Equipe Técnica Pedagógica. Sugeriu o nome da Conselheira Jaqueline Moll para compor a Comissão de Sucessão pela sua experiência na área Educacional. O pai José Mario Neves fez uma proposição inicial de formação efetivamente representativa para abarcar todos os segmentos da comunidade escolar: Pais do Conselho (4); Professores da APJ (3); Equipe Técnica do CTAP (3); Funcionários do ADM/PED (2); Estudantes do CA e GEJ (2) e Diretoria Executiva (1). A Conselheira Cristiane Vieira sugeriu que fosse ouvida uma Consultoria de Gestão de Pessoas (definir número de horas). A Conselheira Joice Pavek Figueiró propôs que o número de integrantes fosse redimensionado para 2 participantes de cada segmento proposto. Salientou que apoia a indicação da Conselheira Jaqueline Moll para integrar a Comissão de Sucessão. O Conselheiro Regis Weber ratifica a proposta questão de buscar uma Consultoria Externa. A Conselheira Jaqueline Moll agradeceu a indicação e destacou a importância de a Comissão ter representação de todos os segmentos da comunidade escolar, inclusive de representante de funcionários que também exercem o papel de educadores. Salientou que o grupo tem conhecimento acumulado no tema escolha da Direção Pedagógica. Comentou sobre buscar Consultorias na PUC e na UFRGS. Disse que a Comissão não deverá ser muito grande para não perder o foco. Ratificou que todo o grupo de Conselheiros deve reanimar o movimento de escola comunitária. A Janaína solicitou o parecer da Equipe Técnica para ver a necessidade ou não de contratação de Consultoria Externa para esse processo. A Profa. Ianne Ely Godoi Vieira Coordenadora Pedagógica informou que essa discussão já vinha ocorrendo no CTAP e destaca que tem que ser alguém da área técnica para ocupar a Direção Pedagógica. Acredita que esse processo de “como fazer” tem que ser compartilhado dentro da instituição. Quanto à Consultoria Externa lembrou que o Conselho tem 2 mães muito experientes na área da Educação, a Jaqueline Moll, na educação integral, e a Eunice Kindel, na área de ciências. Concorda que nesta Escola não tem mais como não ter representantes de todos os segmentos, principalmente, de funcionários. O pai Francis Bordas disse estar contemplado na fala da Profa. Ianne Ely Godoi Vieira. Sugere que seja feita uma proposta piloto e ratifica a indicação da Conselheira Jaqueline Moll para integrar a Comissão de Sucessão. O Conselheiro Fabrício Pessoa demonstrou preocupação com a questão do tempo para escolher a opção de Comissão de Sucessão. Acredita que deveria ter outra opção para o Conselho poder avaliar melhor. O Conselheiro Regis Weber destacou que a Comissão de Sucessão vai definir regras para escolha, elaborar o edital e fazer análise dos currículos. Sugeriu o prazo de mandato de 4 anos e 1 recondução. A Presidente comentou que essas recomendações deverão ser encaminhadas e avaliadas pela Comissão de Sucessão que será formada. Foi sugerida a seguinte composição da Comissão de Sucessão: Pais do Conselho (4); Professores da APJ (4); Equipe Técnica do CTAP (1); Funcionários do ADM/PED (2); Estudantes do CA e GEJ (2) e Diretoria Executiva (1). A Conselheira Bianca da Silva Alves questionou como se dará o prazo para realização do processo de seleção até março de 2019. A Presidente comentou que a ideia é de que a Comissão de Sucessão trabalhe e na Reunião Ordinária do Conselho de março de 2019 já traga uma proposta da forma de escolha para apreciação e aprovação pelo Conselho. A Conselheira Maria Luiza Pont colocou que de dezembro/18 para março/19 é o período de férias. A Conselheira Jaqueline Moll entendeu ser necessário que seja normatizado e que se torne permanente esse processo coletivo, agregando professores, estudantes, funcionários e pais. Sugere que a Comissão de Sucessão se encontre em outros momentos até que chegue a um ponto comum sobre o assunto, para trazer na reunião ordinária de março de 2019 ou numa reunião extraordinária chamada, em abril de 2019, especialmente para essa discussão. Fez um elogio especial à Equipe Técnica Pedagógica presente pelo trabalho e a dedicação de sempre. A Conselheira Bianca da Silva Alves pontuou sua preocupação com o que foi votado na reunião passada de que todo o CTAP assumiria a gestão pedagógica do João XXIII, bem como com os prazos para cumprir essa demanda. A Presidente ratificou que as aulas reiniciam em fevereiro de 2019 e se for necessário em março o Conselho terá a sensibilidade de analisar se conseguirá ou se necessitará de uma reunião extraordinária em abril. Em regime de votação, a Presidente submeteu ao Conselho Deliberante o que segue: ***PROPOSTA 3*** *– Aprovação da composição da Comissão de Sucessão*- dos 33 conselheiros presentes aptos a voto, 30 (trinta) foram a favor da aprovação da proposta 3, 2 (dois) se abstiveram de votar, os Conselheiros Bianca da Silva Alves e João Batista Santafé Aguiar e 1 (um) saiu antes da formalização da votação, Conselheiro Daniel Juliano Soares. *A Proposta 3 foi aprovada pela maioria absoluta dos votos, sem ressalvas*. Dando sequência, a Presidente submeteu a ***PROPOSTA 4*** *– Aprovação da indicação dos nomes dos integrantes pelo Conselho: Jaqueline Moll, Leonardo Tricot Saldanha, Wilen Manteli Júnior e Ricardo Kuchenberger. A proposta 4 foi aprovada por aclamação dos Conselheiros presentes.* Na pauta **Projeto João 2023** a Presidente propôs a Conselheira Cristiane Vieira, representante do Comitê de Captação, que em função do adiantado da hora a apresentação fosse transferida para a próxima reunião do Conselho. Ficou confirmada a transferência da pauta para que o trabalho possa ser apresentado no tempo merecido. Entretanto, a Conselheira Cristiane Vieira fez um convite para que todos os presentes se engajassem no trabalho de captação de novos alunos e de fidelização dos atuais alunos. Salientou que a reunião do Comitê de Captação acontece todas as quartas-feiras às 16h30min, na sala 201. Na pauta **Diretor de Comunicação**, a Diretora Jurídica leu a Carta do Diretor de Comunicação, João Batista Santafé Aguiar, solicitando a sua demissão da função de membro da Direção Executiva da Fundação, a partir de 23 de novembro de 2018. Texto na íntegra: “*À Fundação Educacional João XXIII - Comunico a minha demissão da função de membro da Direção Executiva dessa fundação a partir desta data, inclusive. Aproveito para expressar minha admiração e gratidão à equipe de profissionais da área de Comunicação formada pela Luana Castro Alves, Patrick de Medeiros e Rosina Duarte de Duarte, com a participação da Eliane Santa Brígida e a mãe Eliane Constantin que aprendi a admirar nestes poucos meses de convivência; meus agradecimentos também à grande lutadora e Gerente Administrativo-Financeira Fátima Eschberger, à Ivana Depaoli e equipe, ao Izaías e maravilhosa equipe, à Rosângela e à Debora, à Adriana e RH, à equipe de TI coordenadas pela Priscila e formada também pelo Washington e o Eduardo; ao grande Sérgio, no patrimônio e segurança e equipe; à Lu, e colegas, na portaria; à Eliane, na fantástica biblioteca Zilah Totta, e equipe; à Fernanda e à Tatiana; à Sra. Cleci, sempre atenta e diligente; e ao Sr. Jorge, jardineiro da escola, e colegas; ao Sr. Ivan e equipe; ao Éder e equipe pelo apoio sempre eficiente e amigo; e aos demais profissionais por ventura não citados com quem tive contato! Agradeço em especial à Diretora Geral Anelori Lange pelo sempre decidido apoio às iniciativas na área de comunicação, pessoa que admiro pela defesa intransigente do projeto e equipes profissionais do Colégio, pela correção moral e firmeza de caráter; da mesma forma à Vice-Diretora Geral Maria Tereza Coelho, sempre diligente e atuante na defesa do clima necessário ao andamento do projeto pedagógico e boas práticas na Escola. Convivi com ambas praticamente todos os dias destes meses na função de diretor, não interessando se em fim de semana ou feriado, ou em período noturno, sempre ocupadas e preocupadas com os projetos da instituição. Agradeço aos demais profissionais na área de orientação e supervisão, citando em lugar de todos, a educadora Mirian. Por fim, agradeço àqueles membros da Direção Executiva que pensam no papel da Fundação como sendo o de apoiar o projeto político pedagógico do Colégio João XXIII mantendo-o uno hígido dentro de suas propostas iniciais, o apoio permanente, e a convivência amiga e construtiva. Saudações. Porto Alegre, 23 de novembro de 2018. João Batista Santafé Aguiar”.* Na sequência a Presidente informou que com essa carta o Sr. João Batista Santafé Aguiar se despede da Diretoria Executiva da Fundação e aproveitou para agradecer pelo trabalho desenvolvido como Diretor de Comunicação. Na sequência, a Presidente fez o convite para a mãe Cristina Toniolo Pozzobon, que já ocupou o cargo de Diretora de Comunicação, em 2012, de Presidente da Fundação, de 2012 a 2015, e de Conselheira, em 2017. A Cristina Toniolo Pozzobon aceitou e agradeceu o convite para integrar a Diretoria Executiva como Diretora de Comunicação. Agradeceu ao João Batista Santafé Aguiar pelo trabalho desenvolvido na Comunicação. Espera poder contribuir mais um pouco com a Escola nessa função. Aproveitou para convidar quem quiser participar e auxiliar nesse processo de Comunicação para captação e retenção de alunos, no próximo ano, será bem-vindo. A Presidente empossou a nova Diretora de Comunicação, a partir desta data. Na pauta **Assuntos Gerais**, a Presidente comentou sobre a **Cerimônia de Entrega do Certificado de Responsabilidade Social,** que ocorrerá no dia 28/11/2018, às 19h, no Teatro Dante Barone, da Assembleia Legislativa. Ao final da reunião, o Conselheiro João Batista Santafé Aguiar solicitou a inclusão do ponto de pauta “**Carta aos Conselheiros**”. O Conselheiro João Batista Santafé Aguiar informou que faria a leitura do documento, de sua autoria, com um relato sobre a atuação da Presidente da Fundação. Em função da não entrega do documento formal segue a síntese da fala do mesmo: comentou que foram criadas situações anômalas pela Presidente que prejudicaram a estabilidade da atuação do Corpo Técnico e do clima educacional da Fundação e do Colégio João XXIII; que foi aproveitado o documento formal do CTAP, que falava sobre as relações com a Direção Geral da Escola, para encaminhar no Conselho uma votação abrupta para saída da Diretora Geral; que passaram a ser encaminhadas questões diretamente ao Conselho, que não haviam sido consensuadas na Diretoria Executiva, não respeitando formas e ritmos do colegiado, por exemplo, a mudança da gestão da Direção Geral da Escola, argumentando que os Diretores teriam o direito de levantar na assembleia as suas discordâncias; que priorizava o envio de temas trabalhados no Comitê de Governança, coordenado pela própria Presidente diretamente ao Conselho mesmo sem o consenso da Diretoria Executiva, como por exemplo alteração do Estatuto; que justamente a pessoa que deveria liderar um bom processo de governança, almejado, desejado, planejado, discutido, talvez em outras condições, desconsiderava totalmente as posições majoritárias da Diretoria Executiva, seja na forma de encaminhar o processo de uma nova Direção Geral ou na forma de encaminhar as alterações de estatuto que acabaram não sendo viabilizadas; que confirmou a convocação do Conselho com a presença do CTAP, mesmo com a não concordância da maioria da Diretoria, consultada expressamente pelo whatsapp, passando por cima desse colegiado; que acredita que ou a Presidente representa o colegiado da Diretoria da Fundação ou trabalhar em regime presidencialista em que as decisões são tomadas individualmente. A Diretora Jurídica fez a intervenção da fala, informando que essa situação está sendo constrangedora para a Presidente da Fundação. A Presidente informou que não recebeu cópia desse documento e solicitou que o mesmo seja enviado para que seja dado a conhecer a todos os Conselheiros. O Conselheiro João Batista Santafé Aguiar disse que estava fazendo uso de sua condição de Conselheiro e que exigia o tempo para encerrar sua leitura do documento, alegando posição política. A Presidente voltou a solicitar, então que o Conselheiro passe a sua posição política por escrito e informou que a mesma constará junto com as outras posições políticas já manifestadas pelo mesmo e que foram encaminhadas para análise para posterior entrada com um processo de assédio moral. A Presidente agradeceu a presença de todos na assembleia. Entretanto o Conselheiro finalizou a leitura dos documentos e agradeceu a todos por terem escutado. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

**ATA Nº 528/2018 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situado na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se 34 (trinta e quatro) membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, 9 (nove) membros da comunidade escolar formada por pais e mães do Colégio João XXIII, conforme listas de presenças assinadas em anexo, Sra. Laura Maria da Conceição Eifler Silva - Presidente, Sr. José Alencar Lummertz - Vice-Presidente, Sra. Aline Carraro Portanova - Diretora Jurídica, Sra. Andrea Tabajara Bichinho Trajano – Diretora Financeira, Sra. Fátima Eschberger - Gerente Administrativo-Financeira, Profa. Mirian Zambonato - Supervisão Pedagógica e Coordenação Pedagógica do 9º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, Profa. Márcia Elisa Valiati – Coordenação Pedagógica da Educação Infantil, Profa. Ianne Ely Godoi Vieira - Coordenação Pedagógica da Etapa de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, Profa. Rosa Maria Limongi Ely - Coordenação Pedagógica da Etapa de 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental e Sra. Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. A Presidente apresentou os pontos de pauta: **Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária nº 527/18, de 27/11/2018 e informação sobre as Atas Notariais; Fundo de Sustentabilidade: autorização para utilização e proposta de recomposição; Projeto João 2023: Captação e Estatuto Social; Diretor de Obras e Patrimônio: pedido de afastamento e indicação novo; Assuntos Gerais: Comissão do Processo Sucessório da Diretoria Pedagógica. DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA:** na pauta **Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária nº 527/18, de 27/11/2018 e informação sobre as Atas Notariais**, a Presidente iniciou informando que os áudios das reuniões extraordinárias nº 525/18, de 13/11/2018, e nº 526/18, de 22/11/2018, conforme falado na reunião anterior, foram encaminhados para empresa especializada em degravação, no início de dezembro, e que, posteriormente, as transcrições resultantes desse trabalho serão enviadas ao Tabelionato de Notas que elaborará as atas notariais com as transcrições literais oficiais dos assuntos discutidos nas assembleias. Salientou que o Tabelionato necessita de um prazo de três semanas, aproximadamente até 15/01/2019, para a entrega das referidas atas notariais, e que, em função disso, as mesmas somente poderão ser submetidas para a prévia apreciação e, consequente, aprovação dos Conselheiros na assembleia Ordinária de março de 2019, atendendo os trâmites regimentais deste Conselho. A seguir, a Presidente propôs a leitura da Ata da Reunião Ordinária nº 527/18, de 27/11/2018, por entender que não houve tempo hábil para leitura prévia pela maioria dos Conselheiros, em função de que a minuta da mesma foi encaminhada por e-mail e disponibilizada no espaço dos Conselheiros hoje. Aceita a proposta, foram distribuídas cópias da ata aos presentes, foi lida na íntegra e foram apontadas algumas correções de concordância nominal e verbal e de ortografia no texto, que foram incorporadas. Na sequência, a Presidente submeteu a votação. Dos 34 (trinta e quatro) conselheiro(a)s presentes, 29 (vinte e nove, estavam apto(a)s a voto e 5 conselheiro(a)s suplentes não estavam apto(a)s, em função da presença do(a)s titulares. Dos 29 (vinte e nove) conselheiro(a)s, 27 (vinte e sete) aprovaram e 2 (dois) se abstiveram de votar, Bianca da Silva Alves e Francisco de Paula Bastos de Freitas. A Ata da Reunião Ordinária nº 527/18 foiaprovada pela maioria absoluta dos votos, com as ressalvas incorporadas. Na pauta **Fundo de Sustentabilidade**,a Gerente Administrativo-Financeira apresentou o regramento para utilização do Fundo, estabelecido pelo Conselho Deliberante na criação do mesmo: “a quantia provisionada deverá ser depositada em aplicação financeira e somente poderá ser utilizada para destino diverso por decisão de maioria absoluta (metade mais um) do Conselho Deliberante. Salvo a utilização para cobertura dos valores relativos à perda da condição de Filantrópica, 50% do saldo deste Fundo deverá ser mantido como Fundo de Reserva, que poderá ser utilizado mediante autorização do Conselho Deliberante, para Projetos Sociais, desde que estabelecida a forma de sua restituição ao Fundo”. Demonstrou a composição do Fundo de 2015 a 2019, detalhando os percentuais anuais estabelecidos pelo Conselho Deliberante que foram acrescidos aos índices dos respectivos reajustes para compor o valor total das mensalidades. Apresentou o histórico da aplicação em CDB do Fundo de Sustentabilidade, no Banco do Brasil, realizada em 2018, detalhando o saldo em 01/01/2018, de R$ 1.555.531,70, os valores aplicados, os creditados e os rendimentos mês a mês, até 30/11/2018, totalizando R$ 2.473.426,71, conforme demonstrado na cópia do extrato bancário dos últimos 6 meses. Salientou que a previsão de saldo com as projeções que serão creditadas até amanhã, 12/12/2018 ficará em R$ 2.616.983,42 e somada a projeção de rendimentos previsto de dezembro, o saldo totalizará R$ 2.628.498,14, em 31/12/2018. Informou que no dia 04/12/2018 foi retirado da conta corrente da Fundação o valor total de R$ 622.370,73, para que no dia 05/12/2018 fossem homologadas as rescisões da Diretora Geral e da Vice-Diretora, com as respectivas multas de FGTS e IRPF. Proposta da Diretoria Executiva da Fundação*: a) Autorização para utilização do Fundo: solicitada ao Conselho Deliberante a autorização para contingenciar do Fundo de Sustentabilidade o valor de R$ 150.000,00, em caso de uma eventual necessidade de contingência, mais o valor de R$ 622.370,73, caso necessite cobrir o valor pago nas rescisões, totalizando R$ 772.370,73.* Esclareceu que a proposta é de bloquear o valor de R$ 772.370,73, teto máximo para saque, do saldo do Fundo de Sustentabilidade, sem retirar esse valor da conta do Fundo, para caso a Fundação necessite utilizar, de dezembro de 2018 até março de 2019, período de recesso do Conselho Deliberante. Ratificou que o valor de R$ 622.370,73 foi retirado da conta corrente do Caixa da Fundação e ainda não foi necessário repor, mas possivelmente precise utilizar para viabilizar no dia 05 de janeiro, a Folha de Pagamento do mês de dezembro de 2018, ou no dia 14 de janeiro, a Folha de Pagamento do Abono de Férias, mais todos os respectivos encargos, que somados giram em torno de R$ 1.800.000,00 de saídas previstas em janeiro de 2019. Salientou que isso dependerá: do saldo que a Fundação fechará em dezembro de 2018, pois a previsão do fluxo de caixa, anteriormente apresentada a esse Conselho, finalizava o ano com o saldo positivo de R$ 245.000,00; do recebimento das 45 antecipações projetadas, pois até o momento foram recebidas somente 6, destacando que a campanha encerrará no final da próxima semana; do retorno ao saldo do caixa da Fundação dos valores das rubricas não realizadas; das efetivações das negociações com os inadimplentes. *b) A Proposta de Recomposição do Fundo: de dezembro/2018 a abril/2019, depositar somente os juros da aplicação sobre o valor retirado da conta e, a partir de abril/2019, na reunião Ordinária do Conselho de Ratificação do Orçamento, em abril, apresentar a proposta de recomposição do valor principal do Fundo de Sustentabilidade.* Esclareceu que, em abril, após a confirmação do número total de alunos e com a situação orçamentária da Fundação definida será feita a proposta de recomposição do Fundo. Com relação a reserva de contingência de R$ 150.000,00, esclareceu que é para que caso a Fundação tenha qualquer problema financeiro, durante o período de recesso do Conselho, a verba já estará autorizada para suprir essa eventual necessidade, mas ratificou que o valor permanecerá na conta do Fundo até que a Fundação precise efetivamente utilizar essa reserva. Esclareceu, também, as dúvidas levantadas sobre os cancelamentos projetados e as negociações com os inadimplentes. Salientou que o saldo de caixa, hoje, fora o Fundo de Sustentabilidade é de aproximadamente R$ 800.000,00, já descontadas as verbas rescisórias, mas destacou que a Fundação tem a Folha de Pagamento do 13º salário, até sexta-feira, mais a previsão de pagamento das várias despesas até final dezembro. Informou que tem mais a verba de Fundo de Investimentos de aproximadamente R$ 400.000,00, em conta apartada e que já foi aprovada por este Conselho. Resumindo, a Fundação tem os valores apartados do Fundo de Sustentabilidade, até 30/11/2018, no valor de R$ 2.473.426,71, do Fundo de Investimentos no valor aproximado de R$ 400.000,00, além disso tem o saldo da conta corrente de aproximadamente R$ 800.000,00, porém esse valor deverá cobrir as despesas até o final do mês. Comentou sobre os valores de rubricas não realizadas que retornam para o caixa da Fundação e os valores das efetivações dos acordos das negociações com inadimplentes que também revertem para o caixa. O Vice-Presidente esclareceu que, por sugestão dele, foi acrescido o valor de R$ 150.000,00 como reserva de contingência, caso seja necessário, para atender as obrigações financeiras no período de férias do Conselho, como férias, 13º entre outras emergenciais que poderão ocorrer, em função das inadimplências, da não efetivação das antecipações, de cancelamentos de matrículas, apesar da relação com as matrículas novas estarem equilibradas. Portanto, a liberação desse valor é uma questão de segurança que já ficará pré-aprovada pelo Conselho, mas com valor mantido na conta, que só será sacado caso haja uma eventual necessidade de utilização. Esclareceu que mesmo com uma eventual possibilidade de a Fundação ter cessada a Filantropia oficial, nesse período, não haveria problemas, pois a Fundação teria prazo para saldar o pagamento dos encargos patronais. Esclareceu, ainda, que é mais vantajoso, caso haja necessidade, a utilização do próprio Fundo de Sustentabilidade, repondo os juros, do que um empréstimo bancário com taxas de juros mais elevadas. Salientou que a reposição do valor utilizado deverá ser realizada ainda nesta gestão 2019 do Conselho. A Gerente Administrativo-Financeira informou que o valor dos juros para a reposição ao Fundo, caso o montante de R$ 772.370,73 fosse utilizado, seria de R$ 3.355,86 ao mês. Salientou que se a Fundação retirasse esse mesmo valor de empréstimo no Banco Santander, cuja a conta garantida foi renovada no valor de R$ 550.000,00, o valor mensal dos juros (1,21%) seria de R$ 9.377,00. Esclareceu algumas questões levantadas pelos Conselheiros na assembleia informando que a utilização do Fundo Sustentabilidade é pontual, que a Fundação fará a reposição do valor utilizado e que, posteriormente, retomará a discussão sobre a Filantropia; que a Fundação está buscando reduzir o déficit com a captação de novos alunos e com a busca de outras fontes de recursos; que as movimentações de saídas e de ingresso de novos alunos estão sendo acompanhadas e que, hoje, são 85 alunos novos para 97 orçados e 77 saídas para 126 orçadas; que a saída do professor Estevão já estava orçada, mas a da professora Inês não, pois ela pediu demissão. A Presidente ratificou que o foco da discussão é a autorização para utilização do Fundo para recompor as indenizações salariais da Direção Pedagógica e deixar a possibilidade, se necessário for, de um valor de reserva de contingência. Em abril, a Fundação fará a revisão do orçamento, revendo a movimentação de entrada e saída de alunos, bem como a revisão da Folha de Pagamento da Fundação. Ratificou que essa discussão até março não ocorrerá. O Conselheiro Francisco de Paula Bastos de Freitas pediu um parecer Jurídico sobre a legalidade do empréstimo, pois alegou ter consultado um ex-Diretor Jurídico da Fundação e que esse discordou sobre a possibilidade de mexer no Fundo de Sustentabilidade. A Diretora Jurídica esclareceu o objetivo do Fundo de Sustentabilidade e sobre o pagamento das cotas patronais em caso de perda da Filantropia. A Presidente ratificou que o regramento aprovado pelo Conselho Deliberante orienta sobre a possibilidade e de que forma é possível mexer no Fundo de Sustentabilidade. A Conselheira Eunice Kindel informou que o Conselho Deliberante, em 2017, deliberou por reajustar as mensalidades em 4% e por não recolher o valor destinado à Filantropia, portanto o Fundo de Sustentabilidade é flexível e o seu uso é aprovado pelo Conselho Deliberante. A Conselheira Cristiane Vieira ratificou que na época da criação foi definido pelo Conselho que 50% do saldo deste Fundo não deveria ser mexido, mas deixou a margem de 50% para em caso de necessidade poder fazer utilização de parte dele, mediante aprovação deste Conselho. Encerrados os esclarecimentos, em regime de votação, a Presidente submeteu ao Conselho Deliberante a **Proposta da Diretoria Executiva da Fundação:** *autorização do Conselho Deliberante para a Diretoria da Fundação a sacar o valor contingenciado, caso seja necessária a utilização, até março de 2019, do valor de até R$ 772.370,73, teto máximo, do Fundo de Sustentabilidade, referente a reposição de R$ 622.370,73 retirado do Caixa da Fundação para cobrir as rescisões da Diretora Geral e da Vice-Diretora e a eventual reserva de contingência de R$ 150.000,00; bem como para repor o Fundo, no período de dezembro/2018 a abril/2019, com o depósito somente dos juros da aplicação sobre o valor retirado da conta e, a partir de abril/2019, na reunião ordinária do Conselho para Ratificação do Orçamento/2019, propor a recomposição do valor principal do Fundo.* Dos 29 (vinte e nove) Conselheiros que estavam apto(a)s a voto, 4 (quatro) saíram antes da votação, 4 (quatro) foram contrários, Francisco de Paula Bastos de Freitas, Regis Alberto Weber, Beatriz de Medeiros Durand e Elisandra Fabiana Moreira, 2 (dois) se abstiveram de votar, Fabio Subtil e Tatiana Toniolo Baggio e 19 (dezenove) Conselheiro(a)s aprovaram a proposta. A Proposta da Diretoria Executiva da Fundação foi aprovada pela maioria absoluta dos votos. Na pauta **Projeto João 2023,** com relação ao item **Captação,** o Vice-Presidente e Coordenador do Comitê de Captação comentou sobre o trabalho desenvolvido pelo grupo, ao longo dos 55 encontros realizados, focado na captação de alunos novos, na conversão de visitas em matrículas e na qualificação do atendimento às novas famílias. A Conselheira Cristiane Vieira fez a apresentação geral do trabalho que vem sendo realizado pelo grupo, do papel do Comitê e da participação de seus integrantes e do calendário de atividades. Salientou que o Comitê está integrado aos Comitês de Comunicação e de Fidelização. Demonstrou os quadros com os indicadores e as metas de captação, com percentuais de oportunidades/visitas convertidas em matrículas, e de novos alunos, com a quantidade de alunos novos, estabelecidos para o período de 2017 a 2023. Destacou as ações de melhorias realizadas e as em desenvolvimento para melhorar a captação de alunos. Apresentou o desenho do plano de ação para o planejamento e acompanhamento de atividades que o grupo vem trabalhando, bem como os obstáculos identificados nos processos. Entre as atividades realizadas do Comitê, destacou algumas: o novo folder do João XXIII; a ampliação da ficha de entrevista/matrícula; a capacitação da Qualidade do Atendimento: uma questão de consciência, disposição e compromisso para profissionais da linha de frente do atendimento João XXIII; a elaboração de um guia do Jeito de Atender do João XXIII; a adequação do tour com famílias novas pelos espaços da escola; a melhoria da comunicação interna; a integração entre comitês, etc. A Profa Ianne Vieira comentou a experiência que é realizada na etapa de 1º ao 5º do EF, há 3 anos, onde os alunos do 5º ano são responsáveis de apresentar a Escola, juntamente com a Coordenação da Etapa, para os alunos de 1º ano. Comentada a oportunidade de trabalhar a divulgação da Escola em segmentos chaves da comunidade, nas áreas da educação, da saúde, etc que podem fazer a indicação do João XXIII. A profa. Mirian Zambonato comentou sobre o ranking do Enem e as ações que a área Pedagógica desenvolve com os alunos desde o ensino fundamental, conforme já foi amplamente comentado e discutido neste Conselho. A Conselheira Tatiana Baggio registrou a sua experiência na tentativa de agendamento de visita à Escola que só foi efetivada, depois de vários contatos, mediante a abertura de vaga. Sugeriu que as visitas sejam mantidas de forma contínua. A Conselheira Cristiane Vieira comentou que as visitas já estão permanentemente abertas para agendamento. A Conselheira Eunice Kindel destacou sobre a importância de se valorar a qualidade dos professores do João XXIII, pois quanto aos salários o corpo docente é bem pago, pois o João XXIII está sempre entre as 5 escolas particulares de Porto Alegre, com os maiores salários. O Conselheiro Regis Weber parabenizou o grupo pelo trabalho e sugeriu o fortalecimento da Educação Infantil, que é referência, e realimentar esse diferencial para as demais etapas. A seguir, com relação ao item Estatuto Social, a Presidente e Coordenadora do Comitê, comentou sobre a ação que foi realizada na Mostra Cultural, dia 10/11/2018, para coleta de sugestões sobre a revisão do Estatuto Social, tema Conselho Deliberante. A Conselheira Maria Luiza Pont comentou sobre o formulário para coleta de sugestões dos diversos segmentos da comunidade escolar, também, sobre o tema Conselho Deliberante, seu funcionamento, sua composição, suas competências, etc. Salientou que o mesmo será disponibilizado no site e os retornos deverão ser encaminhados até o dia 01/03/2019 para a Secretaria da Fundação. O Pai Clóvis Althaus questionou sobre a necessidade de revisão do Estatuto. A Conselheira Maria Luiza Pont esclareceu que partiu de uma demanda do Workshop do Planejamento Estratégico, que teve a participação dos vários segmentos da comunidade escolar. A demanda foi destinada ao Comitê de Governança, que definiu como meta, na primeira fase, trabalhar o Organograma da Fundação e na segunda fase o Estatuto Social – Conselho Deliberante. A Presidente informou aos interessados em participar das discussões, que as reuniões do Comitê ocorrem nas segundas-feiras, às 7h40min, semanalmente, e que o grupo voltará a se reunir no início do semestre letivo de 2019. Na pauta **Diretor de Obras e Patrimônio**, com referência ao **Pedido de Afastamento do Cargo**, a Presidente comunicou que a Diretoria Executiva recebeu na reunião do dia 07/12/2018 a carta dirigida ao Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII pelo Alexandre Ozório Kloppemburg, informando o seu pedido de afastamento do cargo de Diretor de Obras e Patrimônio na atual gestão da Diretoria Executiva e do quadro de Conselheiros, a partir de 06 de dezembro de 2018, encerrando assim seu mandato nesta data. Informou que o pedido foi acolhido pela Diretoria Executiva da Fundação e na mesma data foi reencaminhado o pedido de afastamento, por e-mail, aos membros do Conselho, informando que seria pautado nesta assembleia. A seguir, com referência a **Indicação do Novo Diretor**, a Presidente fez o convite ao Pai Ricardo de Almeida Collar para assumir a Diretoria de Obras e Patrimônio, a partir desta data. O Pai Ricardo de Almeida Collar agradeceu e aceitou o convite para assumir o cargo. Fez uma breve apresentação pessoal, dizendo que é Advogado e Sociólogo, Servidor Público Federal, tem experiência na área de infraestrutura, está com 59 anos, é pai de 4 filhos, dois estão no João XXIII, Leonardo aluno na 3ª série do EM e Marco Antônio aluno no 8º ano do EF e esportista do João XXIII. A Presidente ratificou que Ricardo de Almeida Collar passa a integrar a Diretoria Executiva da Fundação, tomando posse do cargo de Diretor de Obras e Patrimônio, a partir desta data, 11 de dezembro de 2018, até o encerramento do mandato desta gestão, em 31 de dezembro de 2019. Ratificou que, na reunião Ordinária do Conselho Deliberante passada, foi feito da mesma forma o convite para a Cristina Toniolo Pozzobon que passou a integrar a Diretoria Executiva da Fundação, tomando posse do cargo de Diretora de Comunicação, naquela data, 27 de novembro de 2018, até o encerramento do mandato desta gestão, em 31 de dezembro de 2019. Na pauta **Assuntos Gerais,** no item **Comissão do Processo Sucessório da Diretoria Pedagógica**, a Presidente nomeou a Comissão composta por 14 integrantes, escolhidos por seus pares, representando os seguintes segmentos: Pais indicados pelo Conselho (4): Jaqueline Moll (Conselheira), Leonardo Tricot Saldanha (pai), Ricardo Kuchenberger (pai) e Wilen Manteli Júnior (pai); Professores indicados pela APJ (4): Clara Coelho Marques, Rogério Lima Carriconde, Rosane Dias Rodriguez e Thaís Freitas Meditsch; CTAP indicada pelas técnicas (1): Maria Fernanda (Psicóloga); Funcionários indicados pela Gerência Administrativo-Financeira e pela Comissão do CTAP (2): aguardando indicação; Estudantes indicados pelo CA e GEJ (2): Renata Pereira de Campos (2ªC) pelo CA e Antônio Achutti Olivé (2ªA) pelo GEJ; Diretoria Executiva indicados pela Diretoria (1): José Alencar Lummertz (Vice-Presidente). Informou o e-mail de contato da Comissão: <[comissaosucessoriaJ23@joaoxxiii.com](mailto:comissaosucessoriaJ23@joaoxxiii.com)>. Com referência ao item **Movimentação de alunos: Matriculas Novas e Cancelamentos**, a Presidente apresentou o quadro de matrículas novas, por ano/série, totalizando 85 alunos novos e o quadro de cancelamentos, por etapa e agrupados pelo motivo da saída, totalizando 77, incluindo os bolsistas até o dia 10/12/2018. **Comunicação de saída de membros da Diretoria Executiva:** a) *Diretora Financeira, Andrea Tabajara Bichinho Trajano*, comunicou que frente ao que vem acontecendo nos últimos três meses, especificamente, o Conselho vem acompanhando de perto tudo. Hoje, após a apresentação do Fundo de Sustentabilidade, informou que é com muito pesar que deixa, a partir de hoje, 11/12/2018, oficialmente o cargo de Diretora Financeira e encerra o seu mandato na gestão da Diretoria Executiva da Fundação. Salientou que no início do ano todos da Diretoria Executiva iniciaram a gestão muito bem, com pais técnicos nas áreas de atuação, buscando desenvolver o seu trabalho da melhor forma. Deixou claro que não concordou com os últimos acontecimentos e disse que infelizmente não pode estar presente na discussão, do dia 22 de novembro passado, sobre a Direção Pedagógica. Acredita que a condução que foi feita foi precipitada financeiramente, mas também não se pensou na Fundação como um todo. Hoje, temos quatro Coordenadoras do CTAP que estão dando conta dos cargos de Direção Geral e Vice-Direção, com o suporte da Gerente Administrativo-Financeira e da Coordenadora de RH, mas realmente ainda tem coisas complicadas. Comentou que o Processo de Sucessão da Direção Pedagógica ocorreria de qualquer maneira, pois já estava sendo discutido isso entre a Diretoria Executiva da Fundação e a Direção Geral. Acredita que a carta do CTAP não tinha como intenção de pedir a demissão imediata da Direção Geral e da Vice-Direção. A partir disso, começaram a ocorrer reuniões da Diretoria Executiva com profissionais sem a presença e/ou conhecimento dos demais membros; assim como isso aconteceu outras coisas aconteceram, então hoje disse que estava se retirando da Diretoria Executiva. Destacou que escutou na reunião do grupo do João sem Mordaça alguns insultos (fascista para fora), que alguns membros da Diretoria Executiva que estavam tentando fazer coisas contra a Escola e que a Presidente em uma reunião disse que as coisas estavam muito ruins e que foi um erro ter feito uma Diretoria de composição, de pessoas que pensam diferentes, como é o João XXIII. Salienta que o erro é de como a Diretoria está se encaminhando toda alinhada. Deixou registrado o agradecimento profundo à Fátima Eschberger pelo seu trabalho, que sem ela a Fundação não existiria, pois tem todo o histórico e é a base concreta da área Administrativa. Agradeceu, também, aos presentes e informou que retornará a sua condição de Conselheira Titular, a partir desta data até o encerramento do mandato no Conselho, em 28 de maio de 2019. b) *Vice-Presidente, José Alencar Lummertz,* comunicou que, a partir de hoje, 11/12/2018, se retira oficialmente e encerra seu mandato do cargo de Vice-Presidente desta gestão da Diretoria Executiva da Fundação. Fez questão de ler na íntegra a sua carta de despedida aos Conselheiros, Diretoria Executiva, Diretoria Pedagógica, Gerência Administrativa Financeira e demais presentes, contando a sua trajetória e as experiências vividas ao longo dos 18 anos de Colégio João XXIII. Comentou sobre sua discordância em algumas decisões e ações realizadas pela Diretoria Executiva e sustentada por este Conselho. Salientou que procurou sempre, enquanto membro da Diretoria Executiva, não tomar partido, pois acredita que este colégio “Não tem cruz e não tem bandeira” é o João XXIII “Sem mordaça e sem partido”. Comentou que esteve sempre ao lado do Colégio para seguir em frente e fazer o melhor possível, dentro da sua competência e especialidade profissional. Disse estar deixando a Escola por uma opção de sua filha, que junto do grupo de colegas de sua turma, parceiras e focadas no estudo, decidiram trocar de Escola. Agradeceu a todos os que de uma forma ou de outra possibilitaram esta oportunidade de poder contribuir para o crescimento sustentável desta fundação, tanto a nível alunos quanto a estrutura econômica/financeira. Lembrou e ressaltou que todos são responsáveis pelas decisões, aprovações, deliberações que não ficam na simples votação, mas sobretudo nas consequências originadas pelas mesmas. Desta forma, implorou que todos estejam sempre unidos e mobilizados, como estiveram nos últimos dias, nas últimas reuniões, nas últimas ações! Por fim, salientou que sai tranquilo e com a missão cumprida. A Presidente informou que foi uma surpresa, tanto para ela como para o Conselho, essas comunicações de desligamento, mas em função disso encaminhou a seguinte **Proposta ao Conselho**: *que na reunião Ordinária do Conselho de março de 2019 se faça a eleição do novo Vice-Presidente e se faça a homologação da indicação da Diretoria Executiva do nome do novo Diretor Financeiro, para cumprir o restante do mandato desta gestão, que encerrará no final de dezembro de 2019.* O Conselheiro Fábio Subtil disse estar surpreso com essas solicitações uma atrás da outra, vê agora que a crise não terminou no Colégio. Tem visto a Presidente tentando democratizar o Colégio, o Pedagógico e percebe que isso não era consenso na Diretoria Executiva. Solicitou um parecer da Presidente sobre o assunto. A Presidente respondeu ao Conselheiro Fábio Subtil e aos demais Conselheiros que todos juntos estão vivendo um processo de discussão, de manifestação dos pais, de colocação de posições, alguns entendendo que era necessário resgatar a história da Escola e outros entendendo que essa história já estava contemplada na Escola da forma que estava. Junto com esse movimento, que envolveu todos os Conselheiros, o Conselho Deliberante, que foi constituído a partir da iniciativa dos pais, também, a área Técnica se manifestou levantando quais as dissonâncias que estavam entendendo que existisse. Esse foi um processo que todos aqui participaram, ninguém ficou isento, e isso também se refletiu agora, mas já era uma discussão antiga na Diretoria Executiva. Salientou que era uma discussão que existia um tensionamento, tanto na Direção Pedagógica como na Diretoria Executiva e que apareceu externamente através da organização dos pais. A que apareceu externamente através da própria manifestação do CTAP, já era um tensionamento existente dentro do Colégio. Foram vários os debates que foram instituídos: quem decide é o Conselho ou é a Diretora Executiva? A Diretoria Executiva deve ter uma posição anterior para que se leve ao Conselho o debate ou não? Se as discussões de Comitês Temáticos devem passar primeiro pela Diretoria Executiva ou eles devem colocar diretamente para o Conselho? Salientou que haviam divergências sobre isso. E isso já foi dito, aliás o João Batista muito claramente disse isso, mas outros Diretores também. Salientou que essas divergências já estavam fazendo um caldo de cultura, que quando toda essa discussão se ampliou, se colocou para todos, na forma de organizações de pais, de abaixo-assinados, de manifestação do CTAP ela estava refletindo o que acontecia dentro da Escola. Salientou que é um direito das pessoas de participarem ou não da Diretoria Executiva, uma atividade que se faz por convicção e tão somente por convicção. Comentou que não há mais nada que possa levar que alguém se reúna, semanalmente, se preocupe com o andamento do Colégio, como vai fazer o orçamento, como estão os pais, como estão as matrículas, se não for por convicção. E por convicção de que é esse formato de Escola que queremos e que colocamos nossos filhos. Disse que escolheu o Colégio João XXIII pela sua história, pelo seu espaço democrático, pelo seu espaço de discussão, porque ela não acha errado que tenha discussão, por que não acha pecaminoso que as pessoas tenham posições e é esse ambiente que disse que quer para sua filha. Ratificou que é esse ambiente que em determinado momento lhe pareceu que estava sob risco, não somente para ela mas para muitos outros pais. Inclusive, houveram trezentos e poucos pais que assinaram o abaixo-assinado por acharem que não estava sendo preservado como deveria o espaço democrático. Enfim, salientou que essa é sua posição e pode dizer, também que custa muito para as pessoas sustentarem uma bandeira, custa muito brigar pela democracia e pela defesa de um espaço, brigar para que se resgate o passado. Salientou que a pessoa sofre todo o tipo de ataque, inclusive disse que não era preciso contar nesse fórum. Tem sofrido assédio vários, de várias formas e, sofria antes, mas acredita que isso não é suficientemente nobre para que a faça desistir de brigar pela Escola que acha que é aquela que todos queremos, que é aquela que foi fundada e que foi escolhida para nossos filhos. Salientou que se coloca no compromisso com a Escola e de achar que cumpre o mesmo dizendo para este Conselho claramente quais são as posições que tem, assegurando que o Conselho seja o órgão máximo deliberante, órgão que decide as coisas e que mesmo tento posições difíceis de tomar (teve e tem), e que não foram nada fáceis para os membros do Conselho as decisões que foram deliberadas, assim como foi difícil para o Conselho Técnico Administrativo Pedagógico (CTAP) se manifestar, mas assim mesmo todos sabemos que temos que tomar decisões difíceis para que as coisas aconteçam de uma forma melhor. Ratificou que é isso que tem a dizer. A Diretora Jurídica comentou que entrou em 2017 no Conselho Deliberante e que foi convidada a participar de uma das chapas para eleição da Diretoria Executiva. Esclareceu como e porque foi montada uma chapa única de consenso, mesclando as duas chapas existentes, e como vinha sendo o trabalho da Diretoria Executiva nesse formato. A fragilidade da Diretoria Executiva ficou evidente, interna e externamente, no momento da troca da Diretora Geral. Ratificou que não existe lado e, hoje, completando a saída de 4 membros, entre Vice-Presidente, Diretores Financeiro, de Obras e Patrimônio e de Comunicação essa fragilidade cessa. Tem que ressaltar que a Escola é democrática e que a decisão foi tomada pela maioria. O José Alencar Lummertz disse ficar triste em sair sem poder resolver o problema dos salários dos funcionários, pois temos que valorizá-los, como exemplo o do pessoal da Portaria que é igual ao do Menor Aprendiz. Sugeriu que o Conselho discuta a valorização do pessoal da Portaria, talvez reduzindo pessoal e pagando mais. O Pai Clóvis Althaus discorda quando a Presidente afirma que é para resgatar a democracia, o respeito, etc que todos pais trazem seus filhos para o João XXIIII. A divergência é político-partidária na Fundação. Destacou que a evasão é um problema da Escola. Salientou que é necessário passar uma mensagem ao público que a Escola não é o que está aparentando ser. A Coordenadora da Etapa Infantil, Márcia Valiati, salientou que no CTAP também estão tentando entender o que vem ocorrendo e, neste momento, estão gerindo o pedagógico interinamente; que a equipe técnica também está no João XXIII por profissão e por convicção; que como educadoras também não pensam todas iguais, mas assumem juntas com os pais o papel de educar seu filhos; que a liberdade, diversidade e tolerância devem ser os pressupostos dessa Escola; que se tenha a coragem para aprender com os erros; que se busque a compreensão através do diálogo, que se aprenda a lidar com tudo isso; que o espírito comunitário não tem partido; que não é saudável a unanimidade, mas devemos buscar a paz; que esse é o legado da Fundação desde seu início em 1964; que crises não nascem do nada, são uma construção diária e precisamos assumir mais essa construção; que temos que transcender nossas diferenças, pois são nossos recursos. A Conselheira Elisandra Fabiana Moreira solicitou o encaminhamento prévio das informações a serem discutidas, pois nas últimas reuniões teve dúvidas ao votar em função de não ter os dados antecipadamente em um tempo hábil para análise. Sugeriu ainda que se tenha um pouco mais de consistência na discussão de pautas importantes. A Conselheira Maria Luiza Pont concordou com a Conselheira Elisandra com relação a disponibilização das informações aos Conselheiros com tempo hábil antes das votações/decisões do Conselho. Entretanto, comentou que a sua preocupação é quando as pessoas se apropriam dos assuntos em fontes inadequadas, salientou que essa apropriação deve ser feita nos fóruns e com as pessoas que podem fornecer essas informações de forma adequada. Comentou sobre a nocividade desses grupos de whatsapp do Colégio, pois as pessoas falam o que querem, no momento que querem, dizem a sua verdade e vão repassando de forma irresponsável, inclusive falando inverdades. Por isso que o que a Elisandra Fabiana Moreira colocou é muito importante, pois quando se faz parte do Conselho, devemos buscar as informações nos locais apropriados, corretos e adequados e não em grupos de whatsapp, etc. Comentou que se todos fizessem isso não aconteceriam essas conversas paralelas, às vezes falando coisas absurdas. Salientou como exemplo a questão da discussão sobre o Fundo de Sustentabilidade no whatsapp, que teria sido resolvida só com a consulta sobre o regramento que foi aprovado por este Conselho e que está disponível no espaço dos Conselheiros. Esse assunto “bombou” no whatsapp e qual foi a finalidade disso? Essa situação foi muito nociva e abria focos constantes de “incêndio daqui e dali” que exigia esforços da Fundação e do Pedagógico para responder esses questionamentos. A responsabilidade pelas informações é de cada um de nós principalmente quem é conselheiro. Encerradas as discussões a Presidente ratificou o resultado da votação e aprovação da proposta do Fundo de Sustentabilidade: dos 29 (vinte e nove) Conselheiros que estavam apto(a)s a voto, 4 (quatro) saíram antes da votação, 4 (quatro) foram contrários, 2 (dois) se abstiveram de votar e 19 (dezenove) Conselheiro(a)s aprovaram a proposta. A Proposta da Diretoria Executiva da Fundação foi aprovada pela maioria absoluta dos votos. A mãe Luciane Duarte fez questão de registrar que os pais pagantes e não Conselheiros tem o direito de expressar a sua opinião na assembleia, mesmo que contrária a maioria e não podem ser desrespeitados por isso, pois também estão aqui assistindo a reunião defendendo o que desejam de escola e pelo direito de seus filhos. A Conselheira Joana Hennemann comentou sobre a fantástica oportunidade que se tem no João XXIII, com esses importantes espaços de discussão como no Conselho Deliberante, mas todos temos que ter um cuidado especial na forma de colocar as opiniões. Em anexo, segue a relação atualizada dos membros da Diretoria Executiva com os dados cadastrais e mandatos. Nada mais havendo a tratar a Presidente agradeceu a todos presentes, encerrou a reunião informando que este Conselho retorna em março de 2019.

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva** **Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente Secretária da Fundação

# Relação dos membros da DIRETORIA EXECUTIVA, eleitos e nomeados para os cargos de Gestão, no período de 01/01/2018 a 31/12/2019, na Reunião Extraordinária do Conselho Deliberante Nº 511/17, de 31/10/2017.

|  |  |
| --- | --- |
| PRESIDENTE Nome: **LAURA MARIA DA CONCEIÇÃO EIFLER SILVA**  End: Avenida Niterói, 90 apto. 203  Bairro: Medianeira  Cidade: Porto Alegre (RS) - CEP: 90880-270  Telefones: 51 33921590 / 51 999612740  CPF: 291.761.230-49  Identidade: 9012398773  Título de Eleitor: 049406960450  Profissão: Advogada  Nacionalidade: Brasileira  Estado Civil: Casada (comunhão parcial de bens)  Filiação: LUIZ CARLOS SILVA e OLGA EIFLER SILVA  Nascimento: 03/08/1959  E-mail: [lauraeifler@hotmail.com](mailto:lauraeifler@hotmail.com) | **VICE-PRESIDENTE (\*\*\*)**  Nome: VAGO  End:  Bairro:  Cidade: Porto Alegre (RS) - CEP:  Telefones:  CPF:  Identidade:  Título de Eleitor:  Profissão:  Nacionalidade:  Estado Civil:  Filiação:  Nascimento:  E-mail: |
| DIRETORA JURÍDICA Nome: **ALINE CARRARO PORTANOVA**  End: Av. Juca Batista, 9000, casa 1113  Bairro: Belém Novo  Cidade: Porto Alegre (RS) - CEP: 91.781-600  Telefones: (51) 9 9899-3878  CPF: 766.392.820-20  Identidade: 2038268294  Título de Eleitor: 063600410426  Profissão: Advogada  Nacionalidade: Brasileira  Estado Civil: Solteira  Filiação: RUI PORTANOVA e NEIVA TEREZINHA CARRARO PORTANOVA  Nascimento: 27/10/1974  E-mail: [alineportanova@gmail.com](mailto:alineportanova@gmail.com) | DIRETOR DE OBRAS E PATRIMÔNIO (\*\*) Nome: **RICARDO DE ALMEIDA COLLAR**  End: Rua Com. Rodolfo Gomes, 631/ 1301 T:I  Bairro: Menino Deus  Cidade: Porto Alegre (RS) - CEP: 90150-101  Telefones: (51) 3273-0840 / (51) 9 9739-5585  CPF: 296.078.920-20  Identidade: 1008209577  Título de Eleitor:  Profissão: Advogado  Nacionalidade: Brasileira  Estado Civil: Casado  Filiação: OSVALDO DOS SANTOS COLLAR e IARRA REGINA DE ALMEIDA COLLAR  Nascimento: 17/05/1960  E-mail: [collar.ricardo@gmail.com](mailto:collar.ricardo@gmail.com) |
| **DIRETOR FINANCEIRO (\*\*\*)**  Nome: VAGO  End:  Bairro:  Cidade: Porto Alegre (RS) - CEP:  Telefones:  CPF:  Identidade:  Título de Eleitor:  Profissão:  Nacionalidade:  Estado Civil:  Filiação:  Nascimento:  E-mail: | **DIRETORA DE COMUNICAÇÃO (\*)**  Nome: **CRISTINA TONIOLO POZZOBON**  End: Rua Amapá, 919/ cs 11  Bairro: Vila Nova  Cidade: Porto Alegre (RS) - CEP: 91740-460  Telefones: (51) 3266-8002 / (51) 9 8210-2460  CPF: 401.305.920-72  Identidade: 4010076241  Título de Eleitor: 029074890442  Profissão: Artista Plástica e Jornalista  Nacionalidade: Brasileira  Estado Civil: Solteira  Filiação: JOAO BAPTISTA PEDRO POZZOBON e MARIA TONIOLO POZZOBON  Nascimento: 10/01/1961  E-mail: [cristapozzobon@gmail.com](mailto:cristapozzobon@gmail.com) |

**Observações:**

**(\*)** Diretora de Comunicação nomeada na Reunião Ordinária do Conselho Deliberante Nº 527, de 27/11/2018, com mandato de 27/11/2018 a 31/12/2019.

**(\*\*)** Diretor de Obras e Patrimônio nomeado na Reunião Ordinária do Conselho Deliberante Nº 528, de 11/12/2018, com mandato de 11/12/2018 a 31/12/2019.

**(\*\*\*)** Os cargos de Vice-Presidente e Diretor Financeiro ficaram vacantes na Reunião Ordinária do Conselho Deliberante Nº 528, de 11/12/2018.

**Porto Alegre, 11/12/2018**

**Laura Maria da Conceição Eifler Silva Stella Nunes Rodrigues**

Presidente Advogada - OAB/RS 69.964

**ATA Nº 541/2019 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situado na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se 45 (quarenta e cinco) membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, 1 (um) pai de aluno, Aline Carraro Portanova – Presidente da Fundação, Amarildo Maciel Martins - Diretor Jurídico, Cristina Toniolo Pozzobon – Diretora de Comunicação, Denilson Gonçalves de Oliveira – Diretor Financeiro, Rosane Dias Rodriguez – Vice-Diretora, Adriana Pandolfo Goytacaz – Gerente Administrativo-Financeira, Mirian Zambonato - Coordenadora Pedagógica do 9º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, Clara Coelho – Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil, Ianne Ely Godoi Vieira - Coordenadora Pedagógica da Etapa do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, Hildair Garcia Câmara – Orientadora Pedagógica da Etapa de Educação Infantil e Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. A Presidente da Fundação, Aline Carraro Portanova informou que foi necessário o desmembramento da Reunião Ordinária do dia 26/11/2019 em dois momentos, o primeiro com as pautas ordinárias de novembro na ata nº 539/2019 e, o segundo com a pauta única de aprovação das alterações do Estatuto Social da Fundação Educacional João XXIII, na ata nº 540/2019, com a finalidade de submeter à análise e aprovação da Procuradoria das Fundações do Ministério Público a deliberação prévia do Conselho Deliberante. Esclareceu, antes de ler a pauta do dia, sobre a importância da aprovação da ata Reunião Ordinária nº 540/2019, que aprovou a nova versão do Estatuto Social por consenso de mais de 2/3 dos Conselheiros com mandato vigente. Salientou que, após aprovada na assembleia do dia 29/10/2019, foi encaminhada a prévia da minuta da nova versão do Estatuto Social ao conhecimento do representante do Ministério Público que, simultaneamente, está realizando a apreciação do documento, verificando se estão presentes as cláusulas obrigatórias e analisando a legalidade de todas as disposições contidas no documento; bem como foi agendada uma reunião no dia 29/11/2019, pela manhã, da Diretoria da Fundação e de representantes do Comitê de Governança na Procuradoria das Fundações para detectar possíveis contradições, omissões, etc no Estatuto, a fim de que se façam os devidos esclarecimentos e reparos, caso necessários. Por essa razão, informou que, por decisão da Diretoria Executiva, foi retirada desta pauta e prorrogada para nova data a apreciação e a aprovação da Resolução com as Regras de Transição para a composição do Conselho Deliberante e da Tabela de projeções para renovação do Conselho Deliberante a partir de 2020, após cumprir todas exigências do Ministério Público. Em seguida, deu início à assembleia lendo os pontos de pauta: **1) Leitura e Aprovação das Atas das Reuniões Extraordinária nº 538/19, Ordinária nº 539/19 e Ordinária nº 540 (específica de aprovação da alteração do Estatuto Social), de 29/10/2019; 2) Pedagógico; 3)** **Orçamento e Fluxo de Caixa 2020 - aprovação; 4) Adicional de Insalubridade: proposta - aprovação; 5) Destinação da Verba do Fundo de Investimento 2020: proposta de prioridades - aprovação; 6) FILANTROPIA: proposta de vagas para Edital de Bolsas 2020 – apresentação; 7) Assuntos Gerais - informes: a) Diretor de Obras e Patrimônio - pedido desligamento do Ricardo de Almeida Collar; b) Gerente Administrativo-Financeira - pedido desligamento da Fátima Eschberger e promoção da Adriana Pandolfo Goytacaz para o cargo.** Na pauta **Leitura e Aprovação das Atas das Reuniões, de 29/10/2019,** iniciou submetendo a Ata da Reunião Extraordinária nº 538/19, de eleição da nova gestão da Diretoria Executiva - 2020/2021, à votação da assembleia. Do total dos 45 (quarenta e cinco) Conselheiros presentes, 38 (trinta e oito) Conselheiros estavam aptos a votar e 7 (sete) Conselheiros Suplentes estavam acompanhados de seus Titulares, portanto sem direito a voto. DELIBERAÇÃO: *a Ata da Reunião Extraordinária nº 538/19 foi aprovada por unanimidade dos votos dos Conselheiros, sem ressalvas.* Em seguida, submeteu a Ata da Reunião Ordinária nº 539/19, com as pautas ordinárias com as alterações do Estatuto Social, à votação da assembleia. Dos 38 (trinta e oito) Conselheiros presentes com direito a voto, 37 (trinta e sete) votaram pela aprovação e 1 (uma) Conselheira, Hanyk de Faria Melo Orsi, se absteve de votar. DELIBERAÇÃO: *a Ata da Reunião Ordinária nº 538/19 foi**aprovada pela maioria absoluta dos votos dos Conselheiros, sem ressalvas.* Por fim, submeteu a Ata da Reunião Ordinária nº 540/19, específica de aprovação das alterações detalhadas na íntegra, conforme exigência legal, da nova versão do Estatuto Social da Fundação Educacional João XXIII, à apreciação da assembleia, com a seguinte ressalva no CAPITULO IX – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS onde se lê *Art. 38 -* *As regras de transição referentes à alteração da composição do Conselho Deliberante, na forma do Art. 8º, serão tratadas por meio de Resolução do Conselho, a ser aprovada na reunião ordinária de novembro de 2019*, leia-se *Art. 38 -* *As regras de transição referentes à alteração da composição do Conselho Deliberante, na forma do Art. 8º, serão tratadas por meio de Resolução do Conselho*. Dos 38 (trinta e oito) Conselheiros presentes com direito a voto, 37 (trinta e sete) votaram pela aprovação da proposta e 1 (uma) Conselheira, Hanyk de Faria Melo Orsi, se absteve de votar. DELIBERAÇÃO: *a Ata da Reunião Ordinária nº 540/19 foi aprovada pela maioria absoluta dos votos dos Conselheiros, com a ressalva no Capitulo IX – Disposições Transitórias do Art. 38, proposta pela Presidente.* Na pauta **Pedagógico**, a Vice-Diretora, primeiramente justificou a ausência da Diretora Pedagógica, Márcia Elisa Valiati, em função do luto pelo falecimento de seu pai, Raimundo Valiati, ocorrido no último dia 18. Em seguida, apresentou a proposta do novo Organograma do Colégio João XXIII que representa o ideário pedagógico da Escola, salientando que ainda será revisitado para finalização. Revela o sonho, um ideário desta Escola comunitária. Salientou que é a partir de um dos eixos do Plano de Gestão Pedagógica - “Gestão Pedagógica e Administrativa: indissociabilidade necessária” que optamos por hoje apresentar o novo organograma e como ele se desdobra no currículo dos diferentes núcleos. Este Organograma do Colégio integra a forma e o jeito que a Escola, desde a sua fundação, pensou a sua estrutura, a sua arquitetura, ou seja, olhando para as etapas do desenvolvimento: da educação infantil, do 1º ao 5º no do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio. Nesta proposta foi realizada a integração de dois núcleos: Infância e Juventude. O núcleo da Infância contempla a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental. O Núcleo da Juventude, os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Esses núcleos integram o eixo “Protagonismo de Crianças e Jovens” do plano de Gestão Pedagógica. As etapas não podem se encerrar fazendo um fechamento de ciclo por etapa, o desenho do novo organograma é exatamente a integração de todas, tendo anos/elos de interlocução entre o Serviço de Coordenação Pedagógica (SCP) e o Serviço de Orientação e Psicologia (SOP). Citou como exemplo que a Orientadora da Educação Infantil passa a acompanhar e estender a orientação aos alunos até o 1º ano do EF, ou seja, faz a interlocução entre as etapas. O Serviço de Coordenação Pedagógica fazendo a interlocução do 5º ano do EF a 3ª série do EM. O Joãozinho Legal fica ligado diretamente às coordenações e às orientações do Núcleo da Infância. Os núcleos revelam também os educadores de apoio necessários aos diferentes tempos de vida: Infância e Juventude. Tem uma Coordenação de Turno que trabalha na articulação entre os dois núcleos, pela manhã e a tarde. Na intersecção entre os núcleos ficam, também, o Grêmio Estudantil e o Conselho de Alunos. A Educação Básica se estrutura com a Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A ideia é propor uma integração entre essas etapas propiciando uma maior aproximação entre tempos de vida tão diferentes que existem na escola. A ideia da Equipe Técnica é de reunir-se com o grupo de trabalho do Comitê de Governança para olhar as interlocuções possíveis e necessárias entre os dois organogramas, da Direção Pedagógica do Colégio João XXIII e da Fundação Educacional João XXIII. A Coordenadora Pedagógica da Etapa de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental salientou que, muitas das coisas trabalhadas no Plano de Gestão da Diretoria Pedagógica, convergem para ideias que estão sendo construídas em conjunto por várias pessoas e que, coletivamente, têm um impulso maior e abrem a possibilidade de compartilhar e transformar esses sonhos em realidade e nas projeções que estão sendo trabalhadas na Orçamentação para 2020. Por isso, comentou sobre os princípios, as inquietações e as possibilidades que norteiam a base do trabalho do pedagógico de repensar a escola. A Orientadora Pedagógica da Etapa de Educação Infantil falou sobre o desdobramento da humanização dos alunos, que é um dos objetivos da educação no João XXIIII, na perspectiva de sonhar com uma identidade coletiva de fato, verdadeira e perceptiva; de conceber e de reorganizar a escola como espaço de discussão referendando os princípios éticos responsáveis no pensar e no agir envolvendo a equipe diretiva, profissionais, alunos e famílias; de trabalhar a pedagogia da escuta em todas as relações e interlocuções no ambiente escolar; de criar condições para a construção de uma cultura de tolerância; de criar atitudes de respeito ao outro e de alteridade onde um indivíduo seja capaz de se colocar no lugar do outro, em uma relação baseada no diálogo e valorização das diferenças existentes. A Coordenadora Pedagógica da Etapa de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental salienta que dentro dessa perspectiva a escola, na concepção da área Pedagógica, passa a olhar para essa ideia de trabalhar núcleos que se organizam a partir do componente humano. A ideia é pensar a cultura da infância e a cultura da juventude em núcleos que olham para isso. Ressaltou que diferentes tempos de vida precisam de um olhar e de uma estrutura também diferenciados. Por isso, o Pedagógico não consegue se dissociar dos conselheiros/pais que também precisam fazer parte desses núcleos, de compreender o que é ser criança e o que é ser jovem. A Escola tem que pensar o tempo das diferentes lógicas e dimensões e salientou que o Conselho Deliberante necessitará entender que o Pedagógico vai andar em alguns momentos na contramão. A Orientadora Pedagógica da Etapa de Educação Infantil ratificou a ideia de continuidade na trajetória escolar das crianças e dos adolescentes. A Coordenadora Pedagógica do 9º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio comentou sobre os espaços de encontro; a ressignificação de espaços da Escola e os ambientes reais e virtuais. Salientou que foi realizada uma pesquisa com os alunos do 9º ano ao Ensino Médio, com 27 itens sobre os espaços na Escola, para ouvir sentimentos e sugestões. Informou que os percursos & itinerários formativos estão sendo construídos junto com os alunos do Ensino Médio e são colocados como formas diferenciadas da própria organização curricular, possibilitando opções de escolha aos alunos de acordo com seus anseios, objetivo e especificidades etárias. A Coordenadora Pedagógica da Etapa de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental ratificou a ideia de que os alunos façam as suas escolhas no Ensino Médio. Salientou que as práticas pedagógicas complementares do 5º ao 8º ano do Ensino Fundamental já trabalham com este formato, pois os alunos podem escolher qual prática cursar, entretanto depois de escolhida têm que cursar conforme foi desenhado pelo Pedagógico. Informou que esses itinerários para alunos de 5º ao 8º ano estão sendo redesenhados. A Coordenadora Pedagógica da Etapa de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental citou alguns dos temas mencionados na pesquisa realizada com os alunos. A Coordenadora Pedagógica do 9º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio ratificou que os alunos do Ensino Médio continuarão a ter a parte de formação básica para todos e as opções de escolhas dos itinerários que poderão seguir. A Coordenadora Pedagógica da Etapa de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental salientou que esta discussão, hoje, no Conselho é uma prévia da que está sendo realizada com a equipe técnica, e que envolverá pais, alunos e profissionais do João XXIII em rodadas de conversas para debater esse tema. Está sendo iniciado um estudo para adequar o Regimento Escolar ao novo currículo. Com relação aos docentes, informou que é necessária a readequação dos horários dos professores para incluir um período para cada professor especializado. Comentou que nos anos iniciaisa Escola tem professor regente, tutor e Monitor e a proposta é estender isso, também, para os anos finais. No currículo comentou sobre o direito de aprendizagem para todos em todas as dimensões. Comentou sobre a proposta de outra lógica para avaliação na Escola e a primeira grande mudança envolve o tempo de avaliação, que é feito trimestralmente, mas que pode ser melhorado, passando a ter como essência o tempo de aprendizagem. Por isso, a proposta é pensar junto com os professores novas formas e instrumentos de avaliação que componham esse percurso de aprendizagem semestral, que poderão ser através de provas, de trabalhos, etc., porém com um outro olhar. No caso dos alunos maiores também deverá contemplada a avaliação do ser e das atitudes e mensurada através de descritores que avaliarão os estudantes por inteiro não só pelos conteúdos aprendidos. O desafio da área Pedagógica é apresentar novas lentes para efetuar as avaliações dos alunos. Com relação a inovação *versus* novidade, salientou que a Escola não quer ser reconhecida como inovadora porque vai fazendo novidades pelo caminho e sim pelo projeto de Escola que se pretende fazer. Isso vai demandar reestruturar questões que são muito caras e de muito valor para Escola. Destacou que em função destas questões é que o Pedagógico está trazendo estas alterações para apreciação deste Conselho, por acreditar que fazendo essas mudanças juntos vamos construir essa nova concepção de Escola. Por fim, a Vice-Diretora Pedagógica encerrou dizendo que essas falas da Ianne Ely Godoi Vieira, Mirian Zambonato e Hildair Garcia Câmara traduzem essa nova forma de estruturar o organograma da Direção Pedagógica, com um olhar mais inteiro e integrado para infância e para a juventude. A proposta que o Pedagógico traz para apreciação deste Conselho é conectada com a parte Administrativa e marcada por mudanças na formação de professores, no eixo de formação das lideranças e podendo olhar para dentro e entre as áreas, olhando o conhecimento como um todo e não dissociando dos números que serão apresentados no orçamento para 2020. Após, foi aberto espaço aos Conselheiros que parabenizaram a equipe pedagógica pelo detalhamento do Plano de Gestão Pedagógico apresentado; pelo acolhimento e pela escuta de sugestões/críticas realizada com os alunos; pelo carinho com que tratam seus filhos na Escola. Na pauta **Orçamento e Fluxo de Caixa 2020**, o Diretor Financeiro comentou que esse ano é o primeiro orçamento participativo, que contou com a colaboração do Conselho Fiscal, da Direção Pedagógica e da nova Gerente Administrativo-Financeira. Salientou que foi bem trabalhoso até chegar à proposta que será apresentada com o mínimo de aumento nas mensalidades e o máximo de ferramentas para ser trabalhada. Destacou que toda essa proposta de necessidades apresentada pela área Pedagógica foi incluída no orçamento. A Gerente Administrativo-Financeira apresentou o quadro de matrículas e rematrículas para 2020; a projeção total de alunos (1035); a capacidade total de alunos (1227); a quantidade de vagas disponíveis (192); a quantidade de turmas (47); a previsão de alunos novos (99) e previsão de cancelamentos (58); total de pagantes (863); total de bolsistas (167); os indicadores econômicos; os reajustes históricos das mensalidades; o ranking de reajustes das escolas particulares de Porto Alegre em 2019. O Diretor Financeiro informou que a Campanha de Antecipação de Mensalidades para 2020, ocorrerá de 27/11/2019 até 20/12/2019, e que será dado o percentual de 5% de desconto após o reajuste das mensalidades, para o pagamento das 12 parcelas de janeiro a dezembro e que estão orçadas 45 antecipações. O Conselheiro Daniel Soares salientou que no ano anterior o desconto foi de 7% para cobrir as despesas do final de ano. Por isso, solicitou um parecer do Diretor Financeiro sobre a necessidade de utilização destes 5% neste ano. O Diretor Financeiro informou que pelos cálculos não seria necessária essa arrecadação antecipada das mensalidades com desconto de 5%, mas como essa é uma demanda dos pais que tradicionalmente optam por essa modalidade de pagamento, a Diretoria Executiva propôs a continuidade do desconto, porém com índice reduzido. Apresentou os motivos dos cancelamentos realizados e a ênfase foi para logística. Informou que foi definido que não serão mais cobradas horas excedentes por permanência dos alunos na escola a partir das 18h30min. A Presidente, antes de fazer o encaminhamento da votação da pauta do Orçamento 2020, solicitou ao Conselho a apreciação da pauta **Adicional de Insalubridade.** Apresentou a proposta de pagamento do Adicional de Insalubridade, mostrando o resumo do Relatório do PPRA 2019/2020, elaborado pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho, Rafael Allebrand Becker (CREA 208971), com as possíveis caracterizações de insalubridade e periculosidade. Informou que enviará por e-mail aos Conselheiros o Relatório NR–09 da Avaliação Global do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais na Fundação Educacional João XXIII; o Parecer da Diretoria Jurídica recomendando o pagamento do adicional de insalubridade no valor máximo de 40% para os profissionais da Manutenção, que hoje é pago 10%, e do valor médio de 20% para os profissionais dos Serviços Gerais, que hoje não recebem, esclarecendo que esse tema é objeto da maioria das ações trabalhistas destas áreas. A Fundação fornece os EPI’s para os profissionais, mas isso não isenta de pagamento. A Gerente Administrativo-Financeira apresentou o cálculo da insalubridade da Manutenção e dos Serviços Gerais, com os valores legais recomendados tanto pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho quanto pela Diretoria Jurídica da Fundação. Alguns dos Conselheiros solicitaram prorrogar a votação do tema para próxima reunião ordinária do Conselho, dia 10/12/2019, em função da necessidade de mais esclarecimentos sobre os percentuais recomendados, bem como de um parecer da Diretoria Financeira sobre o impacto desses valores no orçamento. A Presidente encaminhou ao Conselho a proposta de quem é a favor de votar o adicional de insalubridade nesta assembleia. Dos 38 (trinta e oito) Conselheiros com direito a voto, 3 (três) Conselheiros saíram da sala antes da votação; 3 (três) Conselheiros de abstiveram de votar, Raul Gonçalves Cunha, Joana Hennemann e Regis Weber, 12 (doze) votaram pela aprovação da proposta e 20 (vinte) votaram contrários à proposta. DELIBERAÇÃO: *a votação do adicional de insalubridade foi prorrogada para o dia 10/12, pela maioria absoluta dos votos dos Conselheiros presentes, com a ressalva para que a Diretoria Jurídica forneça mais esclarecimentos sobre o tema e a Diretoria Financeira emita o parecer sobre os impactos desses pagamentos no orçamento.* Em seguida, a Presidente deu continuidade a pauta **Orçamento e Fluxo de Caixa 2020**. O Diretor Financeiro informou que a Diretoria Executiva trabalhou com três propostas de reajuste das mensalidades e encaminhou as mesmas à apreciação do Conselho Deliberante. PROPOSTAS: 1) Aumentar linearmente todas as etapas com reajuste de 11% na mensalidade, sendo desses 1% e mais os percentuais acumulados dos anos anteriores repassados para o Fundo de Sustentabilidade; 2) Aumentar linearmente todas as etapas com reajuste de 4% na mensalidade,não aumentando o percentual do fundo e não repassando os percentuais acumulados dos anos anteriores para o Fundo de Sustentabilidade, deixando esse valor disponível no caixa da Fundação; 3) Aumentar escalonadamente as mensalidades por ano/séries, com reajustes na CBB (5,25%); no Maternal e nos Níveis EI (3,85%); do 1º ao 4º ano EF (5,25%); do 5º ao 9º ano EF (1,95%) e da 1ª a 3ª série EM (3,85%), não aumentando o percentual do fundo e não repassando os percentuais acumulados dos anos anteriores para o Fundo de Sustentabilidade, deixando esse valor disponível no caixa da Fundação. Foi recomendado, pela Diretoria Executiva, o reajuste escalonado por etapas, por entender que é o mais justo. O Conselheiro Daniel Soares defendeu esta proposta e sugeriu fazer uma divulgação desses valores à comunidade escolar. O Diretor Financeiro ratificou que a proposta é decidir no Conselho como será o reajuste e não aprovar somente o que é apresentado pronto e formatado. O Conselheiro Regis Weber salientou que a proposta de reajuste é bem interessante nesse formato escalonado, aproximando do custo real e mantendo índices de reajustes mais baixos que os 4%, na maioria dos anos/séries, na proposta 3. Após esclarecidas as dúvidas, a Presidente encaminhou as propostas à votação do Conselho. Dos 38 (trinta e oito) Conselheiros com direito a voto, 3 (três) saíram da sala antes da votação; nenhum Conselheiro votou pela aprovação da proposta 1; 3 (três) Conselheiros votaram pela aprovação da proposta 2; 32 (trinta e dois) Conselheiros votaram pela aprovação da proposta 3 e não houve abstenções. DELIBERAÇÃO: *foi aprovada pela maioria absoluta dos votos dos Conselheiros presentes a proposta 1) aumentar escalonadamente as mensalidades por ano/séries, com reajustes na CBB (5,25%); no Maternal e nos Níveis EI (3,85%); do 1º ao 4º ano EF (5,25%); do 5º ao 9º ano EF (1,95%) e da 1ª a 3ª série EM (3,85%), não aumentando o percentual do fundo e não repassando os percentuais acumulados dos anos anteriores para o Fundo de Sustentabilidade, deixando esse valor disponível no caixa da Fundação, com a ressalva de que essa decisão deverá ser objeto de reunião extraordinária do Conselho Deliberante, com pauta única sobre Filantropia, no dia 10/12/2019, das 19h às 19h30min, para sua ratificação, em virtude do regramento do Fundo de Sustentabilidade, aprovado na reunião ordinária de dezembro de 2014.* Na pauta **Destinação da Verba do Fundo de Investimento 2020**, o Diretor Financeiro apresentou ao Conselho Deliberante as propostas de destinação dos saldos de 2019 e de 2020 do Fundo de Investimento e a Presidente encaminhou à votação: 1) Fundo de Investimento - saldo de 2019, no valor de R$ 150.031,14, transferir para o Caixa da Fundação. Dos 38 (trinta e oito) Conselheiros com direito a voto, 9 (nove) saíram da sala antes da votação; 28 (vinte e oito) Conselheiros votaram pela aprovação da transferência e 1 (uma) Conselheira se absteve de votar, Luciane Mazuco. DELIBERAÇÃO: *foi aprovada pela maioria absoluta dos votos a transferência do saldo do Fundo de Investimento de 2019 para o Caixa da Fundação*. 2) Fundo de Investimento – saldo 2020, no valor de R$ 387.708,09, destinar para as despesas com manutenção. Dos 38 (trinta e oito) Conselheiros com direito a voto, 9 (nove) saíram da sala antes da votação; 28 (vinte e oito) Conselheiros votaram pela aprovação da destinação para as despesas com manutenção e 1 (uma) Conselheira se absteve de votar, Luciane Mazuco. DELIBERAÇÃO: *foi aprovada pela maioria absoluta dos votos a destinação do saldo do Fundo de Investimento de 2020 para as despesas com manutenção*. Na pauta **Filantropia:** proposta de vagas para Edital de Bolsas 2020, a Secretária da Fundação apresentou o cronograma do processo seletivo de reposição de bolsas - Edital nº1 de 2020 e informou que as 10 (dez) vagas foram disponibilizadas na Educação Infantil – Maternal (6) e no Ensino Fundamental - 1º ano (4). Na pauta **Assuntos Gerais**, a Presidente informou: a) que o Diretor de Obras e Patrimônio Ricardo de Almeida Collar, pediu seu desligamento da diretoria e b) a Gerente Administrativo-Financeira Fátima Eschberger pediu seu desligamento da Fundação sendo promovida Adriana Pandolfo Goytacaz para o cargo. Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Aline Carraro Portanova, encerrou a reunião.

**Aline Carraro Portanova Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente da Fundação Secretária da Fundação

**ATA Nº 542/2019 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às 19h30min, na sala 305 do Colégio João XXIII, situado na Rua Sepé Tiarajú, 1013, na cidade de Porto Alegre (RS), reuniram-se 27 (vinte e sete) membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, 1 (uma) mãe de aluna e Coordenadora do Comitê de Governança, Aline Carraro Portanova – Presidente da Fundação, Cristina Toniolo Pozzobon – Diretora de Comunicação, Denilson Gonçalves de Oliveira – Diretor Financeiro, Rosane Dias Rodriguez – Vice-Diretora, Adriana Pandolfo Goytacaz – Gerente Administrativo-Financeira e Rosângela Arndt Gomes Dresch – Secretária da Fundação. A Presidente da Fundação, Aline Carraro Portanova, deu início à assembleia com a pauta única **FILANTROPIA para decidir sobre o percentual de recolhimento para o ano de 2020 e sobre o repasse para o Fundo de Sustentabilidade.** DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO: iniciou agradecendo a todos os presentes e esclarecendo que para alteração das *Regras do Fundo para Provisão de Recurso Financeiro no caso de perda ou desistência voluntária da condição de Entidade Filantrópica* é necessária a aprovação da maioria absoluta do Conselho Deliberante (metade mais um), conforme estabelecido por este Conselho em dezembro de 2014. Após, a Diretora de Comunicação, Cristina Toniolo Pozzobon, que na época da criação do Fundo de Sustentabilidade ocupava o cargo de Presidente da Fundação, salientou que na reunião passada alguns Conselheiros novos não acompanharam a criação do Fundo de Sustentabilidade e nem tinham o conhecimento do propósito pelo qual foi constituído e nem de como se dá a sua utilização. Em função disso, a Diretoria Executiva está trazendo, em linhas gerais, o histórico da Filantropia na instituição, salientando que as práticas de ações sociais e educacionais estão presentes desde o surgimento da Fundação. Ratificou que a Filantropia está no rol de objetivos da Fundação (Estatuto Social, art. 4º); que a partir 1997, a instituição obteve o Certificado de Entidade de Assistência Social (CEAS) emitido pelo CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social que conferia o selo de Entidade Filantrópica e que em contrapartida passou a contar com o benefício da isenção da cota patronal sobre a folha de pagamento. Comentou que a partir da publicação da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a certificação e renovação das entidades filantrópicas deixaram de ser centralizadas no CNAS e foram redistribuídas aos Ministérios específicos, de acordo com suas áreas de atuação: Saúde, Educação e Assistência Social. Na área da Educação, sob a competência do Ministério da Educação, a certificação passou a se chamar de Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS). Dentro do atual cenário das políticas de Educação, a concessão do CEBAS é uma ação que contribui de maneira efetiva para o processo de inclusão social no país, por meio da garantia de oferta de bolsas de estudo, integrais ou parciais, constituindo-se em uma política pública de acesso à Educação Básica e Superior. Informou que houve um período de muitas mudanças na legislação da Filantropia, inclusive destacou que foi criada por este Conselho Deliberante, na Reunião Ordinária do dia 30/06/2015 a Comissão Permanente de Filantropia, com o objetivo de dar a continuidade e de fazer o acompanhamento dos trabalhos para manutenção da Filantropia da Fundação, na forma da Lei nº. 12.101/2009. A seguir, demonstrou os critérios da composição para a isenção da cota patronal na educação básica até 2015: 20% (vinte por cento) da receita anual efetivamente recebida mais a concessão de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, mais o apoio à Creche Boa Esperança, o Projeto Secom - Serviço Comunitário (cursos profissionalizantes de corte e costura, pintura em tecido e madeira, entre outros), o Projeto Inclusão Digital (capacitou de adolescentes e adultos e recebeu Selo Escola Solidária) e o Projeto Cetrein - Centro de Capacitação Profissional Contínua em Educação (capacitou gratuitamente Educadores Assistentes da Educação Infantil). Em contrapartida era concedida a isenção da cota patronal do INSS no valor aproximado de R$ 2.200.000,00/ano. A partir de 2016, o critério da concessão passou a ser de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes e, em contrapartida, a isenção da cota patronal do INSS no valor aproximado de R$ 2.600.000,00/ano. Para conhecimento dos presentes, relembrou que em 2014, foram necessárias cinco reuniões de Conselho Deliberante para que o grupo tomasse ciência do impacto da alteração da Lei 12.101/09 da Filantropia para a instituição e para que discutisse e se preparasse para tomar a decisão sobre o futuro da Filantropia, bem como traçasse os rumos da escola. Destacou que as premissas apontadas pela Diretoria Executiva ao Conselho Deliberante para a criação do Fundo de Sustentabilidade foram as alterações na legislação atinente a Filantropia, que modificariam os percentuais e forma de cálculo das contrapartidas pela Escola; os riscos que novas alterações na legislação ou na interpretação da legislação vigente pudessem gerar perda, total ou parcial, da condição de Filantropia; a preservação da sustentabilidade financeira da Fundação no caso de uma eventual inviabilidade de manutenção da Filantropia ou perda da condição de Filantrópica; a necessidade de orientar os membros das futuras gestões da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberante da Fundação quanto aos motivos, objetivos e propósitos do Fundo de Sustentabilidade e, por fim, fazer frente aos pagamentos da cota patronal do INSS, caso a Fundação viesse perder a condição de Filantrópica antes de 2021, se não conseguisse cumprir o critério definido por lei. Esclareceu que na Reunião Ordinária nº 475/2014, de 28/10/2014, a deliberação do Conselho foi de criar o **Fundo para Sustentabilidade Financeira da Fundação** e, na Reunião Ordinária nº 477/2014, de 09/12/2014, foram deliberadas as **Regras do Fundo de Sustentabilidade** para provisão de recurso financeiro no caso de perda ou desistência voluntária da condição de entidade filantrópica. Salientou que a composição do Fundo consistia na definição do índice de reajuste das mensalidades no orçamento de 2015, com base na projeção do dissídio na categoria, mais o reajuste real para os professores já aprovado pelo Conselho e pela Fundação, devendo ser destinado ao Fundo o valor resultante da diferença entre o aumento efetivamente concedido e a projeção anterior do dissídio. Determinava, ainda, que em 2015 seriam definidos os percentuais para atingir os 8% de aumento real proposto, em até 4 anos, e que em 2020 o Conselho deveria definir sobre a continuidade da cobrança. A quantia provisionada deveria ser depositada em aplicação financeira e somente poderia ser utilizada para destino diverso por decisão de maioria absoluta (metade mais um) do Conselho Deliberante. Salvo utilização para cobertura dos valores relativos à perda da condição de entidade Filantrópica, 50% do saldo deste fundo deveria ser mantido como Fundo de Reserva, que poderia ser utilizado mediante autorização do Conselho Deliberante, para Projetos Sociais, desde que estabelecida a forma de sua restituição ao Fundo. Em 2020, quando da análise pela Fundação da continuidade de seu programa de bolsas para não pagamento da cota patronal, também se decidiria sobre a continuidade do provisionamento e, consequentemente, seu destino. O Diretor Financeiro apresentou o detalhamento dos índices percentuais anuais para provisão de recurso financeiro no caso de perda ou desistência voluntária da condição de entidade filantrópica para composição do Fundo de Sustentabilidade e do reajuste das mensalidades aprovados pelo Conselho, realizados em 2015=> 1,5% (11,0% + 1,5% = 12,5%); em 2016=> 2,0% (12,5% + 2,0% = 14,5%); em 2017=> 2,0% (8,5% + 2,0% = 10,5%); em 2018=> 0% (4,0% + 0% = 4,0%) e em 2019=> 1,0% (7,5% + 1,0% = 8,5%), totalizando um acumulado para o Fundo de Sustentabilidade de 6,5% até 2019. Apresentou o extrato da conta do Banco do Brasil, aplicação de CDB, com o saldo atualizado em 30/11/2019, no valor de R$ 3.047.991,50, bem como o acompanhamento mensal dos créditos e rendimentos da aplicação de janeiro a novembro de 2019. Destacou que em 2020 o índice deveria ser o percentual restante para atingir os 8% de aumento real proposto na sua composição, prevista na criação do Fundo de Sustentabilidade na reunião de outubro de 2014. Entretanto, a Diretoria Executiva apresentou para apreciação do Conselho Deliberante a seguinte *PROPOSTA: para 2020 o percentual de aumento seja 0%, ou seja, sem acréscimo no percentual destinado ao fundo, nas mensalidades e sem recolhimento do percentual acumulado para o Fundo de Sustentabilidade e que a discussão seja retomada em reunião extraordinária, no mês de novembro/2020, antes da aprovação do Orçamento para 2021, especificamente convocada para tratar da definição de percentual do reajuste e do recolhimento do acumulado para o Fundo de Sustentabilidade para 2021.* A Presidente encaminhou a proposta da Diretoria Executiva à votação do Conselho Deliberante. Antes de iniciar a votação, foi informado que, nesta data, o Conselho Deliberante possui 47 (quarenta e sete) Conselheiros com mandato vigente e aptos a votar. Estavam presentes 27 (vinte e sete) Conselheiros, sendo que 1 (um) Conselheiro Suplente não teve direito a voto por acompanhar seu Titular, Jorge Hugo Souza Gomes, restando 26 (vinte e seis) Conselheiros aptos para votar, destes 24 (vinte e quatro) Conselheiros votaram a favor da proposta, 2 (dois) Conselheiros se abstiveram de votar, Francisco de Paula Bastos de Freitas e Regis Alberto Weber, e não houve voto contrário à proposta. A proposta da Diretoria Executiva foi deliberada e aprovada pelo Conselho Deliberante pela maioria absoluta, considerando os 24 (vinte e quatro) votos do total de Conselheiros com mandato vigente e aptos a votar, com a ressalva de que esta aprovação ratifica a deliberação do Conselho, na Reunião Ordinária nº 541/2019, de 26/11/2019, que aprovou o aumento escalonado das mensalidades por ano/séries, com reajustes na CBB (5,25%); no Maternal e nos Níveis EI (3,85%); do 1º ao 4º ano EF (5,25%); do 5º ao 9º ano EF (1,95%) e da 1ª a 3ª série EM (3,85%), sem acrescentar índice percentual do fundo e sem repassar os percentuais acumulados dos anos anteriores para o Fundo de Sustentabilidade, deixando esse valor disponível no caixa da Fundação. Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Aline Carraro Portanova, agradeceu o empenho e a colaboração de todos os presentes e encerrou a reunião.

**Aline Carraro Portanova Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente da Fundação Secretária da Fundação

**ATA Nº 544/2020 - COMPLEMENTAR - REUNIÃO ORDINÁRIA POR VIDEOCONFERÊNCIA DO CONSELHO DELIBERANTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOÃO XXIII**

Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte, das 19h30min às 21h, por videoconferência, através do link <https://us02web.zoom.us/j/81064485304?pwd=Q0RKZURBSDcvcHFzbW9nRm1JV0o0Zz09>, ID da reunião nº810 6448 5304 e senha de acesso nº431649, da plataforma ZOOM, reuniram-se 62 (sessenta e dois) participantes, sendo 42 (quarenta e dois) membros do Conselho Deliberante da Fundação Educacional João XXIII, arrolados na lista de presenças anexa; Aline Carraro Portanova – Presidente da Fundação, Denilson Gonçalves de Oliveira – Vice-Presidente, Amarildo Maciel Martins – Diretor Jurídico, Lucia Vianna Xavier – Diretora de Comunicação, Danielle Barcos Nunes – Diretora Financeira, Odila Maria W. dos Santos – Diretora de Obras e Patrimônio; Márcia Elisa Valiati – Diretora Pedagógica, Rosane Dias Rodriguez – Vice-Diretora Pedagógica, Adriana Pandolfo Goytacaz – Gerente Administrativo-Financeira, Cristiano Hamann – Psicólogo Institucional, Clara Coelho Marques – Equipe Técnica, Artur Felipe Bender Bergelt, Cristina Ferreira de Mello, Mirna Zinn e Rogério Lima Carriconde – Associação dos Profissionais do João XXIII, Roberto da Silva Medeiros - Patrimonial Assessoria Contábil Ltda., Vinícius Schneider – Lauermann Schneider Auditores Associados S/S, Rosângela Arndt Gomes Dresch e Tatiana Ribeiro Teixeira – Secretaria da Fundação. A Presidente da Fundação, Aline Carraro Portanova, antes de ler a pauta do dia, ratificou que as assembleias presenciais do Conselho Deliberante não foram realizadas nos prazos normais, em função das restrições impostas pelo Decreto Municipal n. 55.128, de 19 de março de 2020, que decretou o estado de calamidade pública no Estado do RS, pelo Decreto Municipal n. 20.505, de 17 de março de 2020, com as alterações impostas pelo Decreto Municipal n. 20.523, de 20 de março de 2020, ambos do Município de Porto Alegre. Salientou que, durante esse período excepcional de enfrentamento da pandemia da COVID-19 (novo coronavírus), as assembleias ordinárias e extraordinárias oficiais do Conselho Deliberante poderão ser realizadas de forma virtual, 100% online, seguindo as normas estabelecidas no Estatuto Social da Fundação, conforme orientação da Procuradoria de Fundações, em 06 de junho de 2020, via e-mail, e terão validação oficial, conforme determina a Lei n. 14.010, de 10 de junho de 2020, possibilitando a realização das assembleias por meio eletrônico, independentemente de previsão nos atos constitutivos da pessoa jurídica, até dia 31 de outubro de 2020. Na sequência leu os pontos de pauta: **1) Leitura e aprovação das Atas das Reuniões Extraordinária nº 542/19 e Ordinária nº 543/19, de 10/12/2019; 2) Prorrogação de Contrato com a empresa de Auditoria Lauermann Schneider Auditores Associados S/S – homologação do prazo e definição do período; 3) Análise e aprovação do Balanço Patrimonial e do Parecer da Auditoria referentes ao exercício de 2019 (artigo 14, VII Estatuto); 4) Assuntos Gerais: próxima reunião do CD, dia 07/07/2020 – 19h. DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA**: na pauta **Leitura e aprovação das Atas das Reuniões Extraordinária nº 542/19 e Ordinária nº 543/19, de 10/12/2019**,a Presidenteinformou queas atas haviam sido disponibilizadas no espaço dos Conselheiros para apreciação prévia em março e, como não houve considerações, submeteu as mesmas à aprovação da assembleia. Dos 42 (quarenta e dois) conselheiros presentes, 35 (trinta e cinco) estavam aptos a voto e 7 (sete) suplentes sem direito ao voto, em função da presença dos respectivos titulares (Art. 8º §1º do Estatuto). Os Conselheiros aprovaram por unanimidade dos votos as Atas das Reuniões Extraordinária nº 542/19 e Ordinária nº 543/19, de 10/12/2019, sem ressalvas. Na pauta **Prorrogação de Contrato com a empresa de Auditoria Lauermann Schneider Auditores Associados S/S:** homologação do prazo e definição do período – a Presidente, de comum acordo com os Conselheiros presentes, retirou o tema de pauta e solicitou que a Secretaria da Fundação disponibilizasse para conhecimento do Conselho, no espaço dos Conselheiros, o contrato assinado pela Diretoria Executiva com a empresa de Auditoria para o exercício 2020. O tema será pautado na próxima reunião ordinária. Na pauta **Análise e Aprovação do Balanço Patrimonial 2019 e do Parecer de Opinião da Auditoria, referente ao exercício de 2019 (artigo 14, VII Estatuto) –** a Presidente fez a apresentação do Roberto de Silva Medeiros - Patrimonial Assessoria Contábil Ltda. e de Vinícius Schneider – Lauermann Schneider Auditores Associados S/S e informou que o material foi examinado pelo Conselho Fiscal, no dia 10/06/2020, e disponibilizado aos membros do Conselho Deliberante para apreciação prévia. O Auditor Independente~~,~~ Vinícius Schneider~~,~~ esclareceu que esse é o segundo exercício consecutivo que a empresa audita as contas da Fundação Educacional João XXIII e que o contrato em questão é a renovação para o exercício de 2020. Iniciou apresentando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício de 2019 da Fundação Educacional João XXIII, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Destacou que o Parecer de Opinião da Lauermann Schneider Auditores Associados S/S foi emitido, sem ressalvas, ao término do trabalho, em 23 de março de 2020 e~~,~~ esclareceu que as demonstrações contábeis auditadas estavam adequadas em todos os aspectos relevantes. Informou que a posição patrimonial e financeira da Fundação Educacional João XXIII em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data estavam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. Comentou a ênfase mencionada no Parecer da Auditoria, referente à nota explicativa nº 27, sobre a situação da renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) válido até 26/08/2015, obtido através da Portaria nº 1.174, publicada no Diário Oficial da União em 14/11/2017, sob processo nº 23123.000.235.201252. Salientou que a Fundação possui um lapso temporal no processo de renovação do certificado protocolado junto ao Ministério da Educação, para o período de 27/08/2015 a 26/08/2018, no qual usufruiu de isenção tributária. Em função desse fato, o MEC considerou o processo protocolado pela Fundação sob nº 23000033592201706, para o período de 27/08/2017 a 26/08/2020, no qual também usufruiu de isenção tributária, como sendo uma CONCESSÃO em vez de RENOVAÇÃO. Informou que a Fundação tem protocolado outro processo sob nº 23000005694201561, em 04/05/2020, como prestação de contas e solicitou que o mesmo seja analisado pelo MEC como sendo processo de renovação do CEBAS do período de 27/08/2015 a 26/08/2018, e que~~,~~ o processo de concessão relativo ao período de 27/08/2017 a 26/08/2020 fosse analisado como processo de RENOVAÇÃO. Em síntese, a Fundação já encaminhou os pedidos para regularizações do CEBAS junto ao MEC, referentes aos períodos mencionados. Salientou que a Fundação já usufruiu dessa isenção e está somente aguardando a emissão dos certificados~~,~~ pelo MEC, referentes a esses períodos. Ratificou que não há elementos que a Auditoria tenha identificado na análise das demonstrações contábeis que demonstrem que a entidade tenha descumprido regramento para que não viesse a receber o CEBAS dos períodos em questão, bem como que não tenha direito à isenção tributária usufruída, exceto o registro da questão administrativa de a Fundação ter protocolado alguns dos pedidos de renovação em períodos posteriores, durante a mudança da lei, mas que a administração da instituição já está regularizando. Comentou que foi dada ênfase a esse assunto em função de ser um tema de relevância para Fundação, já que a entidade usufrui dessa isenção tributária. Destacou que, para o exercício de 2019, a instituição usufruiu de R$ 3.027.540,48 relativos à Cota Patronal do INSS e, em contrapartida, concedeu, no mesmo período, o montante de R$ 4.218.739,58 em gratuidades (168 bolsas de 100% e 6 bolsas de 50% na educação básica). Ressaltou que o Relatório da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que serviu como base para fins de comparação, também foi emitido sem ressalvas, em 15 de março de 2019. Em relação às demonstrações contábeis, a Fundação teve um déficit de R$ 1.114.261,61, que foi impactado por três fatores que representam 95% desse valor, quais sejam: provisões para créditos de liquidação duvidosa (mudança de critérios estabelecidos nas duplicatas); contingências trabalhistas (demandas trabalhistas após rescisões); e aumento nas despesas com pessoal (rescisões trabalhistas ocorridas no período). Recomendou que a Fundação faça futuramente a segregação dos valores de custos (relacionados à atividade-fim ou atividade principal – o ensino) das demais despesas gerais e administrativas (relacionadas à atividade-meio) na demonstração de resultados, a fim de atender a legislação (ITG 2002) e de evitar possíveis contingências. Finalizou colocando-se à disposição do Conselho Deliberante para os esclarecimentos que fossem necessários. Após, o Contador da Patrimonial Assessoria Contábil Ltda., Roberto da Silva Medeiros, apresentou o Relatório das Demonstrações Contábeis com as respectivas Notas Explicativas de encerramento do exercício de 2019, com a análise detalhada do Balanço Patrimonial 2019, fazendo um comparativo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, que foram previamente auditadas pela Auditoria Independente contratada. Esclareceu que a ITG 2002 é a norma técnica criada pelo Conselho Federal de Contabilidade, a fim de padronizar a contabilidade, refinando o detalhamento dos custos, bem como atendendo às exigências de transparência por parte dos órgãos reguladores, especialmente o Ministério Público, quando se fala especificamente das entidades sem fins lucrativos, abrangidas as Fundações. Salientou que já está sendo feita uma conversa inicial com a Presidente e a Gerente Administrativo-Financeira para pensar sobre uma futura adequação no sistema da instituição. Ressaltou que a Fundação apresentou, no Balanço Patrimonial 2019, o Ativo total de R$ 20.145.400,94, sendo que o Imobilizado foi de R$ 15.996.717,83, o que corresponde à quase a totalidade do Ativo; no Passivo Total, destacou que a Fundação encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2019 com R$ 20.145.400,94 (igual ao Ativo Total). Nas Demonstrações de Resultados de 2019, destacou que as Receitas Operacionais totalizaram de R$ 16.898.608,22, abatido o valor das gratuidades concedidas (R$ -4.218.739,58) das receitas líquida com atividades didáticas, patrimoniais e eventuais. Salientou que no Total das Despesas/Receitas Operacionais Líquidas (R$ -18.311.510,47), as despesas com Pessoal (R$ -14.224.419,67) e as despesas gerais (R$ -3.344.237,12) predominam entre as demais despesas nessa rubrica, tendo como resultado um Déficit antes do resultado financeiro (R$ -1.412.902,25). Informou que o total do Resultado Financeiro, de R$ 298.640,64, somado ao Déficit (R$ -1.412.902,25), gera um Déficit Operacional Líquido de R$ - 1.114.261,61 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Apresentou as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do exercício de 2019 e 2018, destacando os saldos em 31 de dezembro de 2019: R$ 5.133.271,64 de Patrimônio Social (incorporando os superávits acumulados do ano anterior); R$ 12.099.526,94 de Ajuste de Avaliação Patrimonial; (R$ -1.114.261,61) de déficit do exercício de 2019; e R$ 16.118.536,97. Nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (método indireto), apresentou o Fluxo de caixa das atividades operacionais com os seguintes totais: Déficit do exercício (R$ - 1.114.261,61); Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (R$ -212.255,52); Caixa líquido usado nas atividades de investimentos (R$ -205.445,71); Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos (R$ 83.142,29); os quais totalizaram um aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa de R$ -36.400,78. Resumindo, o caixa e equivalentes de caixa iniciaram o exercício de 2019 com R$ 3.281.781,48, e findaram com R$ 3.245.380,70. Apresentou o Cálculo da Gratuidade em 2019, com o total da receita efetivamente recebida, de R$ 16.796.364,39; o total da gratuidade a ser aplicada (20%), de R$ 3.359.272,88; a gratuidade efetivamente aplicada na educação através de bolsas de estudos integrais e parciais, no valor de R$ 3.644.545,05, bem como de programa de apoio ao aluno bolsista, no valor de R$ 574.194,53, totalizando R$ 4.218.739,58, o qual representa um percentual de 25,12% sobre a receita efetivamente recebida. Salientou que, na Gratuidade, a Fundação Educacional João XXIII, entidade filantrópica de atuação na área da Educação, está obrigada ao atendimento da Lei n. 12.101/2009, alterada pela Lei n. 12.868/2013, a qual prevê a concessão anual de bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, e destacou que, no exercício de 2019, o número de bolsas integrais praticado foi de 172 e o número de benefícios complementares utilizado no cálculo foi de 25. Após a apresentação das demonstrações contábeis e das respectivas Notas Explicativas, apresentou uma visão geral do Balancete, com as contas abertas da rubrica Outras Despesas, para esclarecer as questões levantadas pelos membros do Conselho Deliberante. Explicou que a “provisão para perdas estimadas”, no montante de R$ 373.917,61, são valores considerados como não recebíveis ao longo do tempo, mas que permanecem nos registros financeiros e que poderão ser recebidos a qualquer tempo, bem como que “a contingência trabalhista”, no montante de R$ 380.444,38, se refere a valores estimados de pagamento de ações ajuizadas. Esclarecidas as questões, e tendo em vista que não houve novas manifestações dos membros do Colegiado sobre o Balanço Patrimonial e o Parecer da Auditoria de 2019 apresentados, a Presidente da Fundação solicitou ao Conselho Fiscal que emitisse seu parecer sobre as peças contábeis apresentadas ao Conselho Deliberante. A Conselheira Fiscal Candice Orlandin Premaor Gullo comentou sobre a análise realizada nos dados apresentados e destacou que o **Parecer do Conselho Fiscal** emitido em 10/06/2020 aprovou, sem ressalvas, por unanimidade dos votos, o conjunto das Demonstrações Contábeis e as respectivas Notas Explicativas apuradas em 31 de dezembro de 2019, bem como o Parecer da Auditoria do exercício de 2019, recomendando ao Conselho Deliberante sua aprovação. A Presidente da Fundação submeteu à votação do Conselho Deliberante as peças contábeis apresentadas. Os 35 (trinta e cinco) conselheiros presentes aptos a voto aprovaram por unanimidade e sem ressalvas o Balanço Patrimonial de 2019 e o Parecer da Auditoria, referente ao exercício de 2019. A Presidente agradeceu, em nome da Fundação, ao Roberto da Silva Medeiros e ao Vinícius Schneider pela presença e pelo trabalho realizado. Na pauta **Assuntos Gerais, sobre Próximas Reuniões Oficiais do Conselho**, a Presidente informou que em julho ocorrerão duas reuniões, uma extraordinária, no dia 07 de julho de 2020, às 19h, com pauta única Eleições 2020, para esclarecimentos sobre o processo eleitoral para renovação parcial do Conselho Deliberante e sobre o cronograma proposto; e outra ordinária, no final do mês, para Ratificação do Orçamento 2020, entre outras deliberações estatutárias. Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Aline Carraro Portanova, encerrou a reunião.

**Aline Carraro Portanova Rosângela Arndt Gomes Dresch**

Presidente da Fundação Secretária da Fundação